JOÃO FERNANDO BLASI DE TOLEDO PIZA

NOS SERTÕES DE BOTUCATU: ARQUITETURA E TERRITÓRIO DAS SESMARIAS PIONEIRAS ÀS GRANDES INSTALAÇÕES CAFEEIRAS 1830-1930

Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor em arquitetura e urbanismo.

Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Orientador:

Prof. Dr. Carlos Alberto Cerqueira Lemos

SÃO PAULO, 2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

e-mail:

<u>i.piza@ifsp.edu.br</u> jaopiza@yahoo.com

P695s

Piza, João Fernando Blasi de Toledo

Nos sertões de Botucatu: arquitetura e território das sesmarias pioneiras às grandes instalações cafeeiras 1830-1930 / João Fernando Blasi de Toledo Piza . --São Paulo, 2015.

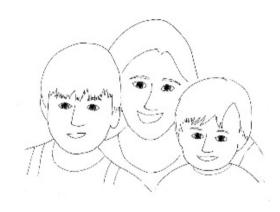
374 p.:il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP. Orientador: Carlos Alberto Cerqueira Lemos

1.Arquitetura rural – Botucatu (SP) 2.Arquitetura – São Paulo 3.Serra de Botucatu (SP) I.Título

CDU 728.6

Para Andréa, Rafael e Vinícius, Amores da minha vida



AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Carlos Lemos, que com grande generosidade se dispôs a orientar esta tese e o fez com paciência e atenção. Tê-lo como orientador foi uma honra, que espero retribuir com um trabalho à altura.

Aos membros da banca de qualificação, professores Paulo César Garcez Marins e Marcos Carrilho, que muito contribuíram para que este trabalho ganhasse contornos mais sólidos. Ao professor Vladimir Benincasa, que leu e releu diferentes versões deste trabalho, sempre sugerindo soluções.

Aos amigos Estevam Otero, Guilherme Michelin e Pedro Rossetto, pela leitura, críticas e correções propostas.

Aos proprietários das mais de 120 fazendas visitadas, por terem aberto suas casas, seus arquivos pessoais, e compartilhado suas memórias com esta pesquisa.

Aos memorialistas botucatuenses João Carlos Figueiroa, Paulo Pinheiro Machado Ciaccia e Trajano Carlos Figueiredo Pupo, pelas sugestões, auxílios e informações compartilhadas.

A Hernani Donato (in memoriam), pelas inúmeras vezes em que me recebeu e auxiliou com esta e outras pesquisas anteriores sobre a história regional botucatuense.

Às equipes dos arquivos consultados, pela presteza e solicitude com que nos receberam, especialmente no Arquivo do Estado, no Museu Republicano, Biblioteca Nacional, FAUUSP. Centro Cultural de Botucatu, 1º Cartório de Notas de Botucatu, Arquivo da Cúria Metropolitana de Botucatu, Arquivo da Prefeitura Municipal de Botucatu, Arquivo da Misericórdia Botucatuense. Aos escritórios da CATI pelo auxílio em diversos momentos.

À equipe da I Vara Criminal do Fórum de Botucatu, pelos repetidos – apesar de infrutíferos – esforços pelo resgate dos inventários tão necessários a esta pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho, em especial aos coordenadores César Valente e Cláudia Lavieri, do IFSP, pelo apoio, incentivo e compreensão.

A Ana Olívia e Vitória, pela digitação de dados e pela digitalização de imagens.

Ao meu pai Jayme, pelo envolvimento e empolgação com a pesquisa, além da elucidação de diversas questões sobre maquinários agrícolas. À minha mãe, Maria Amélia, pela leitura do texto, pelas sugestões de correção, pelo auxílio na pesquisa e transcrição de documentos na cúria diocesana e nos cartórios de Botucatu. À dona Conceição pelo auxílio, sempre presente, no cotidiano da casa.

À Andréa, por tudo.

RESUMO:

O presente estudo aborda a arquitetura produzida nos Sertões de Botucatu, território situado a oeste do rio Sorocaba e do Caminho do Sul ou de Viamão, entre os rios Tietê e Itararé, incluindo terras dos antigos municípios de Piracicaba, Pirapora do Curuçá (Tietê), Tatuí, Itapetininga, Botucatu e Faxina (Itapeva), procurando explorar as técnicas construtivas, os programas, os partidos e os equipamentos domésticos e produtivos.

Para tanto, foram realizadas leituras de estudos correlatos, pesquisas em arquivos no interior e na capital paulista, levantamentos de campo, incluindo entrevistas, fotos e levantamentos métrico-arquitetônicos, trazendo à luz um amplo leque de informações sobre a arquitetura, o processo de ocupação do território, o cotidiano e a transformação do artesanato da região botucatuense no século XIX.

ABSTRACT:

This study deals with the architecture produced in the "Sertões"* of Botucatu, the territory situated west of Sorocaba River and of Viamão Way (South Way), between the Tietê and Itararé rivers, including lands of the ancient municipalities of Piracicaba, Pirapora do Curuçá (Tietê), Tatuí, Itapetininga, Botucatu and Faxina (Itapeva), seeking to explore the constructive techniques, programs, architecture conception and domestic and productive equipments.

In order to do so, readings of correlative studies and arquival researches in the cities involved and in the state capital were made; also field data collection, including interviews, photos and metric-architectural surveys, bringing to light a wide range of information about the architecture, the process of territory occupation, the daily life and the transformation of the craftwork of the region of Botucatu in the nineteenth century.

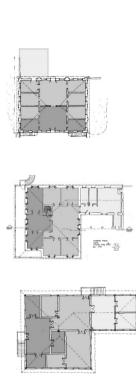
*Brazilian expression for "backwoods" or "backland"

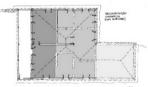
SUMÁRIO:

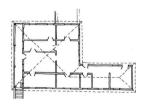
	1. INTRODUÇÃO16
	2. A ARQUITETURA RURAL COMO CAMPO DE INTERESSE – UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA22
	3. OS SERTÕES DE BOTUCATU NO CONTEXTO DA EXPANSÃO COLONIAL PORTUGUESA NA BACIA PLATINA (1500-1822)37
	4. OS ENGENHOS DA FOZ DO RIO SOROCABA (1826-1845)66
	4.1 FAZENDA ESTRELA74
	4.2 FAZENDA SANTO ANTÔNIO – NATICO RODRIGUES95
Į	4.3 FAZENDA SANTO ANTÔNIO – CÓRREGO DO ONÇA99

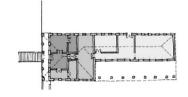


5.	AS GRANDES FAZENDAS DE CRIAR E A MORADA DA ELITE TROPEIRA (1820-1850)	
5.1	CHÁCARA DO TENENTE CARRITO138	
5.2	ESTÂNCIA LUCINDA140	
5.3	SANTANA DO CAPÃO ALTO142	
6.	FAZENDAS PIRACICABANAS (1845-1870)152	
6.1	MILHÃ152	
6.2	SERRA NEGRA154	



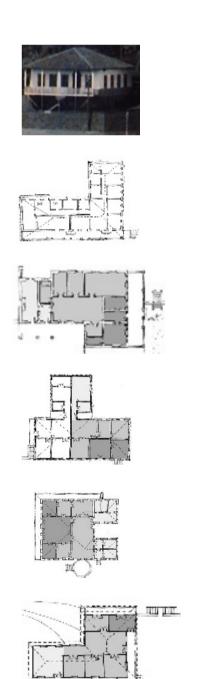






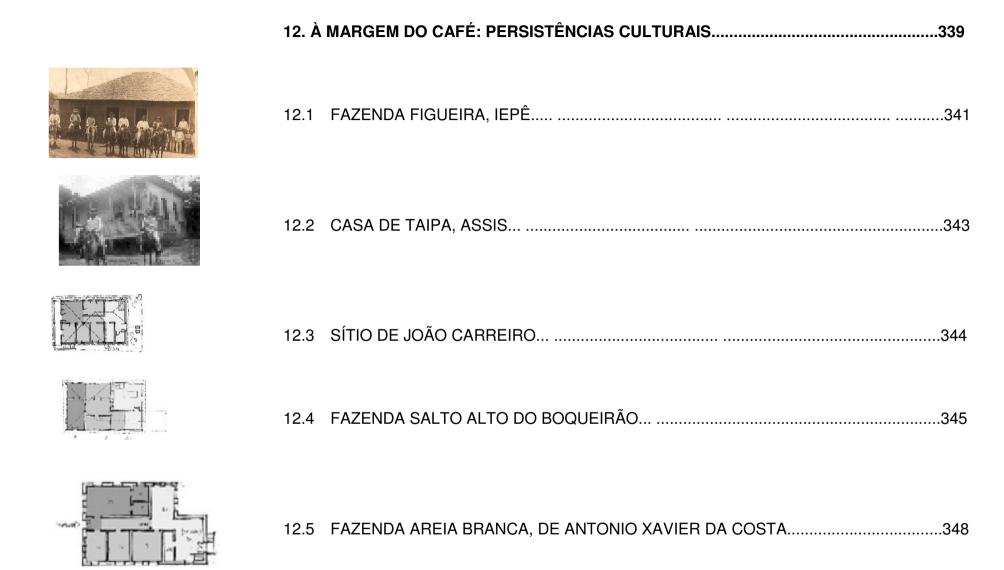
6.3 ROSÁRIO
7. O POSSEAMENTO DAS TERRAS PÚBLICAS E O DESMEMBRAMENTO DAS SESMARIAS NA SERRA DE BOTUCATU (1838-1860)
7.2 FAZENDA SANTO ANTÔNIO DO ARAQUÁ207
7.3 FAZENDA SÃO MIGUEL223
8. AS PRIMEIRAS FAZENDAS PLANEJADAS (1860-1880)233 8.1 FAZENDA BOA ESPERANÇA – BOTUCATU
8.2 FAZENDA PORTO ELISEU254

8.3 FAZENDA MONTE ALEGRE	
8.4 FAZENDA MONTE SELVAGEM269	
8.5 FAZENDA MORRO ALEGRE – GUAREÍ276	
8.6 FAZENDA AVARÉ	
8.7 SÍTIO TANQUINHO282	
8.8 OUTRAS DAS PRIMEIRAS FAZENDAS EM TIJOLOS NA REGIÃO285	



9. AS GRANDES ESTRUTURAS CAFEEIRAS (1880-1918)	290
9.1 FAZENDA IGUALDADE	294
9.2 FAZENDA LAGEADO	296
9.3 FAZENDA SANTA MARIA DO PARAÍSO	304
9.4 FAZENDA REDENÇÃO	308
9.5 FAZENDA VILA VICTÓRIA	311
9.6 FAZENDA LETREIRO	316

10. O SÍTIO DO IMIGRANTE (1890-1930)320		
10.1	BASSETTO324	
10.2	DE OSTI	
10.3	SALANDIM327	
10.4	PAMPADO329	
11. 0	IMPACTO DA ECONOMIA CAFEEIRA NO MEIO URBANO330	

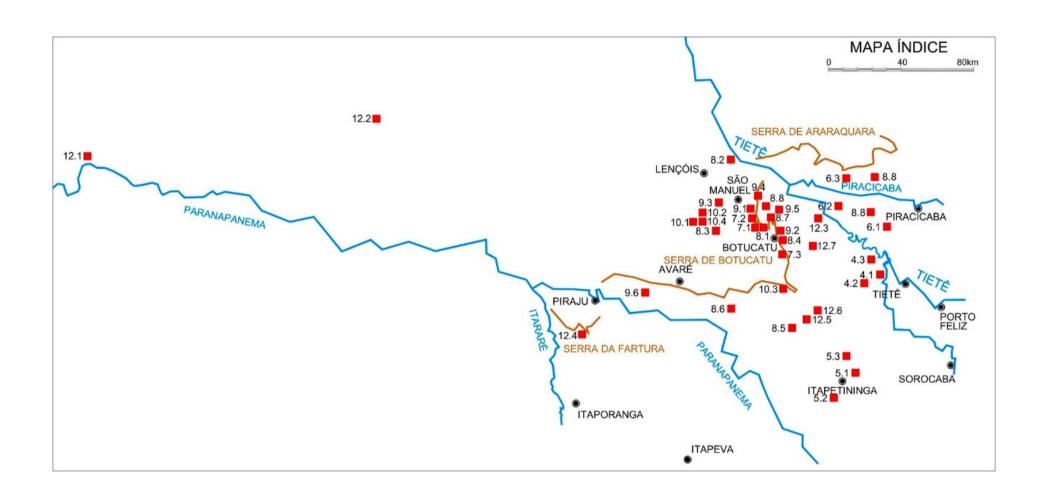


12.6	SÍTIO SANTO ANTÔNIO, NA AREIA BRANCA, DE BENEDITO DE OLIVEIRA350	
------	--	--





12.7 S	ITIO ALAMBARI	350
SÍNTES	E CONCLUSIVA	352
BIBLIO	GRAFIA	356
ANEXO	I - LISTA DE FIGURAS	368
ANEXO	II – LISTA DE TABELAS NO CORPO DE TEXTO	373
ANEXO	III – TABELA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PAULISTA DE 1835	374



"A predileção pela arquitetura religiosa resulta naturalmente das reações que sobre o sentimento sempre provocam o grandioso e o imprevisto, e que facilmente ultrapassam o limiar da sensibilidade humana, despertando o culto pelo herói e pelo gênio, pelos "monstres sacrés", para generalizar a expressão do poeta Jean Cocteau. E a grandiosidade da obra está ligada à grandeza do gênio, do ser admirável e raro, louvado e enaltecido como um mágico, quase como um deus.

Na arquitetura civil, entretanto – quero me referir àquela da simples casa de habitação, não a dos palácios e edifícios públicos – a personalidade do projetista se perde na multidão, como que se apaga para deixar apenas como uma "figura" de um "campo" definido e limitado. Abre-se ao estudioso a iniciativa de conhecer a estrutura interna destes "campos", de caracterizar esses domínios pelas suas diversas condições de natureza, de técnica e de cultura, de definir os seus limites e classifica-los."

Joaquim Cardoso. Trecho do artigo "Um tipo de casa rural do Distrito Federal", in Revista do IPHAN, nº 7, 1943.

1. INTRODUÇÃO

BREVE HISTÓRICO DA PESQUISA

Desde criança, vivi imerso em um ambiente onde se contava história o tempo todo. Por vezes eram histórias de familiares, como tal bisavô casou com a bisavó, como tal tio ia pra guerra mas não foi, como eram as artes que meus avós faziam quando crianças, e como era a cidade de Botucatu antigamente.

Tendo por mãe uma cronista incrível, era natural que as histórias me cativassem. Até que eu quis saber mais, e minha mãe me apresentou ao "Achegas", o principal livro a tratar da história de Botucatu, obra de Hernâni Donato.

Conforme comecei a circular mais pela zona rural, trabalhando e passeando de bicicleta, fui escutando casos diferentes, sobre vilarejos desaparecidos, fazendas que foram poderosíssimas e já não eram mais nada, e para tudo recorria ao surrado Achegas.

Ingressei na FAUUSP em 1995, e na medida em que cursava as disciplinas de história da arquitetura, procurei desenvolver trabalhos em Botucatu ou região. Era uma maneira de tentar interpretar, encaixar as histórias que escutei na infância dentro de um cenário mais amplo. Aí chegou o momento em que o Achegas e outras publicações que gradativamente descobri – como o "No Velho Botucatu" de Sebastião Almeida Pinto - não eram suficientes. Fui falar com Hernâni Donato. Uma, duas, dez, incontáveis vezes me recebeu, todas elas com seu característico modo positivo de encarar a vida. Sugeria, falava de coisas que tinha escutado de modo impreciso e não havia publicado pois não pode averiguar, mas que eram caminhos possíveis, de pesquisa.

Em 2000, já no final da graduação, e então estagiário do CONDEPHAAT, comecei a tentar interpretar a fazenda Lageado, estimulado pelo Guilherme Michelin. Foi então que decidimos procurar o professor Carlos Lemos, que desde então nos acolheu generosamente, primeiro

como estudantes, depois como arquitetos e, por fim, no planejamento urbano de Botucatu, pensando políticas de patrimônio cultural. A presente tese é desdobramento natural deste processo.

OBJETO

O objeto desta pesquisa é a arquitetura produzida nos sertões de Botucatu entre 1830 e 1930. O recorte territorial da pesquisa se baseia no processo de ocupação territorial das capitanias, depois província e, por fim, Estado de São Paulo.

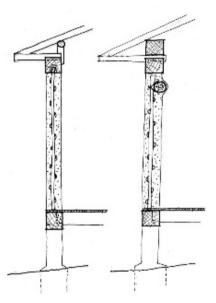
A colonização portuguesa avança pelo interior, havendo, já no início do século XVII, pedidos de sesmarias no "Intucatu"; no entanto, a resistência indígena, somada à timidez do desenvolvimento agrícola do planalto paulista, barram este avanço, e os portugueses só ousariam ultrapassar a serra de Botucatu em meados do século seguinte e, ainda assim, com estabelecimentos precários e habitados unicamente por capatazes e alguns escravos. Proprietários só ousariam residir nestas

terras após 1830, quando se inicia a ocupação intensiva deste sertão.

O recorte temporal da pesquisa se estende, deste modo, desde 1830 até 1930, intervalo de tempo que compreende desde o início da fixação de proprietários sobre suas terras, nos sertões de Botucatu, incluindo o avanco dos "engenheiros" (proprietários de engenho, como eram chamados em 1800) pela calha do Tietê, e o avanço da economia tropeira a partir de Itapetininga, pelo caminho do Iguatemi, gradativamente se conectando às regiões de Piracicaba, Brotas e Araraguara, e chegando ao ciclo do café na serra de Botucatu, que acarreta imensa transformação cultural, tecnológica, territorial, econômica, e onde os núcleos urbanos ganham importância e, gradativamente, assumem o protagonismo da história regional, relegando a sociedade rural a um papel secundário. A crise de 1929 é, nesta região, um marco importantíssimo desta transferência de protagonismo, do campo para a cidade, e da velha classe de grandes fazendeiros para uma nova classe de comerciantes e pequenos industriais recém-enriquecidos. O estudo da arquitetura rural não teria, a partir de

1: Lemos, 1999. Ver revisão bibliográfica.

Fig. 1: corte típico de paredes em paua-pique conforme a técnica mineira (A) e paulista (B). Neste caso, a técnica paulista já acusando influência mineira, pois está apoiada sobre baldrame. A técnica paulista mais antiga não possui baldrame, e os paus a pique são diretamente apoiados no solo.



1930, o sentido de expressar o cerne do desenvolvimento cultural desta sociedade, mas refletiria, daí por diante, uma condição marginal do processo de desenvolvimento urbano, daí interrompermos, nesta data, a análise.

OBJETIVOS

Este trabalho pretende colaborar para a compreensão da arquitetura paulista no século XIX e início do XX, analisando técnicas construtivas, programas e partidos, resgatando elementos da vida doméstica e da atividade produtiva nas propriedades rurais, e relacionando estes elementos ao processo histórico de ocupação do território, das correntes migratórias e da estruturação fundiária.

Particularmente, pretendemos aqui discutir duas grandes transformações culturais ocorridas no espaço paulista. Uma primeira, relativa à passagem de uma arquitetura fundamentalmente paulista, mameluca, para uma técnica que chamaremos aqui de mineira¹.

A técnica paulista mameluca seria aquela que tem por exemplares máximos as casas bandeiristas, mas se desdobra em uma série de edificações mais simples, caracterizadas pelo uso da taipa de pilão nas paredes mais importantes, e pelo pau-a-pique rudimentar nas paredes secundárias, geralmente fincado diretamente no solo ou em uma base de taipa de pilão, e preso no seu terço superior a uma viga roliça amarrada lateralmente, gerando um ressalto nas paredes (ver figura 1).

A técnica dita mineira – na verdade, encontrada em todo o Brasil e em Portugal, herdeira da carpintaria medieval portuguesa em sua versão mais "erudita" do que a versão paulista - será agui chamada "mineira" porque no contexto paulista foi introduzida quase completamente no bojo da grande migração mineira ocorrida a partir de 1800 sobre o território paulista. Caracteriza-se pela construção inicial de uma estrutura principal da casa – esteios, baldrames, frechais, contraventamentos eventuais (quando os esteios são diretamente fincados chão. no frequentemente prescinde dos se

contraventamentos das paredes, restando apenas os horizontais, nos cantos da edificação), cobertura, e então, com a casa coberta, os pausa-pique são encaixados em cavidades situadas na face inferior dos frechais e simplesmente apoiados sobre o assoalho. Amarradas taquaras, horizontalmente, é batido o barro e a parede resulta ficar totalmente lisa, sem o "calombo" da viga que acontece no pau-a-pique paulista mameluco. Esta técnica reflete, portanto, a introdução de um artesanato mais sofisticado, na sociedade paulista, emanado a partir de Minas Gerais.

A segunda grande transformação cultural que pretendemos estudar é aquela promovida pelo café, que traz consigo enormes levas de imigrantes, a ferrovia, o uso de tijolos, a carpintaria moderna.

Poderíamos resumir esta última transformação como sendo a inserção da região de estudo na modernidade, que chega com tal força que quase apaga os traços das culturas anteriores, mas se apropria, em parte, de alguns elementos das mesmas.

JUSTIFICATIVA

O estudo da arquitetura tradicional paulista, ou seja, aquela que precede as transformações culturais trazidas pelo café e as ferrovias, tem privilegiado as regiões mais a leste do Estado de São Paulo, onde a população era mais densa, no século XIX, e, portanto, onde se concentram exemplares preservados. As obras que tomamos como referências fundamentais para este trabalho são os estudos de Lemos, Bortolucci, Benincasa, Carrilho e Cruz. Geograficamente, veremos que a região de Botucatu é uma lacuna, na composição destes trabalhos, o que ensejou o presente estudo.

A METODOLOGIA E OS OBJETOS

A busca por casas que se enquadrassem nesta pesquisa passou por conversas com memorialistas de diversas cidades e com pessoas ligadas à vida do campo, como transportadores de gado, postos de gasolina, proprietários, as unidades da CATI, além de muitas andanças pela zona rural da região.

Houve, paralelamente, uma pesquisa documental e bibliográfica em que nos valemos da internet, sobretudo do Google Earth, e de diversos artigos reproduzidos em sites por vezes até inexatos, mas que apontavam caminhos possíveis para as buscas e permitiram encontrar algumas propriedades.

As propriedades citadas ou descritas em livros como os de Donato e Pupo foram lançadas sobre uma base cartográfica produzida em AutoCAD, e estas informações foram contrapostas a mapas da CGG de 1903 e dos anos 40, e dos mapas do IBGE 1:50.000 do final da década de 1960.

No Arquivo do Estado foram consultados os Registros Paroquiais de 1855-1856, os Maços de População e a correspondência entre a Comissão de Qualificação Eleitoral da freguesia e depois Comissão de Implantação da Villa e, por fim, Câmara Municipal e o governo provincial, em 1852-1890, que nos permitiram reconstruir um mapa da estrutura fundiária da região e mesmo alguns traços da atividade econômica e do perfil social de seus moradores.

O estudo detalhado de inventários permite um mergulho, no cotidiano daquelas moradias, que gostaríamos de ter repetido no presente trabalho, mas para o qual fomos obstaculados pela nova forma de gestão dos arquivos da justiça paulista, que ficam centralizados em empresa terceirizada e são – especialmente os processos mais antigos – de dificílimo acesso, posto que a consulta direta ao acervo não é permitida, e o endereçamento das caixas a partir de nomes e datas de inventários não é suficientemente fiel para permitir encontrar os processos procurados, tornando as caixas "invisíveis".

Já a estrutura fundiária, e algumas características de seus moradores, fomos buscar – na falta dos inventários – em contratos de compra e venda registrados no 1º Cartório de Notas de Botucatu, onde fizemos uma varredura completa da documentação existente desde 1847 (início do funcionamento do cartório) até 1873, além de pesquisarmos alguns documentos, isolados, posteriores.

Consultamos ainda os levantamentos do CONDEPHAAT, que visitou diversas fazendas nesta região na década de 1970. Os levantamentos de campo foram feitos a partir de visitas aos exemplares que possivelmente se enquadrassem na pesquisa, documentados através de fotos e desenhos em escala 1:500 (implantação de conjuntos), 1:200, ou 1:100 (plantas de edificações) ou croquis sem escala, mostrando perspectivas ou detalhes construtivos.

Foram analisadas as técnicas de carpintaria, de vedação, as ferragens, as telhas, os vãos, as alvenarias de pedra e, por fim, a planta baixa, a implantação e o partido, buscando através destes indícios apoiar a datação das construções e a determinação de sua "filiação arquitetural", ou de como ela se inseria entre os três grandes universos culturais citados nos objetivos, anteriormente.

Para encontrar as propriedades desenvolvemos pesquisa cartográfica cruzando mapas antigos, já citados, com as imagens de satélite atuais. Utilizamos imagens de fazendas, similares ao que

esperávamos encontrar, para mostrar aos entrevistados, o que auxiliou muito. Nas imagens de satélite, buscamos casas em quatro águas ou com o "L" clássico (uma grande cobertura em quatro águas com um puxado – invariavelmente cozinha).

Após muitas tentativas infrutíferas, verificamos que a ocorrência de casas antigas está associada às áreas rurais mais densamente povoadas, que correspondem a áreas de solo fértil, que estiveram recobertas por florestas mais densas originalmente, e em seguida sediaram as grandes fazendas de café. Passamos a concentrar as buscas nos bolsões cafeeiros mais antigos, o que se mostrou um grande acerto: passamos a encontrar exemplares com maior frequência.

Também identificamos diversos exemplares urbanos, notavelmente em Botucatu e Anhembi. Porém, o ambiente urbano gera perturbações que induziram reformas nos imóveis, com intensidade e frequência maiores do que no campo, o que nos levou a utilizá-los de maneira muito restrita nesta pesquisa.

2. A ARQUITETURA RURAL COMO CAMPO DE INTERESSE— UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1: Cardoso, 1943 2: Lévi-Strauss, 1989. O artigo "Um certo tipo de casa rural do Rio de Janeiro", escrito por Joaquim Cardoso para a Revista do Sphan¹, coloca de maneira muito clara o problema do estudo da arquitetura do cotidiano, a arquitetura da casa de morada. Como bem coloca Cardoso, o estudo da história da arquitetura baseado em grandes monumentos é como a história baseada nos grandes feitos e grandes heróis; ao contrário, a história da arquitetura baseada nas casas, na arquitetura rotineira, traduz a história das pessoas comuns, dos modos de vida, das transformações gradativas e gerais no modo de ver a vida, é a história em que conseguimos nos reconhecer como partícipes, de algum modo.

Quando falamos sobre a arquitetura vernacular, estamos falando sobre a materialização de padrões sociais, relacionados a estratégias de sobrevivência, estruturas culturais de organização e agrupamento, moldadas pela interação contínua entre um grupo social relativamente homogêneo e um meio natural que se lhe torna cada vez mais conhecido. A cultura material daí resultante, dita vernacular, se manifesta em soluções duradouras e estáveis, porque eficientes para as necessidades materiais, culturais, e os materiais disponíveis.

Estamos, portanto, falando sobre sociedades sedentárias e relativamente estacionárias, no sentido que Lévi-Strauss cunhou, ou seja, sociedades em que o valor da tradição é maior que o da inovação².

Curioso é que a sociedade brasileira se moldou em condições muito diversas das descritas acima. A instituição de uma colônia portuguesa na América do Sul foi uma das mais vastas epopeias de deslocamento humano do período, trazendo europeus e africanos para habitar um clima e uma natureza que lhe eram completamente estranhos. Não conheciam os materiais, a fauna, a flora, e os efeitos do clima tropical úmido edificações. sobre as Gradativamente o descobriram, em parte com auxílio do indígena, este sim, instalado aqui há milênios, com uma autêntica arquitetura vernacular.

Estando o europeu no comando do processo colonial, ele esteve também no comando da criação de uma cultura material e, portanto, da cultura arquitetônica da colônia. Foi, deste modo, da cultura construtiva portuguesa que veio a mais importante contribuição para a formação da cultura construtiva brasileira colonial. No entanto, adaptações regionais destas tradições construtivas aos materiais disponíveis, à cultura material dos construtores ali chegados, aos hábitos dos comitentes, levaram à formação de vernacularidades regionais, criadas a partir do repertório português adaptado às condições específicas de cada região (e condicionados pelo repertório específico dos construtores chegados a cada região).

No sul da colônia portuguesa predominaram, nos primeiros séculos, três grandes grupos de técnicas construtivas: a cantaria e alvenaria de pedra, principalmente no litoral; a taipa de pilão, principalmente no planalto de Piratininga e áreas de povoamento paulista anteriores a 1800; e o pau a pique, sempre presente nas edificações mais modestas, nas divisórias internas das edificações de pedra e de taipa de pilão, mas também, por vezes, em edificações de maior porte totalmente realizadas nesta técnica, especialmente em Minas Gerais, onde as versões mais eruditas da referida técnica proliferaram em maior intensidade. Todos estes três grupos de técnicas eram encontrados em Portugal, onde correspondiam a hábitos regionais, sedimentados a partir de uma tradição ibérica mais ampla, formada, por sua vez, a partir de uma arquitetura romana reapropriada pela comunidade, conforme Addis³, que pondera que a Idade Média permitiu a transferência da tecnologia, até então quase monopolizada pelo exército romano, e, a partir de então, crescentemente difundida entre os artesãos civis, tornando-se um conhecimento

3: Addis, 2009, pg.73.

apropriado pela comunidade, diante de um estado enfraquecido.

A construção em pau a pique foi descrita e criticada já por Vitruvius, o que vem comprovar que esta técnica integrava o repertório construtivo romano, ainda que não fosse bem vista pelos construtores mais eruditos. É o que podemos concluir da leitura de Vitruvius⁴:

"No que diz respeito às paredes de grades de caniços (opus craticium), por sua vez, gostaria sinceramente que elas não tivessem sido inventadas. Porém, quanto oferecem vantagem pela rapidez de execução e para aumentar o espaço, tanto ficam sujeitas a maiores e não raras calamidades, porque estão prontas para os incêndios como se fossem tochas. E assim, parece melhor desembolsar na compra do tijolo cozido do que cair no perigo da economia dos caniços. Além de que nestas paredes se originam fendas nos trabalhos de revestimento devido ao alinhamento dos canicos verticais e transversais. Ao serem revestidos, recebendo umidade, incham, e secando

posteriormente. deste modo contraem-se: enfraquecidos, auebram solidez dos а revestimentos. Eis o que se deverá fazer quando formos obrigados pela urgência, pela falta de recursos ou pela construção do tabique em plano superior: assente-se o muro de base até uma altura que não permita o contato direto com a camada de assentamento e com o pavimento. pois ao serem enterrados nestes últimos, os canicos acabarão por se apodrecer com o tempo e depois inclinar-se-ão, cedendo, e farão quebrar a superfície exterior dos revestimentos."

É nesse contexto que, de algum modo, o conjunto de técnicas construtivas dominadas já no Império Romano, difunde-se e se adapta a um novo contexto, que no caso dos países ibéricos aponta no sentido de consolidar certas tipologias arquitetônicas, características de proprietários remediados a relativamente poderosos, não chegando propriamente a serem grandes senhores. Na década de 1970, Alec Hewett comprovou⁵ que os ciclos de grande mortandade ocorridos na Inglaterra com as fomes da alta Idade Média deixaram muitas terras sem

4: Vitruvius, 2006, pg. 91.

5: Alec-Hewett, 1980.

proprietários, permitindo a expansão das propriedades e relativa fartura de recursos, o que deu a pequenos proprietários condições de vida mais fartas e, assim, deu origem a certas tipologias arquitetônicas semelhantes à casa portuguesa de "tabique".

Têm se multiplicado os estudos a respeito, porém não encontramos materiais que permitissem traçar uma linha (ou árvore) evolutiva segura das tipologias arquitetônicas residenciais rurais da Europa Ocidental. No entanto, eles permitem identificar a grande replicação de certos padrões construtivos em certas regiões, que sugerem – apesar de sua não datação – uma origem comum em tempos remotos, possivelmente medievais.

Em tempos modernos, estudos de detalhe, que ofereçam uma cuidadosa observação de datação e separação de camadas de intervenções subsequentes nas edificações, têm sido realizados em Portugal e no Brasil, e nos auxiliam por permitir identificar sequências evolutivas nas técnicas de carpintaria envolvidas na realização deste tipo de construção.

Merece destaque a condição especial de isolamento do planalto de Piratininga, em que se desenvolvem soluções arquitetônicas originadas na cultura construtiva ibérica, porém condicionadas pela escassez de meios de transporte, de ferramentas e de mão-de-obra qualificada (escassez em grau mais intenso do que nas áreas litorâneas).

Carlos Lemos, em seu "Casa Paulista", analisa a arquitetura residencial paulista desde os primórdios da ocupação portuguesa até a grande transformação cafelista, e nos fornece um amplo painel da arquitetura do século XIX no leste do Estado. Os exemplares mais próximos de nossa região de estudo são a Fazenda Milhã, em Piracicaba; a casa do Barão de Almeida Lima, em Capivari; e a Fazenda do Tenente Carrito, em Itapetininga.

Os capítulos do livro relacionam momentos sociais e econômicos e bacias hidrográficas, consideradas, pelo autor, como definidoras de ambientes culturais.

6: Lemos, 1999. Este elenco de itens definidores da arquitetura foi enfatizado pelo autor quando cursamos sua disciplina na pós graduação o que muito contribuiu para esta breve revisão.

Assim, o capítulo I – A Casa Bandeirista – trata da casa dos tempos de isolamento do planalto paulista, isto é, de antes de 1765, sobretudo nos arredores da atual cidade de São Paulo, o alto vale do Tietê. Ali, o autor identifica a introdução da taipa de pilão e o desenvolvimento de especificidades na técnica, nos programas, no partido, definidos, em grande parte, pelos equipamentos da (grandemente casa influenciados pela cultura indígena) e pelos fatores naturais clima е materiais predisponentes⁶. Sobre esta arquitetura dita bandeirista, a obra enfatiza a lacuna do conhecimento atual sobre o programa, visto que não está completamente esclarecido o uso dos ambientes, nesta casa dos dois primeiros séculos de São Paulo. Sabe-se, contudo, que a liberalidade e promiscuidade indígena de algum modo se defrontaram com a moral católica do resultando rígida português, em compartimentação da vida privada, com relação aos forasteiros, ou seja, a rígida clausura imposta às mulheres como proteção diante da frequente presença de estranhos a serem hospedados. Tais questões dividiram a casa em dois grupos distintos de espacos, claramente separados entre si: uma área reservada à intimidade, isto é, às mulheres da casa, e outra área reservada aos estranhos, ou seia, espacos de hospedagem e. inicialmente, capelas, abertas ao público. Estas sediavam propriedades imensas. casas distanciadas entre si pelo menos 3 ou 4 léguas, o que significa duas ou três horas de cavalgada. Frequentemente, esta distância era muito maior, chegando mesmo a ficar, uma casa, a mais de um dia de cavalgada da outra (cerca de 60km, ou 10 léguas), demandando, neste caso, que o viajante acampasse, a caminho. Nestas, os hábitos indígenas se fazem muito presentes e o mobiliário é mínimo – para não dizer quase inexistente.

No capítulo II – A Casa do Tempo do Açúcar, o autor analisa a arquitetura do quadrilátero do açúcar, no período entre o governo de Morgado de Mateus – que dá forte impulso em todas as áreas do desenvolvimento da então Capitania de São Paulo – e meados do século XIX, quando o açúcar perde o posto de principal produto da província.

Neste período, torna-se sensível a presença mineira e a importação de técnicas construtivas desta região.

No capítulo III – A Casa do Início da Era Cafeeira, no Vale do Paraíba, o autor trata da arquitetura, de forte influência mineira, introduzida junto com a lavoura de café nesta região, por volta de 1800 em diante, e até a chegada da ferrovia – década de 1880.

O capítulo IV – A Casa dos Primeiros Tempos do Café na Bacia do Tietê – trata da casa sob forte influência mineira - mas já amadurecida e homogeneizada em solo paulista - que surge nos arredores de Campinas em meados do século XIX e se expande pelo oeste do Estado. No entanto, o autor sublinha que os limites desta expansão a oeste não foram suficientemente estudados, e concentra suas análises sobre exemplares da margem norte do Tietê, chamando a atenção para alguns estudos iniciais sobre a margem sul, especialmente aquele de Neide Marcondes Martins, cujo desenvolvimento teria o maior interesse. É, de certa forma, o que se pretende nesta tese.

As casas estudadas neste capítulo são aquelas que mais nos interessam para esta tese, pois são do período que abordamos e se situam na zona geográfica imediatamente a leste de nossa região de estudo, isto é: precisamente, a região de onde virão os principais cafeicultores de Botucatu de fins do século XIX.

Dentre as casas "dos primeiros tempos do café na Bacia do Tietê" encontramos, em alguns casos, grandes semelhanças quanto à volumetria (a fazenda Santa Maria ou a fazenda Três Pedras, em Campinas, poderiam ser modelos para as fazendas da região de Botucatu) e quase sempre, quanto ao programa e ao partido, apresentando grande similaridade de plantas com as casas botucatuenses da mesma época, quardadas proporções: as as casas botucatuenses são de dimensões sensivelmente mais modestas.

O estudo de Neide Marcondes Martins, publicado em 1978, faz um interessantíssimo inventário das propriedades mais antigas de Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista⁷. Este inventário foi importante

7: Martins, 1978.

8: Benincasa, 2003.

para nosso estudo, pois trouxe à luz a arquitetura rural de uma região muito próxima de Botucatu (Pirapora – hoje Tietê – era município vizinho de Botucatu, pois Anhembi pertencia a Botucatu, e Laranial e Conchas a Tietê), especialmente em se tratando de Laranjal Paulista, uma mancha de terras muito férteis na foz do rio Sorocaba, onde os cafeicultores tieteenses fizeram uma última escala antes do salto para o oeste, desprezando os solos de areião, indo direto às terras roxas do vale do Araguá. Assim, dentre as propriedades analisadas por Martins, as que mais nos interessam, e que foram aprofundadas neste estudo, são a Fazenda Estrela e a Fazenda Santo Antônio (no córrego da Onça), ambas no atual município de Laranjal Paulista, e das quais encontramos também outras referências em documentos antigos.

Vladimir Benincasa desenvolveu seu mestrado – depois convertido em livro⁸ – sobre o cotidiano das fazendas de café da região de Araraquara. Sua reflexão não se estrutura por propriedade, mas sim por tipos de edificação dentro da estrutura típica de uma fazenda de café, de modo

que os edifícios preservados, de algumas fazendas, completam as lacunas daquelas que já não os têm, construindo uma ideia geral do que seria uma fazenda completa, através dos retalhos remanescentes. A região de Araraguara teve um desenvolvimento análogo - e quase simétrico ao da região de Botucatu, e muitas das reflexões de Benincasa se aplicam aos sertões de Botucatu - como a percepção de que as sesmarias antigas estavam sobre as áreas de pastos naturais portanto, de solos pobres - enquanto as áreas de solo fértil - onde vicejaria mais tarde o café eram cobertas por densa mata apresentavam interesse econômico, naquele momento. Também é comum entre Botucatu e Araraquara a condição de estar entre duas rotas muito transitadas do Brasil Colonial e, no entanto, permanecerem à margem dos acontecimentos (Araraguara entre o Tietê e o Caminho de Goiás, e Botucatu entre o Tietê e o Caminho do Sul, ou de Viamão). Por fim, a abertura de caminhos ligando São Paulo ao Mato Grosso por terra vem alavancar o povoamento dos sertões de Araraguara e Botucatu. Porém, enguanto o picadão de Cuiabá parte de Piracicaba e efetivamente chega ao rio Paraná, conectando esta região ao Mato Grosso, temos uma situação bastante diferente em Botucatu, onde a abertura do caminho é interrompida nos arredores do Salto Grande do Paranapanema, de modo que o caminho que deveria ligar Itapetininga à fronteira com o Paraguai na verdade se limita a ser uma ramificação do caminho do sul, dando acesso a uma série de novas invernadas que se abrem.

Daí para diante, o desenvolvimento araraquarense se dá como um prenúncio do que ocorrerá em Botucatu algumas décadas depois. Mineiros chegam, em levas, a Araraquara, no início dos 1800; em 1830 estão chegando a Botucatu. O café entra nos sertões de Araraquara em 1840; em 1865 chega a Botucatu.

O grande interesse pela arquitetura rural dos sertões de Araraquara vem, portanto, do fato que seus exemplares poderiam ser referências para a análise da arquitetura erguida em Botucatu.

A tese de doutorado de Vladimir Benincasa, "Fazendas Paulistas: Arquitetura Rural no Ciclo do Café", orientada por Maria Ângela P. C. S. Bortolucci, defendida na EESC-USP em 2007, analisa as fazendas de café paulistas em um amplo arco de tempo — desde a introdução do café na capitania, na virada dos 1800, até 1940. Disso resulta também uma grande região de estudo — pois neste amplo período a "onda verde" se moveu desde a divisa com o Rio de Janeiro até o extremo oeste paulista.

Benincasa trata não apenas da residência sede, mas de todo o complexo edificado das referidas fazendas, o que torna seu trabalho uma referência importante para todos que pesquisam a arquitetura rural, especialmente aquela do oeste paulista.

Deve-se, em parte, a este estudo de Benincasa, o início da presente tese, pois foi através dele que tomamos conhecimento da persistência de testemunhos arquitetônicos anteriores a 1880, na região de Botucatu.

Os capítulos 4 e 5 da tese de Benincasa são aqueles que mais fornecem subsídios para o presente estudo, pois tratam, respectivamente, da arquitetura do café nas regiões de

9: Benincasa, 2007.

Campinas/Araraquara/Ribeirão Preto e de Tietê/Botucatu/Bauru/São José do Rio Preto.

No capítulo 4, saltam aos olhos as semelhanças de algumas propriedades com aquelas que vamos analisar na região de Botucatu. Chama à atenção, também, a datação das mesmas, sempre em fins do século XIX, momento em que as casas do café têm suas feições consolidadas nos arredores de Botucatu. Merecem, portanto, observação mais detalhada as propriedades Fazenda Cana Verde (Itu, 1881), Fazenda Dona Carolina (Bragança Paulista, 18??), Fazenda São Sebastião (Amparo, 1880 aprox.), Fazenda Floresta (Itu, 1880 aprox.), Fazenda Santo Aleixo (Amparo, 1877), Fazenda Itapiru (São Carlos, 1887) e Fazenda Conceição (São Carlos, 18??).

No capítulo 5, Benincasa estuda, entre outras, a região de Botucatu, onde nos expõe a estrutura física de diversas propriedades, especialmente de duas das propriedades mais importantes deste estudo (Fazendas Boa Esperança e Santo Antônio do Araquá, em Botucatu e São Manuel, respectivamente), revisita as propriedades

anteriormente descritas por Neide Marcondes Martins em 1978, e acrescenta mais algumas, na região de Tietê, onde identifica a grande semelhança da arquitetura da fazenda Boa Esperança, de Botucatu, com relação àquelas da região de Tietê, assim como algumas características mineiras, dentre as quais cita o embasamento de pedras sob a taipa de mão, e a gaiola independente. Sobre isto, identificamos alguns detalhes que nos levaram a conclusões um pouco diferentes das de Benincasa, mantendo, porém, a convicção de que houve um aporte mineiro na arquitetura botucatuense. Sobre isso, porém, trataremos oportunamente.

São também importantes para este estudo as propriedades analisadas por Benincasa nos arredores de Agudos (fazenda São Pedro, fazenda São Benedito e fazenda Santo António), todas já em tijolos, da última década do século XIX, mas preservando volumetria, partido e programa da casa tieteense-botucatuense; e, por fim, a incrível casa mineira em pau a pique da fazenda São José, em Pirajuí, que nos coloca diante de um paradoxo: uma área de tão rápido

povoamento, onde o lapso de tempo entre a floresta fechada habitada por índios e a grande fazenda de café servida pela ferrovia parecia ser excessivamente breve (algo próximo de 15 anos) para que houvesse tempo de se desenvolver uma arquitetura sofisticada em pau a pique. Mas a foto encontrada por Benincasa está lá e nos mostra isso: depois dos índios e antes dos cafeicultores (e dos tijolos) houve tempo para um mineiro se afazendar, provavelmente com gado e porcos, consolidar-se, e construir uma bela e ampla casa mineira em Pirajuí.

Outro importante estudo, orientado por Bortolucci, é a dissertação de mestrado de Cícero Ferraz Cruz, apresentada à EESC-USP em 2008. Sob o título "Fazendas do Sul de Minas Gerais: Arquitetura Rural nos séculos XVIII e XIX", Cruz inventaria e analisa cerca de 100 propriedades rurais desta ampla região. Tal estudo é da maior importância para conhecermos as arquiteturas das regiões de origem dos povoadores mineiros da região de Botucatu¹⁰.

Nos capítulos 1 e 2, quando resgata analiticamente as raízes ibéricas da técnica construtiva mineira e pondera a bibliografia existente através de seus achados em campo, Cruz fornece amplo material para auxiliar a reflexão sobre nossos exemplares botucatuenses. Oportunamente, voltaremos a citar suas dissecações da técnica construtiva sul mineira.

A seguir, Cruz destrincha a evolução do programa e do partido arquitetônico, apresentando não só uma síntese do programa em diagramas, como uma interessante sequência evolutiva entre a casa tradicional portuguesa e a casa de fazenda brasileira, transição que considera ter ocorrido em solo brasileiro, e que leva à casa típica do sul de Minas Gerais. As casas típicas que coloca nas últimas duas etapas da transformação são, essencialmente, as mesmas plantas que vamos encontrar nas regiões de Campinas, Tietê, Botucatu, tendo se acrescentado a estas casas paulistas apenas o alpendre fronteiro — que em muitos casos pode ter sido adicionado posteriormente, como veremos.

10: Cruz, 2008.

11: Carrilho, 1994.12: Rodrigues, 2010

Finalmente, Cruz passa a descrever e analisar as fazendas, uma a uma, constituindo um amplo painel. Sua análise agrupou as propriedades por regiões, em que busca corresponder a divisão regional atual, utilizada pelo IBGE, à antiga divisão política do sul mineiro no início do século XIX. Os grupos mais profundamente estudados por Cruz, afortunadamente, correspondem às regiões que mais intensamente enviaram povoadores para a região de Botucatu: os grupos de Varginha, Carrancas, Cruzília, Carmo de Minas, Itajubá e São Gonçalo do Sapucaí são aqueles mais próximos das antigas residências destas famílias botucatuenses: os Nogueira eram Baependi; de os Villas Boas. de Itajubá/Brasópolis; os Costa e José Theodoro de Souza, de Pouso Alegre; os Valle eram de Nazareno: os Fonseca e os Teixeira, de Campanha e Cambuquira; e outros povoadores de Silvianópolis e Santa Rita do Sapucaí; há, por fim, referências isoladas a mineiros de outras regiões: Francisco de Paula Vieira era de Sacramento – próxima de Araxá, e José Antônio Pereira era de Cabo Verde. E entre os povoadores de regiões vizinhas encontramos menção a Ouro Fino. Fica claro, deste modo, que a dissertação de Cruz será da maior importância para a leitura da "mineiridade" presente nas casas botucatuenses.

Marcos Carrilho¹¹, orientado por Lemos, estudou as fazendas do Caminho Novo da Piedade, erguidas nas primeiras décadas do século XIX. Ali ele expõe não só a penetração, até então inédita, de influência mineira em território Paulista, como a introdução de um alto nível de sofisticação e planejamento do empreendimento agrícola, necessários ao desenvolvimento cafeeiro e absolutamente estranhos à tradição paulista, então predominante nas demais regiões da capitania – depois província.

A dissertação de mestrado de Mariana Pereira Horta Rodrigues¹², desenvolvida na FAUUSP, sob orientação da professora Maria Lúcia Bressan Pinheiro, interessou-nos especialmente pela análise de traços remanescentes das fazendas de gado, abertas por mineiros naquele território. Especialmente, mereceu atenção a

fazenda Cachoeira, cuja sede seria anterior a 1859, possivelmente de 1830 ou 1840.

Rodrigues busca datar e reconstituir as transformações vividas pela edificação; no entanto ficam diversos pontos em aberto, tais que apenas uma exploração detalhada da carpintaria da casa permitiria — talvez - solucionar. O primeiro elemento é a datação das partes da casa, que pode ter tido outras configurações, antes da atual; a segunda seria o melhor conhecimento das soluções de carpintaria ali utilizadas. Apesar destas questões em aberto, Rodrigues nos oferece um rico panorama de uma estrutura rural voltada à pecuária ainda remanescente, o que em muito enriqueceu nossa observação sobre as propriedades originalmente abertas por mineiros em Botucatu.

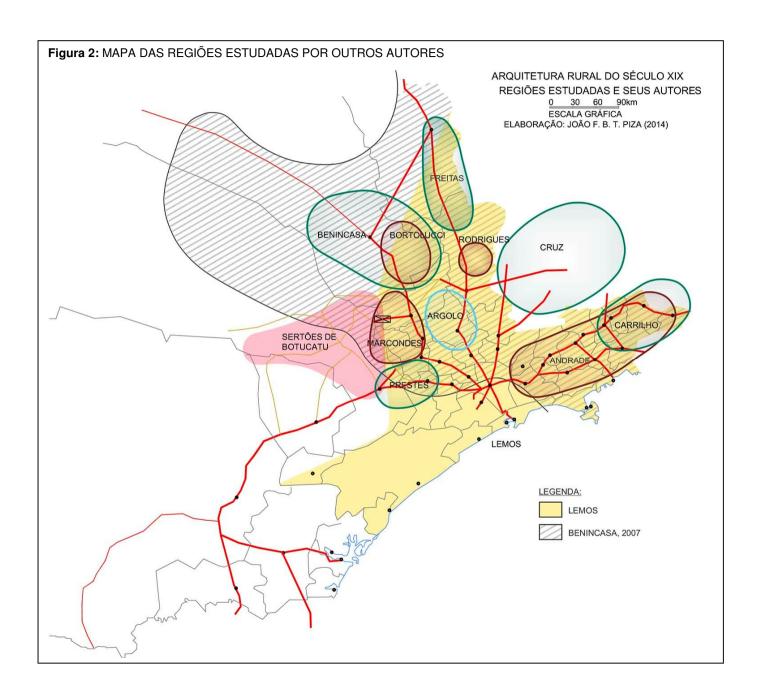
Na região de Sorocaba, depois dos textos fundamentais de Aluísio de Almeida, publicados pela revista do SPHAN¹³, utilizamos as mais recentes pesquisas de Lucinda Ferreira Prestes¹⁴, que abordam o cotidiano e a arquitetura das moradas da elite sorocabana nos

séculos XVIII e XIX e, em certa medida, retoma as reflexões de Almeida.

As casas sorocabanas nos auxiliam a compreender a casa da elite tropeira e sua dinâmica. A casa baixa e atarracada, a varanda quase nunca forrada e em chão batido, em tudo coincidem com a casa que encontramos em Itapetininga e Guareí, e sobre estas casas permite melhor leitura de como seriam habitadas.

Os estudos de Prestes enriqueceram as observações de Almeida com amplo resgate iconográfico, e cruzamento com outras fontes históricas. As chácaras que ambos estudam são importantes para esta tese, pois eram as moradias efetivas da elite tropeira que detinha concessão de grandes sesmarias no sertão de Botucatu. A partir das obras de Almeida e Prestes podemos aproximar a compreensão de como seriam as moradias de Cláudio Madureira Calheiros, Gomes Pinheiro, Paulino Ayres de Aguirre e Ignácio Dias Baptista, grandes lideranças sorocabanas e grandes fazendeiros no sertão de Botucatu.

- 13: Almeida, 1945.
- 14: Prestes, 1997 e 2002.



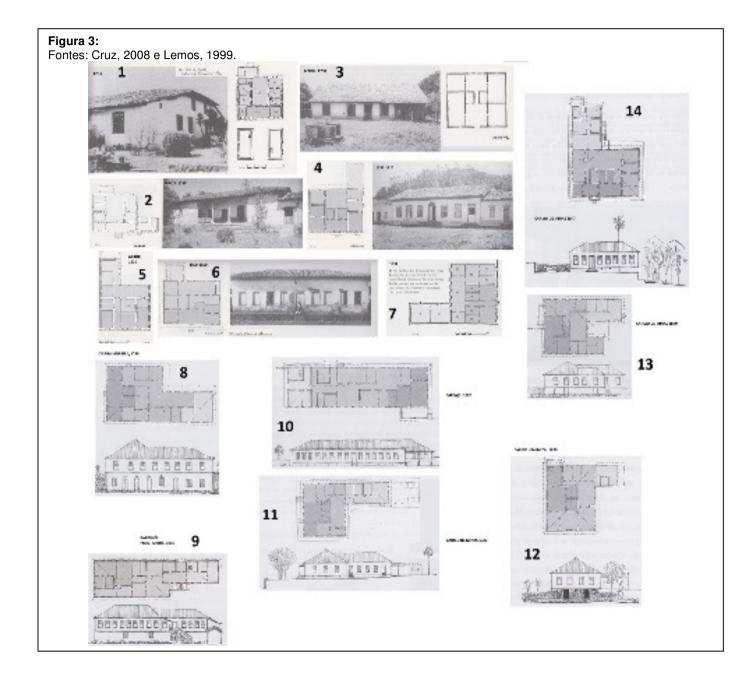


Figura 3: FAZENDAS DO INÍCIO DO SÉCULO XIX ABORDADAS EM OUTROS ESTUDOS.

As fazendas estão agrupadas em ordem aproximadamente cronológica, permitindo notar a transição de modelos mais próximos da tradição bandeirista (1: Fazenda Conceição, Itu; 3: Lucrian, Porto Feliz; 2: Chácara Rosário, Itu, esta já com o início de influência mineira; todos do século XVIII) passando para propriedades onde esta tradição bandeirista persiste de modo mais difuso, já entrado no século XIX (4: Fazenda Passa Três de Brigadeiro Tobias; 5: Casa do Tenente Carrito em Itapetininga; 6: Fazenda Pimenta em Boituva) e finalmente chegar à plena influência mineira e a quase total dissipação da herança bandeirista (Casa do engenho da família Teixeira em Campinas, 1834). De 8 a 14, diversas fazendas mineiras da primeira metade do século XIX, da região de Carmo de Minas, muito semelhantes às casas do quadrilátero do açúcar na mesma época.

15: Argollo, 2004.

16: Andrade, 1984

17: Benincasa publicou dois artigos neste sentido em 2010. Ver bibliografia.

Os estudos de Argollo, consolidados em seu "Arquitetura do Café", foram utilizados para a construção de um panorama do desenvolvimento das estruturas cafeeiras ao longo da história.

Uma dessas estruturas é a que se inicia com as fazendas autárquicas do Vale do Paraíba e evolui para as grandiosas empresas agroindustriais do oeste paulista.

Outra, antítese da primeira, é aquela desenhada pelos efeitos da crise de 1929 no oeste novo paulista.

O autor constata na região de Campinas a "existência de fazendas cuia arquitetura inicialmente, quardava. características semelhantes às do Vale (do Paraíba) e, depois, modificando-se radicalmente, transformaram-se nos modelos seguidos pelas sofisticadas empresas cafeeiras de Ribeirão Preto. Dentre as principais mudancas. relacionam-se as seguintes: a casa-grande e a senzala são substituídas por sedes rodeadas de jardins (áreas de lazer) e casas de colônia; dá-se também a substituição dos equipamentos primitivos por máquinas industriais movidas a água e, depois, a vapor ou energia elétrica; o advento das ferrovias,

em vez de "tropas de muares", exige a construção de pequenas plataformas de embarque e desembarque próximas aos armazéns e às colônias da fazenda; e o núcleo industrial agiganta-se, transformando-se no principal componente arquitetônico da grande empresa de café." ¹⁵

Os estudos de Andrade¹⁶, o "Janjão", foram de grande importância, principalmente como referência metodológica, quanto à aplicação do desenho como ferramenta de reflexão sobre a técnica construtiva e a arquitetura como um todo. A observação atenta de sua obra oferece ferramentas importantes neste sentido, que procuramos aplicar na análise das diversas casas aqui estudadas.

Por fim, citamos ainda os estudos recentes de Benincasa¹⁷ sobre a arquitetura de origem mineira que se difundiu ao longo do caminho de Goiás, que vieram auxiliar a reflexão sobre a caracterização e a definição de limites ao aporte mineiro e seus desdobramentos na arquitetura paulista do século XIX.

3. OS SERTÕES DE BOTUCATU NO CONTEXTO DA EXPANSÃO COLONIAL PORTUGUESA NA BACIA PLATINA (1500-1822)

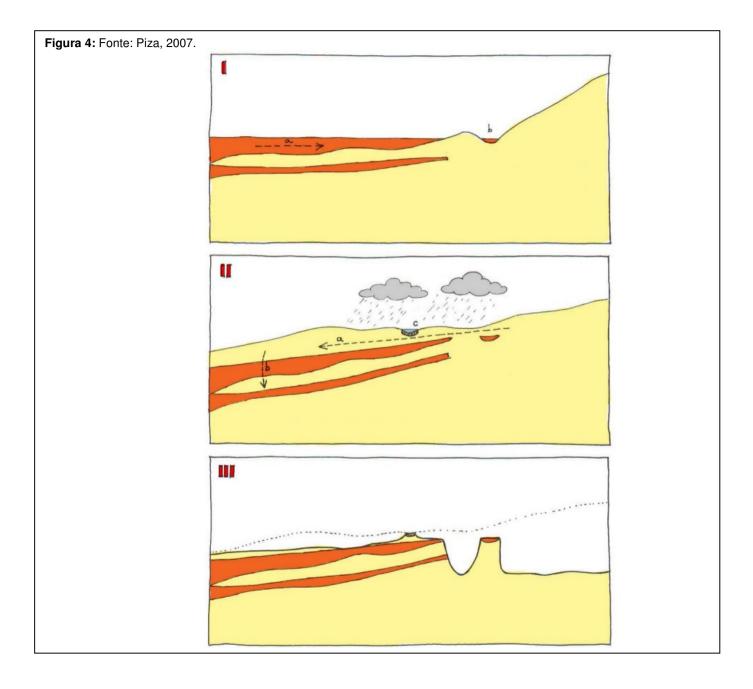
O MEIO NATURAL

Os sertões de Botucatu surgiram aos olhos dos exploradores luso-brasileiros quando estes alcancaram a montanha de ferro de Aracoiaba. Do alto desta, avistava-se a oeste uma grande elevação, de topo plano, que os indígenas chamavam de Ibitucatu, vento bom. Entre Araçoiaba e Botucatu, a geografia se apresenta muito variada. O terreno é cortado por alguns rios afluentes do Sorocaba e do Tietê, como o Tatuí e o Guarapó, cruzando terrenos planos, então cobertos por matas entremeadas de campinas, até a altura do espigão da Areia Branca. Daí para oeste, o terreno torna-se movimentado, com morros-testemunho de encostas abruptas e topo plano, intercalados a profundas grotas escavadas no solo arenoso. A vegetação retorcida do cerrado se torna escassa nas áreas mais altas e secas, e avoluma-se nos vales úmidos. Os morros-testemunho, vestígios do processo erosivo formador deste relevo, vão se tornando cada vez mais frequentes e altos, conforme se caminha para oeste: Torre de Pedra, Luiz Máximo, Morro Alegre, Bofete, e finalmente, chega-se à Serra de Botucatu.

A serra de Botucatu é uma cuesta, formação geográfica caracterizada por um acentuado desnível em um dos lados, formando um degrau na paisagem (similar a uma chapada, porém distinta por ser assimétrica) a que se chama "front da cuesta", e um suave declínio de outro, quase imperceptível. O front da cuesta de Botucatu possui uma face sul, paralela ao rio Paranapanema a partir dos saltos de Piraju, seguindo Paranapanema acima até a foz do rio Guareí, quando se afasta do rio e faz uma brusca inflexão, passando a correr para norte, agora já na bacia do Tietê; o front então se desdobra em uma sucessão de espigões sul-norte paralelos, intercalados por afluentes do Tietê: Capivara,

Figura 4: SEQUÊNCIA DE EVENTOS GEOLÓGICOS QUE FORMARAM A CUESTA DE BOTUCATU

I: Derrames basálticos sobre desertos II: basculamento das placas de basalto e recobrimento final por areias do deserto. Início do clima chuvoso e formação de lagos na superfície, com deposições lacustres sedimentares. III: erosão geral do sistema, com formação de morros testemunho basáltcos (como as Três Pedras), fronts da cuesta e morros testemunho dos sedimentos lacustres no alto da cuesta (como o Cerro do Capão Bonito, hoje mais conhecido como Morro de Rubião)



Lavapés, Araquá. Rodeando o Araquá, a cuesta atinge o rio Tietê na altura de Barra Bonita.

É parte de uma formação que se prolonga, ao norte do Tietê, chamada em outros tempos de Serra de Araraquara, hoje de São Pedro, São Carlos. Ao sul do Paranapanema, é chamada de Serra de Fartura, e adentra o estado do Paraná como Serra de Ortigueira e de São Gerônimo.

A formação da cuesta, a partir de sucessivos derrames de lava entremeados por camadas de areia, gera camadas alternadas de solos arenosos e basálticos, que afloram em diferentes pontos. Geralmente, nos espigões do alto da cuesta predominam os arenitos; nas áreas erodidas próximas do front e em vários pontos do próprio front e pés da serra, manchas de Basalto; por fim, ao redor da cuesta, nas áreas da depressão periférica, solo arenoso altamente permeável, áreas de recarga do aquífero Guarani.

O alto da cuesta de Botucatu está à altitude de 700 a 1.000 metros, enquanto as zonas ao seu redor estão entre os 450 e os 600 metros de

altitude; em média, o front da cuesta apresenta um desnível de 300 metros, suficiente para criar pontos privilegiados de observação do entorno, mas não suficientes para se caracterizarem propriamente como barreiras para o povoamento. Neste trabalho, trataremos deste relevo como "serra" por compreender não apenas a cuesta em si, mas as morrarias circunvizinhas também.

significativas. empecilhos Mais como circulação, foram as matas. As áreas de solo mais fértil, melhor irrigadas pelos cursos d'agua e mais sombreadas, abrigavam as florestas mais densas, principalmente da floresta estacional semidecidual tropical, uma vegetação muito similar à mata atlântica, inclusive com presença de araucárias. As áreas de solos mais pobres arenosos - mais expostas ao sol e menos ricas em cursos d'água apresentavam vegetação desenvolvida, e trechos esparsa, menos significativos de campos "sujos", isto é. entremeados de árvores e capões - vegetações de cerrado, nestes casos. Estes campos eram trechos de trânsito fácil, enquanto a travessia das matas, principalmente junto aos cursos d'água

1: Saint Hilaire, 2002. 2:

http://www.fca.unesp.br/#!/noticia/433/ arqueologos-encontram-ceramicacaingangue-em-botucatu/ consultado em 21/09/2014

mais significativos, mostrava-se difícil. Por isso, abrir um caminho era, sobretudo, abrir estes passos nos trechos de mata fechada, geralmente iunto aos rios. Isto aparece bem descrito por Saint Hilaire¹ na viagem ao sul, guando diz que as estradas que trilhava eram campo aberto, sendo o caminho claramente definido apenas nas travessias de rios e matas. o que pode igualmente ser identificado pela leitura atenta das escrituras do Registro Paroquial de Terras de 1855, que colocam os "Poços" (Passos) dos rios e os "boqueirões" (passagens, bocas de entrada) entre duas florestas densas, para acessar um rinção de pastagens como referenciais importantes das escrituras, pontos seguros de definição geográfica. As descrições da forma da floresta (mata geral=maciço florestal principal; restinga=braço de floresta que adentra campos, dividindo-os: capão=bosque isolado fragilmente unido à mata geral por restinga) ganham igualmente importância, especialmente na medida em que as terras se situam mais a oeste, e sua demarcação pelo juiz de sesmarias se torna menos provável, balizando-se por elementos naturais.

POVOS INDÍGENAS

Os estudos desenvolvidos até o momento revelaram duas populações indígenas diferentes habitando a região: os caiuás, pertencentes ao tronco cultural guarani, e os kaingang, pertencentes ao tronco cultural jê, chamados em diferentes momentos de coroados, cabeludos ou chavantes.

Em linhas gerais, os caiuás teriam agricultura e cerâmica mais desenvolvidas, eram exímios canoeiros e preferiam se instalar em áreas de campo, enquanto os kaingang possuíam uma cultura material mais rudimentar, sem domínio da agricultura, preferindo habitar as florestas, locomovendo-se a pé e baseando-se na caça e coleta. Pesquisas arqueológicas levadas a cabo nas últimas décadas² (o MAE da USP possui uma base em Piraju, e o arqueólogo Zanettini tem estudado o município de Botucatu em parceria com a UNESP) encontraram peças de tradição itararé, kaingang e caiuá na região, inclusive com indícios de habitação próxima e simultânea, sugerindo trocas culturais entre os grupos. Os relatos descritivos são escassos, e apenas a partir de 1800 temos notícias claras, que apontam a presença dos kaingang junto do Tietê, desde o rio Capivara até o rio Paraná ^{3, 4, 5}, e a presença dos caiuá no alto da cuesta, entre o rio Pardo e o Paranapanema ⁶. Uma das teses mais aceitas para a sucessão destas populações na região é a de Francisco S. Noelli ⁷. Segundo esta tese, há aproximadamente 2.500 anos as populações guarani – entre elas os caiuás – partiram do vale do Guaporé, cruzando o pantanal matogrossense e adentrando o vale do Paranapanema e seus afluentes, bem como descendo o Paraguai e Paraná, em um processo descrito por Noelli, a partir de estudos anteriores, como "expansão guarani".

Os guarani conquistaram este terreno aos kaingang, chegados anteriormente, (Mota os associa à tradição Itararé, que segundo Chmyz ⁸ teria aberto o Peabirú) vindos dos cerrados de Minas Gerais, que refluíram mas se mantiveram ocupando os terrenos mais altos dos interflúvios e cabeceiras de bacias. Os guaranis dominaram as áreas de fundo de vale junto dos grandes rios navegáveis.

CAMINHOS E FRONTEIRAS

Fixados os castelhanos em Guairá e Vila Rica do Espirito Santo, no atual extremo oeste paranaense, foi a partir dali que os jesuítas estabeleceram suas missões do Guairá, penetrando por via fluvial até o Salto Grande, e pelos afluentes navegáveis do Paranapanema até o centro do atual estado do Paraná. Este processo tem início em 1580 e prossegue até 1619.

A concentração de índios aculturados e adaptados à vida agrícola e artesanal atraiu a cobiça dos paulistas, que ali enxergavam escravos prontos para serem capturados.

A Capitania de São Vicente possuía fortes conexões comerciais e culturais com a província do Guairá. Fundamental, nestas relações, era o Caminho do Peabirú, que ligava Assunção a Guairá, Vila Rica, morro de Araçoiaba, São Paulo e São Vicente. Peabiru, caminho grande, caminho importante, foi largamente descrito e estudado por diversos escritores, desde os

- 3: Florence, 1977
- 4: Langsdorff,
- 5: Saint Hilaire, 1978 e 1972
- 6: Donato, 1984. Encontramos no Arquivo do Estado os relatórios do administrador do aldeamento de Piraju que corroboram estas afirmações.
- 7: Citado por Mota, 2007
- 8: Chmiz, 1976

9: Oldemar Blasi, recentemente falecido, teve grande contribuição para a arqueologia paranaense, com estudos sobre diferentes métodos de datação e mapeamento de sítios arqueológicos. No presente estudo, porém, apenas nos utilizamos dos mapeamentos que realizou do Peabiru e das missões do Guairá, que se encontram reproduzidos e discutidos na obra de Chmyz.

10: Amaral, 1997.

11: Mota, 2007.

iesuítas das missões, passando por Taunay e pelos arqueólogos mais recentemente. paranaenses Igor Chmyz e Oldemar Blasi⁹. O Peabiru não teve tracado exato seu completamente levantado, mas um indício importante é que, no estado do Paraná, as arqueológicas que identificaram pesquisas trechos do Peabirú os mostram em sentido geral leste-oeste, conectando Guairá a Tibagi; isto reforca a hipótese de o Peabirú ser, no trecho paulista, o caminho do sul, Sorocaba a Itararé, em contraposição às hipóteses que supõem que o Peabirú cruzava a serra de Botucatu, hipóteses estas que até hoje não encontraram respaldo em evidências materiais ou documentais.

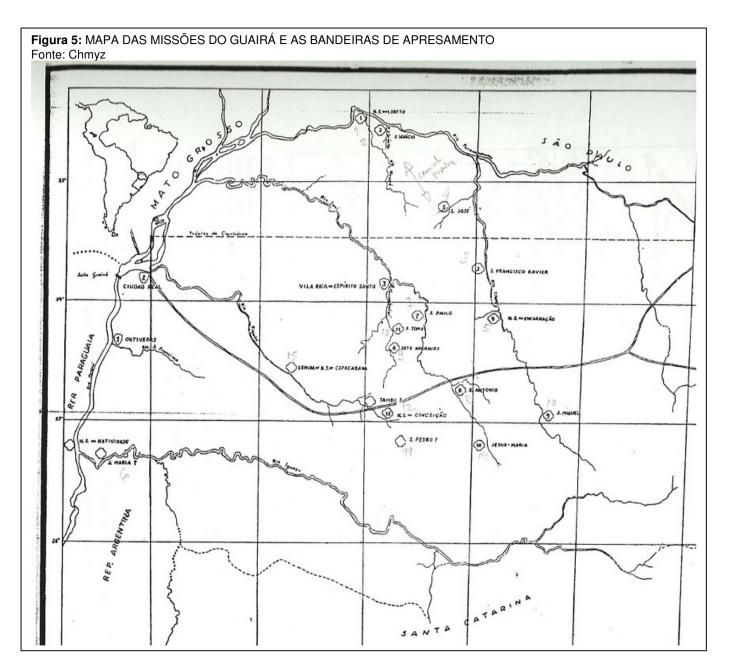
Aracy Amaral¹⁰ identifica vários laços culturais entre Guairá e São Vicente, entre os quais o de que o fundador de Sorocaba se casou com moça de Vila Rica do Guairá. Mota¹¹ lembra que o pároco de Guairá terminou seus dias paroquiando em Santana do Parnaíba.

Mas o caminho que unia, também serviu à guerra. As ofensivas bandeirantes seguiram por rota terrestre, pelo Peabiru, via Itararé, como se pode deduzir pela posição do seu grande

acampamento, próximo do local da atual cidade de Tibagi, antes de iniciar o ataque.

Com as bandeiras paulistas de apresamento, em 1620-1630. os territórios guarani esvaziados, tendo sido, os seus moradores, ou escravizados e levados pelos paulistas, ou mortos durante a ofensiva, ou fugido para territórios fora da bacia do Paranapanema. Os caiuás remanescentes se refugiaram no atual sul Mato Grosso do Sul, entre tribos tradicionalmente inimigas. Mota encontra comprovação deste fato nos relatos dos habitantes da fortaleza de Iguatemi, no século XVIII, que descrevem um grupo de índios guarani (caiuás) vivendo miseravelmente, acossados pelas tribos vizinhas, e relatando que antes disso viviam no Paranapanema.

Em 1632 o rio Paranapanema estava deserto. As áreas baixas do vale do Paranapanema, junto dos grandes rios, foram então reocupadas pelos kaingang, mais arredios, resistentes ao contato com os brancos.



Este cenário perdura sem grandes alterações até 1822, quando os kaingang são descritos por Hercules Florence descendo o Tietê, e por Saint Hilaire, viajando de Sorocaba a Curitiba, como fonte de grande medo entre fazendeiros e viajantes, dominando os terrenos entre a estrada do Sul, o Rio Paraná, o Paranapanema e o Iguaçú, ou seja, os sertões de Botucatu e o oeste paranaense. Apenas em 1830 se registra o primeiro grupo caiuá retornado ao vale do Paranapanema, o que voltaremos a abordar no próximo capítulo.

12: Florence, 197713: Saint Hilaire, 1978 e 1972

Esgotado o ciclo das bandeiras de apresamento, restaram as rotas de penetração e o conhecimento do sertão - então despovoado pelas bandeiras. Durante todo o século XVII, a expansão paulista para oeste. com estabelecimentos estáveis, ocorreu lentamente, refletindo-se na fundação de Santana do Parnaíba, Itu, São Roque e Sorocaba. Apenas no início do século XVIII surgem novos atrativos para impulsionar esta expansão: em 1700 se dinamiza o povoamento de Goiás, ativando o velho caminho do Anhanguera; em 1719 os paulistas

descobrem ouro em Cuiabá, tornando habitual a navegação do Tietê até sua foz e, daí, Mato Grosso adentro; em 1730 se abre o caminho das tropas, conectando os pampas ao planalto de Piratininga, aproveitando no trecho paulista o velho Peabirú, agora estrada entre São Paulo e Curitiba. Como alternativa à navegação do Tietê. ainda no século XVIII se abre o Picadão de Cuiabá, partindo de Porto Feliz, atravessando os campos de Araraguara. Não parece, contudo, que este caminho tenha tido atividade significativa antes de 1825, pois em 1822 e 1826 ele ainda foi solenemente ignorado pelos viajantes (Saint Hilaire, Langsdorff, Florence), que afirmam que o caminho por terra, para Cuiabá, era via Goiás – e já era preferido pelos comerciantes, desde 1800, em prejuízo do caminho fluvial.

A navegação do Tietê, ainda que entremeada de pequenas corredeiras e saltos, era relativamente franca para pequenas embarcações, desde Porto Feliz (130 km de São Paulo) até o salto de Avanhandava; daí para baixo, este salto e o de Itapura geravam sérias dificuldades, contornáveis por via terrestre apenas, e então se poderia

navegar sem obstáculos até o rio Paraná. Era, deste modo, um canal de comunicação eficiente.

O rio Paranapanema, quase paralelo ao Tietê, não possuía as mesmas qualidades. Navegável, mesmo para pequenas embarcações, apenas de modo sofrível a partir do rio Itapetininga (bairro do Porto) (160 km de São Paulo), possuindo uma série de quedas d'água de grande porte entre a foz do Guareí e o Salto Grande – um trecho de cerca de 200 km – apresentava-se inavegável neste trecho. Voltando a ser navegável no Salto Grande, dali por diante seguia ainda com algumas quedas significativas, o que rendeu a observação de Teodoro Sampaio, na expedição de 1886: "não tanto como via de comunicação, o Paranapanema deve ser visto como um reservatório de energia" 4.

A sociedade paulista se desenvolveu sob sensível isolamento durante o período colonial (1500-1822), como constataram Sérgio Buarque de Holanda¹⁵, Antônio Cândido de Mello e Souza¹⁶, e outros estudiosos que identificaram neste elemento – o isolamento – a gênese do

modo de vida caipira. Esta abordagem se mantém até os dias atuais, ainda que relativizada por estudos como os de Zanettini¹⁷.

Apesar de terem se desenvolvido no século XVIII fluxos comerciais de longa distância – sobretudo o tropeirismo – na capitania de São Paulo, estas comunicações econômicas culturais privilegiaram fluxos com o interior do continente, não havendo crescimento proporcional nas relações com o litoral e a metrópole, mantendo, assim, importantes traços de isolamento cultural na sociedade paulista, entre os quais podemos citar a permanência de diversos hábitos indígenas (como dormir em redes, fazer fogo no chão para cozinhar, traçar a ancestralidade pela linha materna, utilização da língua tupi no dia-adia, uso do tipiti e do tear indígena) e hábitos medievais ibéricos (como a mantilha e a rigorosa clausura doméstica feminina), alguns dos quais ainda relatados pelos viajantes da época da independência, como Saint Hilaire (que esteve na província de São Paulo em 1819 e 1822) e Hercules Florence (chegado a São Paulo em 1826).

14: Santos, 2010.

15: Holanda, 1996

16: Souza, 2001

17: Zanettini, 2005

18: Minhoto publicou um artigo chamado "Tatuhy através da história" na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, volume 25 página 131, que é citado por diversos autores, como Ricardo Araki que estudou as transformações climáticas de São Paulo ao longo da hstória. O exemplar consultado por Araki se encontra no Centro da Memória da Unicamp, no entanto a numeração e o conteúdo não correspondem ao disponível no site do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de modo que não encontramos o original para consulta. Reproduzimos agui o texto tal como consta em diversos artigos sobre a história de Tatuí, como por exemplo no site "Porangaba sua história". escrito por Júlio Manoel Domingues e disponível em:

http://porangabasuahistoria.com/wp-content/themes/Porangaba/upload/downloads/historia.pdf (consultado em 21/09/2013).

19: Donato, 1984, pg. 39.

A mais antiga referência ao nome Botucatu, que se conhece, foi identificada pelo jurista tatuiense Laurindo Minhoto. Trata-se de uma carta de sesmaria concedida em 1609 a João de Campos e Antônio Rodrigues:¹⁸

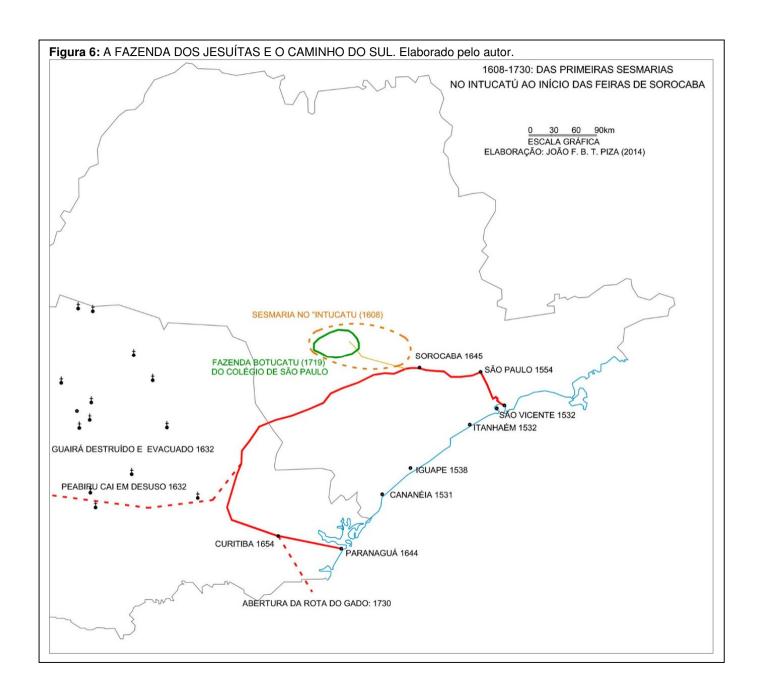
Seis legoas de terras no districto da villa de Nossa Senhora da Ponte, na paragem denominada Ribeirão de Tatuí, com todos os campos e restingas para pastos de seu gado, como também Tatuí-mirim thé o Canguera, com largura que tiver, com mais trez legoas em quadra no Tatuí - guassú e Canguary, trez legoas para o caminho de Intucatú, seis legoas correndo Paraguary abaixo para a parte do Paranapanema, com condição de pagar os dísimos a Deus Nosso Senhor dos productos que dellas colherem"

No momento em que esta sesmaria foi solicitada, o "Intucatú" era o final dos territórios conquistados aos indígenas. As missões do Guairá ainda viviam seu esplendor, e o Peabirú era um caminho muito ativo, do qual o caminho do Intucatú seria uma ramificação.

Pouco mais de um século depois, em 1719 os Campos Bicudo doaram diversas sesmarias na região, para a formação das fazendas Guareí / São Miguel e Botucatu / Santo Inácio dos jesuítas. O contexto mudou radicalmente, ao longo deste século. As missões do Guairá já haviam sido extintas há muitos anos, o Peabirú caíra em desuso completo, e seu trecho aquém dos Campos Gerais se transformara em ligação de São Paulo e Sorocaba com as povoações de Curitiba e Paranaguá.

A FAZENDA BOTUCATU, DO COLÉGIO DE SÃO PAULO (1719-1760)

A informação econômica¹⁹ do Colégio de São Paulo, para o ano de 1722, afirma que foram obtidas as duas fazendas para renda do mesmo colégio - uma de sete e outra de dez léguas -, haviam sido instalados três currais e preparados campos de criar, havendo o plano de levar mais trabalhadores para as mesmas.



Os jesuítas acreditavam que as fazendas teriam um futuro promissor, afirmando no documento citado que as mesmas "se encontram no caminho das minas".

Provavelmente se referiam ao malfadado caminho aberto por Bartolomeu Paes de Abreu para as minas de Cuiabá. Bartolomeu propôs ao Capitão Mor da capitania de São Paulo abrir o caminho a suas expensas, em troca de posteriormente receber os pagamentos de passagem pelos viajantes por nove anos. Como o capitão mor se encontrava em viagem às minas (então parte da mesma capitania de São Paulo e das Minas de Ouro) e Bartolomeu não queria esperar, partiu para o sertão e providenciou a abertura do caminho até o rio Paraná. Ao seu regresso, caiu em desgraça política, pois se levantou a suspeita de que estivesse insuflando em Goiás uma nova guerra dos Emboabas (ele havia participado desta guerra nas minas, uma década antes). Bartolomeu foi encarcerado, sua família perdeu muito de seu prestígio, e o caminho foi abandonado completamente. 20

A partir de 1731, porém, abre-se o caminho para Viamão, e a fazenda dos jesuítas passa a receber gado muar, cavalar e vacum, vindo do sul com destino à feira de Sorocaba. Formaram-se duas aglomerações dentro da fazenda, um junto do rio Santo Inácio e outro junto do rio Guareí, onde havia residências de funcionários e currais para trato dos animais.

Ainda na metade do século XVIII, a serra e a fazenda jesuíta de Botucatu aparecem pela primeira vez na cartografia, em um mapa elaborado por jesuíta desconhecido.

20: Carvalho Franco, 1989.

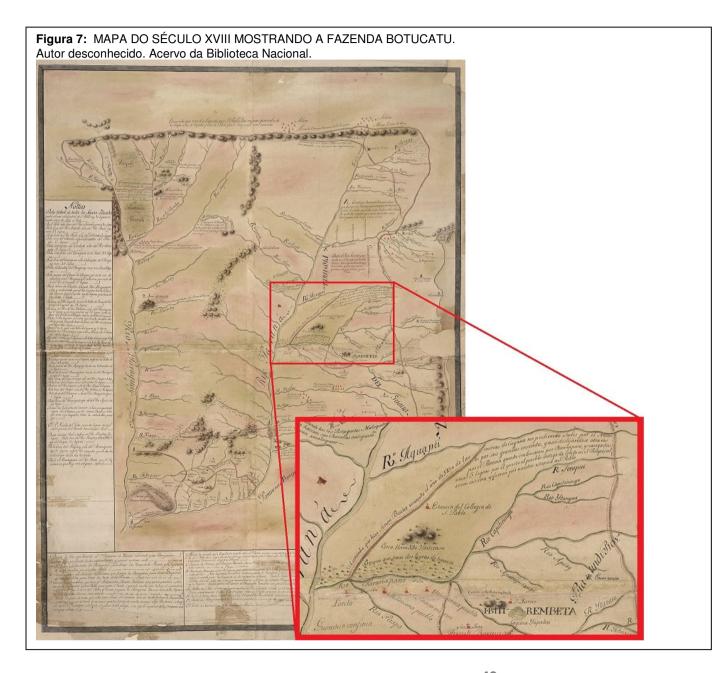


Figura 7: Detalhe do mapa de meados do século XVIII, existente na Biblioteca Nacional, cuja autoria é atribuída a jesuítas. O caminho na diagonal do mapa passa ao lado do "Cerro llamado Ybiticatu" e pela "Estância Del Collegio de S. Pablo", e é acompanhado das seguintes anotações: " Camino que hizo Simon Bueno viniendo El año de 1730 de las minas de Cuiabá no podiendo subir por el anhemby por sus grandes encientes y assi desligandose otraves por el Paraná grande em bocaron por el paranapani y navegadas unas 5 legoas por il puerto Del pueblo antiguo de loreto y fueron em tierra por nuestra estância a S. Pablo".

A cartografia sugere que Simão Bueno percorreu os campos dos atuais municípios de Assis e Campos Novos e desceu a serra de Botucatu até a fazenda jesuíta, ou seja, trilhou quase o mesmo caminho do retorno da expedição Geográfica e Geológica de 1886, porém 156 anos antes.

Em 9/1/1760 a fazenda é sequestrada pelo governo, como parte da política de expulsão dos jesuítas de todos os territórios portugueses.

Nesta ocasião, Aluísio de Almeida afirma que foram contados 414 rezes (gado vacum) e 43 cavalos.²¹ Algum tempo depois, é nomeado um administrador para a fazenda, que é Paulino Ayres de Aguirre, também arrecadador do registro de Itapetininga naquele triênio.

21: Almeida, 1971

A superação do isolamento paulista ganha força em fins do século XVIII, com as medidas de Morgado de Mateus e, posteriormente, de Lorena, que governaram a Capitania de São Paulo em diferentes momentos e alicerçaram o desenvolvimento de uma economia agrícola no planalto.

O GOVERNO DE MORGADO DE MATHEUS E A SERRA DE BOTUCATU (1765-1776)

O governo de Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão – o Morgado de Mateus – estendeu-se de 1765 a 1777, e interessa especialmente a este trabalho, pois várias de suas providências impactaram diretamente sobre a região que ora estudamos – o sertão de Botucatu.

Preocupado com a ameaça castelhana sobre as fronteiras recém-definidas pelo Tratado de Madri (1750), o Morgado de Mateus preocupou-se em ativar a economia da capitania de São Paulo, organizar seu governo, e garantir a proteção das fronteiras, aumentando a capacidade de mobilização e abastecimento de tropas.

Tais medidas implicaram em fundação de vilas, realização de censos populacionais e econômicos, abertura de caminhos e construção de fortificações. Os resultados alcançados foram além da proteção das fronteiras, levando ao desenvolvimento econômico da capitania, principalmente o início da lavoura da cana de açúcar na região de Campinas e no vale do Paraíba, a consolidação da economia tropeira no sul da província, bem como a fundação de diversos núcleos urbanos.

Em 24/12/1766 Morgado de Matheus dá ordens para a fundação de uma povoação na antiga fazenda Botucatu, junto do Paranapanema – hoje estaria entre Angatuba e a cidade de Paranapanema. O encarregado de implementar a ordem, Simão Barbosa Franco, não a implementa^{22a}; um ano depois, está participando da fundação de Itapetininga. Donato atribui a não fundação à escassa população dos arredores, que não alcançava quantidade suficiente para formar uma povoação; somaríamos a isso a extrema pobreza e ignorância em que, muito provavelmente, vegetava esta população, a nos fiarmos nos relatos de Saint Hilaire, décadas depois, passando pela região.

Em 1770 o Morgado de Matheus ordena a abertura de um caminho para o Iguatemi nos seguintes termos: "...a vereda que se deve seguir é entrar pela serra de Botucatu onde tenha maior comodidade e daí botar agulhão em ponto fixo na barra do rio Pardo e aí cortando o sertão bem pelo meio da campanha entre os dois rios Tietê e Paranapanema."^{22b}

Neste mesmo ano, Francisco Manoel Fiúza sobe a serra de Botucatu, encarregado de "limpar" o caminho de índios. Em troca, teria recebido sesmarias, posteriormente vendidas a Jerônimo Paes de Proença e Francisco Pais de Mendonça, provavelmente entre as atuais São Manuel e Lencóis Paulista.

A documentação relativa à abertura do caminho não fala de Fiúza mas, sim, de José de Almeida Leme, e do próprio Paulino Ayres de Aguirre. Em 1772 Almeida Leme relata a chegada de sete mateiros ao Paranapanema. ^{22c}

O novo governador da Capitania, Martim Lopes de Saldanha, envia uma ordem em setembro de 1776:^{22d}

"Aqui, se me fizeram alguns requerimentos para se dar as providências necessárias para o bom governo da fazenda de Votucatu, o que tudo remeti a vossa Mce. Para ver como se acha, mais perto, julgue e disponha o que se deve determinar, principalmente para se tirar o gado velho para se cortar no açougue e fazer rendimento deixando sempre aquele número de

22a: Donato, 1984. A versão original da obra de Donato é de 1954, no entanto mesmo depois dela houveautores que insistiram na hipótese de a fundação de Botucatu ter ocorrido efetivamente em 1766, como Chaves. 1955. Esta hipótese, originalmente elaborada pelo jurista Jaguaribe e baseada nos atos de governo de Morgado de Matheus, foi seguidamente refutada por todas as evidências documentais encontradas e discutidas por Donato, por Belotto, e napresente tese, especialmente o mapa de Paulino Ayres de Aguirre, que discutiremos mais adiante.

22b: Donato, 1984, pg. 48 22c: Donato, 1984, pg. 36

22d: Almeida, 1971.

23: Documento do Arquivo Histórico
Ultramarino catalogado e
disponibilizado através do Projeto
Resgate Barão do Rio Branco, sob
número AHU-ACL-N-São Paulo n. 654Projeto Resgate

cabeças que havia no tempo do seqüestro do gado mais novo e melhor".

Em 23/12/1776 a fazenda vai a leilão, e o arrematante é o próprio Paulino Ayres de Aguirre, administrador da fazenda pelo governo da capitania, juntamente com um sócio, Manoel Joaquim da Silva e Castro. No Arquivo Ultra Marino se encontra interessante documentação sobre os trabalhos de Aquirre para efetivar a posse da área arrematada. Através destes documentos é possível ter ideia da estrutura existente na propriedade em fins do século XVIII. Aguirre se queixava, desde a ocasião do leilão, de que a propriedade nunca fora devidamente demarcada, e frequentemente tinha problemas com estranhos invernando gado em suas pastagens. Em 28/09/1796 envia carta à rainha Dona Maria, solicitando solução para o caso, e anexa um mapa esboçado da propriedade, explicando ainda que "a mesma sempre se limitou pela serra do Nhamby e pelos rios Guareí e Paranapanema". 23

O mapa nos mostra a picada para o Butucatu derivando da estrada do Sul pouco ao norte do rio

Itapetininga – ou seia, no local onde foi fundada, nesta época, a vila de Itapetininga. O caminho cruzava o rio Guareí e então, logo depois, haviam os currais de José de Campos (Bicudo). Seguia cruzando o Capivari, o Jacuhy (hoje Jacú), e após o rio de Santo Inácio, entre este e o morro de Abareí (morro do Avaré), ficavam os currais dos Padres. Após o rio Santo Inácio, o caminho subia a serra, deixando os currais e o morro de Abareí à esquerda, e já no alto da serra cruzava dois rios que fluíam para norte, ou cruzavam o caminho da esquerda para a direita quando se caminhava para o sertão. Através de registros de terras posteriores, sabemos que o caminho cruzava o Ribeirão Grande, e que o triângulo limitado pelo Ribeirão Grande, pelo caminho e pela serra continha aproximadamente 200 alqueires, o que coloca a subida da serra exatamente sobre o caminho que depois ligou Botucatu ao Bom Jesus do Ribeirão Grande.

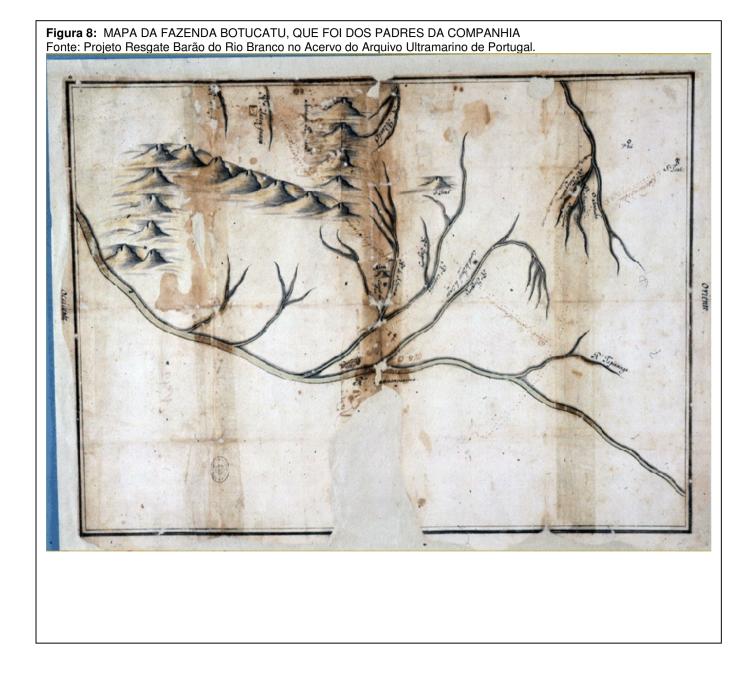


Figura 8: O mapa foi elaborado provavelmente por Paulino Ayres de Aguirre ou ao menos por ele encomendado a alguém, para demonstrar a região onde ficava a propriedade que arrematara anos antes em leilão e que então era objeto de invasões, contra as quais Paulino reclamava a demarcação das terras.

24: Almeida, 1976 25: Andrade, 2000

Chama estes rios de Tatuí-Guacu e Jucy, tratando-se provavelmente do rio Pardinho e do ribeirão do Atalho. Sobre o caminho, escreve: "Caminho que se abriu para Iguatemy, aliás da serra para diante". A serra já é chamada "de Botucatu", e o morro do Bofete é chamado de São João. Recompondo as divisas desta fazenda pelos registros posteriores no Registro Paroquial de Terras de Itapetininga e de Botucatu de 1856, descobrimos que seu perímetro era definido pelo ribeirão da Corrente, a oeste (hoje município de Itatinga), seguia pelo tombo da serra de Botucatu, pelos morros de Bofete, Torre de Pedra, espigão da Areia Branca, até o rio Guareí, por este abaixo até o Paranapanema, e por este abaixo até o Corrente. O fato de a propriedade ser apenas em pequena parte efetivamente utilizada levou a uma série de desentendimentos com posseiros, tropeiros de passagem, invernando gados em pastagens que lhes pareciam públicas, e mesmo imigrantes alemães chegados em 1828 e em busca de terras públicas para fixarem moradia, de acordo com autorização do governo provincial que traziam em mãos. 24, 25

É de 1779 a mais antiga citação que conhecemos, do bairro do Botucatu, nos maços de população de Itapetininga. São apenas 7 fogos:

1º fogo: Francisco Leme da Silva, 25 anos Ermenegilda Maria, 16 anos (sua mulher) Escravos: João, Pedro, Miguel, Joaquim, Manoel e Rodrigo.

2º fogo: Saturnino Pais, 22 anos Escravos: Francisco, Domingos e Manoel

3º fogo: José Paes, 43 anos Salvador Leme, 30 anos Francisca de Almeida, Joana (filha), 4 anos Agregados: Joaquim e Simão

4º fogo: Escravos de João Alves: Antônio, 25 anos; Violante, 20 anos;

5º fogo: Inácio de Barros, 25 anos Bento de Góis, 14 anos

 6° fogo: João Batista, 53 anos;

Joanna Ribeiro (sua mulher), 51 anos Agregados: Salvador, Agostinha, Idaria,

Ana e Severina.

7º fogo: Vitoriano Frz., 40 anos Rosa Diniz (sua mulher), 35 anos Maria (filha), 6 anos Joana (filha), 5 anos José (filho), 2 anos

Escravos: Elesbão, Martinho, Raimundo, Domingos, José, Vitor, Gregório, Luiz, Maria, Vicência e Faustina.

Como os escravos aparecem discriminados, deduz-se que os demais habitantes são homens livres. Porém, não há informações sobre seu status: se proprietários, parentes de proprietários, ou simples capatazes; se alfabetizados; se possuidores de renda.

Podemos entretanto esmiuçar esta breve lista para buscar aproximar o perfil desta população – e suas moradas.

Fogo 1: Francisco Leme da Silva aparece na Genealogia Paulistana²⁶, título Prados, e também foi rastreado pelo Projeto Compartilhar²⁷. Era de Atibaia, sendo seu pai de Mogi das Cruzes, e seus tios emigrados para o sul de Minas Gerais. Casou-se em 1776 em Itu com Ermenegilda, que era filha de Antônio de Campos Bicudo. O casal Francisco Leme e Ermenegilda teve ao menos

um filho, homônimo do avô Antônio de Campos Bicudo, batizado em Itu, e casado em 1803 em Campo Belo - Minas Gerais, onde residiam primos pelo lado paterno.

Fogo 3: Salvador Leme da Silva, irmão de Francisco, era de Atibaia, casou-se em 1770, em Sorocaba, com Francisca de Almeida. Vale dizer que outros dois irmãos Leme da Silva eram casados em Sorocaba (apesar de não constarem deste recenseamento do bairro do Botucatu), sendo que um deles, João, era casado com Maria Paes de Camargo, possivelmente aparentada a Saturnino Pais, do fogo 2 deste maço, e a José Paes, que coabitava com o casal Salvador Leme e Francisca de Almeida.

O fogo 4 é unicamente moradia de escravos, em propriedade cujo titular vive distante. O nome João Alves é comum, portanto não foi possível identificá-lo, mas encontramos muitos Alves em Itu, provável local de residência do proprietário.

No fogo 5 temos dois jovens, possivelmente capatazes, ou filhos de proprietários assumindo

26: Leme, 1905. Consultado na versão eletrônica, disponibilizada em: http://buratto.org/paulistana/ consultada diversas vezes ao longo de 2013.

27: http://www.projetocompartilhar.org/ Consultado em agosto de 2013. as rédeas de suas heranças. Os sobrenomes Barros e Góis são utilizados indiferentemente pelos descendentes do capitão Maximiano de Góis e Siqueira, de São Roque, o que nos leva a supor que estes jovens seriam possivelmente seus netos.

Fogo 6: Nomes comuns, não foi possível identificá-los entre diversos homônimos parciais encontrados.

Fogo 7: Rosa Diniz e Vitoriano Fernandes da Costa são relacionados na Genealogia Paulistana. Casaram-se em Sorocaba, terra da noiva, em 1766. Outros acontecimentos da família, segundo Silva Leme: a filha Maria Fernandes se casou em Sorocaba em 1786 (se for esta Maria, casou-se com 13 anos); Ana casou-se em 1792, em Sorocaba (se for a Joana que consta na genealogia, estava com 18 anos); José se casou em 1794 em Itapetininga (teria 17 anos), sendo a noiva de Paranapanema (Apiaí).

A localização destes fogos é passível de discussão. O nome Botucatu então se referia a

uma ampla região, que compreenderia desde as redondezas da atual cidade de São Manuel até as proximidades da atual Angatuba. O fato de alguns moradores serem aparentados com outros residentes no bairro do Porto (Antonio Leme da Silva vivia lá, e era irmão dos demais Leme da Silva), e o fato de a noiva de José Fernandes da Costa ser da atual Paranapanema, leva-nos a imaginar que estas moradias se encontravam na região do atual município de Angatuba, talvez Guareí, sobre terras dos Campos Bicudo. Não há menção alguma aos moradores das terras de Paulino Ayres de Aguirre, porém fica em aberto a possibilidade de algumas destas casas serem de capatazes, encarregados, pelos Aguirre, de cuidar da sua imensa propriedade.

Outro nexo geográfico é que a fazenda Guareí, situada à margem esquerda do rio Guareí, pertenceu por muitos anos aos Campos Bicudo, e deles passou aos Arruda no final do século XVIII, que por sua vez a venderam aos Aires. Deste modo, estes fogos podem estar à margem esquerda do rio Guareí, pois, como vemos, há

laços de parentesco com os Campos Bicudo por parte de alguns moradores.

Nota-se que apenas no fogo 7 há escravas mulheres, sinal de que a dona da casa não precisava fazer todas as obrigações domésticas por si só. Talvez possamos aplicar isso também para o fogo 6, onde não há escravas mas há agregadas, que poderiam se ocupar da faina doméstica.

O elevado número de escravos (para esta região) encontrados nos fogos 1, 6 e 7 sugerem grande propriedade de criação nestes casos; nos demais casos, pode ainda ocorrer de serem casas secundárias dentro das mesmas fazendas, ou mesmo sedes de propriedades de menor vulto. Sobre a genealogia, das 7 casas, 5 famílias foram identificadas em genealogias da elite paulista. Considerando que uma das casas era habitada unicamente por escravos, resulta que apenas em uma casa não foi possível identificar claramente, em genealogias, a familiaridade. Isso demonstra que nesta região do bairro do Botucatu a elite sorocabana já se encorajava a fixar residência em

1779, apesar de os viajantes de 1822 ainda afirmarem que os índios a oeste de Itapetininga causavam grande medo. Talvez em 1779 os índios estivessem recuados mais para oeste, e tenham avançado para leste nas décadas seguintes.

O CAMINHO DO IGUATEMI E O RIO TIETÊ: DUAS FRENTES DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO (1770-1822)

Como visto anteriormente, o Morgado de Matheus ordenou a abertura do caminho para o Iguatemi, o que foi executado até o rio Paranapanema.

Dada a ordem em 1770, em 1772 os sorocabanos encarregados da execução anunciam que seu grupo de mateiros chegou ao rio Paranapanema, nas proximidades da foz do rio Pardo e do Salto Grande. Daí para diante, esta obra ficou a esperar outro impulso, que nunca chegou. A abertura do caminho do Iguatemi não alcançou seu objetivo – criar uma via terrestre de abastecimento à fortificação fronteiriça – mas trouxe outra

consequência: a expansão das áreas de pastagem ligadas ao caminho de Viamão, para os campos do alto da serra de Botucatu.

Na sequência da abertura, vários sorocabanos e ituanos solicitam sesmarias sobre o caminho. Entre eles, Claudio Madureira Calheiros, Francisco Manoel Fiúza, e João Pires de Almeida Taques. Estas novas sesmarias se situavam sobre as áreas de campos, limitadas pelas matas densas, habitadas pelos indígenas. Segundo Donato²⁸, a obra de abertura do caminho teria encontrado restos de uma aldeia caiuá no alto da serra — ou seja, indivíduos destribalizados vivendo precariamente.

Se estes índios encontrados por Fiúza e seus mateiros, em 1770, eram mesmo caiuás, estes se encontravam praticamente ilhados em meio aos kaingang, que dominaram toda a região depois de as bandeiras de 1620-1630 promoverem o êxodo quarani – e, entre os guarani, os caiuá.

Os kaingang preferiam as áreas de mata, enquanto os caiuá preferiam as áreas de campos, segundo Mota; assim podemos imaginar um quadro onde os kaingang permaneceram morando nas matas ao redor das fazendas de sorocabanos, enquanto a tribo caiuá – que vivia nos cobiçados campos - teria sido dissipada pelos mateiros, segundo Donato.

Pelos registros posteriores, estas fazendas de criar, do alto da serra, não foram muito ativas até aproximadamente 1800, sendo que algumas permaneceram absolutamente abandonadas neste período, como demonstram Ciaccia e Pupo²⁹ ao elencar sesmarias solicitadas sobre terras "em outros tempos povoadas por...".

Nas primeiras décadas do século XIX a economia do centro-sul brasileiro sente os impactos positivos da mudança da corte para o Rio de Janeiro, ocorrida em 1808. A abertura dos portos, a consolidação de um mercado consumidor urbano na cidade do Rio de Janeiro e a dinamização da agricultura de exportação são os efeitos mais visíveis. Simetricamente a este desenvolvimento, ocorre a dinamização das áreas criadoras de gado e produtoras de mantimentos, que abastecem o epicentro

28: Donato, 1984.

29: Ciaccia e Pupo, 2005.

econômico (Rio de Janeiro e regiões cafeeiras e canavieiras) com alimentos e meios de transporte. A associação direta entre os volumes de exportação e a demanda por mulas foi muito bem analisada por Suprinyack, que voltaremos a citar no próximo capítulo.

Esta dinamização das fazendas de criar leva à solicitação de novas sesmarias para expansão da atividade. Simultaneamente, as grandes sesmarias solicitadas no final do século XVIII trocam de mãos, por venda ou herança, nos primeiros anos do século XIX, renovando o quadro fundiário regional, que ganha novos contornos.

Vários portofelicences solicitam sesmarias ao longo do Tietê, desde a foz do rio Sorocaba até a foz do rio Lençóis, sugerindo que as sesmarias concedidas nesta área não haviam sido efetivamente cultivadas. Destes, o mais ousado é Francisco Peixoto, que ao redor de 1800 consegue sesmaria na margem esquerda do rio Tietê, em frente à foz do rio Sorocaba. Este local era pouso habitual dos monçoeiros que desciam

o Tietê rumo a Ciuabá. Em 1769 Jusarte desceu o Tietê, fez pouso neste local e ali permaneceu alguns dias. Adentrando em canoas o rio Araquá, descobriu os Campos do Sobrado e subiu nas pedras do Cerrito. Descreveu o local: "achamos um grande campo em o meio do qual fica o morro do Araraquara-Mirim e subindo por ele acima, o que custou muito por ser escabroso e escalvado, chegamos sobre sua coroa. A distância de 10 léguas a leste ficam os morros de Piracicaba, ou quase tudo campanha, porém agreste e com pouco préstimo." 30

Entre 1804 e 1806 Francisco Peixoto constrói um sobrado próximo à margem do rio Tietê, na curva que este faz antes de receber o Piracicaba, pretendendo instalar ali uma fazenda de gado e possivelmente instalações comerciais voltadas ao fluxo monçoeiro. Seria a casa mais avançada no rio Tietê abaixo, mas antes que as coisas começassem a funcionar, os índios saem das matas e lhe ordenam o abandono da área, sob pena de sofrer um ataque, caso não aceitasse.

Nas palavras de Langsdorff:31

30: Pupo, 2002, citando o diário de bordo de Teotônio José Jusarte.

31: Silva, 1997.

32: Fraletti. 1949

"As 11:45 (de 3 de julho de 1826) alcançamos uma grande capoeira na qual se encontra uma casa de tijolos (casa de sobrado), abandonada há vinte anos. Um certo Francisco Peixoto se estabeleceu aqui com poucos escravos, principalmente por causa da vantagem da terra fértil. A um bom quarto de légua da margem encontram-se campos naturais, nos quais o referido Peixoto queria criar gado. Sua propriedade limita-se com um grande ribeirão, Ribeirão da Capivara, que deságua aqui na margem esquerda do Tietê. Em pouco tempo a propriedade foi abandonada porque os índios xavantes que então se encontravam nestas vizinhanças, pretendiam assassinar e expulsar todos os moradores."

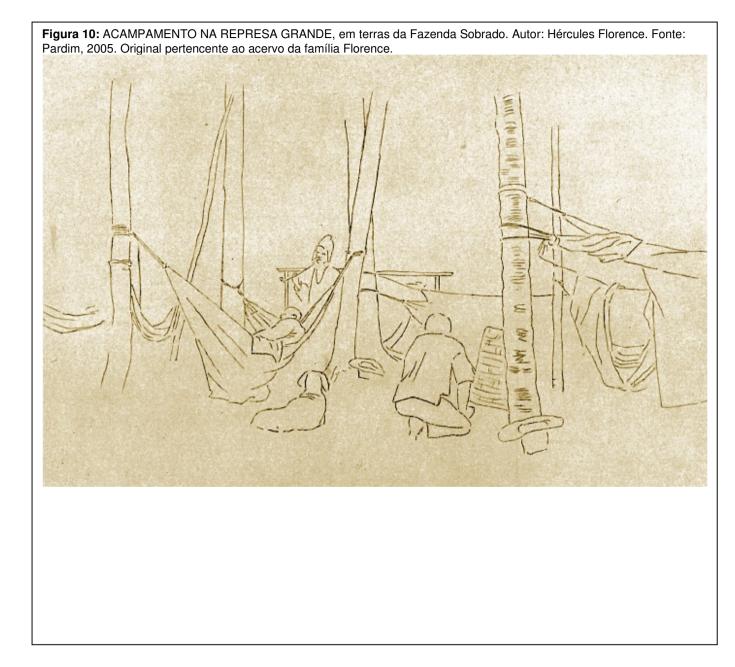
Abandonado o sobrado recém-concluído de Peixoto, em 1806, e os campos situados logo atrás, estes ficaram conhecidos como Campos do Sobrado. A sesmaria, situada entre os rios Capivara e Araquá e com testada no rio Tietê, ficou à espera de nova iniciativa, da qual trataremos no próximo capítulo.

Entre o rio Sorocaba e o rio do Peixe, Francisco Martins Bonilha obteve sesmaria, cuja ocupação efetiva se deu por um homem que lá viveu, solitário, por muitos anos, vendendo pratos de madeira aos viajantes – cada vez mais raros – do Tietê. Trata-se de Salvador Pires, que vivia arranchado na região desde antes da concessão da sesmaria, em 1819³², e lá foi visitado por Hercules Florence, Langsdorff e sua comitiva em 1826, quando lhes vendeu pratos.

Ainda em 1819, Antônio Antunes Cardia solicita sesmaria na foz do rio Lençóis, sugerindo que todas as terras a leste estavam concedidas e possivelmente já ocupadas; na hipótese de não estarem todas as terras, a leste, ocupadas, o local solicitado por Cardia teria algum apelo especial: seria, por exemplo, uma área de campos de qualidade excepcional ou com fácil trânsito do gado.

Figura 9A: DUAS VISTAS DA CONFLUÊNCIA DO PIRACICABA COM O TIETÉ. Autor: Hércules Florence, 1826. Fonte: Pardim, 2005. Original pertencente ao acervo da família Florence. Simon Sa Je- Along Rin Tietz N: 1: Nº 1. Riving Title. - Nº 2. River Prairie - Nº 3. Similar de To Alva.

Na figura 9A, as mais antigas imagens território botucatuense tomamos conhecimento até hoje. Local hoje submerso no lago de Barra Bonita. Na imagem superior, o pontal do rio Piraciaba; na imagem inferior, a Ilha da Barra, local aproximado da atua Ilha do Cerrito. Na figura 9B, a família de Machado e Vasconcellos posa em Porto Feliz. A filha, Angélica, se casaria com o desenhista Hercules Florence alguns anos depois. O menino, não conseguimos esclarecer se seria um filho da família ou um parente que viveu aos cuidados de Vasconcellos, seu sobrinho e irmão de Tito Correia de Mello que ajudou Vasconcellos e Florence na criação do primeiro jornal campineiro anos depois.



De todo modo, sabemos pelos relatos de Florence que em 1826 não havia qualquer traço de civilização às margens do Tietê, abaixo do sobrado abandonado de Francisco Peixoto, ou seja, as terras de Cardia e da Fazenda Sobrado ainda estavam com pouca ou nenhuma atividade econômica, e era imperceptível mesmo a um navegante atento do Tietê.

A proclamação da independência, em 1822, é sucedida pela derrubada da lei de sesmarias, que abre o período sem regulamentação da propriedade da terra, que se estende de 1822 a 1850, com efeitos gravíssimos sobre a estrutura social e fundiária brasileira, e determinantes para o processo de ocupação do oeste paulista, até então majoritariamente composto por terras públicas. Estas terras passaram para mãos privadas através dos mais diversos subterfúgios, desde 1822 e avançando século XX adentro, a despeito da Lei de Terras, de 1850. Estes subterfúgios são bem descritos por Ghirardello, narrando o processo de ocupação da região de Bauru e Araçatuba.

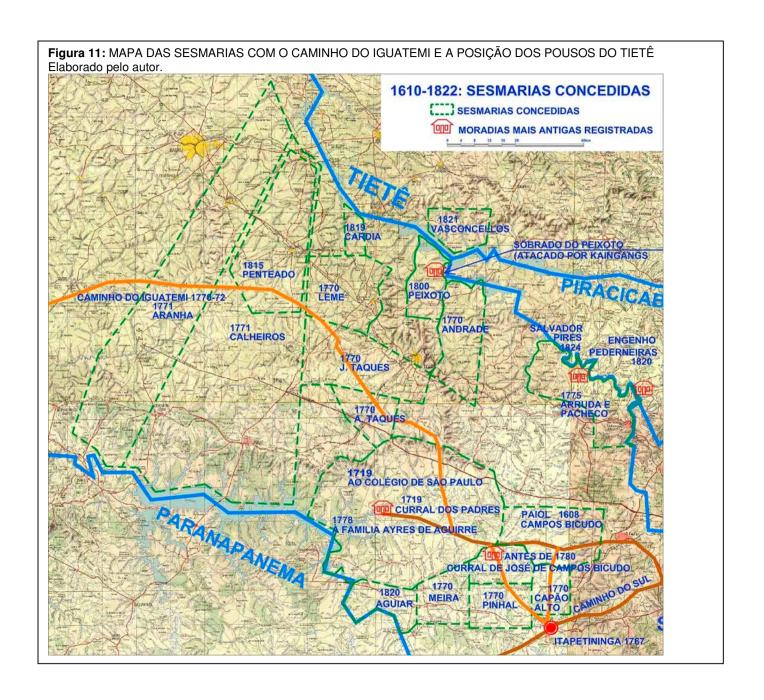
A introdução da cultura do café ocorre no Rio de Janeiro ao redor de 1800, e adentra a província de São Paulo poucos anos depois, havendo já cafezais em plena produção na região de Bananal, em 1822 ³³. Em 1836 esta produção já havia se disseminado por todo o vale do Paraíba paulista e alcançado Santana do Parnaíba e Campinas.

Quando o engenheiro Daniel Pedro Muller realiza seus estudos estatísticos da província de São Paulo, em 1835, registra esta transformação. Organizamos mapas, a seguir, que permitem a compreensão visual da distribuição da produção.

Agrupamos a produção agropecuária paulista em oito grandes itens. Os dados de Muller sabidamente possuem algumas incoerências matemáticas. No entanto, oferece um painel geral válido, ainda que dentro de análises limitadas.

33: Saint Hilaire, 1978.

34: Muller, 1878.



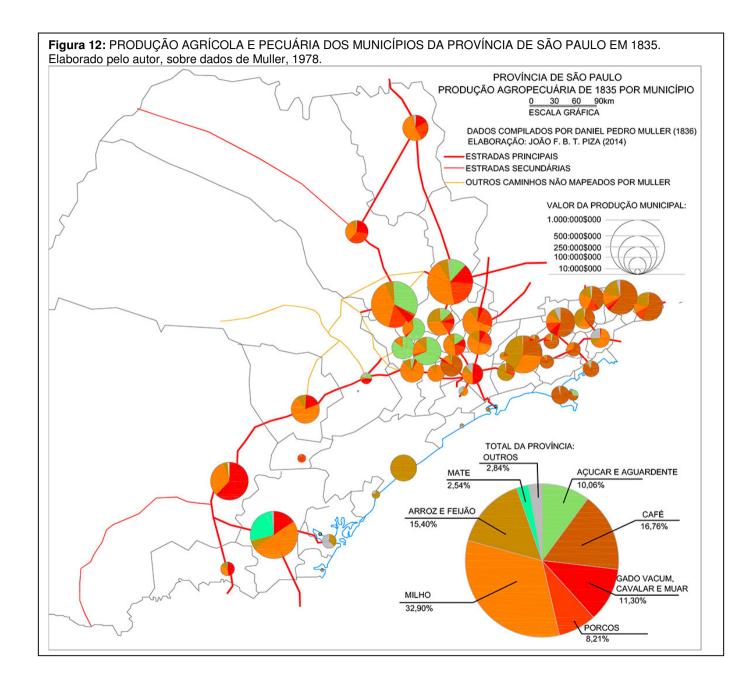


Figura 12: Utilizamos os valores mínimos de cada produto e os multiplicamos pela produção, ambos fornecidos por Daniel Pedro Muller para 1835. Vários autores discutem o problema das distorções e incongruências deste levantamento estatístico, porém é uma aproximação válida e permite algumas leituras.

A primeira é a enorme importância da cultura do milho, que era utilizado como alimento da população, assim como de aves e porcos. A segunda é a percepção de que a agricultura de exportação era apenas a "ponta do iceberg", por trás da qual a maior parte da economia era voltada ao mercado interno, destacando-se o café não pelo volume, mas pela rentabilidade. Por fim, a pequenez econômica de algumas cidades importantes se deve ao fato de a economia urbana não estar retratada neste levantamento. Caso digno de destague é o de Sorocaba e Itapetininga, onde o comércio de gado era atividade importante, mas não aparece aqui, onde apenas a produção de gado foi medida.

4. OS ENGENHOS DA FOZ DO RIO SOROCABA (1835-1845)

Para falarmos da arquitetura que se desenvolveu na serra de Botucatu no século XIX, faz-se necessário contextualizá-la em relação às arquiteturas então correntes nas regiões imediatamente a leste, que teoricamente lhe seriam predecessoras imediatas, já que Botucatu foi desmembrada a partir de Itapetininga, e os proprietários das primeiras sesmarias deste território eram itapetininganos e portofelicenses. Veremos mais adiante que esta herança ocorre sob forte perturbação de outra tradição, a mineira.

A expansão da atividade canavieira de Porto Feliz para oeste cruza o rio Sorocaba aproximadamente em 1830. Em 1826 Florence encontrou o último engenho portofelicense, rio Tietê abaixo, no bairro de Pederneiras, hoje município de Laranjal Paulista, quase em frente à foz do rio Sorocaba.

Entre 1835 e 1855 se formam as fazendas Estrela, Santo Antônio – Córrego do Onça e Santo Antônio – Natico, documentos desta expansão açucareira, todas localizadas no atual município de Laranjal Paulista.

Na tentativa de entender a dinâmica doméstica destas casas, e a condição em que foram construídas, recorremos aos relatos disponíveis sobre a sociedade portofelicense em época próxima. O observador mais acurado que encontramos foi Hercules Florence¹, que ali esteve em 1826, desceu o Tietê na missão científica Langsdorff, e para lá retornou, casandose em família portofelicense, e consolidando seus relatos ao longo de anos, posteriormente, balizando-os, portanto, por décadas de convívio com esta gente.

Também utilizamos os relatos de Langsdorff ² e Saint Hilaire ³, este tendo estado ali em 1822. Por fim, Rubtsov ⁴, o lacônico cartógrafo da missão Langsdorff, que nos oferece sintéticas mas precisas informações sobre as margens do Tietê.

^{1:} Florence, 1977.

^{2:} Saint Hilaire, 1972

^{3:} Silva, 1997.

^{4:} Manizer, 1967

Todos valem ser citados, de modo a reconstituir da maneira mais rica possível o panorama social de Pirapora, Porto Feliz e Itu, naqueles anos.

Langsdorff e Saint Hilaire se surpreendem com o fato de que a população predominantemente mestiça de índios e brancos seja ali entendida como "branca", e como alguns hábitos – sobretudo palavras – indígenas se integram ao cotidiano, havendo "brancos" que falam perfeitamente a língua dos índios.

Saint Hilaire comenta isso em diversas ocasiões. Uma delas, em uma venda a meio caminho entre Porto Feliz e Itu, às margens do ribeirão Caracatinga: "nas vizinhanças existiam várias casas esparsas, de ambos os lados do rio; mas todas elas, como a venda, apresentavam o aspecto de penúria de seus moradores, que tinham a pele muito branca, cabelos castanhos e mesmo loiros. Era fácil entretanto, perceber que não se tratava de descendentes de portugueses de raça pura: a cabeça arredondada, a arcadas zigomáticas muito proeminentes. o nariz achatado indicavam, nesses indivíduos, a mescla indígena. Impressionou-me do sangue

igualmente a semelhança de sua pronúncia com a dos verdadeiros indígenas. Como estes, não abriam quase a boca ao falar, elevavam pouco a voz e imprimiam nas palavras um som gutural."

Em 23 e 24 de novembro de 1825 Langsdorff trava o primeiro contato com Francisco Álvares de Machado e Vasconcellos, cirurgião mór, então radicado em Porto Feliz. Figura chave da região naqueles anos, é ele quem recomenda a Langsdorff que siga pelo Tietê até Cuiabá – pois o sábio alemão titubeava entre esta via e o caminho terrestre. Vasconcellos o recomendou a via fluvial justamente por ser a menos estudada – Spix, Martius e outros já haviam trilhado o caminho por terra.

A família de Vasconcellos era composta além de Francisco, também pela esposa, Cândida, sua filha, Maria Angélica (então com 11 anos) e um filho de 10 anos. Este menino aparece inclusive no retrato da família que Florence realizou em 1826, porém deve ter falecido jovem, pois não consta sequer nas genealogias posteriores. Maria Angélica, por sua vez, foi pedida em noivado por

um integrante da expedição, Hasse; posteriormente, diante da desistência da menina (de 11 anos!), Hasse se suicida. Maria Angélica viria a se casar, anos depois, com Hercules Florence.

Florence era um jovem desenhista francês, de Nice, que conseguira um posto na expedição Langsdorff para auxiliar o também jovem francês Adrien Taunay na missão de retratar paisagens. flora, fauna, pessoas que encontrassem. Ambos contratados após Langsdorff foram desentender com Rugendas, que acompanhou a etapa mineira da expedição. O olhar de Florence para os acontecimentos é sempre mais fraternal. De todos os viajantes estrangeiros da época, ele é o que mais se aproxima da ideia de "fazer a América", e une uma visão crítica a certo otimismo com relação ao Brasil. Há que se considerar, também, que repassou a redação de seu diário 18 anos depois, calibrando o tom da redação com os ganhos da maturidade, e da visão com perspectiva histórica. dos acontecimentos da expedição e das diferentes realidades que encontraram.

Por exemplo, pousando em Jundiaí a caminho de Campinas, ele narra:

"Meus bons hospedeiros levaram-me a assistir a uma prática a que chamam mutirão: quando alguém que tem poucos escravos ou nenhum quer colher milho ou outro qualquer produto da lavoura, convida os vizinhos a virem ajuda-lo. A casa enche-se de gente, os homens vão para a colheita e as mulheres correm para apressar as refeições. O trabalho, em meio a um ar festivo. estende-se pelo dia inteiro e, chegada a noite, todos distraem-se conversando, rindo, e até mesmo, um ou outro arranhará sua viola, que jamais falta sob um teto brasileiro. (...) Utopia, não se cansam de referir-se ao socialismo os que lhe são contrários, batendo na tecla de tal expressão, e não suspeitam de que muitas ideias de Fourier já se converteram em realidade."

O contato com Vasconcellos era necessário, pois ele, radicado em Porto Feliz, e Engler, botânico e médico austríaco, radicado em Itu, eram pessoas de intelectualidade e diplomacia, e exerciam grande influência sobre a sociedade local. Liberais, tendo Vasconcellos vivido na juventude

em Santos, trouxe a influência dos Andradas para o oeste paulista, e não seria exagero colocá-lo entre os principais responsáveis pela conversão dos fazendeiros portofelicenses ao pensamento moderno, que fortalecerá a revolução liberal de 1842 e a convenção republicana de 1873.

Os escravos não eram muitos, em Itu. Havia, no entanto, violência: o escravo cabinda de Langsdorff, encarregado de resolver pequenas compras da expedição, foi morto em 3 de dezembro de 1825, nas ruas de Itu, sendo o motivo, talvez, ciúmes — ele conversou, pouco antes, com a mulher de um suspeito - ou assalto — 5 patacas que tinha em mãos sumiram. Era um jovem de 16 anos.

Neste dia, Langsdorff, que muito estimava os seus subordinados, dá vazão à sua cólera através do diário: "o que temo não é o perigo da viagem difícil que está para ser empreendida, nem mesmo a ameaça de tribos de índios selvagens, mas sim os perigos que eu e meus companheiros estamos sujeitos quando nos aproximamos de uma cidade ou estamos dentro dela. Aqui vigora

uma moral absurda, mesmo entre os padres. Nem vou falar sobre a vida desenfreada dos libertinos, a prostituição e a sedução de meninas, a leviandade de mulheres e moças, o assassinato de crianças, os crimes de envenenamento, as famílias de vida amoral. Não posso falar a respeito pois estaria colocando minha vida em risco."

Esta visão contrasta com a maneira como Florence via aquele mundo novo. Jovem, encantado com tudo, fica amicíssimo de Francisco Álvares de Machado Vasconcellos seu futuro sogro. "Já desde esse dia (em que se conheceram) me tratou como se eu fosse da família: livros franceses, instrumentos de física, a calma perfeita que se desfrutava na cidadezinha, e mais que tudo isso, sua companhia, sua palestra variada, viva, ligeiramente mordaz, versando sobre todos os assuntos. Sua casa e seu jardim davam para breve encosta a cujo pé corre o Tietê; aí se descortina ilimitada planície, onde o rio serpenteante, foge para o sertão. Numerosa sociedade, dos bons habitantes desta cidade brasileiríssima e liberal, todos os dias à

mesa, e a toda hora. Tudo isso fez de minha permanência em Porto Feliz uma época de felicidade de que raramente gozei."

Em 13 de dezembro, Langsdorff foi a Sorocaba, onde foi recebido por um senhor L. Oliveira, provavelmente Lopes de Oliveira. Depois de coletar elementos sobre a natureza, na fábrica de Ipanema, foi a São Paulo e ao Rio de Janeiro, enquanto Florence ultimava os preparativos da expedição em Porto Feliz.

Na volta, depois de chegar a Santos e subir a serra, Langsdorff pousa em uma fazenda logo no alto da serra, provavelmente proximidades do Riacho Grande atual. Afirma ele que, nesta parte, todas as famílias, sejam ricas ou pobres, têm talheres de prata. "Ou se come com as mãos, ou com talheres de prata". E, prosseguindo, diz que, surpreendentemente, nesta casa, a dona, ainda moça, sentou-se à mesa e conversou com os visitantes, o que era raríssimo na província de São Paulo.

Chegando a Porto Feliz em 2 de maio de 1826, Langsdorff teve dificuldades em abastecer a expedição: só aos domingos havia venda de gêneros alimentícios, quando os moradores da roça vinham à cidade para a missa.

Foices, facões e outras ferramentas foram adquiridos na fábrica de ferro de Ipanema, e ainda em Sorocaba, Florence e Riedl providenciaram tachos de ferro, chapas de ferro e tachos de cobre. Langsdorff não explica se estas peças de ferro eram também da fábrica, mas é provável que sim.

Nesta altura, Langsdorff reflete sobre a condição feminina ali: "é difícil entender a educação e o modo de viver das mulheres e moças desta terra. Elas vivem separadas do sexo oposto e raramente se permitem ser olhadas por um estranho, até mesmo por parentes próximos, e têm de passar a vida toda trancadas em casa. A única oportunidade que têm de aparecer publicamente é quando vão à missa na manhã dos domingos. Nestes dias, mesmo com todo o

cuidado dos pais, é que são marcados os encontros de amor."

Há uma observação de Saint Hilaire sobre as mulheres do Caracatinga (entre Porto Feliz e Itu) que articula esta reflexão sobre a mulher à leitura da heranca indígena: "Encontrei também nas mulheres as maneiras infantis notadas entre as dos indígenas. Mais de meia dúzia dessas mulheres tinham-se reunido na venda onde me alojei, e em vez de se retirar, como teria feito a maioria das brancas e até das mulatas de Minas ou Goiás, permaneceram entre nós enquanto trabalhávamos. Passaram a tarde toda a conversar, a rir, a beber e a fumar em compridos cachimbos, de cerca de três pés, muito usados entre as mulheres da região e as de Goiás. Nenhuma delas fazia qualquer serviço, posto que o mau estado de suas vestes provava, suficientemente, que tinham grande necessidade de trabalhar. "

Saint Hilaire ainda volta diversas vezes ao tema da reclusão feminina e à clausura do espaço doméstico, como nos relatos seguintes. Hospedado em Sorocaba em casa providenciada por Rafael Tobias de Aguiar, ansiava almoçar com o hospedeiro para assim manifestar sua gratidão, mas..."dentro em pouco soube o motivo pelo qual o mesmo não me admitia em sua mesa. Tinha ele por costume tomar as refeições em companhia de sua mãe e irmãs, e como estas senhoras não queriam aparecer a estranhos, não podia receber-me."

Saint Hilaire esteve em Goiás, mas não em Mato Grosso, onde estiveram posteriormente Langsdorff e Florence. Florence desenhou em Mato Grosso (figura 13) a proprietária de uma fazenda, já ao norte do pantanal, fumando exatamente um destes cachimbos, sentada em um bangué feito de dois paus unidos por um pano, semelhante a uma maca. Ela, sentada à maneira dos índios, de pernas cruzadas, fumando o cachimbo e dando ordens aos subordinados.

Se o cachimbo era uma herança indígena comum à sociedade paulista do vale do Tietê e do Mato Grosso e Goiás, talvez o bangué tenha se difundido pelos mesmos caminhos. Encontramos

Figura 13: detalhe de desenho de Hercules Florence, feito em 1826. Fonte: Florence, 1977. Trata-se da fazenda Buriti, em Mato Grosso. Vemos a fazendeira sentada como uma índia no bangué de pano fumando longo cachimbo, cena que pode refletir comportamento das antigas paulistas, mestiças de portugueses e índias. Encontramos bangués – já de madeira - nas fazendas Estrela e Santo Antônio – rio da Onça.



bangués inteiramente de madeira, e em perfeito estado de conservação, nas fazendas Estrela e Santo Antônio – Córrego da Onça. Estes bangués já deviam ser de 1860-1870, mas podemos imaginar que foram precedidos por bangués de pano, como os que Florence encontrou em Mato Grosso em 1826.

Aos domingos, assistindo ao afluxo dos moradores da roça a Porto Feliz para a missa e a feira, Langsdorff se surpreende com a habilidade das mulheres que chegam da zona rural, montando cavalos com crianças sentadas na frente e atrás.

Ainda em Porto Feliz, Langsdorff descreve: "(Mesmo) os cômodos das casas dos moradores mais ricos raramente são assoalhados. Numa casa grande como aquela em que estamos morando, não há um único cômodo assoalhado, mas o chão de terra vermelha batida era bem nivelado. Havia alguns buracos, e a poeira vermelha era tanta que tínhamos que trocar de roupas diariamente." Quatro anos antes, Saint Hilaire chamou a atenção para o fato de todas as

edificações de Porto Feliz – com exceção única da matriz – serem feitas em pau-a-pique, o que lhe foi explicado como resultante da inexistência de barreiros adequados nas vizinhanças.

As duas canoas grandes da expedição foram feitas com uma peroba e uma embaúba. Ao todo foram sete.

Langsdorff descreveu, nos arredores de Pirapora, uma produção entre 2.000 e 3.000 arrobas por engenho, dizendo que os fazendeiros desta região eram riquíssimos – certamente, para os padrões locais.

Florence descreve o pouso do dia 27 em casa do Coronel Correa, o que nos oferece uma ideia da maneira de ver o mundo, desta elite em processo gradual de conversão ao liberalismo. "Pertencente a família que havia mais de cem anos dominava a zona, o velho coronel de milícias amava o regime liberal, porém o desejava exclusivamente para os de sua classe, não contando, para tanto, o povo. Segundo ele, republicano significava o oposto de plebeu.

Efetivamente, a legislação antiga portuguesa atribui tal significado à palavra, hoje tão temida e proscrita."

Na margem direita do Tietê, logo após a foz do Sorocaba, pousaram em um engenho novo, chamado Pederneiras, onde a cana foi plantada em 1819 (segundo Florence) ou 1822 (segundo Langsdorff), pelo proprietário — Capitão Silva - com ajuda de apenas 3 (segundo Florence) ou 5 escravos (segundo Langsdorff); em 1826 ele já possuía 30 (segundo Florence) ou 19 escravos (segundo Langsdorff) e produzia 2.500 arrobas de açúcar. Utilizavam-se bois para mover os engenhos, como em todas as propriedades.

Langsdorff descreve a margem esquerda do Tietê, abaixo da foz do Sorocaba, terras de Laranjal Paulista:

"O Tietê fica manso depois que recebe o Sorocaba. De vez em quando vemos algumas cabanas de palha, principalmente na margem esquerda, cujos habitantes vivem em grande pobreza. A riqueza da terra e a insipiência de seus habitantes impedem que aqui haja produtividade agrícola. Onde as pessoas se vangloriam por levar uma vida sem muito esforço e trabalho e se satisfazem com pouco pois deveriam trabalhar? A opção por uma vida sem compromissos e enganosa, a paixão pela caça e pela pesca, tudo isso é incompatível com produtividade e desenvolvimento. Para aqui vêm os jovens fugindo do recrutamento, e se estabelecem na região que é a mais distante da província, última fronteira entre o mundo civilizado e o mundo selvagem."

Às 8 horas da manhã de 1 de julho de 1826, a expedição Langsdorff atraca na margem esquerda e visita a última moradia do Tietê abaixo: "Uma cabana pobre coberta com folhas de palmeira ao invés de palha." Seu morador, Salvador Pires, vendeu-lhes fibras de imbira para trançar cordas e linha de anzol. Florence acrescenta que compraram também pratos de madeira. Os navegadores da expedição, contratados em Porto Feliz, tocavam viola regularmente, nos pousos.

5: Bacellar, 1997.

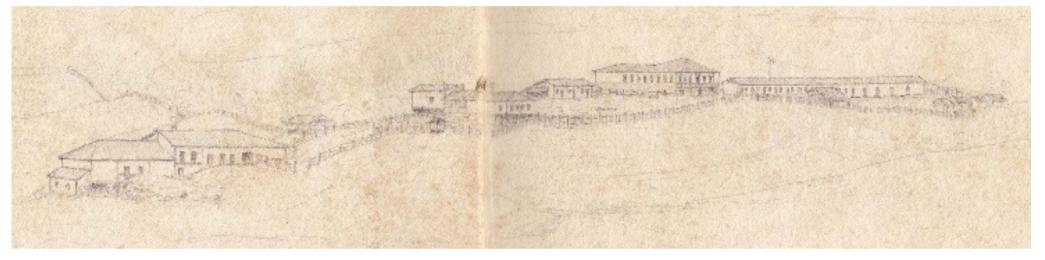
Bacellar⁵ estudou os senhores de engenho do oeste paulista, e nos ofereceu um rico panorama social deste grupo. Resumidamente, colhemos aqui os traços que mais interessam ao presente estudo, no sentido de nos auxiliar na reconstituição da vida doméstica nas edificações estudadas. Seu estudo revela que se evitava a divisão da propriedade antes da morte do pai, a todo custo. Com isto, era comum que filhos adultos e até com família formada, coabitassem o mesmo engenho. A condição específica do engenho – uma única máguina com a lavoura disposta concentradamente ao seu redor dificultava o processo de partilha, impelia à emigração os herdeiros alijados da posse da máquina, e necessariamente deixava um deles em clara vantagem - se considerarmos que não haveria alternativa de lucratividade comparável. Isso muda radicalmente quando surge esta alternativa lucrativa. Os herdeiros "expulsos" para oeste encontram condições tão positivas, ou até melhores, do que aquelas dos que ficam com o principal da herança, galgando novas posições sociais de maior relevo, quando veem a alternativa do café. Mas a viabilidade do café nas terras roxas a oeste seria condicionada à melhoria da acessibilidade, ocorrida com as ferrovias, e impactando efetivamente Botucatu apenas após 1870. Até esta data, a migração para oeste será sempre evitada pelos proprietários de engenho e seus herdeiros.

4.1 FAZENDA ESTRELA

LARANJAL PAULISTA

Originalmente chamada Fazenda Capuava, a Fazenda Estrela atingiu sua máxima área com a aquisição de diversas "sortes de terras" por Joaquim Vaz de Almeida, na década de 1830, que vieram ampliar a área já possuída por sua mãe, Beatriz Maria da Candellária, desde data desconhecida. Segundo a memória oral da

Figura 14: FAZENDA. Desenho a grafite de Carlos Schmitt, julho de 1883. É possível que retrate a fazenda Estrela. De todo modo, é certo que a propriedade retratada abaixo ficava na região da foz do rio Sorocaba, o que é suficiente para fazê-la documento que atesta o quanto a tipologia da fazenda Estrela se repetia nos arredores.



família, a casa seria posterior a esta época, e teria sido construída para ser sede do engenho da família.

Os elementos que colhemos não conflitam com a versão da família, no entanto a complementam com detalhes esquecidos: Beatriz Maria da Candellária, viúva, já possuía um engenho de dimensões medianas, para o padrão regional em 1816 (AESP, maços de população de Porto Feliz, 1816), e foi com os recursos auferidos neste engenho que adquiriu, juntamente com o filho Joaquim, novas terras a oeste, para ali construir um novo engenho, de maiores dimensões.

Beatriz Maria da Candellária proveu aos filhos uma educação cuidadosa. Nos maços populacionais constam filhos que estão "na gramática", ou seja, aos cuidados de um tutor ou eventualmente internos em Itu, no colégio dos padres. Com 50 anos em 1816, ela havia enviuvado entre 1808 (nascimento da filha mais nova) e aquela data, e além de Joaquim possuía os seguintes filhos: Pedro (na gramática), 21 anos; João, também estudante, 20 anos;

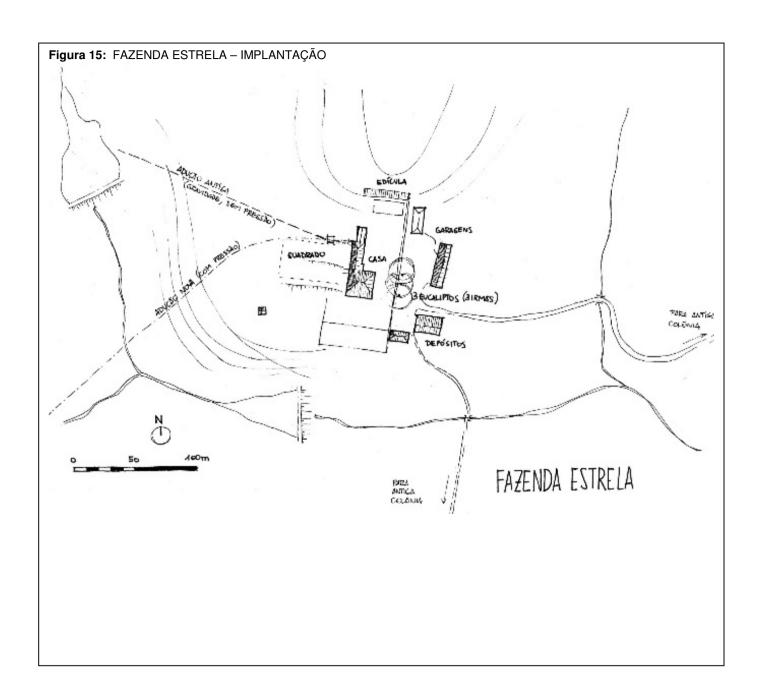
Francisco, 18 anos; Manoel, 14 anos; Antônio, 10; Anna, 28; Gertrudes, 25; Antônia, 19; Manoela, 12; e Beatriz, 8 anos.

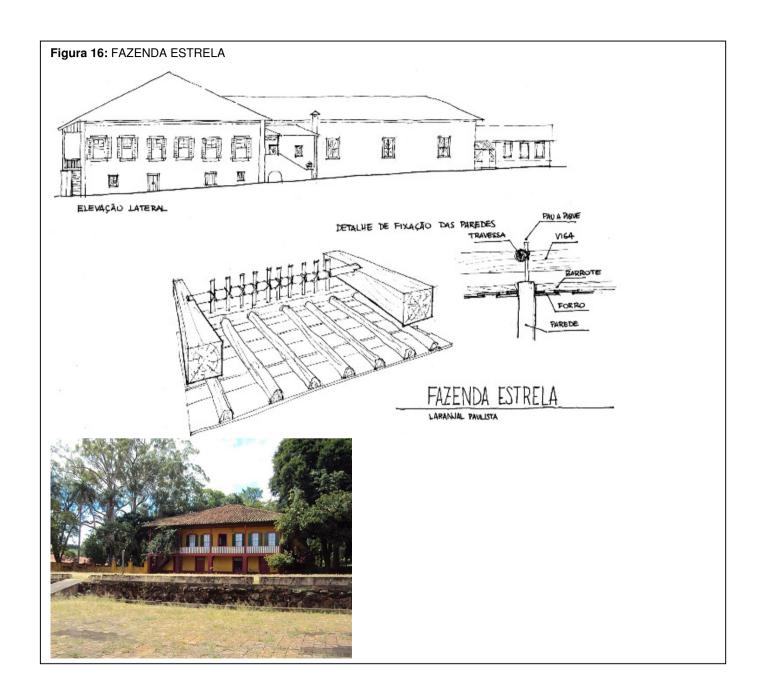
Joaquim havia se casado em 1816, em Porto Feliz, com Luiza Portella Leite, e é possível que tenha construído a casa na década de 1840. como afirma a memória oral da família. No maco populacional de Porto Feliz de 1816 encontramos o jovem casal (Joaquim com 25 anos e Luiza com 15) já casado "neste ano"; viviam "de lavrar" e possuíam plantel de escravos - 10 ao todo: Ignácio, guiné de 25 anos, Thomaz, guiné de 20 anos, Domingos, guiné de 20 anos; Manoel, guiné de 18 anos, Antônio, quiné de 16 anos, Onório, crioulo de 10 anos, Florência, quiné de 18 anos; Joaquina, guiné de 13 anos; Benedicta, crioula de 12 anos; Raquel, crioula de 1 ano. O caso de Onório chama a atenção e nos dá pistas importantes sobre a morada do jovem casal e sua possível relação com a casa da matriarca.

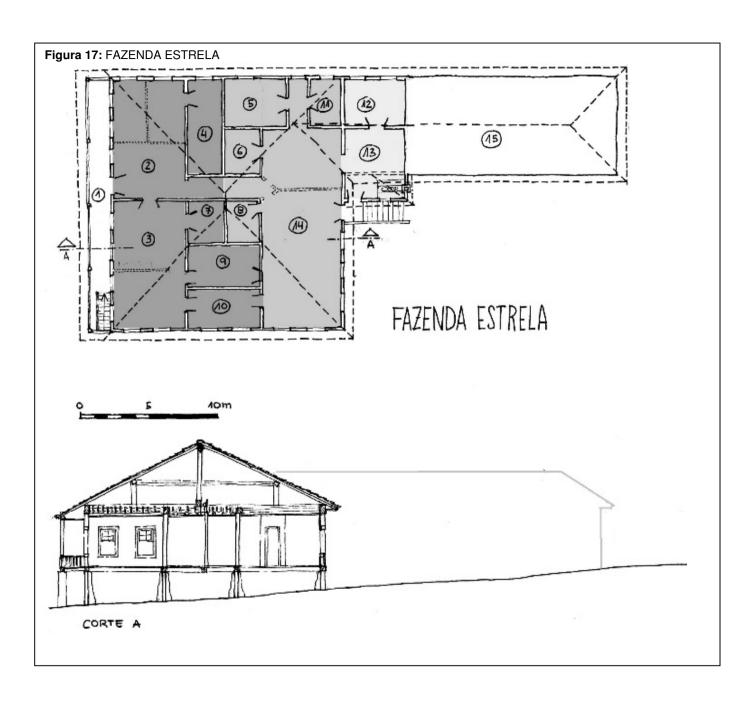
Onório é um menino escravo de 10 anos, e é pouco provável que vivesse separado de qualquer parente; os demais escravos de Joaquim são muito jovens para serem seus pais; podem, no entanto, haver irmãos de Onório entre eles.

É muito provável que seus pais fossem escravos da mãe de Joaquim, que contava com numeroso plantel (para os padrões regionais), 32 escravos ao todo, que moviam uma produção agrícola considerável: naquele ano foram 300 alqueires de acúcar, 4 canadas de aguardente, 750 algueires de milho, 25 alqueires de feijão, 18 alqueires de arroz, 16 algueires de trigo, 5 bezerros e 4 carneiros. É provável que os escravos de Joaquim e de sua mãe Beatriz tivessem contatos frequentes, e até mesmo habitassem dentro da mesma propriedade; afinal, Joaquim "vive de lavrar", mas ainda não possui engenho próprio sua produção é processada no engenho da mãe, e provavelmente foi contabilizada juntamente, no maço.

A reforçar isso, os fogos (lares) de Joaquim e de sua mãe aparecem em sequência nos maços de população. Nossa experiência na leitura destes documentos indica que geralmente há uma lógica de varredura, na elaboração destas listagens, de modo que domicílios em sequência, na lista, geralmente são próximos no território. Cruzando tais elementos com aqueles já analisados por Bacellar no início deste capítulo, podemos supor que Joaquim Vaz de Almeida vivia, quando recém-casado, dentro da propriedade da mãe, possivelmente na mesma casa, possuindo plantel próprio e atividades econômicas próprias, mas ainda profundamente entrelaçadas às do restante da família. Gradativamente ele reuniu os recursos necessários para construir seu engenho nas novas terras às margens do rio Sorocaba, depois de ampliar com algumas aquisições a área disponível para plantio.







Nos maços de 1822 (AESP), Joaquim e Luiza aparecem com 31 e 22 anos, sendo, os filhos do casal: Gabriel, cm 4 anos, José com 3, Elias com 3 e Gertrudes com 2. O plantel de escravos subiu a 13 indivíduos, entre os quais persistem 9, dos 10 escravos de 6 anos antes, tendo sido acrescidos 4 escravos homens de 16 a 18 anos, todos guiné — braços para a lavoura — e uma bebezinha de 2 anos, provavelmente crescimento vegetativo do plantel. Joaquim é citado como senhor de um engenho com produção de 800 alqueires de açúcar. Não fica claro se este engenho é ainda o de sua mãe ou já o seu próprio.

As providências no sentido de organizar a nova propriedade às margens do rio Sorocaba se intensificam na década de 1830, e é possível que por algum tempo tenha funcionado como fornecedora de pastagens, lenha e até canaviais adicionais para o engenho antigo da família, que se situava na freguesia de Pirapora, provavelmente ao sul, próximo da divisa com Sorocaba. Na casa sede encontram-se, emolduradas, duas das escrituras de compra, a

primeira de 1834, citando já Beatriz como vizinha; e a segunda de 1836:

Carta I:

"Nós abaixo assinados declaramos que vendemos ao sr. Joaquim Vaz de Almeida uma sorte de terras com setecentas braças de testada e meia légoa de sertão, mais pontas e enseadas entre o rumo da testada e o rio, a qual sorte de terras, sita nas margens do rio de Sorocaba, partem do lado de cima com o comprador, do de baixo com o sargento mór Manoel José Leite de Morais, e nos fundos conosco vendedores. As quais terras vendemos ao dito senhor por quinhentos mil réis, pagando ele a competente siza e de cuja quantia ficamos pagos e satisfeitos ao fazer desta.

E por ser verdade o referido, e para que o dito senhor possa gozar de hoje em diante, por si e por seus herdeiros como coisa sua que fica sendo, lhe passamos a presente carta de venda e se nela faltar alguma declaração ou formalidade, as havemos pois expressas e declaradas e pedimos às justiças do Império que 6: Estas duas escrituras representam respectivamente 210 alqueires (Carta I) e 90 alqueires (Carta II). No entanto, a propriedade chegou a possuir aproximadamente 860 alqueires ao redor de 1845, tendo se reduzido para cerca de 740 alqueires quando dos registros paroquiais em 1856, por Joaquim e Luiza terem vendido duas glebas nos fundos, próximas do ribeirão Laranjal, junto à atual estrada vicinal Giovani Costa.

lhe deem cumprimento, sendo ela por nós assinada.

Porto Feliz, 18 de maio de 1834. José Correa de Morais Silveira Maria Leite de Anhaia (sua esposa)

Carta II:

"Carta de venda que passa o sargento mor José Joaquim Correa da Rocha ao Sr. Joaquim Vaz de Almeida, por venda de uma sorte de terras no distrito da freguesia de Pirapora, pelo preço de 250\$000.

Nós, o sarg mor José Joaquim Correa da Rocha e sua mulher, Dona Anna Policena de Madureira Camargo, declaramos por verdade que possuímos uma sorte de terras de trezentas braças de testada e meia légua de sertão no distrito da vila de Pirapora, partindo de um lado do sertão com terras de dona Beatriz Maria da Candellária, de outro com as de Joaquim Vaz de Almeida, na testada com terras da (...) da ponta, para o fundo com terras de Salvador Correa de Toledo, (...) Almeida, João d'Arruda, cuja sorte de trezentas braças de testada com meia légua de

sertão já há muito havíamos vendido, ou tractado venda, ao sobredito confinante Joaquim Vaz de Almeida, e de facto verificou-se pelo preco a quantia de duzentos e cinquenta mil réis, que llogo ele comprador pagou, e nós recebemos, mas com a condição de ele pagar não só a respectiva visa, como qualquer outra despesa que necessária fosse nesse negócio. Por ser assim o nosso ajuste e por haver estorvos por causa de infermidades, iamais se tratou de papéis, que servissem de documentos, senão agora, por meio desta carta de venda, que se passa a pedido dele comprador, declarando que com ela dá contento. E nestes termos assim o cumprimos, fazendo certo que a ele vendemos as ditas terras, e estamos pagos e satisfeitos, e porisso transferimos na pessoa dele, senhor comprador Joaquim Vaz de Almeida, toda a posse, e domínio, que tínhamos em taes terras, para que ele possa disfrutar, ou dispor delas, como bem lhe parecer. Portanto passamos esta por um de nós feita, por ambos assignada, sendo testemunhas presentes Vicente Ferreira de Campos e Mathias Teixeira da Silva. Porto Feliz. 1/6/1836."

José Joaquim Correa da Rocha Dona Anna Policena de Madureira Camargo Vicente Ferreira de Campos Mathias Teixeira da Silva

Este documento mostra que Joaquim Vaz de Almeida já possuía terras vizinhas a esta gleba em 1836, e que uma das confrontantes é Beatriz Maria da Candellária, sua mãe. O texto expõe ainda que a compra havia sido feita há muito tempo, e que se tratava apenas de formalização de negócio já há muito realizado. Podemos deduzir daí que este era um momento em que Joaquim queria deixar a fazenda bem documentada, pois provavelmente estava iniciando esforços de melhoria em sua estrutura, e não queria investir em um bem com documentação precária.

A estratégia da família Vaz se insere em um movimento econômico maior, que é legível nas estatísticas de Daniel Pedro Muller e foi analisado por Melo ⁷, que demonstra que o açúcar paulista gradativamente deixou de ser um produto de exportação e se tornou um produto para o

mercado interno, ao mesmo tempo em que se redistribuiu geograficamente e abrigou, em suas novas áreas (justamente os municípios de Pirapora do Curuçá, Capivari e Piracicaba), intercalados à grande produção açucareira, a introdução dos cafeeiros na região. O auge do ciclo açucareiro de Pirapora se deu na década de 1850, quando chegou a possuir 60 engenhos e produziu 100.000@ de açúcar em 1853. Considerando que a média por engenho seria de 1.500@, e, ainda, que a fazenda Estrela se inseria entre as mais importantes do município, podemos supor que sua produção devia ser algo como o dobro ou o triplo desta média.

Em 16/10/1846 a câmara de Pirapora pede recursos para a construção de uma ponte sobre o rio Sorocaba, pois sua produção de açúcar e aguardente se destina quase toda aos municípios do sul da província, inclusive a comarca de Curitiba, e segue via Tatuí.

Melo demonstra ainda que nesta época se inicia a introdução de cafeeiros nas fazendas de açúcar, e que a produção cafeeira de Pirapora, 7: Melo, 2009

concentrada nos engenhos, atinge 509 arrobas em 1854. Apenas seis anos depois, a produção de cana subiu a 120.000 arrobas, e a de café a 10.000 arrobas, conforme o relatório de José Correa de Moraes Silveira, inspetor de estradas de Pirapora.

Provavelmente instalado na propriedade em algum momento posterior a 1836, Joaquim consolidou-a como importante engenho, e possivelmente iniciou o plantio de café. Ao se mudar para a nova casa, já contava cerca de 20 anos de casado, e todos os seus cinco filhos já eram nascidos (Cardia, 1997). Considerando uma média de dois anos de intervalo entre o nascimento dos filhos, seu último filho teria nascido aproximadamente em 1826, sendo já adolescente quando da mudança da família para a Fazenda Capuava.

Certamente seu plantel de escravos já havia crescido consideravelmente e sua produção agrícola também. Era o auge do ciclo açucareiro de Pirapora, o início do ciclo cafeeiro, e sua propriedade estava estruturada para tornar-se

uma expoente importantíssima deste processo. Joaquim faleceu provavelmente ao redor de 1850, tendo em torno de 60 anos de idade. deixando sua esposa. Dona Luiza Portella, então com 50 anos, em situação muito similar àquela em que sua sogra Maria Beatriz se encontrava em 1816. Uma viúva assumindo a gerência de um importante engenho e de sua partilha entre os filhos. O filho mais velho, Gabriel, já era falecido, solteiro. O segundo filho, José, casara em 1841 em Porto Feliz e certamente já estava com casa estabelecida. A terceira filha, Gertrudes, então com cerca de 28 anos, já estava casada com Eliseu Antunes Cardia, que por sua vez voltaremos a estudar quando da mudança destas famílias piraporenses (tieteenses) para o oeste. Eliseu auxiliava a sogra Luiza, analfabeta, na assinatura de documentos, pois era claramente muito bem formado, e dominava questões jurídicas. Luiza Vaz, a quarta filha, com cerca de 26 anos, provavelmente, já se encontrava casada com João de Arruda Leite; Por fim, o quinto filho, José Elias, encontrava-se no ponto ideal para assumir as rédeas da propriedade: estava prestes a casar, ou era recém casado e coabitava a propriedade. Seu primeiro casamento foi com Anna Fernandes de Araújo Leite, com quem teve 7 filhos; viúvo ainda jovem, esposou em segundas núpcias Maria Antônia de Campos Mello, filha de José Antônio dos Reis – vizinho e também proprietário de engenho. Maria Antônia era cerca de 20 anos mais nova, e lhe deu mais 5 filhos, dos quais o terceiro é José Elias Vaz, nascido entre 1857 e 1860, o qual veio a herdar a propriedade.

No livro de registros da paróquia de Pirapora (Tietê) de 1855, encontramos uma propriedade, às margens do rio Sorocaba, declarada ao menos parcialmente por Luiza Portella Leite, no registro 102:

"Terras que Dona Luiza Portella Leite possui nesta freguesia de Pirapora como abaixo se declara:

A abaixo assignada é senhora e possuidora de um citio de terras lavradias nesta freguesia de Pirapora no bairro denominado de – Rio de Sorocaba – com parte de um conto seiscentos e vinte e quatro mil, duzentos e doze reis, tocadas por marido da abaixo assignada tendo-se feito inventário do mesmo citio — divide na testada com o rio de Sorocaba, dos lados com terras de João Ferreira dos Santos Novaes, Antonio Marianno, nos fundos com José dos Reis com padrões em alguns lugares; este citio pertence-me por compra ao capitão Joaquim Correia de Moraes por escriptura pubblica e por não saber escrever pedi a Elizeu Antunes que fez e assignou. Pirapora, 3 de junho de 1855. A rogo de dona Luiza Portella Leite, Elizeu Antunes Cardia. Apresentado em 3 de junho de 1855.

O vigário, Francisco da Costa Araújo Mello. "

Não é possível estabelecer o posicionamento nem as dimensões desta propriedade pelos documentos reproduzidos, o que nos levou à leitura de todos os registros vizinhos, para reconstituir as dimensões da propriedade.

Surgiram então novos elementos: José Antônio dos Reis, citado como confrontante por Luiza Portella, não a cita, mas sim a "Elias Vaz", seu filho. Como ela afirma ser possuidora de uma

parte referente a certo valor, pode ser que ela e o filho fossem condôminos nesta propriedade. Eliseu Cardia, que assina a rogo, é seu genro, e aparecerá citado como confrontante, significando que lhe tocou uma parte da Estrela quando da partilha.

Pode ser que Elias tenha declarado sua parte em separado, já que o registro número 8 do livro de Tietê não foi reproduzido no microfilme disponível para consulta, no Arquivo do Estado.

Passemos à leitura dos vizinhos declarados por dona Luiza:

Antonio Marianno aparece no registro 132:

"O abaixo assignado é senhor e possuidor de terras nesta freguesia no local denominado – Laranjá – contendo duzentas braças de largo e um quarto de fundo – dividindo de um lado com terras de Manoel Ribeiro, do outro com terras de Antônio Albino, João Dinis e José Ribeiro Furtado – Este citio me pertence por compra que fiz de Joaquim Vaz."

Este registro aponta que a divisa norte das terras de dona Luiza se situava próxima do ribeirão Laranjal. Ele não cita dona Luiza como confrontante, mas fala de seus vizinhos de um lado e de outro, o que sugere que divisa com ela pela testada ou pelos fundos. Afirma ainda que comprou a área de Joaquim Vaz, o que significa que originalmente era parte da fazenda Capuava.

João Ferreira dos Santos Novaes aparece no registro 108:

"...na paragem denominada – rio de Sorocaba – de um citio de terras lavradias contendo cento e noventa e oito braças e mais sete palmos de testada – de fundo um quarto – dividindo a testada com o rio de Sorocaba, de um lado com terras de dona Luiza Portella Leite, de outro com terras de José Antônio de Almeida, nos fundos com Elizeu Antunes Cárdia. Este citio foi comprado de Joaquim de Mello..."

Este registro não esclarece a divisa sul da fazenda Capuava de dona Luiza, mas o registro de seu vizinho coloca novos elementos.

José Antônio de Almeida comparece no registro 97:

"...um citio de terras lavradias no lugar denominado Bicame, cujas terras contém de testada novecentas e sessenta e duas braças e com fundos mil cento e noventa, partindo de um lado com José Ferreira Novaes, Dona Luiza Portella Leite, de outro lado com terras de Adão Antônio Vaz – Cândido Arruda Leite, e nos fundos com terras de (...) (ilegível) cujas terras tenho possuídas por compra de Antônio Correia da Silveira..."

Ao assinar o registro, José Antonio de Almeida inclui ao final de seu nome o apelido "Bicame". Não fica claro se o rio Bicame foi batizado com seu nome ou se ele adotou o nome do local onde vivia, como complemento de seu sobrenome, mas de todo modo evidencia um nexo territorial de sua propriedade com o ribeirão Bicame. Ele cita como sua confrontante dona Luiza, e não

Elizeu Cardia, genro de dona Luiza, e senhor de uma parte da fazenda partilhada. Assim, podemos afirmar que a fazenda Capuava tinha sua divisa sul na região do ribeirão Bicame.

O confrontante dos fundos do registro 97, que está ilegível, é Pedro João Cardoso, que aparece no registro 295:

"...um citio de terras lavradias na paragem denominada Ribeirão do Bicame, contendo de testada duzentos e noventa braças e de fundo novecentos e sessenta e duas braças mais ou menos dividindo na testada com terras de dona Luiza Vaz, de um lado com terras de Adão Vaz, de outro com terras de José Antônio de Almeida e João Correia de Moraes. Todas as divisas são feitas de rumos abertos. Este citio pertence ao abaixo assignado por compra a José Antônio de Almeida. "

Pedro João cita dona "Luiza Vaz" como confrontante. Houve uma dona Luiza Vaz nesta época, filha de dona Luiza Portella; houve ainda uma dona Luiza que deixou seu nome marcado em terras próximas dali, às margens do rio

Sorocaba, havendo até um córrego e campos denominados "de Dona Luiza", alguns quilômetros ao sul. Porém, pelos confrontantes citados nas demais escrituras, Pedro João está se referindo à fazenda Capuava, quando diz "Dona Luiza".

Assim, sua propriedade está encaixada entre a de João Antônio de Almeida (esta às margens do Sorocaba) e a de João Correia de Moraes, o Braganceiro, dono de engenho em Tietê, segundo a Genealogia Paulistana. A se confirmar isto, este engenho provavelmente existia nesta propriedade, que é a única declarada pelo mesmo, no registro paroquial de Tietê.

João Correia de Moraes teve vários filhos, entre eles Luiza Correa de Moraes, que se casou com Mathias Rodrigues da Costa (GP, vol. II, pg.407), patriarca da família Rodrigues da Costa, proprietária da fazenda Santo Antônio do Natico, que é objeto de outro tópico desta tese.

As terras de João Correia de Moraes aparecem no registro 55:

"...um citio de terras lavradias na paragem denominada — Ribeirão do Bicame — contendo de testada novecentos e sessenta e duas braças mais ou menos e de fundo uma légua, dividindo na testada com terras de João Antônio de Almeida (o registro foi feito antes do de Pedro João), nos fundos com terras de Ignácio de Góes, de um lado com terras de Adão Vaz, José dos Reis, João Pires. Todas as divisas são feitas com rumos abertos. Este citio pertence ao abaixo assignado parte por compra que fez a João de Arruda Campos parte por troca que fez com o falecido Antônio Correia."

João Correia de Moraes não cita dona Luiza como confrontante, e ao descrever seu perímetro afirma "divisando por um lado..." e não elenca os confrontantes de outro lado. O José dos Reis a que se refere é provavelmente José Antônio dos Reis, que só pode confrontá-lo pelo norte, ou seja, pelo outro lado. Atribuímos este conflito de informações a imprecisões de linguagem.

José Antônio dos Reis registrou sua propriedade sob número 118 no livro do vigário de Pirapora: "...um citio de terras lavradias na paragem denominada — Ribeirão do Salto — contendo seissentas braças de testada e três quartos de légua de fundo (...) dividindo na testada com Elias Vaz e no fundo com terras de Lucas Pereira, os lados com terras de José Domingues, José Alves, João Correia. João Pires."

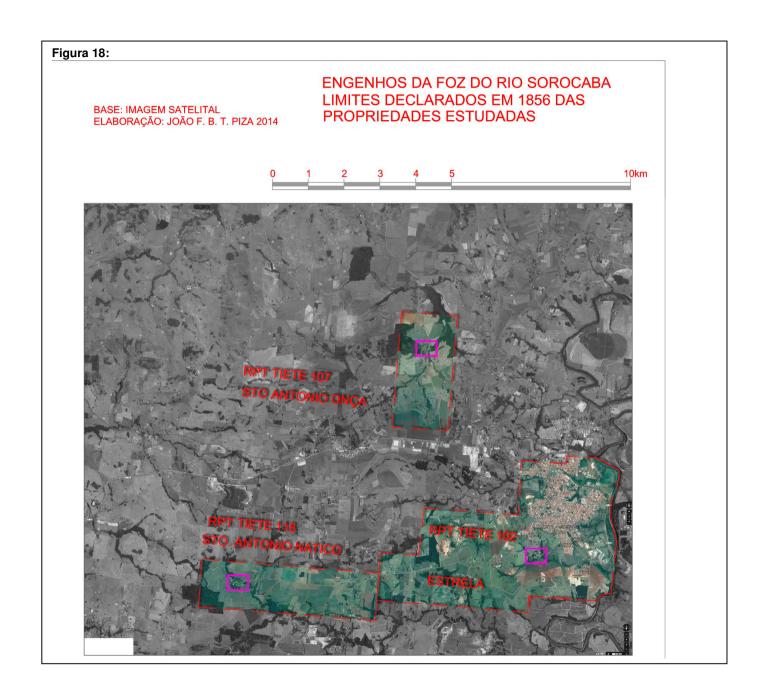
José Antônio dos Reis cita João Correia (de Moraes) como confrontante em um dos lados, e não cita dona Luiza Portella, mas seu filho, Elias Vaz. José Antônio foi um dos alavancadores do desenvolvimento do bairro do Laranjal, e é tido mesmo como um dos fundadores do núcleo urbano de Laranjal Paulista. Uma de suas filhas, Carolina, teve importante papel na fundação de Conchas. O escritor Paulo Fraletti o descreve como "rico fazendeiro em Laranjal", e "possuidor de engenho". Veremos que suas terras correspondiam à fazenda do Natico, e a ele atribuímos a encomenda desta construção, que analisaremos a seguir.

Um dos confrontantes de José Antônio dos Reis é José Alves, cujas terras aparecem registradas sob número 139:

"...um citio de terras lavradias no lugar denominado – Ribeirão da Onça – contendo mil braças em quadra mais ou menos divisando por um lado com Theodoro José da Silveira, Joaquim da Silva Leite – de outro com terras de José Dias Domingues, José Antônio dos Reis. Este citio pertence a mim por doação de minha mãe, Manoela Delfina dos Reis."

A forma de descrição é imprecisa, de modo que não temos como saber se Theodoro é confrontante na divisa norte, ou na leste.

O registro de Theodoro é o de número 135. Descreve suas terras no "bairro do Laranjá" com seiscentas braças de testada e meia légua de fundo, confrontando com Elias Vaz, Florentino Antunes de Lima. José Alves e Manuel Arruda.



Vejamos a descrição de Florentino Antunes de Lima, no registro número 188:

"... umas terras lavradias no bairro do Laranjá, com trezentas braças de testada e meia légua de fundo, divindo na frente com dona Luiza Vaz, pelo norte com José Ribeiro Furtado, Joaquim da Silveira Leite, pelo sul com Rafael Costa, pelos fundos com terras de Theodoro José da Silveira, estas terras comprei do tenente Joaquim de Almeida."

As terras de Rafael (Pinto da) Costa estão descritas no registro 57:

"...terras lavradias no ribeirão do Laranjá com cem braças de testada e meia légua de fundo, dividindo na testada com terras de dona Luiza Portella Leite e pelo lado de baixo com Florentino Antunes de Lima. Este citio foi comprado pelo abaixo assignado de dona Luiza Portella Leite por carta..."

José Ribeiro Furtado também aparece como confrontante de Antônio Marianno, fechando o arco de confrontantes da fazenda Capuava.

Consolidada a discussão sobre a posição, divisas e tamanho das terras da família Vaz de Almeida, podemos passar à consolidação de sua datação. Vimos que a família Vaz de Almeida possuía engenho desde antes de 1814; não é provável que Beatriz da Candellária, viúva e criando filhos jovens, tivesse condições de levar adiante a construção de um novo engenho. Este deve mesmo ter sido iniciativa do filho varão, Joaquim Vaz de Almeida, casado em 1816, e possivelmente capitalizado pela partilha do velho engenho.

É possível que tenha aguardado melhores condições para proceder ao estabelecimento do engenho.

Nos registros paroquiais de terras do município de Pirapora encontramos datações para as posses situadas a oeste das terras da fazenda Estrela e da Fazenda do Natico, e estas posses datavam de 1832/1835, feitas por "braganceiros", isto é, criadores de gado vindos de Bragança Paulista. Entre eles, está Lucas Pereira, citado como confrontante por José Antônio dos Reis,

mas na verdade já falecido, a esta altura, sendo suas terras herdadas pela filha, Ana "Luca" Pereira. Estas posses, e a concomitante preocupação de documentação da propriedade. nos anos 1834/1836, sinalizam um crescimento da atividade econômica nestas redondezas, por estes anos. Somam-se a estas evidências o crescimento da atividade e da quantidade dos engenhos portofelicenses nas décadas de 1840 e 1850, e nos parece já bastante forte a sinalização da fundação, neste período. A construção da casa não deve ser anterior a 1834, pois a propriedade ainda seria muito pequena para comportar lucros que a justificassem, e a casa é anterior a 1855, quando sabemos que toda a família Vaz de Almeida reside nestas terras. Como data mais provável, propomos 1836-1840, pois em 1845 a fazenda Santo Antônio do Córrego da Onça foi construída já com técnica mineira (paus-a-pique embebidos nos frechais), enguanto a Estrela e a Natico foram executadas com a técnica paulista (tronco rolico amarrando lateralmente os paus-a-pique).

Elias Vaz de Almeida recebe parte da fazenda em herança e gradativamente adquire partes de

outros herdeiros, promovendo a expansão da atividade agrícola, e inovando principalmente com a introdução do café, que se torna o principal produto da fazenda já em 1880. Em 1882 a fazenda foi visitada pelo engenheiro Carlos Schmidt durante suas prospecções, definindo o traçado da ferrovia Sorocabana, e a produção de café foi suficiente para levá-lo a decidir implantar uma estação em terras da Fazenda Estrela, junto do ribeirão Laranjal, dando origem à atual cidade de Laranjal Paulista.

A configuração da fazenda nestes anos era a de edificações concentradas ao redor da casa sede, com as senzalas e casas de máquinas formando o "quadrado", isto é, o terreiro lateral à sede, para o qual se abriam também as senzalas, e onde havia o tanque de abastecimento de água para utilização doméstica e nos terreiros de café, próximos e mais baixos.

No Almanack de 1873 (Luné-Fonseca), a fazenda ainda é listada como "de cana de açúcar e de café".

Elias deixa a fazenda para seu filho José Elias Vaz de Almeida, que estudara em Sorocaba⁸ no colégio Lageado, do professor Xavier de Toledo e, posteriormente, foi advogado formado pelo Largo São Francisco, em 1890. Este se casa com Elisa Junqueira, vinda da região de Ribeirão Preto. Nestes anos, há registro de uma importante produção de café na fazenda, bem como uma premiada criação de suínos. A fazenda foi, nestes anos, uma das principais contratantes de imigrantes italianos para as lavouras de café da região, e suas imensas colônias foram a matriz populacional da cidade de Laranjal Paulista, que se desenvolve, em grande parte, sobre terras doadas pela fazenda. Nos últimos anos do século XIX criou-se uma olaria, dentro da fazenda, para produção de tijolos para as próprias construções- colônias, capela, terreiros, tulha, etc. Os ladrilhos do terreiro, de 22cm x 22cm, foram feitos nesta olaria. José Elias teve três filhas mulheres, e, em singela homenagem às filhas, plantou, em 1901, três eucaliptos, ao lado da casa, próximo à estrada de acesso. As árvores ainda estão lá, com cerca de 30m de altura. O antigo "quadrado" deixou de ser toda a estrutura da fazenda, que ganhou colônias espalhadas em três direções diferentes, ao longo dos caminhos para os cafezais.

8: Mebius, 2004.

Uma de suas filhas, Guiomar Junqueira Vaz de Almeida, casou- se com o advogado e então delegado de Tietê, Acácio Gomes. Este era filho do conhecido maestro João Gomes de Araújo, um dos fundadores do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, músico de renome, junto à corte, nos últimos anos do império, e importante difusor cultural nos primeiros anos da república.

Guiomar e Acácio deixam a fazenda para o filho Plínio Gomes, sendo que durante estas duas gerações a fazenda reduz significativamente suas atividades, devido ao seu fracionamento em consecutivas partilhas, bem como reduz a participação do café na sua produção, inserindose no contexto regional de retração cafeeira, difusão da pecuária, e, mais recentemente, na entrada da cana, dos cítricos e das plantações de eucalipto e pinus com vistas à agroindústria de exportação. Nesta longa transição, as colônias e os diversos edifícios de depósitos e máquinas são

desativados e removidos, restando apenas a casa sede e alguns poucos anexos próximos a ela e aos terreiros.

Hoje a casa pertence ao Sr. Mário Gomes, que, portanto, é a sexta geração da mesma família de proprietários.

O programa e o partido desta casa apresentam grande coerência com outros exemplares dos arredores: o grande telhado abrigando alcovas sob a cumeeira, a sala de jantar como grande articulação de todos os ambientes da casa, as salas de visitas separadas, com funções específicas, a cozinha no puxado dos fundos, formando um "L", e cercada pelos dormitórios das mucamas: mas apresentam algumas características que, como afirmamos, tornaramse regra no médio Tietê, tanto em Pirapora – hoje Tietê – quanto em Constituição – hoje Piracicaba: o alpendre fronteiro em prolongo, a casa com todo seu corpo principal sobre porão, a escada do alpendre frequentemente embutida no mesmo (como é o caso da Estrela).

A técnica construtiva apresenta alguns pontos em comum com as fazendas que surgiram pouco depois, logo a oeste, no então município de Botucatu: paredes em taipa de mão, esteios diretamente fixados ao solo; porém, a casa da Fazenda Estrela guarda três peculiaridades, descritas a seguir.

A primeira é a utilização do pau-a-pique paulista, de modo que aparentemente busca "disfarçar" a saliência das vigas horizontais de amarração dos paus-a-pique, causando um efeito estético similar ao das fazendas mineiras.

A segunda é uma espécie de proteção mecânica dos esteios no porão, onde os mesmos se encontram revestidos por grossa (20 cm) camada de taipa de mão. As paredes de fechamento do porão são feitas em pau a pique.

Por fim, a terceira é a existência de uma viga que percorre todo o perímetro da edificação na altura dos parapeitos das janelas, interrompendo-se apenas nas portas. Este tipo de solução foi frequente em Portugal, onde foi adotado como

segurança, caso ocorresse (como ocorre frequentemente) o apodrecimento das vigas inferiores das paredes. Mesmo em Minas Gerais, onde a carpintaria lusitana se difundia mais rapidamente, Cícero Ferraz Cruz afirma não ter encontrado esta solução, que se repete ainda na vizinha Santo Antônio do Natico.

4.2 FAZENDA SANTO ANTÔNIO – NATICO RODRIGUES - LARANJAL PAULISTA

Esta propriedade foi analisada pelo Condephaat nos anos 70, no entanto ela não recebeu identificação naquela ocasião e sua planta, cortes, fotos, foram guardadas junto com a documentação da outra fazenda Santo Antônio – córrego da Onça - de Laranjal Paulista. Foi por intermédio dos proprietários da Estrela que soubemos de sua existência e conseguimos identificar o engano ocorrido no CONDEPHAAT. Nela, a taipa-de-mão paulista comparece com mais frequência que na própria Estrela, ainda que a memória oral fale que seja propriedade posterior — tornando difícil a análise, que

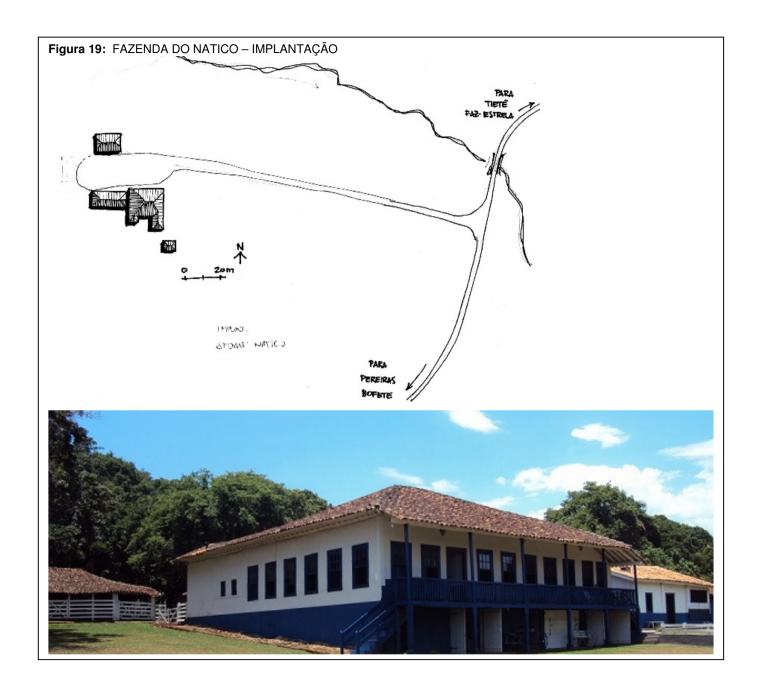
tendemos a elaborar, de que a taipa de mão paulista foi sucedida historicamente pela mineira. Vamos à análise: a Fazenda Santo Antônio pertenceu a José Antonio dos Reis, que consta no Registro Paroquial de Terras de Tietê como confrontante da Fazenda Estrela. José Antonio dos Reis se casou em 1837, ocasião em que deve ter erguido a fazenda. Sua esposa era Anna Thereza de Campos Mello. Tiveram 6 filhos. Uma das filhas, Maria Antônia de Campos Mello, casou-se com Elias Vaz de Almeida, herdeiro da vizinha Fazenda Estrela; Carolina Augusta dos Reis Amaral casou-se com Leodoro do Amaral Camargo e é considerada uma das benfeitoras da fundação de Conchas; teria falecido 9 em 1876. No entanto, em 1873 já não aparece como fazendeiro de relevo 10, fazendo crer que a atividade de seu pequeno engenho e seus cafezais tenha remanescido modesta demais. diante do crescimento das lavouras tieteenses. As suas terras teriam então sido partilhadas pelos filhos, que a revendem a Cincinato "Natico" Rodrigues Alves, no início do século XX. Segundo o atual proprietário da fazenda Estrela,

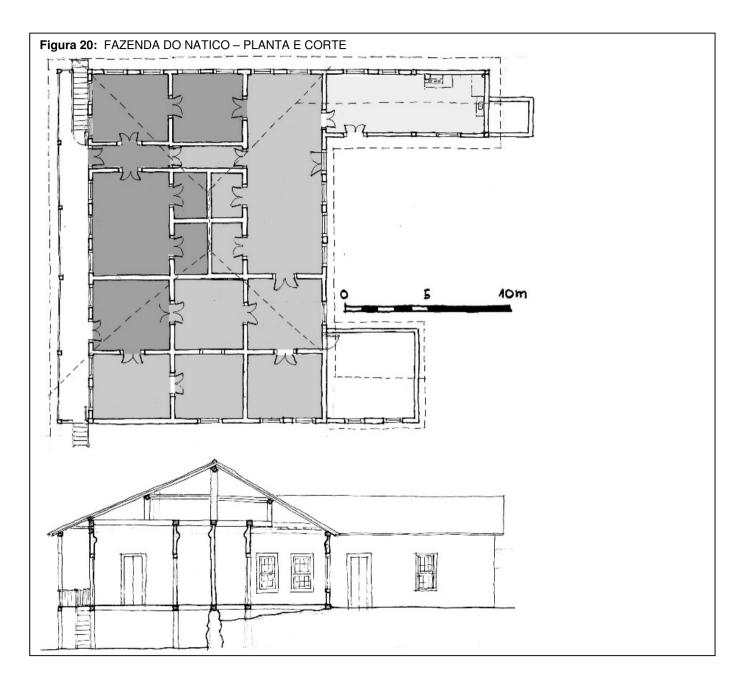
Segundo o atual proprietário da fazenda Estrela, a casa da Santo Antônio "do Natico" teria sido

9: Cardia, 1997 10: Luné, 1985

construída por um ex-funcionário da Estrela. Não é claro, porém, nesta narrativa que lhe foi transmitida pelos pais e avós, se seria um carapina que trabalhou na Estrela e depois trabalhou na Santo Antônio, ou se seria o proprietário da Santo Antônio - José Antonio que antes foi funcionário na Estrela. Aliás, os atuais proprietários da Fazenda Estrela não sabiam que o proprietário original da Fazenda do Natico era também seu ancestral, pois sua filha casou com Elias Vaz e se tornou dona da fazenda. Estrela. De todo modo, esta narrativa propõe que é posterior no tempo, e que possui um vínculo com a Estrela, tomada como referência. Este vínculo fica evidente ao analisarmos a planta, muito similar, mas chamam a atenção elementos de maior rusticidade, na sua arquitetura, que sugerem maior antiguidade ou menores recursos disponíveis: pés direitos menores, a já citada taipa paulista com vigas salientes nas paredes, as salas em telha vã e, por fim, as intervenções em interferirem prolongo a diretamente composição da arquitetura, sem maiores cuidados nem mesmo com a fachada principal.

A sala de jantar é atijolada, sugerindo que pode ter sido, outrora, de terra batida; o frechal, neste ambiente, possui acabamento distinto dos demais da casa: é em secão rolica, e os caibros não são apoiados sobre retranca, como nas demais faces da casa, mas apenas sobre o frechal. Esta mesma solução encontramos em residência de Itapetininga (Fazenda Santana do Capão Alto), porém, naquela, a taipa de mão foi inteiramente realizada na técnica mineira. A presenca desta solução nas duas casas mostra que era algo frequente, e levantamos duas possibilidades de explicação para isso: ou a sala de jantar foi em algum momento aberta, como os corredores das casas bandeiristas, ou havia o entendimento que os fundos da casa não mereciam tratamento estético cuidadoso, e abandonava-se o uso da retranca, que era mais trabalhoso.





A conformação atual da propriedade tem vestígios da sua atividade como um modesto engenho. É provável que tenha tido importância. na fazenda, também a criação de gado. São dois universos bastante distintos a se tocar e se influenciar: o universo do gado irradiado a partir de Tatuí, e o universo da cana irradiado a partir de Porto Feliz. Esta "fronteira" econômica se refletirá em longa pendenga de divisas entre Tatuí e Tietê na segunda metade do século XIX e início do XX, e esta fazenda se situa exatamente sobre esta divisa disputada. As fazendas ligadas a um e outro município (por laços econômicos e familiares) estavam mescladas no território, e travavam disputas que levaram a consecutivas alternâncias da jurisdição sobre este território.

A partir de Tatuí, um caminho partia para o norte, cruzando o Tietê na atual cidade de Anhembi. Este era, ao que tudo indica, o ponto de travessia que a partir de 1830 ganhou importância para escoar o gado da serra de Botucatu. A rota, no entanto, devia ser bem conhecida desde 1806, quando Francisco Peixoto tentou empreender a criação de gado na fazenda Sobrado.

4.3- FAZENDA SANTO ANTÔNIO - CÓRREGO DA ONÇA – LARANJAL PAULISTA

A casa provavelmente foi construída em 1845, data que consta em uma telha encontrada no forro, com as seguintes inscrições:

"10/8bro/1845 – família Alvz".

A casa pertenceu à família Alves até o início do século XX, quando foi adquirida pela família Lullia. No Registro Paroquial de Terras da Freguesia de Pirapora do Curuçá (atual Tietê), em 1855, esta propriedade foi inscrita sob número 107:

"Terras que Antônio Manoel Alves possui nesta freguesia de Pirapora como abaixo se declara:

O abaixo assignado é senhor e possuidor de um citio de terras lavradias no lugar denominado - rio de Sorocaba – digo ribeirão da Onça – contendo de oeste a este oitocentas braças que é limitada com terras de Manoel Alves de Almeida Lima Júnior de outro lado com terras de Anna Correa de Moraes, Serafina Correa de Moraes, Pedro Amador Filho, Manoel Diniz da Costa Filho, João Baptista, José Pedro de Godoes, José Pedro

Júnior, Antônio Francisco dos Santos, e de fundo uma légua norte a sul dividindo com terras de João Antônio dos Reis, Joaquim da Silveira Leite, João Ribeiro da Costa, sem rumos nem padrões. Este citio o abaixo assignado houve por dote — é mais possuidor de duas partes de terras no bairro Conxas, ignorando as braças que ellas contém, e foram tocadas ao abaixo assignado por herança dos bens do falecido José Custódio de Almeida Lima. Pirapora, 1 de junho de 1855. Antônio Manoel Alves. Apresentado em 1 de junto de 1855. O vigário, Francisco da Costa Araújo Mello."

Alves aparentemente recebeu como dote da esposa esta propriedade, então inculta. Ele ainda aparece como proprietário da mesma em 1873 ¹¹ e ela é referida como "fazenda de açúcar e de café".

A fazenda produzia cana, processada em engenho cuja cobertura ainda existe. Ainda sob administração da família Alves a fazenda passou a produzir café, ocorrendo a adaptação de todas as estruturas para este novo produto.

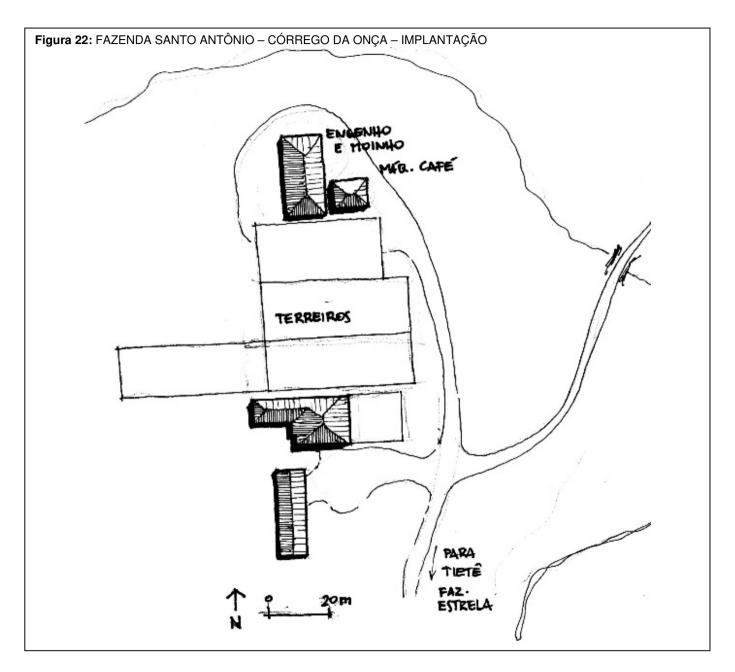
É uma construção muito similar à Fazenda Estrela. No entanto, a taipa de mão já se apresenta inteiramente elaborada sob técnica mineira, o que sugere uma possível maior antiguidade da Estrela. Os esteios são fixados diretamente no solo.

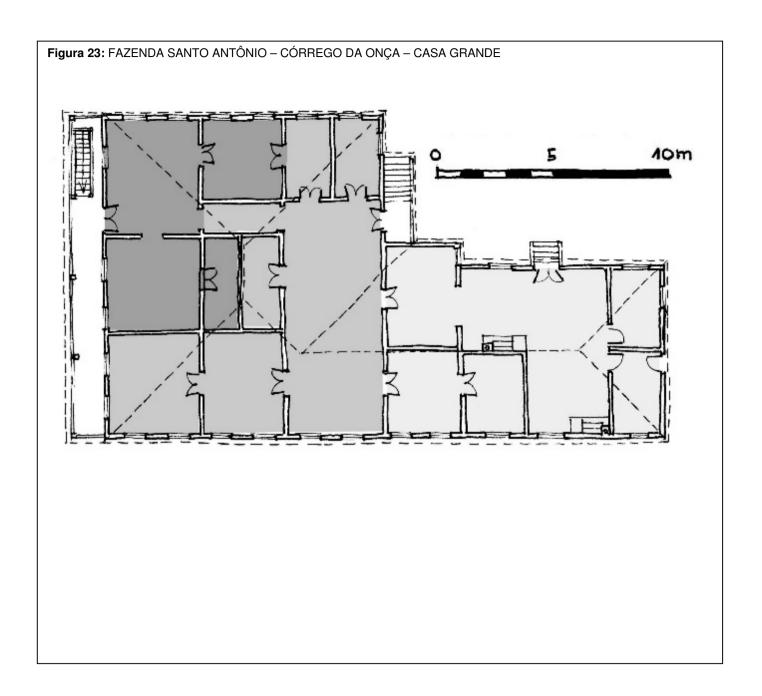
O guarda-corpo do alpendre fronteiro possui gradis em ferro forjado, fato incomum para o local e a época de construção. Acreditamos tratar-se de intervenção posterior. Os terreiros possuem lajotas idênticas às da Fazenda Estrela; todas as janelas receberam venezianas.

Externamente, os esteios foram ocultados sob camada de argamassa, em reformas recentes, assim como as telhas originais foram substituídas.

11: Luné, 1985

Figura 21: FAZENDA DO PEREIRA. Desenho de Carlos Schmitt, 1883. (recorte do desenho onde se pode ver a fazenda Santo Antônio do Córrego da Onça)





5. AS GRANDES FAZENDAS DE CRIAR E AS MORADIAS DA ELITE TROPEIRA (1822-1850)

Se havia um grupo claramente definido, dos "engenheiros" - donos de engenho - de Itu e Porto Feliz, havia, por outro lado, um grupo claramente delimitado que compunha a elite dos negócios das tropas, a elite tropeira, baseada em Sorocaba e Itapetininga, e estendendo sua influência direta sobre os municípios Tatuí, Itapetininga (inclusive a Sorocaba. freguesia de Botucatu), Itapeva, e adentrando pelos Campos Gerais até o planalto catarinense. As diferenças entre estas duas elites foram descritas por Saint Hilaire com maior profundidade, como veremos a seguir. No entanto, é sempre importante lembrar que esta separação entre o grupo dos "engenheiros" e o dos tropeiros é válido apenas para uma aproximação inicial, pois ao aprofundarmos as análises vemos um grande entrelaçamento, por matrimônios, negócios, e mesmo mudanças de ramo - vários engenhos foram erguidos a partir

de recursos auferidos nas tropas, de mulas xucras (que se constituíam em mercadorias, elas próprias) ou arreadas (utilizadas como meio de transporte de outras mercadorias), como, por exemplo, Joaquim de Toledo Piza, de Porto Feliz, que em 1814 vivia "do jornal de suas tropas" (Macos de População de Porto Feliz): algumas décadas depois, um de seus filhos é proprietário de engenho em Capivari, e ao redor de 1890 seus netos são proprietários de fazendas de café em Jaú, Pirajuí e, mais tarde, em Lins. Os próprios Vaz de Almeida e os Reis, ambos baseados em seus engenhos na foz do rio Sorocaba, possuíam familiares na atividade tropeira e outros no açúcar. Além disso, as regiões ligadas à atividade tropeira consumiam o açúcar paulista que, como vimos. destinava-se ao mercado interno, enquanto estes engenhos se constituíam em importantes consumidores do mercado tropeiro.

As diferenças culturais agudamente descritas por Saint Hilaire em 1822 devem ser ponderadas por estas relações, que provavelmente foram as responsáveis pela diluição gradual de diferenças, levando à homogeneização cultural entre ituanosportofelicenses, de um lado, e sorocabanositapetininganos-itapevenses de outro, em processo que pode ser considerado completo – atingindo quase total homogeneidade – ao redor de 1870.

Para compreender o dia-a-dia no território tropeiro por excelência — o caminho do sul - passemos à leitura de quem vivenciou este cotidiano na época.

Entre Sorocaba e Itapetininga, Saint Hilaire pousou (em 1822) numa casa de camponeses muito simples, às margens do rio Sarapuí, que ele descreve assim:

"Era uma casa construída de terra e ripas cruzadas; compunha-se de três pequenos compartimentos sem janelas e, por isso, extremamente escuros. O compartimento em que fui alojado era um pouco mais claro do que os outros dois, pela razão de dar para o quintal, e porque, desse lado, não havia outro anteparo que não o constituído por estacas fincadas na terra, umas próximas das outras. Como se tem o costume de acender fogo nos compartimentos

internos das casas, ao centro dos mesmos, as paredes e os tetos eram pretos como carvão. Todo o mobiliário consistia num jirau, um par de bancos e pilões destinados à socagem de milho para o fabrico de farinha."

Pouco adiante, esteve num domingo em uma venda de beira de estrada, para onde afluíam os agricultores dos arredores:

"Grande número de agricultores estava ali reunido. Estes indivíduos cercavam-me como ocorria em Minas; mas, ali (em Minas), faziam-me mil perguntas, perdiam-se em conjecturas sobre os fins do meu trabalho; aqui (próximo a Itapetininga, no Lambari) olhavam-me e não proferiam palavra. Esses camponeses têm todos, pouco mais ou menos o mesmo costume: andam com as pernas e os pés inteiramente nus; usam um chapéu de abas estreitas e copa muito alta; vestem ceroulas de tecido de algodão e uma camisa do mesmo tecido, camisa cujas fraldas flutuam por cima das ceroulas; trazem um rosário ao pescoço e, ao redor do corpo, um cinto de couro ou de tela, ao qual está presa uma grande faca dentro de uma bainha de couro. Os menos

1: Saint Hilaire, 1972

pobres usam um colete de pano azul, e o poncho, que é objeto de sua maior ambição."

Chegando em Itapetininga, Saint Hilaire toma contato com as lideranças locais:

"Os capitães-mores eram sempre escolhidos entre os homens de maior importância das regiões em que exerciam o cargo, e, de certo modo, era possível julgar pelos mesmos o grau de prosperidade e de cultura das localidades de cuja administração estavam encarregados. O vestuário do de Itapetininga vinha confirmar a triste idéia que eu já tinha de seu distrito, pois apresentou-se com o paletó roto nos cotovelos. Contudo, muitíssimo grato lhe fiquei, pelos cuidados e atenções que continuamente me dispensou."

Descrevendo o território de Itapetininga, o francês afirma:

"estendia-se de leste a oeste, por um espaço de 14 léguas, do rio Sarapuú ao Paranapanema. De Norte a sul as fronteiras eram ainda incertas, em direção ao mar (...) havia ainda grandes florestas quase desabitadas, e do lado oposto, onde estão os campos, pouco se estendeu a população, para não se encontrar com os indígenas ainda selvagens, que inspiravam grande terror."

Vale destacar que esta última região mencionada por Saint Hilaire é a de Guareí e Botucatu. O medo de um ataque indígena é inclusive um importante elemento a reforçar a ideia de que os sorocabanos não gostavam da ideia de residir em suas fazendas nesta região; aliás, talvez neste momento nem mesmo cogitassem residir nas mesmas, salvo raras exceções. A regra era que possuíssem grandes fazendas de criar, no oeste (serra de Botucatu) ou no sul (Itapeva), mas residissem em propriedades menores, fazendas ou invernadas, próximas de Itapetininga ou Sorocaba; por vezes, residiam no próprio núcleo urbano. As fazendas de criar eram ainda habitadas apenas pelos capatazes e escravos.

A fazenda Sobrado, ao norte da serra:

A década de 1830 representa também o auge da concentração fundiária na serra de Botucatu, com a formação de imensas fazendas de criar, dentre

as quais emergem algumas de especial importância: a fazenda Sobrado, pertencente a Domingos Soares de Barros; a fazenda Monte Alegre, pertencente a José Gomes Pinheiro; a fazenda Rio Claro, de Inácio "Apiaí" Dias Baptista, e a fazenda Santo Inácio/Botucatu/Guareí, de Américo Ayres de Aguirre.

Como visto anteriormente, em 1826 Florence e Langsdorff pousaram em terras da fazenda Sobrado, onde Florence realizou as primeiras imagens conhecidas feitas em território botucatuense. (Figuras 9 e 10).

Florence e Langsdorff explicam que o sobrado era uma casa assobradada (de tijolos, segundo eles; atribuímos a um engano esta descrição da técnica construtiva, e acreditamos tratar-se de adobe ou taipa de pilão), construída ao redor de 1806 por Francisco Peixoto (que pesquisando no Museu Republicano de Itu viemos a descobrir que era o cartorário de Porto Feliz naqueles anos), que ali solicitou e obteve sesmaria com o objetivo de criar gado. Logo vieram os índios coroados (kaingang) e lhe ordenaram o abandono das

instalações, sob pena de sofrer um ataque a qualquer momento, e Peixoto obedeceu. Em 1826 o sobrado estava abandonado, mas sabemos por escrituras posteriores (AESP, RPT Botucatu, MRI) que estas terras pertenciam desde 1817 a Domingos Soares de Barros, personagem até aqui ignorado pela historiografia regional, a quem reputamos, no entanto, após estes estudos, um papel importantíssimo no povoamento de Botucatu. Há uma rua, em Botucatu com este nome, mas se refere ao seu filho homônimo, benemérito botucatuense.

Domingos (o pai), foi um dos mineiros (no seu caso, mineiro de criação) da primeira leva de migração, tendo nascido em 1767, possivelmente em Itu, onde foi batizado (terra de sua mãe),⁴ mas crescido em Santana do Sapucaí, e falecido ao redor de 1840. Seu pai, também homônimo (foram três gerações com o nome de Domingos Soares de Barros, portanto), era português e se fixou na década de 1760 entre o Mandu — atual Pouso Alegre - (onde é apontado como um dos prováveis primeiros moradores) e Camanducaia, terras então pertencentes a Santana do Sapucaí

- 2: Florence, 1977
- 3: Silva, 2001
- 4: Livro de batismos de Itu. Obtido através dos arquivos da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

5: Donato, 1984, pg.54

- atual Silvianópolis, onde veio constituir propriedade e família. Domingos, o filho batizado em Itu em 1767 e crescido em Silvianópolis entre 1767 e 1790, aproximadamente, veio adulto para Piracicaba, onde foi capitão mor e possuía sesmarias e engenho entre a atual Araraguara e Gavião Peixoto. Casou em Itu com Ana Eufrozina da Cruz, com quem teve os filhos Maria Gertrudes, Maria Eufrozina, José Emygdio, Manoel e Domingos (este último nascido em 1817 e tendo por padrinho Nicolau de Campos Vergueiro). Ana Eufrozina falece em 1828 e Domingos se casa novamente com Gertrudes de Barros, sua prima. Deixou esta fazenda Sobrado, de herança, para três filhos, José Emygdio, Manoel e Domingos, que relatam isto nos Registros Paroquiais de Terras de 1855-56. Antonio Soares de Barros, que supomos ser seu filho, vive em terras encravadas nas terras da Sobrado, porém declara que as obteve por compra de uma outra pessoa. Contudo, guando José Emygdio descreve a divisa com suas terras, chama-o de "meu mano", sendo este o principal indício de parentesco, além do sobrenome.

Donato.⁵ citando uma entrevista de 1910, de José Joaquim Barbosa de Barros, publicada na revista botucatuense "A Cruzada", nº 3, de setembro de 1928, afirma que "o dono da fazenda Sobrado. portofelicense, pediu a seu capataz que trouxesse uma tropa da Faxina (Itapeva) diretamente para a fazenda, abrindo picada direta ao alto da serra", ou seja, evitando o registro de impostos de Itapetininga. Este capataz, Joaquim da Costa e Abreu, era pousoalegrense, e o dono da fazenda, sabemos agora, era o portofelicense Domingos Soares de Barros (morava em Piracicaba, freguesia pertencente a Porto Feliz), cuja mocidade transcorreu em Silvianópolis, próximo de Pouso Alegre. Não é possível precisar o ano em que isto ocorreu, mas temos alguns elementos que podem ajudar. Joaquim da Costa e Abreu posseou terras devolutas situadas entre a Fazenda Sobrado e a Fazenda Monte Alegre, sobre a picada que abriu - chamada Caminho da Fazenda Sobrado - atual sítio urbano de Botucatu, em 1837. A abertura do caminho deve ter ocorrido pouco antes, talvez 1836; e é possível que já trabalhasse há alguns anos na região, para ter conhecimento do terreno e receber este encargo de tanta responsabilidade.

Sobre Joaquim Costa voltaremos a falar no capítulo referente ao posseamento de terras na serra de Botucatu.

A sesmaria dos Góes Maciel

A família Góes Maciel era de Nazaré-MG, mas seus integrantes residiam em Rio Claro, com terras no atual município de Araras. Um dos Góes Maciel era casado em Campinas.⁶

Em 1824, Francisco de Góes Maciel passa uma parte de sua sesmaria a Alexandre de Góes Maciel, cujas terras recebidas ficavam no Ribeirão do Paraíso, vertente dos Lençóes, fazenda denominada Bom Sucesso. Verificando os Registros Paroquiais de Terras, pudemos identificar que esta sesmaria se confrontava, em 1835, ao norte com as terras de Eliseu Cardia (Porto dos Lençóis ou Porto Eliseu), e Manoel Gomes de Faria (fazenda Monte Bello), ao sul com as terras de Anna Florisbella Machado (Fazenda da Prata), a leste com as terras de João

da Cruz Pereira (Araquá-Córrego Fundo) e José Antônio Pereira (Boa Vista do Araquá), e a oeste não foi possível identificar. Em 1835 Alexandre tinha 61 anos e era da irmandade do Santíssimo Sacramento, em Rio Claro; deixou suas terras para o Paes Moreira e para seu filho José de Góes Maciel5.

A fazenda Santo Inácio/Botucatu/Guareí, ao sul da serra:

Eram as terras que Paulino Ayres de Aguirre havia arrematado. Falecido em 1799, deixou as terras à sua jovem viúva (havia enviuvado alguns anos antes e esta era sua segunda esposa). Seu filho Américo Antônio Aires, então já homem maduro, havia comprado uma propriedade vizinha, chamada de Fazenda Guareí (margem esquerda do rio), homônima da antiga Fazenda Guareí do Colégio de São Paulo (margem direita do rio), esta agora embutida na propriedade que seu pai deixara para sua madrasta. No testamento de Américo⁷, aparece esta fazenda e, nela, uma casa que vem descrita como "de paredes de mão com três janelas e cinco portas",

6: Chitto, 2008 7: Andrade, 2004. sugerindo que comportava também alguma estrutura para comércio, talvez uma venda ou pouso.

Américo Antônio compra a herança da madrasta, e unifica a fazenda, que passa a ter por divisas a leste com sesmarias de criar itapetininganas, tais como a Capão Alto e Paiol. Estas divisas não eram claras, e deram ensejo a longas disputas, principalmente em três locais: na região do Aracanguera (entre a fazenda Paiol e até e inclusive a cidade de Guareí); no vale da Areia Branca (entre as morrarias de Guareí e o espigão da Areia Branca); e mais tarde, no meio da fazenda, nos Campos da Capela Velha.

Américo falece em 1840 e deixa as terras para os filhos Elias Aires do Amaral (margem esquerda do rio Guareí, terras compradas dos Arruda de Itu) e Américo Aires do Amaral (a margem direita do rio Guareí até a Serra de Botucatu, terras que foram dos jesuítas e que herdou de seu pai Paulino). Américo Amaral parece ter sido o primeiro proprietário a residir nesta imensa fazenda – pois Paulino vivia em Sorocaba; seu filho Américo

Antônio vivia na vila de Itapetininga. Américo Aires do Amaral possivelmente residia na fazenda, pois ali foi assassinado, ainda jovem, em 1843, por desavenças sobre divisas. Almeida (1976) chegou a ver a casa sede, situada no local da atual Fazenda Guareí, cerca de 5km a sudoeste da atual cidade de Guareí. Seria uma casa "baixa, de pau-a-pique como todas as dos arredores, muito simples".

Com a morte de Américo Amaral, a propriedade é dividida entre seu irmão e seus credores, momento em que os Prestes, os Lopes Monteiro e os Andrade assumem partes da fazenda. Por herança, parte das terras vai para filhos e genros de Elias, sobrinhos de Américo Amaral.

No alto da serra, a fazenda Monte Alegre:

Uma das propriedades melhor documentadas da região, sua história remonta a 1770, quando João Pires de Almeida Taques pede concessão de sesmaria no "Caminho do Guatemi". Em 1808 foi vendida a José Gomes Pinheiro que, somando outras sesmarias e posses vizinhas, criou a maior

propriedade do alto da cuesta, em todos os tempos. A Monte Alegre era o centro de uma imensidão que incluía as fazendas Três Pontes, Capão Bonito, e outras posses menores, totalizando cerca de 1.100km², ou 110.000 hectares, ou cerca de 45.000 alqueires paulistas atuais. Suas terras se estendiam por 10 léguas de leste a oeste e por 6 léguas de norte a sul.

A sede desta vastidão era muito simples, porém. No inventário de bens de Gomes Pinheiro, em 1850, as instalações da fazenda são descritas:⁸

"Huma fazenda de criar, denominada Mont'Alegre, com mattas de cultura, com uma pequena casa meio assobradada, casa paiol coberta de telhas, senzallas de capim, mangueiras, monjolo, sendo a mesma fazenda confrontada da forma seguinte:..."

Vale lembrar que esta pequena casa meio assobradada era uma moradia temporária, apenas para as raras ocasiões em que Gomes Pinheiro se deslocava à sua propriedade. Como esta era muito distante de Itapetininga (cerca de

130km, ou 22 léguas), a viagem demandava cerca de dois ou três dias. A estadia mais prolongada de Gomes Pinheiro na fazenda provavelmente foi quando nela se refugiou, juntamente com seu filho Antônio, após participação na Revolução Liberal de 1842. Derrotados em Sorocaba em junho de 1842, os Pinheiro Machado se retiram imediatamente para a fazenda. Em dezembro do ano seguinte, dezoito meses depois. Gomes Pinheiro assina na sede da Fazenda Monte Alegre a doação do patrimônio para a capela de Santana, que virá a ser a cidade de Botucatu. É muito provável que tenha passado este período, ininterruptamente, no alto da cuesta, mas pelo visto não foi suficiente para que ele se convencesse a investir na "pequena casa meio assobradada" a ponto de lhe conferir alguma grandiosidade.

Estas sesmarias, invernadas ligadas ao Caminho do Sul, eram ainda muito similares ao que o estudioso francês Saint Hilaire encontrou em 1822 em Itapetininga e Itapeva, também na zona de influência sorocabana: fazendas habitadas unicamente por funcionários e escravos que

8: Ciaccia e Pupo, 2005

jaziam na miséria absoluta. Vemos, porém, que a partir de 1830 os proprietários começam a permanecer mais demoradamente em suas propriedades, e logo começam a chegar os mineiros, mudando esta realidade.

No extremo oeste, a Fazenda Rio Claro e o reascender do conflito com os índios

O Capitão Ignácio Dias Baptista, conhecido como Capitão Ignácio Apiaí, adquiriu terras a oeste da Fazenda Monte Alegre, onde teria até fixado residência, ao redor de 1830 ou 1835. Estas terras originalmente eram parte de imensa sesmaria de Claudio Madureira Calheiros, solicitada sobre o Caminho do Iguatemi.

A epopeia de se estabelecer uma fazenda deste tipo no oeste pode ser captada neste documento de um processo judicial de 1830, arquivado no Fórum de Itapetininga:⁹

O Capitão Antônio de Almeida Leite Penteado obteve em 12/6/1815 sesmaria nas cabeceiras do rio Claro, sobre o caminho do Iguatemi. Era, portanto, vizinha (talvez fosse a Fazenda da Prata, que depois pertenceu a Ana Florisbela

Machado) ou a mesma fazenda que anos depois pertenceria a Ignácio Apiaí. Penteado partiu em 1816 com camaradas, escravos e animais para estabelecer uma fazenda de criar nos "Campos Novos do Rio Claro". No percurso, no bairro do Pinhal (hoje entre Itapetininga e Guareí) encontrou-se com Sebastião Pereira, que foi buscar uma potrada crioula, e deveria juntá-la a outra que estava em Itapeva, para então, voltar pela fazenda da Barra (na barra do Guareí no rio Paranapanema), e daí seguir para os ditos Campos Novos, onde dito gado deveria invernar.

Apesar de, em tão recuada data, Penteado já se sentir seguro para empreender a criação de gado nesta região, vemos que anos depois, neste local, tem início o recrudescimento do conflito com os índios.

O Capitão Ignácio Apiaí teria vivido uma escalada de tensão com os kaingangs, seus vizinhos, que para alguns teria culminado com sua prisão e morte em cativeiro; para outros, sua morte teria sido em fuga, a flechadas; e por fim, para outros, teria sido assassinado diante de sua casa na

9: Andrade, 2000

fazenda Rio Claro, onde foi sepultado. O fato é que em 1/7/1838 Ignácio Apiaí foi morto pelos índios, nas proximidades da atual cidade de laras.

Sua morte é narrada por Urias Nogueira de Barros, em carta ao governo Imperial guardada no arquivo do Estado:¹¹

"Eu empreendi em 1838 em explorar vários sertões que cercam esta comarca. Várias entradas para conhecer os locais de mineração e campos. Entrei nas costas do Tibagi na vila de Itapeva, fiz terceira entrada, infelizmente topei com a má vontade de estanceiros das grandes fazendas que cercam o sertão. Isto sofri de algum fazendeiro quando eu não estava bem prático da navegação do Paranapanema. Tais os motivos encontrar umas tribos de buares embraviçadas na margem deste rio nas proximidades de Botucatu que crucificaram um homem de nome João de Deus, vindo de Minas. mataram em huma cruz com os braços abertos e ali foi até espirar a vista da família que não quis abrir a porta e pelos buracos da casa deram alguns tiros que resultaram na morte de alguns. Foi vítima uma moça de onze anos e foi vítima o

Capitão Inácio Apiaí, o que me fez ultimar meus projetos.

Urias Nogueira de Barros

Turvo, 14/4/1857."

Seus filhos mais velhos possuíam cerca de 25 anos de idade e provavelmente conviviam lado a lado com o pai, na fazenda Rio Claro. Os filhos mais jovens, entre 8 e 15 anos de idade, provavelmente viviam com a mãe e as filhas mulheres, em local mais seguro – talvez em Itapetininga, no Capão Alto.

Uma das propriedades desmembradas da Rio Claro foi a Faxinal, que pertenceu a Flávia Domitildes. Algum tempo depois, a fazenda já é citada por Chitto como pertencente ao Coronel Joaquim Gabriel de Oliveira Lima, que era de Itapetininga (1812), filho de Gabriel de Oliveira Lima. Casado com Maria da Annunciação Ferraz, vivia com o sogro Raymundo de Godoy Moreira, que lhe deixou a Pulador.

Joaquim fixou residência na fazenda Faxinal, e a descrição abaixo é de Alexandre Chitto¹¹, que chegou a conhecer estas instalações:

11: Chitto, 2008

"Era uma construção de taipa, confortável, com cômodos espaçosos e o pequeno Oratório que servia para as rezas cotidianas da família. As paredes tinham espessura de meio metro; os batentes, portas e janelas de madeira lavrada a machado, com vigas na largura das grossas toras, também lavradas. O teto era de taquara trançada, primorosamente trabalhada, tipo treliça. O assoalho possuía tábuas largas, grossas e bem unidas.

Ao fundo ficava a Senzala, e logo o pomar, a horta, o poço, um cômodo para carroças, arreios e cangalhas e, por último, um enorme cercado para animais.

Numa baixada, via-se um açude de terra de uns três metros de largura para facilitar a passagem das carroças e carros de boi.

Plantaram um taquaral, que tinha a mesma extensão do aterro, para evitar desmoronamento em ocasiões de grande chuva. Do açude, corria a água numa canaleta, escavada em tora de madeira, indo em direção à mansão.

A policultura e pecuária não foram esquecidas, porque supriam as necessidades para o sustento da casa-grande.

Havia ainda uma máquina para beneficiar café e o terreiro para a secagem dos grãos. A serraria servia para o desdobramento das enormes toras existentes nas matas do Faxinal, madeira de qualidade, que era vendida ao mercado consumidor."

No vale do Itararé, o retorno dos caiuás e a proteção do Barão de Antonina

O grande proprietário de terras do vale do Itararé era, em 1830, João da Silva Machado, o Barão de Antonina. Naqueles anos, ele se empenhava em abrir uma rota comercial entre a comarca de Curitiba e o Mato Grosso através de suas terras, bem como desenvolver rotas transversais tropeiras, como as que se desenvolveram na serra de Botucatu nos anos seguintes. O grande obstáculo era a presença dos kaingang no vale do Paranapanema. A oportunidade para quebrar este bloqueio surge com o retorno dos caiuás à região.

Mota¹² resgata o relato de John Elliot, sobre o retorno dos caiuás a Itapetininga, em 1830:

12:Mota, 2007

"Ao correr do anno de 1830 (si a lembrança me não falha) appareceu nas vizinhanças da villa de Itapetininga indios uma porcão de desconhecidos: eram Cayuaz vindos d'allem do Paraná. Pelo dizer d'estes indios atravessaram elles o Paraná abaixo da barra do Ivahy, remontaram este rio até as ruinas de Villa Rica, e d'ahi, transpondo-se para a sua margem direita, dirigiram-se para o tibagy, que passaram pouco abaixo dos Montes Agudos, entrando em territórios da comarca de Coritiba; e ao subirem essa cordilheira avistaram uma parte dos Campos Geraes, que d'ali se estendem para o nascente. Por sua qualidade de selvagens não deviam apparecer subitamente n'esses campos, pois que se assim o praticassem expunham-se a recontros com os brancos, e por isso inclinaramse mais para o norte abeirando o campo, mais ou menos perto, e depois de annos de um viver errante, repassados de privações e vicissitudes, mostraram-se finalmente no municipio de Itapetininga onde permaneceram algum tempo entretidos em communicação com a população d'ali, sem que todavia se decidissem a um estabelecimento fixo. Passados mezes

retrahiram-se ás matas, entrando pelos sertões da margem esquerda do Paranapanema, entreposto aos rios Taguary e Itararé."

Oprimidos pelos kaingang, eles buscam o apoio dos brancos para se fixarem novamente no vale do Paranapanema. Porém, acabam habilmente usados por Barão de Antonina e outros fazendeiros paulistas e paranaenses, que veem nos índios caiuá a possibilidade de conquistar o sertão aos kaingang. Com a palavra, o Barão de Antonina, citado por Mota:

"(...) por quanto, antes d'elles para ahi virem estabelecer-se, era esse terreno occupado pela tribu dos Goyanazes, que por sua ferocidade e continuos actos de barbaridade, que praticavam não só aos moradores, como com os que transitavam por esta estrada, tornaram-se formidaveis e temidos; e por isso impediam a povoação, já não digo do sertão, mas até dos campos mais próximos a elle. Hoje, porém, esta tribu de que fallo, sendo inimiga dos Goyanazes, serve como de um ponto avançado, que nos defende dos assaltos d'estes; e assim tem facilitado a cultura de muitas e excellentes terras

antes abandonadas, e dado segurança aos moradores e viandantes que passam por essa estrada, ainda há bem poucos anos perigosissima."

Os Goyanazes citados eram certamente os kaingang. Esta estratégia teria início em setembro de 1843, quando estes caiuá, fixados entre o Taquari e o Itararé, visitam a fazenda Perituva (Pirituba) do Barão de Antonina, (situada em terras do atual município de Itapeva) e pedem-lhe apoio para que se instalassem em terras mais a oeste, pois os brancos estavam invadindo terras ao seu redor e a caça já havia escasseado. Antonina não só os apoia neste intuito, como traz outros caiuá do Mato Grosso para o vale do Paranapanema.

Como Antonina já estava empenhado na abertura de comunicações fluviais entre a comarca de Curitiba e o Mato Grosso, é nesta rota que posiciona, gradativamente, os índios contatados. Em 1852, chega o primeiro grupo de caiuás, diretamente do Mato Grosso para a colônia de Jataí. Em 1856 outros grupos são assentados em

Loreto. Paralelamente, os caiuá estabelecem takohas – tabas – longe do controle dos missionários. Evadindo-se dos aldeamentos, constroem suas casas no Salto Grande do Paranapanema ao redor de 1860. Os aldeamentos de São Pedro de Alcântara, Jataí, Loreto, São João Batista, Pirajú e o tekoha de Salto Grande seriam os pontos de apoio para a conquista gradativa de toda a margem esquerda do Paranapanema pelos caiuá. O conflito com os kaingang foi aberto, tendo por momento máximo o ataque kaingang ao aldeamento de Loreto, em 1862.

Enquanto os caiuá se submetem gradativamente aos interesses dos paulistas, às margens do Paranapanema, ao norte deste os kaingang recrudescem a resistência com ações violentas. Nenhuma das duas tribos teria final feliz: os caiuá, aldeados e pacíficos, foram absorvidos como mão de obra barata e periférica, diluindo-se em pequenos grupos que vagavam pela região esmolando trabalhos secundários e vivendo miseravelmente, misturando-se à população pobre da região. Acreditamos que é deles que se

trata, nos depoimentos colhidos por Antônio Cândido quando estudou as comunidades caipiras de Bofete: "haviam índios que vagavam em pequenos magotes...". Alguns deles ficaram célebres, como o índio Felisbino, cujos descendentes são conhecidos por "Binos" (de Feliz Bino...) e dão nome a um bairro rural de Conchas. ¹³

Quanto aos kaingang, escolheram o conflito até sua quase extinção. Chegaram a empreender uma verdadeira guerra, quando da abertura da Ferrovia Noroeste do Brasil rasgando seus territórios, já no início do século XX. Profundamente afetados pelo conflito, aceitaram retirar-se para o Morro do Diabo, negociando a paz em condições muito desfavoráveis. Os Caiuá, desde o Barão de Antonina eram amparados por aldeamentos oficiais, além de suas próprias tekoha, (casas tradicionais) que erguiam livremente em outros locais. Os kaingang só foram aldeados depois da pacificação de 1912.

A evolução das iniciativas para com os índios – aldeamentos dos caiuás em Piraju ou "bandeiras", como são referidas as matanças

promovidas pelos posseiros – contra os kaingang em Bauru - podem ser visualizadas pelas correspondências trocadas entre a municipalidade e o governo provincial.¹⁴

Em 4/9/1857, José Joaquim Alves Machado, administrador do aldeamento de Piraju (inicialmente criado junto do salto de Piraju, transferido antes de 1858 para o Salto do Palmital. barra do Douradão. na Paranapanema, hoje município de Bernardino de Campos, até sua desativação em 1912) faz seu relatório. Diz que os gastos do governo com o aldeamento poderão ser pagos futuramente com a produção agrícola dos índios, que são trabalhadores, e ainda gostam muito de pescar e se recrear no rio Paranapanema. As terras do entorno do aldeamento são as mais próprias para a cultura do café e da cana, pois são férteis e altas, logo, livres da geada.

O administrador afirma "que a estrada de 20 léguas e de difícil trânsito inibe que freqüente mais miudamente o aldeamento, mas o visita sem falta anualmente, demorando-se mais de um mês na visita".

13: Souza, 2001

14: AESP: Botucatu, Documentos diversos.

Em 1857-1858, residia no aldeamento um ferreiro, único homem branco no local, responsável pela catequização, alfabetização e ensino de ofícios aos índios. José Joaquim Alves Machado queria demitir o ferreiro, pois o considerava relaxado.

O ferreiro Thomé Martins Ribeiro informou em relatório que havia 182 índios no aldeamento de Pirajú. Ele estava lá para ensiná-los a fazer e consertar ferramentas, ensinar leitura e doutrina cristã, "bem como nossos costumes". No entanto, o ferreiro faleceu no naufrágio de sua canoa em uma corredeira do Paranapanema, em agosto de 1858. José Joaquim Alves Machado propõe em 4/9/1858 uma missão dos índios aldeados de Pirajú aos campos de Bauru para negociar a paz com os índios "muito bárbaros" daquela zona.

Também houve algum empenho da municipalidade de Botucatu quanto ao aldeamento de São João Batista (Itaporanga atual) e a mais profunda miséria em que viviam os índios, com as crianças morrendo de fome, no ano de 1858/59.

A notícia só aparece em 1861, mas foi em 1858 que José Theodoro destruiu barbaramente dois pequenos alojamentos dos índios (um deles no território da capela de Lençóis, provavelmente nas proximidades da Bauru atual) onde se contaram, entre outros, um montão de 20 corpos de crianças dos índios mortas a faca.

O delegado de polícia José Joaquim Pinto de Mello envia carta ao presidente da província, em 19/8/1861, que inicia descrevendo um trágico latrocínio, com morte de mulheres e crianças de uma família enquanto os homens adultos estavam afastados da residência, no bairro do Alambary, a cinco léguas de São Domingos (proximidades das atuais Duartina e Cabrália). As suspeitas recaem sobre os índios mansos do aldeamento de Pirajú, que haviam se mostrado irritados, pouco antes.

"Este fato, vossa excelência, pela impunidade com que é praticado, por certo que tem de ser reproduzido, o que convém evitar, proporcionando vossa excelência meios para isso. Parece menos útil o aldeamento no Pirajú, não só por ser um sertão, como porque os índios habitam o mesmo sítio de antes, como nenhuma civilidade podem adquirir, pela falta de relações com pessoas que possam industriar e doutrinar, e deste modo com a ociosidade a que são mais propensos, não deixarão de praticar semelhantes fatos."

O crime dos índios contra Fortunato da Silva Bueno segue em investigação pelo Juiz Municipal e pela polícia. Uma criança sobrevivente falou que os índios tinham cabelos longos — os aldeados os tinham curtos. O juiz deu autorização para a perseguição aos índios.

Em 9/9/1861 a Câmara afirma que os índios atacaram duas vezes a propriedade de Francisco José de Souza. Na primeira mataram seis, e na segunda feriram 2, que ficaram com defeitos mas sobreviveram.

Em novembro de 1861 o aldeamento de Piraju tem ¼ de légua em quadra e conta com apenas

12 índios, a maior parte mulheres, que plantam mandioca, milho, legumes, cará, e criam porcos. Neste ano de 1861, sob coordenação do juiz municipal Felippe Correa Pacheco, tem início uma negociação de paz com índios da região de Bauru. O juiz estava se apresentando como representante do governo, na negociação para conter a violência, levando brindes cedidos pelo governo provincial. No entanto, os índios pediram resposta em duas luas. Interessante que o juiz não faz, ao final da carta, o tradicional "Deus guarde a vossa excelência por muitos anos", que os políticos locais sempre escrevem. Felippe escreve: "Estimarei a sua saúde, e que me determine suas ordens, pois que sou com estima". Um comportamento zelosamente laico.

O encarregado de se encontrar com os índios e entabular negociações, Antonio Joaquim da Cunha Bastos, contou que "os trem" dados aos índios foram muito bem recebidos e que os índios estavam satisfeitíssimos, mas que a política precisava ter continuidade para que o trabalho de catequese não fosse interrompido. É só então que se percebe que se trata, na verdade, de um

terceiro grupo de índios, que não eram nem os caiuás – aldeados e pacíficos, assentados no vale do Paranapanema, nem os kaingang, em guerra permanente na região de Campos Novos e Bauru; era um novo grupo, recém-chegado e alheio à realidade local.

Estes índios recém-chegados estavam na margem esquerda do Tietê, 10 léguas abaixo do Jaú, em frente ao Sapé. Haviam cruzado o Avanhandava, e vinham provavelmente do interior de Goiás, onde eram perseguidos. Eram numerosos e se encontravam famintos. Vagavam pela margem esquerda sem importunar moradores, criações ou plantações, e acreditavase que tivessem sido aldeados em algum lugar.

Os fazendeiros instalados no bairro do Bauru ignoram esta distinção entre os grupos de índios – é quase certo que intencionalmente.

Felicissimo Pereira afirmou que havia empreendido sua bandeira com objetivo de catequizar, e pacificar; mas caso encontrasse total resistência, procuraria afugentar os índios para o interior do sertão. Em maio de 1862 Felicíssimo escreveu ao juiz dizendo que a

expedição foi um fracasso. Não encontraram índios, mas logo que regressaram eles voltaram a se aproximar de sua fazenda, e teve que empreender uma nova bandeira com pouca gente. O juiz deduz que se fará o lento e premeditado extermínio dos índios, já que Felicíssimo possui posse de seis léguas, e sua ambição desmedida levaria facilmente a tais atos. João Baptista Pereira, primo de felicíssimo, relatou naturalmente a morte cruel - não em combate, mas de surpresa e antes de qualquer diálogo – de 17 guerreiros índios surpreendidos em duas ocasiões. Em posse deles, foram encontrados os presentes de Cunha Bastos, e ficou evidente tratar-se de índios mansos. qualificados anteriormente assim pela Câmara Municipal de Botucatu, que causou consternação em muitos viajantes do Tietê, já acostumados a conversar com estes índios nas margens do rio.

O juiz relaciona a agressão a um acontecimento pouco anterior, a morte de dois irmãos pelos índios, em situação não esclarecida. A seguir, o pai dos irmãos fez emboscada e disparou, matando vários índios de surpresa. O juiz passa

então a elencar outros crimes como este. Caso notório foi, alguns anos antes, o de Pedro Lopes, que vivia em mistura com os índios. Desentendeu-se com um índio sobre um porco do mato que havia caçado, e matou o índio. Foi então morto por outro índio. E então se fez uma ofensiva, de outros mineiros posseiros, que matou mais de cinquenta índios, sobrando apenas um pequeno grupo que se refugiou na mata e vagava, desestruturado e faminto.

O juiz cita, horrorizado, que o Major Vitorianno ("aliás, pessoa respeitável"), fazia gracejos sobre o episódio, dizendo que os índios tinham sido chamados a assinar termos de bom viver e haviam se aquietado.

Houve, ainda, uma terceira investida, que foi de grande mortandade de índios. Felicíssimo afirmou não ter vínculos com ela, mas envolvidos interrogados disseram que agiram sob ordens dele. Afirmaram ainda que as índias mulheres, surpreendidas pelo assalto, viram-se cercadas rapidamente e então se sentaram no chão, o que não evitou que fossem mortas a facadas. Os assaltantes — integrantes da bandeira de Felicíssimo, a terceira - eram todos da freguesia

de Jaú, termo da vila de Brotas. Conclui lembrando que estes índios não são os bravos do Batalha (de cabelos compridos e soltos), que exterminaram a família de Fortunato da Silva Bueno, no rio Alambari.

O juiz Pacheco conclui, em tom ufanista: "Cabe neste lugar reivindicar para o paulista um fato e uma verdade histórica. Que sendo antiquíssimas as fazendas de campos de criar deste município, tanto que veja-se suas concessões de sesmaria, muitas delas foram concedidas às margens da nova estrada para o Iguatemi, estavam todas estas infestadas de índios, mas não se lembraram de fazer caçadas aos índios, antes abandonavam suas propriedades. (23/6/1862)

O juiz municipal havia colecionado inimigos, ao defender os índios; acabou afastado das funções, para felicidade geral dos posseiros.¹⁵

Felicíssimo Antonio Pereira organiza uma bandeira – a quarta - de mais de 100 pessoas. Ele é o encarregado de catequese dos índios dos campos novos do Tietê, ou seja, os campos além 15: Sobre a vida do juiz Felippe Pacheco e seu pensamento, João Nogueira Jaguaribe dedica um capítulo de sua obra. Jaguaribe, irmão do dr. Domingos Jaguaribe, foi o primeiro memorialista de Botucatu. Ver Jaguaribe, 2008.

do rio Bauru: colocava-se o posseiro negociador de terras para providenciar a proteção dos índios.

Em fins de setembro de 1866 o governo provincial ordena a reorganização do antigo aldeamento de Piraju, pois os índios foragidos estão em bandos "vagabundeando", "acometendo as fazendas" de violências diversas. Segundo a câmara de Botucatu, índios foragidos dos aldeamentos do Paraná se acumularam aos primeiros neste processo.

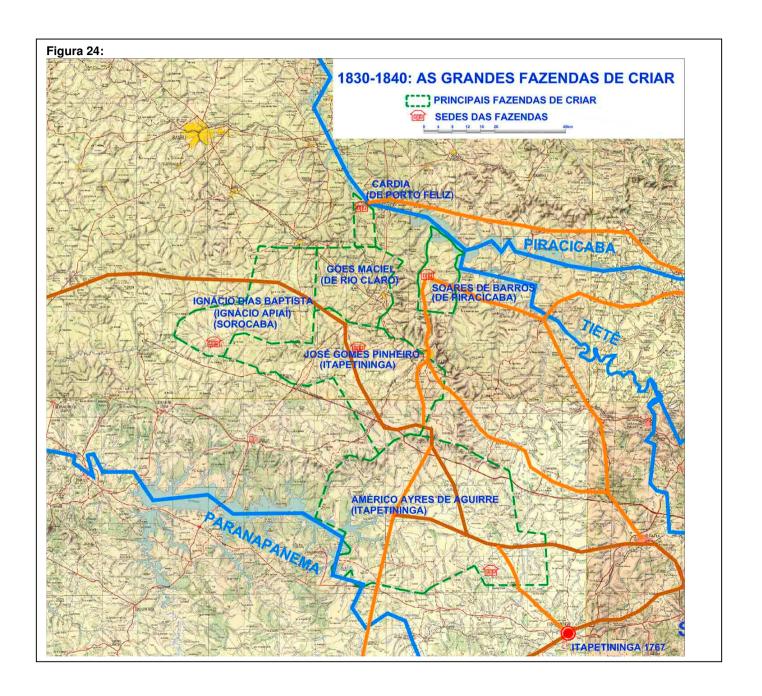
16: Saint Hilaire, 1972.

Esta última iniciativa não parece ter logrado grande sucesso, tendo apenas reunido um pequeno número de índios. 20 anos depois, quando Theodoro Sampaio desce o rio com a expedição da CGG, contrata canoeiros caiuás em Pirajú.

A transformação da sociedade sorocabana entre 1822 e 1875

Percorrendo o Caminho do Sul, em 1822, Saint Hilaire descreve as propriedades entre Itapetininga e Itapeva:

"Existem na região algumas importantes fazendas, onde são criados cavalos e bois: mas enquanto em Minas os grandes proprietários moram geralmente em suas fazendas os destas paragens, (...) (seguem) vivendo em São Paulo, completamente descuidados das péssimas casas existentes em suas propriedades rurais, casas que nunca ocupam. De todo lado vêem-se casebres esparsos pelos campos, casebres muito mais miseráveis do que os encontrados entre Itu e Itapetininga. (...) (seus habitantes) geralmente simples, estúpidos e sem higiene, são talvez menos civilizados dos que os moradores dos campos entre Sorocaba e Itapetininga; não possuem escravos, cultivando a terra com suas próprias mãos, mas parece que a preguiça os impede de plantar além do necessário para não morrerem de fome. "16



Como visto, quando Saint Hilaire percorreu o Caminho do Sul, em 1822, encontrou Sorocaba, Itapetininga e Itapeva mergulhadas em muita pobreza e rusticidade, sendo as fazendas habitadas normalmente apenas por funcionários miseráveis, enquanto os proprietários viviam em Sorocaba ou São Paulo. Estes proprietários, aliás, viviam com roupas rotas e possuíam educação geralmente rudimentar, com algumas exceções, como Tobias de Aguiar, que era pessoa de fino trato. Mas, mesmo em sua casa as mulheres, como vimos anteriormente, se mantinham rigorosamente reclusas.

Este quadro se transformaria em parte, nas décadas seguintes, com alguns grandes tropeiros vindo a residir em suas propriedades quando estas se situavam relativamente próximas dos núcleos urbanos, e com uma melhoria geral das condições de vida, dos padrões culturais e de sociabilidade, por força de dois elementos principais. O primeiro e mais constante foi a intensificação dos contatos culturais e econômicos dos tropeiros com regiões mais dinâmicas, como o litoral, a cidade de São Paulo,

o vale do Paraíba do Sul e a região de Campinas. O segundo elemento foi o esforço de ativação da Fábrica de Ferro de Ipanema, em diversos momentos do século XIX.

Como síntese deste processo, podemos comparar a formação dos jovens da elite sorocabana em 1822 e em 1875, para avaliar a transformação ocorrida em pouco mais de 50 anos. Em 1822, disse Saint Hilaire:

"Os habitantes de Itu, agricultores e sedentários, podem oferecer a seus filhos a educação que o adiantamento da cidade permite; os mercadores (tropeiros) de Sorocaba, ao contrário, fazem frequentemente longas viagens; seus filhos acompanham-nos e passam seus primeiros anos nas estradas, em meio de muares e de camaradas; por tal motivo será muito difícil adquirir alguma instrução, e seus modos devem, necessariamente, ressentir-se do exemplo dos homens rudes e grosseiros, em cujo meio foram criados."

Em 1875, a principal instituição de ensino de Sorocaba, o Colégio Lageado, de Francisco de Paula Xavier de Toledo, atrai alunos de todas as regiões da província de São Paulo, além de alunos das províncias de Minas Gerais, Bahia, Paraná e Santa Catarina. Entre eles, inclusive, filhos da elite ituana, portofelicense e piracicabana. Os Vaz, cuja residência estudamos no capítulo anterior, enviam seus filhos a Sorocaba, para estudarem na escola do professor Xavier de Toledo.

Voltando a tratar da condição feminina na Sorocaba do século XIX, vimos que Langsdorff, Florence e Saint Hilaire igualmente observaram a reclusão feminina, com raríssimas exceções. Em 1875, esta reclusão se rompeu e ocorrem saraus nas casas da elite sorocabana. O piano se tornou já um item frequente nas casas abastadas ou de nível cultural elevado. Os teatros se animam, e rapidamente surge uma vida social laica e com a participação ativa das mulheres, como encontraremos vestígios nas obras de duas escritoras de origem sorocabana e batismo

botucatuense: Zalina Rolim e Maria José Fleury de Barros Monteiro Dupré.

A Fábrica de Ipanema

A Fábrica de Ferro de Ipanema teve impacto direto sobre o núcleo urbano de Sorocaba. Situada a pequena distância (10km), a fábrica sempre veio buscar recursos na pequena cidade, dinamizando sua economia. A primeira tentativa de criar ali uma manufatura do metal se liga à própria criação da vila de Sorocaba, com os esforços de Afonso Sardinha. Esta primeira tentativa teve início em 1590 e se encerrou antes de 1620, sem jamais ter alcançado porte significativo.

Uma segunda tentativa foi ensaiada no governo de Morgado de Matheus (1765-1776), sem sucesso. Por fim, os esforços de modernização da monarquia portuguesa levaram, em 1801, à criação de uma Intendência de Minas do Reino de Portugal, e José Bonifácio foi nomeado seu superior. Esta intendência tinha seccionais, sendo a de Minas Gerais dirigida por Manoel

17: Santos, 2009.

Câmara, e a de São Paulo dirigida por Martim Francisco Andrada, irmão de José Bonifácio.

Martim Francisco tinha como principal missão estudar o morro de Araçoiaba, e seu relatório foi amplamente favorável, embasando a criação da Real Fábrica de Ferro de Ipanema em 1810. A Carta Real que cria a fábrica em 4/12/1810 estrutura a empresa como de capital misto, sendo o governo responsável pela organização do espaço, da estrutura física, e do pessoal, particulares acionistas seriam enquanto responsáveis pela aquisição das máquinas. O governo contrata então cerca de 100 suecos, liderados por Hedberg, que chegam em 1811 e introduzem, entre outras novidades culturais, o culto protestante na província de São Paulo.

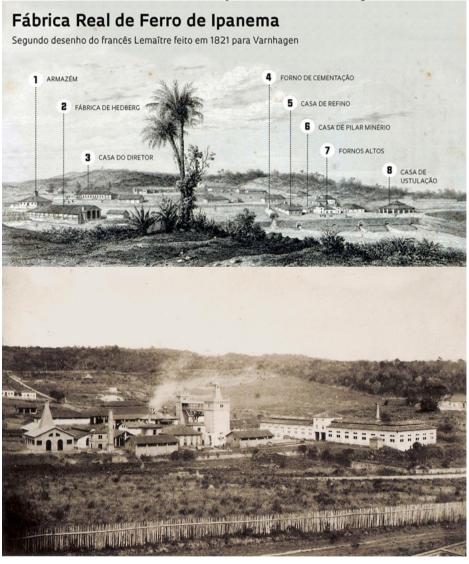
Da parte dos acionistas, é contratado Varnhagen, que discorda dos métodos de Hedberg. Depois de prometer 40.000 arrobas de ferro e fundir apenas 200 arrobas, Hedberg é demitido com toda sua equipe em 1814.

Um desenho de J. Felicíssimo nos mostra o edifício construído nestes anos por Hedberg, já

contando com um martelo para forja de pregos, além de outros martelos de forja, todos movidos a roda d'água. São todos elementos de grande importância para a renovação tecnológica regional, incidindo sobre o cotidiano do interior paulista ao disponibilizar técnicas e ferramentas até então de difícil acesso.¹⁷

Figuras 25A e 25B: FÁBRICA DE IPANEMA (Imagem de Lemaitre em artigo de Carlos HAAG in: Revista FAPESP. Dez/2012.)

Julio Durski, Ipanema em 1884. LAGO, Pedro Correa do. Coleção Princesa Isabel: Fotografia do século XIX. Capivara, 2008



Varnhagen assume a direção da fábrica em 1815, e em 1818 entrega dois altos fornos, os primeiros do Brasil. Em 1818, logo na inauguração dos fornos, Spix e Martius estiveram em Ipanema e dizem que a fábrica, entre outras melhorias, possui até um hospital com dois cirurgiões, e são aguardados os mestres fundidores que irão operar os fornos novos.

Chegam os mestres fundidores e em outubro de 1818 ocorre a primeira ativação do forno: foram 25 dias de preparação (3 a 28 de outubro) e mais 5 dias de fundição. O trabalho ininterrupto de abastecimento de carvão e ventilação dos fornos lhes permitiu atingir os 1.200 graus Celsius, e em 3/11/1818 pela primeira vez corria ferro de um auto forno no Brasil.

Santos cita que em 1830 alguns fazendeiros dos arredores já recorriam a peças de Ipanema para reforçar seus equipamentos, até então integralmente em madeira. O problema é que o mercado consumidor paulista era ainda muito pequeno, e os meios de transporte para levar o ferro de Ipanema a outros mercados

consumidores eram precários. Eschwege, contemporâneo e correspondente de Varnhagen, lamenta o erro do amigo na contabilidade: para Eschwege, o ferro de Sorocaba chegava ao porto de Santos já no mesmo preço do ferro sueco, 1\$400 réis a arroba.

Na gestão de Varnhagen, Ipanema produziu 30.000 arrobas de ferro, a um custo total de 100:350\$479, entre 1815 e 1821. Comparandose o custo da arroba de ferro produzida em Ipanema (mais de 3\$300 réis a arroba) e o preço da concorrência (1\$400 réis a arroba), tem-se uma ideia do que seria possível apurar: prejuízos.

O volume de custos, no entanto, dá uma ideia de quanto este consumo representou em dinamização do entorno da fábrica. Foram cerca de 15:000\$000 de consumo anual de materiais, insumos, animais de carga e para alimentação, produtos agrícolas ou prestação de serviços. Os cerca de 100 trabalhadores da fábrica e suas famílias eram uma população maior e mais dinâmica do que a de muitas cidades da região,

provavelmente sendo superados apenas por Porto Feliz, Sorocaba e Itu.

Em 1821, Varnhagen pediu demissão e a fábrica entra em longo período de retração. Assumiu sua direção, inicialmente, o engenheiro militar Rufino José Felizardo Costa, autor, entre outras coisas. da primeira planta precisa da cidade de São Paulo. Costa enfrentou a insubordinação dos funcionários estrangeiros e a desorganização brasileira pós-independência. administrativa Faleceu em 1824. As despesas da fábrica vão se reduzindo na medida em que sua capacidade de escoar a produção também se estrangula. De 14 contos de réis em 1820, o gasto da fábrica cai a 7 contos em 1830. De 1824 a 1830, ficou sob a administração de um contador que já trabalhava no escritório da mesma desde a fundação, em 1811.

Em 1831 o governo da Regência reestruturou a fábrica, indenizando os acionistas e estatizando completamente sua produção. Depois de algumas administrações interinas, foi confiada, em 1835, à direção do Major João Bloem, que a

dinamizou novamente. A renda da fábrica subiu a 12 contos anuais em média, e surgem gradativamente, como itens importantes da produção da fábrica, os utensílios ligados à produção de açúcar, demonstrando o vínculo estreito entre a fábrica e a região açucareira, imediatamente ao norte. Este vínculo se comprova ainda pela retração repentina da fábrica após 1850, junto com a retração açucareira. A animação da atividade metalúrgica em Ipanema gerou reflexos até sobre a serra de Botucatu, onde a Fazenda Monte Alegre fornecia regularmente gado para o consumo dos funcionários da fábrica (Ciaccia e Puppo, 2005).

A Feira de Sorocaba: muares, vacuns e cavalares

A dinamização da atividade tropeira foi estudada por Klein e, posteriormente, por Straforini e Suprinyack, que revisaram e consolidaram painéis econômicos da economia tropeira, sobretudo no que se refere aos muares.

Compreender a estrutura do comércio de animais e sua tributação são elementos fundamentais para compreender a decisão de localização das atividades e as intenções dos grandes tropeiros.

Os animais comercializados eram gado vacum, muar e cavalar. Na campanha gaúcha estes animais, especialmente as mulas xucras, podiam ser obtidos a preços convidativos. Trazidos a Sorocaba tinham seus preços alçados ao dobro ou triplo, o que fazia compensar a enorme tributação havida pelo caminho. Mesmo dentro da província de São Paulo, uma mula valia 20\$000 no sul da província e até 40\$000 no vale do Paraíba do Sul (Muller, Quadro Estatístico). Em linhas gerais, os preços de gado vacum e cavalar oscilavam ao redor de 30% (vacum) e 70% (cavalar) dos preços de uma mula no mesmo local.

A tributação sobre as tropas ocorria de modo fracionado e complexo, em um sistema instituído gradativamente. Suprinyack resgata informações de que havia registro para cobrança de impostos em Curitiba antes mesmo de se abrir a rota tropeira do planalto, pois já havia um fluxo escasso e intermitente de gado do litoral

catarinense para Curitiba e São Paulo. Com a abertura oficial do caminho do sul em 1731, o governo da capitania de São Paulo instituiu a cobrança do imposto em novo formato: emitia-se uma guia na entrada do gado nos campos gerais, assumindo o condutor o compromisso de pagar os impostos, e o pagamento efetivo se dava na ocasião da venda da tropa em Sorocaba.

Em 1734 o sistema foi aprimorado, e passou-se a exigir um fiador da tropa na ocasião da emissão da guia, e o posto de emissão da guia se consolidou nas margens do Rio Negro.

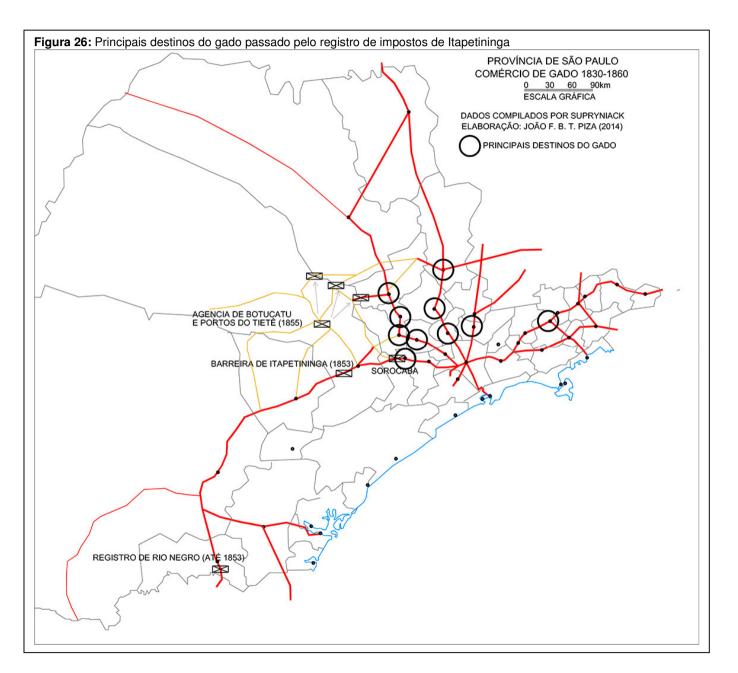


Tabela 1: TABELAS DE IMPOSTOS E PREÇOS DE GADO NAS FEIRAS DE SOROCABA

TOTAL DE IMPOSTOS SOBRE AS TROPAS (POR CABEÇA)				
PERÍODO	MULAS	CAVALOS	ÉGUAS	VACUNS
1728-1756	2\$500	2\$000	\$960	\$480
1756-1809	3\$800	3\$200	2\$160	1\$580
1809-1851 (TROPAS GAÚCHAS E CATARINENSES)	3\$960	3\$420	2\$380	1\$580
1809-1851 (TROPAS DOS CAMPOS GERAIS)	4\$675	3\$950	2\$910	1\$820
1851-1891	3\$800	3\$200	2\$160	1\$580

PREÇOS DO GADO EM SOROCABA E ARREDORES	MULAS	CAVALOS	ÉGUAS	VACUNS
1822 (PETRONE, CITADO POR STRAFORINI, 2001)	17\$000			6\$000
1827 (PETRONE, CITADO POR STRAFORINI, 2001)	27\$000			6\$000
1829 (PETRONE, CITADO POR STRAFORINI, 2001)	60\$000			6\$000
1835 (DANIEL PEDRO MULLER, PREÇOS MÉDIOS)	30\$000	20\$000	20\$000	10\$000
1840 (TESTAMENTO AMÉRICO ANTONIO AIRES)		16\$000	16\$000	10\$000
1860 (ALUÍSIO DE ALMEIDA, 1971)	40\$000			

Tabela 2: REBANHOS DE ALGUMAS PROPRIEDADES DA SERRA DE BOTUCATU

ANIMAIS LISTADOS NOS INVENTÁRIOS:	MUAR	CAVALAR	VACUM	suíno	OVINO	LOCAL
COLÉGIO DE SÃO PAULO (1760)	0	43	414	0	0	SANTO INÁCIO
AMÉRICO AIRES DE AGUIRRE (1840)	3	154	1094	0	0	GUAREÍ
JOSÉ GOMES PINHEIRO (1850)	36	233	816	0	0	BOTUCATU
JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA (1850)	2	8	27	0	0	BOTUCATU
MARIA LEITE DO NASCIMENTO (1860)	11	10	74	36	32	SANTO INÁCIO

Em 1750 se oficializou o Registro de Sorocaba, que passaria definitivamente a fiscalizar o pagamento dos impostos.

A partir de 1743 o sistema de arrecadação passou a ser concedido a particulares por prazos trienais.

O preço da terra na região cresceu significativamente no período. Seguem abaixo alguns exemplos, para tentarmos uma aproximação desta questão.

Fazenda Botucatu (leilão do espólio dos jesuítas, 24/12/1776): 3:622\$000. (como possuía 72.000 alqueires paulistas, temos \$050 o alqueire – uma mula valeria algo próximo de 340 alqueires).

Fazenda Guareí (Inventário de Américo Antônio Aires, 1840). 34:000\$000. Tendo cerca de 8.640 alqueires, temos 4\$000 o alqueire! Nesta situação, uma mula passou a valer aproximadamente 10 alqueires. A terra se valorizou 34 vezes no período, em termos relativos e absolutos — pois os preços permaneceram relativamente estáveis, de resto.

Fazendas Aterradinho, Guareí, Santo Inácio e invernadas suas anexas. terras que correspondem à fazenda do Colégio de São Paulo, arrematada por Paulino Avres de Aguirre (valores de 1840, inventário de Américo Antônio Aires): 70:300\$000. Uma valorização mais moderada, neste caso: apenas de 24 vezes. Neste cenário, o alqueire valeria cerca de 1\$000, e uma mula valeria entre 30 e 35 algueires. Como um escravo valia entre 200\$000 e 600\$000 (de cinco a quinze mulas, portanto), valeria 200 a 600 alqueires!

Os diversos estudiosos deste tema. Straforini¹⁹ Suprinyack¹⁸, especialmente Almeida²⁰, identificaram que as mulas eram o grande produto do comércio tropeiro, mas que os animais vacuns e cavalares também tiveram peso considerável nos negócios. As mulas eram criadas quase sempre no Rio Grande do Sul, e eram apenas invernadas²¹ ao longo do caminho de Sorocaba, já a caminho da feira. Já o gado vacum e cavalar, era igualmente criado no Rio Grande do Sul como nos Campos Gerais e no sul de São Paulo, sendo o principal produto nestas

18: Supryniack, 2008; Supryniack e Marcondes, 2007.

19: Straforini, 2001

20: Almeida, 1971

21: A separação entre criação e intermediação de gado deve ser levada em conta para a correta compreensão da economia paulista no período. Cidades como Castro, Itapetininga e Sorocaba tinham na intermediação de gado uma atividade econômica importante, que não aparece nas estatísticas de Muller, por exemplo, por não configurarem produção agropecuária.

regiões: em 1825, as mulas compunham apenas 0,5% dos rebanhos dos Campos Gerais; analisando as contabilidades da Fazenda Botucatu do Colégio de São Paulo, quando de seu sequestro (1760), assim como os testamentos sucessivos dos proprietários destas terras e de outras vizinhas no século XIX, encontramos grandes quantidades de gado vacum e cavalar, e poucos muares.

A tabela 2 mostra a pequena participação dos muares entre os animais criados na serra de Botucatu entre fins do século XVIII e meados do XIX. Porém, é possível que a serra tenha sido passagem para um significativo volume de muares, replicando a situação das regiões de Itapetininga, Itapeva e Castro, que sendo importantes criatórios de gado vacum e cavalar tinham no comércio de muares um importante esteio econômico. Em resumo, enquanto se produzia nestes locais filhotes vacuns e cavalares. apenas os muares eram intermediados, não sendo produzidos ali.

Em algum momento ao redor de 1835 e 1837, Joaquim da Costa e Abreu, mineiro de Pouso Alegre servindo como capataz na fazenda Sobrado, de Domingos Soares de Barros, recebeu a ordem de buscar uma tropa de mulas na Faxina, mas saindo de lá, "cortar rumo direto ao alto da serra" (Donato, 1984, citando "A Cruzada" de 1910). Até 1851, a emissão de guias se fazia em Rio Negro, de modo que uma tropa que se desejasse passar sem pagar impostos deveria necessariamente ser oriunda do sul da própria província (incluindo então a Comarca de Curitiba), ou ter entrado na província pelos campos de Guarapuava – driblando o Registro do Rio Negro.

Para Donato, assim como para Aluísio de Almeida, a atividade tropeira seria intensa no alto da serra de Botucatu, pois em 1854 é instalada na então freguesia de Botucatu uma agência do Registro de Sorocaba. O problema é que não há registro das tropas passadas antes da instalação deste controle, e mesmo os livros de controle desta agência do registro não nos foi possível localizar no Arquivo do Estado de São Paulo.

Encontramos diversas referências a esta barreira na correspondência entre a municipalidade e o governo provincial. Em 2/8/1857 a Barreira de Itapetininga (deve ser oposto de Botucatu) acusa o recebimento da ordem para pagar os praças estacionados em Botucatu, comandados pelo subdelegado Claudino José Pereira; porém, o coletor de rendas nacionais afirma que não há dinheiro algum na barreira e que o rendimento, desta data até novembro, é quase nulo.

Em fevereiro de 1864 Jorge Gomes Pinheiro Machado desfere acusações contra a administração da barreira. A resposta dos encarregados da barreira vem da forma seguinte: "O suplicante, prevalecendo-se da oportunidade, ainda cientifica a vossa excelência que a agencia da barreira nesta villa é uma (ilegível), os três guardas dela se empregam exclusivamente em serviços particulares, viagens, e um deles está pronunciado por ofensa pública, e ... de escoar os dinheiros públicos para o bolso de vários criminosos.

Resposta: em primeiro lugar, há que notar-se que a barreira estacionada nesta villa compõe-se de um agente ou comandante e dois guardas. A missão deles é a seguinte: o agente é encarregado de escriturar o mapa geral dos impostos arrecadados a partir dos mapas específicos remetidos pelos guardas destacados nos portos denominados Eliseu e na ponte na estrada que segue desta vila para Constituição; organizar os mapas dos gêneros que entram e saem para fora do registro de Sorocaba; pagar os empregados estacionados aqui e nas referidas pontes; Os dois guardas aqui destacados (Antonio Galvão Severino e Francisco Pereira da Silva) vigiam e velam não só aqui, mas para boa e eficaz arrecadação de impostos, como estes restantes portos em que não tem guardas, como Pedro (Bolena?), Jozezinho e Pedro Furtado, onde apesar de não haver muita concorrência, não deixam de chamar a atenção como saídas para fora do registro." Porém, na continuidade, rebate a proposta existente, de se transferir o registro para um dos portos, pois considera que isso deixaria os demais portos mais descobertos ainda, já que Botucatu possuía uma posição relativamente central entre estes.

Para suprir em parte a lacuna de informações sobre a barreira, valemo-nos mais uma vez dos estudos de Suprinyack²². Comparando os volumes de animais passados em Rio Negro e chegados a Sorocaba, ele identifica no período 1835-1851 uma defasagem entre os números, aproximadamente 42.000 com muares recebendo a guia em Rio Negro, mas apenas cerca de 35.000 chegando, por ano, em Sorocaba. O próprio Suprinyack levanta a hipótese de descaminho. Esta hipótese se encaixa perfeitamente com os elementos recolhidos até hoje pelos memorialistas botucatuenses: este é o período em que Botucatu surge alimentada exatamente pelo comércio tropeiro à margem dos registros de impostos. (Donato, 1984; Ciaccia e Pupo

Ainda que esta explicação não esteja totalmente clara, ela ganha mais um reforço, com os desdobramentos posteriores destes dados. Com a iminente separação da comarca de Curitiba

para formar nova província, o governo paulista transfere a barreira do Rio Negro para Itapetininga. A partir deste ano (1852), os volumes de animais registrados na emissão da guia e no pagamento de impostos em Sorocaba voltam a apresentar grande coerência, mostrando que os fatores perturbadores desta consonância ficaram ao sul de Itapetininga, ou seja: se havia descaminho, ele acontecia entre Rio Negro e Itapetininga, trecho de onde se acessava facilmente a serra de Botucatu e, daí, o norte da província. A instalação da barreira fiscal em Botucatu vem corroborar a importância do comércio de animais na região.

Suprinyack mapeou o destino das tropas passadas por Itapetininga, e nos mostra que estas tropas tinham, basicamente, três tipos de destino: a feira de Sorocaba, as cidades tropeiras próximas (Tatuí, Itapetininga, Guareí ou Botucatu) ou as cidades da região açucareira: Porto Feliz, Mogi Mirim, Piracicaba. Mogi Mirim, por sua vez, caracterizava-se por ser uma espécie de filial da feira de Sorocaba, onde os mineiros afluíam para se abastecer de mulas.

22: Supryniack, 2008

A presença de mineiros na feira de Sorocaba, por sinal, também era avultada, pelo menos desde 1822, quando Saint Hilaire notou isso com os próprios olhos. Os vínculos entre a sociedade mineira em transformação (da economia do ouro para a pecuária) e o universo das tropas de Sorocaba e Itapetininga, são identificáveis em diversos documentos, como a entrada da família Nogueira no seio da genealogia tropeira (Urias Nogueira de Barros, de Baependi, fazendeiro no rio Pardo – afluente do rio Grande – se estabelece em Itapetininga ao redor de 1830; logo a seguir, vieram os Terra, aparentados aos Nogueira)

Em síntese, pretendemos apontar que a zona de influência Sorocaba passou por transformações econômicas sociais е importantes, entre 1820 e 1870, passando da rusticidade relatada por Saint Hilaire para uma considerável sofisticação cultural, e que este processo se deu em crescente intensidade de trocas culturais com Minas Gerais, o Vale do Paraíba e a região açucareira da província de São Paulo, sendo que estas regiões paulistas se encontravam profundamente penetradas pela cultura e pela sociedade mineira. Em última instância, a sofisticação da sociedade tropeira em meados do século XIX se deu concomitantemente à introdução de padrões sociais e culturais já consolidados em outras regiões paulistas, estas sob profunda influência mineira.

Na região de Sorocaba, contudo, estes elementos são filtrados pela distância, pela defasagem temporal, pelas restrições de ordem econômica, por padrões sociais próprios da tradição paulista mais arcaica, que virão impor a mescla destes elementos "mineiros" com outros elementos, "paulistas".

Os mais notáveis elementos arquitetônicos tributários da tradição paulista nesta zona serão a casa feita ao rés-do chão ou com porão baixo; o hábito, mantido até em casas feitas em tijolos, de se fazer fogo no chão da sala ou da cozinha; e a solução de pau-a-pique amarrado lateralmente a vigas roliças situadas no terço superior das paredes ou, em alguns casos, acima do forro. A

viga roliça a prender os paus a pique foi corrente até 1840 em todos os níveis sociais. A partir daí, gradativamente passou a se identificar com rusticidade, e os novos fazendeiros paulistas — ou os carpinteiros que preferiram contratar - optaram pela solução mineira, dos paus a pique embebidos nos frechais.

Assim estudamos algumas arquiteturas mesclando tradições paulistas e mineiras em Itapetininga: a fazenda Santana do Capão Alto, a Estância Lucinda e o extinto sítio do Tenente Carrito, todos de meados do século XIX.

5.1. TENENTE CARRITO - ITAPETININGA

Esta casa foi estudada anteriormente por Lemos²³, e atualmente ela se encontra em absoluta ruína, não permitindo qualquer análise arquitetônica, por isso nos basearemos, em fotos, desenhos e documentações colhidas por Lemos, pelo CONDEPHAAT e pelo IPHAN. A sua datação, segundo o CONDEPHAAT, seria da primeira metade do século XIX. A planta da casa ainda guarda vínculos com a arquitetura

bandeirista, inclusive nos vestígios do velho corredor externo, varanda aberta entalada entre os cômodos laterais. Poderíamos, retrocedendo para leste, associá-la à Chácara do Quinzinho de Barros e, ainda, à casa de Brigadeiro Tobias, na fazenda Passa-Três, ambos em Sorocaba e igualmente aparentados ao velho esquema bandeirista.

Era provavelmente uma casa da primeira metade do século XIX, e nos sugere como seria a moradia da elite tropeira em um momento anterior ao das outras duas casas que analisaremos neste capítulo, onde a influência mineira ainda não havia predominado.

23: Lemos, 1999.



5.2 ESTÂNCIA LUCINDA- ITAPETININGA

O local desta casa é conhecido como Porto, pois ali a estrada do sul cruzava o rio Itapetininga, o primeiro curso d'água navegável da bacia do Paranapanema, quando se caminhava para o sul. Rio Itapetininga abaixo, podia-se alcançar o Paranapanema e assim explorar outras partes interiores dos sertões de Itapetininga. Servindo também como barreira, era um ponto estratégico para a cobrança de impostos, um dos últimos pontos onde o caminho era único, pois dali para Sorocaba o caminho se abria em diversos campos e o gado poderia se descaminhar sem o devido recolhimento de impostos.

É verdade que havia um Porto Real com o passo arrematado (arrecadação de impostos concedida a particulares) na encruzilhada da estrada com o rio Paranapanema, antes de 1800. É provável que a arrecadação só tenha passado para o rio Itapetininga após 1800 ou até mais tarde, após 1851, já com a função de emitir as guias, antes emitidas em Rio Negro.

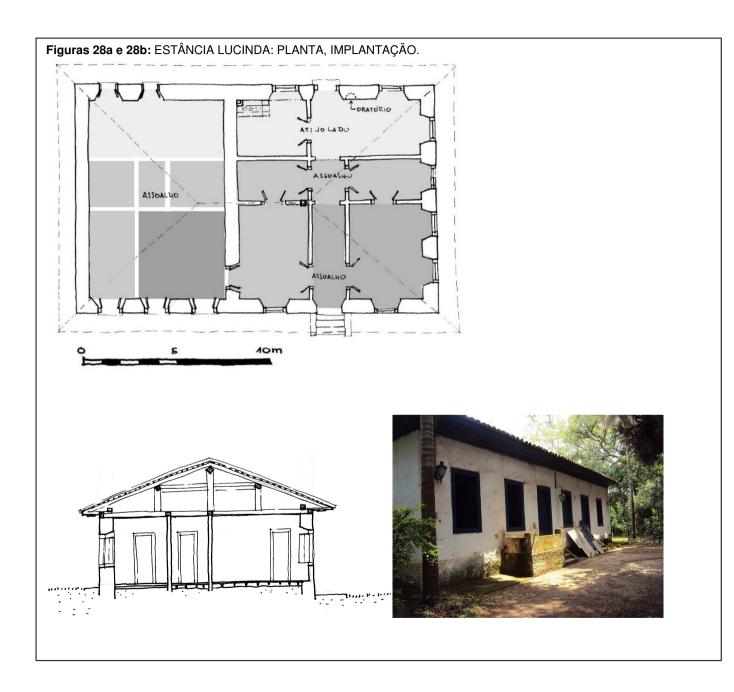
Em 11/1/1840 Tomé de Almeida Lara dita seu testamento em Itapetininga e descreve entre

outros bens "uma morada de casas com um rancho e um cercado além do rio Itapetininga, no porto da Estrada Geral". (Andrade, 2006). A Estância Lucinda, antes conhecida por Fazenda do Porto, passou por diversos proprietários, no século XX.

As tentativas de compreensão da história desta casa, por diversos historiadores, trabalham com as hipóteses de a casa ter sido local de cobrança dos impostos do sul²⁴ e que tenha sido edificada em meados do século XIX²⁵. Os elementos que colhemos apontam para esta datação aproximada, também. Estudando os Registros Paroquiais de Terras de Itapetininga de 1856, encontramos este:

215: Eu, José Antônio de Camargo, sou senhor e possuidor de quatro sítios, campos e terras lavradias, no distrito desta cidade, nos lugares adiante declarados. Uma sorte de terras no rio Itapetininga. Possuo uma (área?) com quintal e um pequeno (registro?) a par do mesmo para a parte de cima além do porto da estrada geral, que comprei de meu finado sogro Manoel Francisco Vieira, com consentimento dos herdeiros

24: Andrade, 2004.25: Trindade, 1997



A Estância Lucinda, segundo a memória oral, teria sido local de cobrança de impostos. A edificação possui parede de taipa de pilão que a divide em dois setores; o setor à esquerda atualmente apresenta planta igual à do setor à direita, porém mais estreita; são duas casas geminadas. Porém, suspeitamos que originalmente a casa da esquerda pode ter sido uma venda ou pouso, e talvez até a agência de cobrança dos impostos, e as podem paredes internas posteriores. O desenho mostra a taipa de pilão íntegra, porém a parede esquerda externa foi derrubada pela queda de uma árvore cerca de 30 anos atrás, e foi reconstruída em tijolos.

Por posse antiga do antepossuidor, é o sítio piqueteado, faz testada com campos nacionais. Possuo também dois piquetes rio abaixo partindo deste e até o mesmo rio(...). (segue com terras no Capivari, e outras ainda).

A edificação é composta de duas habitações contíguas, com paredes externas em taipa de pilão e paredes internas em taipa-de-mão "à mineira". O piso é assoalhado (com exceção da sala de jantar e da cozinha), porém os barrotes estão diretamente sobre o solo e o tabuado é de tábua estreita, sugerindo que se trate de intervenção posterior. Quanto à datação, é certamente posterior a 1822, quando Saint Hilaire passou pelo local e não teceu maiores comentários - enquanto uma casa deste porte mereceria ao menos a menção em seu diário de viagem. É também certamente anterior a 1880, quando os tijolos se difundiram em Itapetininga, ao menos entre os fazendeiros desta classe social.

A carpintaria da casa apresenta grande semelhança com a casa da fazenda Santana do

Capão Alto e com as fazendas de Laranjal, especialmente a Santo Antônio — Córrego do Onça (de 1845) e em Piracicaba, com a Fazenda Serra Negra (anterior a 1868). As semelhanças mais notáveis estão na maneira de estruturar os beirais, com encaixes em rabo-de-andorinha na vertical, viga retranca sobre os cachorros e sob os caibros.

Estimamos, com isso, que a casa seja desta época dos Registros Paroquiais de Terras. Sua planta já demonstra simetria, com corredor central. A casa menor, anexa, sofreu a queda de uma árvore, que lhe destruiu parte da taipa de pilão original, sendo recomposta com tijolos.

5.3 SANTANA DO CAPÃO ALTO

ITAPETININGA

Esta casa foi completamente erguida em pau-apique, "à mineira", e apresenta planta muito similar à das casas de engenho de Laranjal Paulista. Do ponto de vista da técnica construtiva, é muito similar à de Santo Antônio – Córrego do Onça (1845), porém preserva a peculiaridade das fazendas tropeiras, de não possuir porão habitável. Contudo, seu assoalho ficava suspenso do solo alguns centímetros, mostrando que sempre foi uma casa assoalhada.

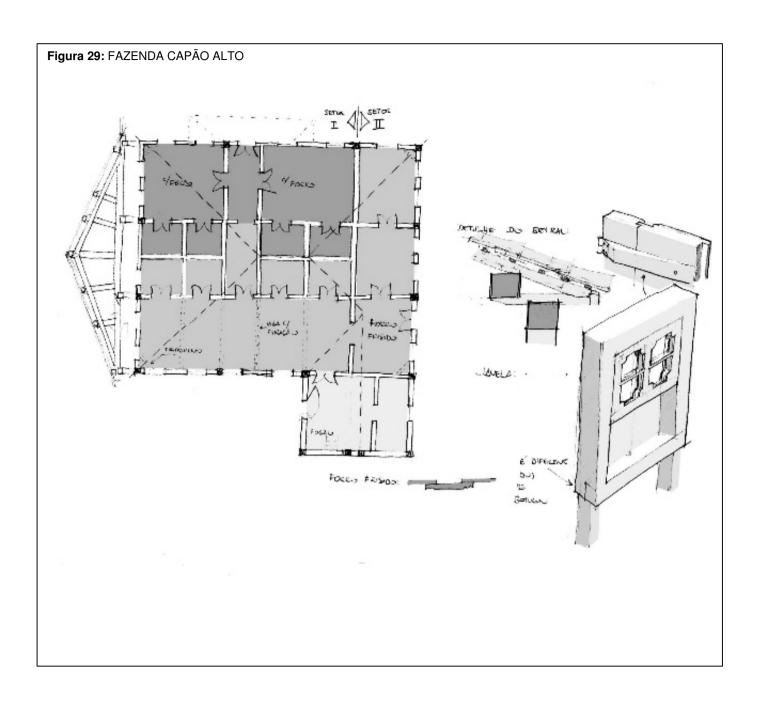
Pesquisando os Registros Paroquiais de Terras de Itapetininga, conseguimos comprovar que estas terras da Fazenda Santana eram parte da sesmaria de Domingos Vieira e outros sócios. Nos desmembramentos sucessivos, estas terras resultaram no seguinte registro:

228: Dona Fabia (sic) Domitilas Monteiro possue um sitio de culturas no lugar chamado Capão Alto neste distrito que compreende meia légua de testada mais de meia de fundo dividindo com herdeiros do finado Domingos José Vieira, Bento José de Lorena, e pela estrada de Tatui até o gramado de Manoel Coelho e dividindo com o mesmo e com os herdeiros de Francisco José da Silva e Maria Ferreira, cuja propriedade houve por compra de Domingos Vieira, Manoel de Medeiros, Manoel Nunes, a mais de 9 anos estes que fizeram parte da sesmaria de Domingos Vieira e Manoel Nunes. 5/5/1856 Flávia Domitilas Monteiro.

Nossa certeza sobre a posição da propriedade vem dos registros vizinhos:

23: Sou senhor e possuidor de um sitio denominado Potreirinho no bairro do Capão Alto, constando de terras lavradias, um potreiro de campos, hum potreiro denominado Ilha do Pântano. Divide com os herdeiros do finado Manuel Nunes Vieira, no rio Tatui com os herdeiros de Manoel Peixoto, José Ayres de (Oliveira?). Cujo sitio e terras sou possuidor por doação que fez minha sogra Isabel Vieira Ayres, como consta no termo de remoção que consta no inventário que se procedeu (...) Salvador de Oliveira Ayres por compra que fez de (Germano Portazio) de Almeida. Itapetininga, 6/2/1856. Hygino José Rollim de Oliveira.

40: Sou senhor e possuidor de um sitio de terras lavradias no bairro do Capão Alto, cujas terras são possuídas por herança, como consta de inventário que se procedeu por falecimento de meu sogro, Domingos Vieira, e meu pai, Manuel Nunes Vieira. Cujas terras se acham indivisas com os herdeiros Felisberto José Vieira, Manoel





Jacintho Vieira, pertencendo-me também nas mencionadas terras uma parte que comprei do herdeiro João de Paula Medeiros, como consta da escritura que o mesmo passou-me. (e segue citando outras terras que herdou no Jurumirim). Itapetininga, 19/3/1856. Jesuino Manoel da Silva. 42: Manuel de Albuquerque Rollim possui um sitio de campos e matas que dantes fez parte da sesmaria de Manoel Nunes Vieira, no Capão Alto, que compreende 450 bracas de frente, três quartos de légua de fundo (2.250 braças portanto), que tocou-lhe no inventário e partilha de sua finada sogra Francisca Nunes de Siqueira, tendo também contíguas 500 braças em quadra de campo e matos que houve por compra de Jesuíno Manoel da Silva, também da mesma sesmaria, a mais de seis anos. Igualmente possui neste mesmo distrito, na costa do rio de Tatuí (...) contendo 310 braças de testada por 800 de fundo mais ou menos dividindo com o rumo do Capão Alto, com Manoel Joaquim de Almeida, e pelo rio de Tatuí com a Fazenda do Paiol, e na testada com os herdeiros do finado Caetano. Itapetininga, 17/3/1856

62: Manuel Joaquim de Almeida possui no distrito desta cidade, uma sorte de terras contiguas antigamente possuída por sesmaria por Manoel Nunes Vieira no lugar chamado Capão Alto. Compreende 300 braças de frente e oitocentas de fundo, mais ou menos, que lhe coube por herança de seu sogro, Manoel Caetano e por outro lado divisa com Maria Ferreira até um caminho, e segue por este divisando com os herdeiros de José Francisco Silva, Escolástica Maria, até encontrar com as terras do capitão Manoel Duarte. Itapetininga, 27/3/1856

65: (...) Maria Ayres (...) filhos do finado José Manoel Soares, são senhores e possuidores de um sitio de terras lavradias no bairro Jurumirim, termo desta cidade, que houveram por titulo de registros (...) e suas divisas são as seguintes: pela estrada de Tatuí desde o paço do (...) até o caminho da casa de Joaquim Januário, deste além até certo ponto, até aqui dividindo com terras de Januário, até as divisas das terras do coronel Domingos José Vieira, daí para baixo até encontrar com rumo da Sesmaria das Pederneiras. Por este adiante até dividir com terras de Joaquim Coelho. Por esta divisa até o

(Sabaúna?), e por este abaixo até encontrar o passo onde principia a descrição. Itapetininga, 4/3/1856. Anna Maria Ayres.

94: Eu, Manoel Joaquim de Oliveira, sou senhor e possuidor de um sitio de terras lavradias no bairro Capão Alto, distrito desta cidade, o qual tem as divisas seguintes: na estrada que segue desta cidade para Tatuí, do lado esquerdo, onde faz divisa com terras de dona Maria, até a divisa das terras de José Luis Vas Fadiga, por esta divisa até um córrego, por este córrego até as divisas de Dona Flávia, cuja divisa segue até sair na já dita estrada. Este sitio foi por mim possuído por título de compra. Itapetinga, 5/4/1856. A rogo, José Francisco de Freitas.

123: Dona Ana Roberta e Oliveira e seus filhos possuem um sitio de terras de cultura no bairro do Capão Alto, que faz parte da sesmaria alcançada pelo Coronel Domingos José Vieira e outros, cujas terras tem de comprimento meia légua mais ou menos (1.500 braças) e de largura um quarto de légua mais ou menos (750 braças), o qual terreno parte com terras de dona Flávia Domitildes Monteiro, os herdeiros da finada Maria Angélica, Manuel Gerônimo de Souza, Manoela

de Medeiros e os herdeiros de Maria Ferreira. Cujo terreno assim confrontado havido parte por herança dos pais do registrante, parte por doação do sesmeiro, e inventariado e partilhado por falecimento do marido da mesma, capitão José Francisco Silva. Itapetininga, 13/4/1856.

128: Joaquim Coelho de Oliveira como curador de seu cunhado João Alves da Silva, este declara umas capuavas pertencentes ao mesmo ausente no bairro do Capão Alto, distrito desta cidade, que lhe tocam por herança de sua finada mãe, Maria Angélica, parte da sesmaria concedida ao coronel Domingos José Vieira, contendo 480 braças de frente e 500 mais ou menos de fundos; a frente divide pela Estrada de Tatuí, para um lado com Luiz Vaz Fadiga, Antônio Camillo Martins, e o fundo com os herdeiros do falecido José Francisco da Silva. Itapetininga, 16/4/1856

147: O abaixo assinado possue umas terras no bairro d Capão Alto, distrito desta cidade, cujas divisas são as seguintes: pela parte do oriente, divide com Manoel Caetano, Felisberto Vieira e seu cunhado Hygino José Rollim de Oliveira. Pelo norte com Antônio José Baptista, pelo poente com Manoel de Medeiros, João Carlos e José

Vida pelo sul. Cujas terras houve por compra de seu cunhado (Hygino?) e a Gervázio Portázio a 15/8/1843. Assim mais possue uns capões de matos num rincão de campo neste mesmo bairro, que divide pelo sul com Manoel Rodrigues, pelo oriente com José Antônio, pelo norte com capitão Manuel Albuquerque Rollim, pelo poente com este e pela estrada que desta cidade segue para Tatuí. 19/4/1856, José Ayres de Oliveira.

157: (...)senhor e possuidor de umas terras lavradias no bairro do Capão Alto, distrito desta cidade, que houve por compra de Joaquim Antônio de Arruda, e de João (...). Cujo (sitio? Filho?) divide por um lado com José Ayres de Oliveira e Antônio Baptista, por outro com o mesmo Aires e Maria da Conceição e Homem de Gois; e um pasto que comprou da (dita) do Buen da Felicidade D. Joaquina Maria de Jesus. Em tempo, mais uma estiva que comprei de José Ayres de Oliveira no Capão Alto 520 braças de terra na testada e 318 de sertão e um quarto de sertão. (?). Dividindo com José Theodoro e Antônio Baptista. Manoel Val. (Vasconcellos?) De Medeiros.

192: Possuo um sitio no bairro do Capão Alto, distrito desta cidade, contando campos e terras lavradias dividindo com Felisberto José Vieira, Manuel Jacintho Vieira, Miguel Caetano, capitão Ma(...)Rollim. Divide também nos fundos. Cujos terrenos houve por compra que fiz a Jesuíno Manoel da Silva, sendo sesmeiro da Sesmaria do Capão Alto. Bem assim possuo um pedaço de terras lavradias no mesmo bairro por compra que fiz a Feliciano José Ferreira, cujos terrenos são da mesma sesmaria. Divide com Manuel Jacintho Vieira, D. Fabia Domitila de Monteiro e com a estrada desta cidade à vila de Tatuí. 29/4/1856. Bento José de Lorena.

214: Sou senhor e possuidor de um sitio no bairro do Capão Alto constando de campos e terras lavradias dividindo com Manoel (Gua...) Souza e campos nacionais, e com Manoel Albuquerque Rollim, José Ayres de Oliveira, Francisco Antonio Canthidio, Cujas terras sou possuidor por compra que fiz a José Ayres como consta em escritura que o mesmo me passou (...). Delfino Manoel de Medeiros

225: Eu abaixo assinado possuo umas terras lavradias, distrito desta cidade, cujas divisas são

as seguintes: pelo norte divide com João Florianno, pelo nascente Maria Peixoto, pelo sul com meu sogro José Ayres de Oliveira, cujas terras possuo por compra feita a Manoel Peixoto em 21/6/1855. 10/1/1856. José Theodoro da Costa

226: Sou senhor de uma parte no sitio do Capão Alto, distrito desta cidade, cuja parte consta terras lavradias e campos como consta do inventário que se procedeu por morte de meu avô Manuel Nunes Vieira a qual me tocou por herança achando-se indiviso com os mais herdeiros sendo terreno de sesmaria e bem assim comprei uma parte de terras lavradias e campos que tocou aos herdeiros de minha prima Maria do Bellem já falecida cujo terreno se acha em divisa com a herdeira Florisbella Maria do Carmo como consta do papel de venda que os herdeiros de quem comprei passaram-me, e existe também em meu poder terreno pertencente a sesmaria do Capão Alto. (e segue elencando um outro sitio no Jurumirim que sua esposa herdou do pai, Francisco de Moraes Lara). 27/4/1856. Manoel Jacintho Vieira.

As combinações possíveis entre estas propriedades resultam, de todo modo, com a casa existente, atualmente, sempre dentro da gleba de dona Flávia Domitila Monteiro. Passamos então à análise de sua biografia para verificar sua possível relação com a origem da casa.

Flávia Domitila Monteiro (Fonseca Telles) nasceu em 19/2/1786 em Apiaí, e era filha do capitão Manuel da Ressurreição Monteiro, (1756-1815) (um dos fundadores de Apiaí, falecido em Campanha-MG) e Inácia Fonseca Telles. Ditou testamento em 19/10/1857 em Itapetininga. Faleceu em 6/4/1858 em Itapetininga.

Casou-se com Ignácio Dias Baptista, o Capitão Ignácio Apiaí (nascido em13/4/1788, em Iporanga) em 16/01/1808. O noivo era de família de Iguape, igualmente empenhada na fundação de Apiaí.

Tiveram os seguintes filhos, ordenados aqui por ano de nascimento:²⁶

1811: Roberto. Casou-se em 1855, em Sorocaba, com Anna Maria Lopes de Oliveira. Foi um dos fundadores da Companhia Sorocabana, em 1871. Vivia em sua fazenda em Salto de Pirapora, onde 26:

27: Antunes, s/d, com correções a partir de outras fontes, documentais. Os memorialistas de Avaré e Santa Bárbara do Rio Pardo fazem grande confusão misturando informações sobre Santa Bárbara do Rio Pardo (a atual Águas de Santa Bárbara) com as informações de São Domingos do Tupã, povoado anterior a Santa Bárbara e localizado 30km ao norte, já extinto. São duas capelas distintas. sendo São Domingos fundada ao redor de 1855 em terras dos Dias Baptista e elevado a freguesia em 1858, enquanto Santa Bárbara foi fundada ao redor de 1865 em terras dos Marques do Valle, sendo a sede da freguesia transferida de São Domingos para Santa Bárbara em 1867.

27: Celso Prado, Razias, 20/09/2009. Disponível em:

http://celsoprado-

azias.blogspot.com.br/2009/12/raziassanta-barbara-do-rio-pardo.html plantava algodão e possuía inclusive descaroçador, um dos primeiros da região. Cidadão politicamente ativo, foi diretor da Santa Casa de Sorocaba. Faleceu em 1885.

1813 aprox.: Francisco. Casou-se com Maria Ferreira Prestes (nascida em 1820, filha do capitão Caetano Oliveira Prestes e de Ignácia Amaral Gurgel). Faleceu em 1877 em Avaré.

"Em Setembro de 1866, Francisco partiu de Carmo do Rio Claro, MG, em direção ao sertão de São Paulo. Liderava uma caravana de 18 pessoas, incluindo seu irmão, Pedro. Em Janeiro de 1867, nas proximidades da vila de Botucatu, encontraram-se com a expedição de José Marques do Valle, que havia partido de Carmo do Rio Claro uma semana antes de Francisco.

A caravana de Marques do Valle partira com 26 adultos, (incluindo escravos) e 12 crianças, levando três carroças e cinco burros de carga para transportar as armas, munições, mantimentos, ferramentas e instrumentos para lavoura. Enfrentaram grandes dificuldades e perigos pelo caminho. A escrava Anastácia, cozinheira do grupo, faleceu após três meses de viagem, vítima de uma picada de jararaca. Josias,

o guia, morreu ao cair em um penhasco, já em território paulista. Próxima à região de Araras, Mizael (filho do líder) sofria de febre alta, e foi curado pelo escravo Ezequias, que sabia usar as ervas do mato.

Após um dia de repouso, os batedores informaram que às margens do Rio Pardo, entre os municípios de Agudos e Botucatu, havia boas terras para lavoura. No dia 20 de Abril de 1868, as famílias se reuniram ao redor da imagem de Santa Bárbara (trazida pela esposa de Marques do Valle), rezaram, cantaram, e deram início à fundação do povoado de Santa Bárbara do Rio Pardo. Em 1874, foi celebrada a primeira missa no povoado, que atualmente se chama Águas de Santa Bárbara"^{27, 28}

1815 aprox.: Rita

1817 aprox.: Antônia

1819 aprox.: Maria

9/8/1822: Romana, em Sorocaba.

8/3/1824 Benjamim, em Sorocaba.

30/11/1825 Benjamim, em Sorocaba. Herdou um sexto da terça de sua mãe. Provavelmente se desfez logo, pois esteve nas frentes pioneiras com seus irmãos no oeste, nos anos seguintes.

1827 aprox.: Eufrosina Dimetildes Dias Baptista. Casou-se em 30/3/1842 em Sorocaba, com Antonio do Amaral Prestes (filho de Caetano Oliveira Prestes e Ignácia Amaral Gurgel). Viveu em Itapetininga depois de casada. Herdou um sexto da terça de sua mãe. Seus filhos foram personalidades de destaque na cidade.

1828: João, em Itapetininga. Herdou um sexto da terça de sua mãe.

1831: Pedro, em Itapetininga. Casou-se com Maria Joaquina Leonel Ferreira, de Itapetininga, filha do coronel José Leonel Ferreira. Herdou metade da terça de sua mãe, incluindo provavelmente a fazenda Capão Alto. Faleceu em 1893 em Avaré, onde foi fazendeiro, o que indica que, se herdou parte da Capão Alto, dela se desfez rapidamente para investir no oeste.

Flávia comprou esta área aproximadamente em 1847 (nove anos antes de 1856), e faleceu em 1858 em Itapetininga. Se a casa foi feita neste intervalo, é grande a chance de que tenha lhe servido de residência na velhice. Posteriormente, esta propriedade foi distribuída a um ou mais herdeiros, e a atual moradora (2014), que sempre

viveu nas vizinhanças, nos relatou que pertencia à família Terra no início do século XX.

É certo que estas terras pertenceram a Flávia e que a casa foi construída, ou por ela, ou logo após seu falecimento, de modo que esta edificação documenta o universo cultural em que Flávia estava imersa. Sua família possuía laços em Minas Gerais, onde possivelmente vendiam gado. As expedições de povoamento de suas fazendas no oeste se valeram de gente de Minas Gerais, recrutada e guiada pelos seus filhos até suas vastas áreas no sertão.

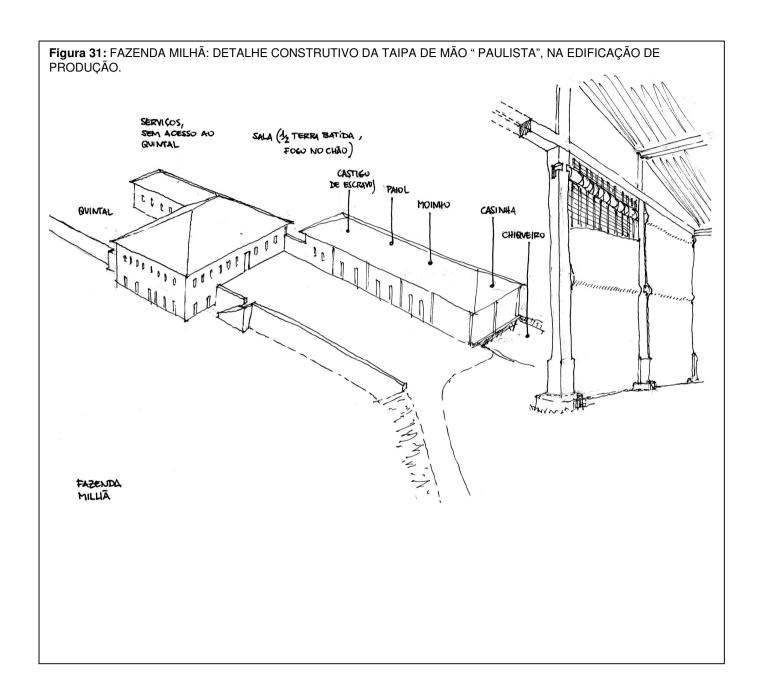
6. FAZENDAS PIRACICABANAS (1850-1870)

O município de Constituição (Piracicaba) vive um grande desenvolvimento agrícola no período em análise, e, assim como Pirapora (Tietê), viria a enviar muitos povoadores para o município de Botucatu. A região que compõe atualmente os municípios de São Pedro e Santa Maria da Serra se desenvolve ao redor de uma estrada aberta. por ordem da Câmara Municipal, a partir do engenho do Senador Vergueiro. Do outro lado do rio Piracicaba, sobre o alongado pontal que este rio faz no Tietê, outro caminho se consolidou entre 1820 e 1840, conectando as fazendas de criar dos Cardia e dos Soares de Barros às terras das sesmarias do Barreiro, do bairro da Serra Negra e do Congonhal, alcançando Piracicaba. Ao longo dos dois caminhos, fazendas de criar e alguns engenhos se instalam naqueles anos, como a Fazenda do Rosário. O grande porte dos empreendimentos açucareiros nos arredores de Piracicaba, bem como a precoce introdução do café, permitiram a sofisticação técnica de modo pioneiro, na região, incluindo aí uma possível introdução do uso de tijolos ainda na década de 1850, na fazenda Milhã, e seu longo convívio com a arquitetura tradicional, em pau-a-pique¹. A calha do Tietê se beneficiou, possivelmente, dos empreendimentos oficiais de Itapura e Avanhandava, que deslocaram rio abaixo técnicos qualificados para a edificação daquelas instalações militares, feitas em tijolos, entre 1858-1860.

6.1 FAZENDA MILHÃ - PIRACICABA

Esta casa, já anteriormente estudada por Lemos, vale ser citada de modo comparativo, por se situar próxima e ser contemporânea das fazendas que pretendemos estudar. Suas características de transição entre um ambiente cultural ainda paulista e as influências mineiras, bem como entre as técnicas tradicionais e a alvenaria de tijolos, colocam a casa da fazenda Milhã como equivalente das casas da foz do rio Sorocaba, situadas cerca de 20km ao sul. Aqui exploraremos apenas a técnica construtiva do anexo de produção, ainda remanescente e pouco alterado.

1: Ver Lemos, 1999.



6.2 FAZENDA SERRA NEGRA - PIRACICABA

- 1: Marcondes Martins, 2008.
- 2: Disponível em:

http://www.aprovincia.com.br/memorial -piracicaba/gente-nossa/o-barao-deserra-negra/

Provavelmente a mais antiga, entre as fazendas remanescentes do século XIX nos arredores de Piracicaba, os proprietários acreditam que a fazenda seria mais ou menos da época da Guerra do Paraguai, enquanto Marcondes ¹ asinala o ano de 1880.

Segundo o historiador Nelson Camponez Oliveira², essa fazenda, assim como outras, foi adquirida por Francisco José da Conceição, o Barão de Serra Negra, em 1868, para nela implantar a cultura do café. A fazenda chegou a possuir diversas colônias, e seis terreiros. Hoje, estas estruturas foram removidas, e resta apenas a casa sede, com algumas edificações anexas. Uma das casas de funcionário, em pau a pique na técnica paulista, foi desmontada e reconstruída ao lado da casa para abrigar um ex-funcionário solitário que desejava passar ali a velhice.

A casa foi originalmente construída em pau a pique, posteriormente encamisado em alvenaria de tijolos, como ocorreu com muitas propriedades da região. O encamisamento foi feito por José Sabino (Giuseppe Savino), napolitano, que adquiriu esta casa, no início do século XX, da família Conceição.

O Barão era, antes de possuir esta fazenda, um comerciante urbano, e seu investimento no campo é típico da implantação da cultura do café. eminentemente urbana e baseada em grande organização do capital. É difícil crer que tenha levado sua família a residir no campo: não sabemos de sua rotina doméstica, mas sabemos que seus filhos, já em 1880, tinham moradias fixas na cidade de Piracicaba e em São Paulo, e apenas administradores ficavam nas fazendas. Deste modo, não é possível descartar a hipótese de que se trate de uma propriedade ainda mais antiga. Tentamos identificar o registro paroquial que a ela correspondia para assim, podermos saber quem era seu proprietário em 1856. No entanto, as descrições das propriedades desta área estão demasiadamente vagas, tornando impossível posicioná-las. Grande parte dos registros menciona apenas o bairro da Serra negra, elencando medidas lineares e rumos. Sem

confrontantes ou referências geográficas, não pudemos montar o mapa desta área.

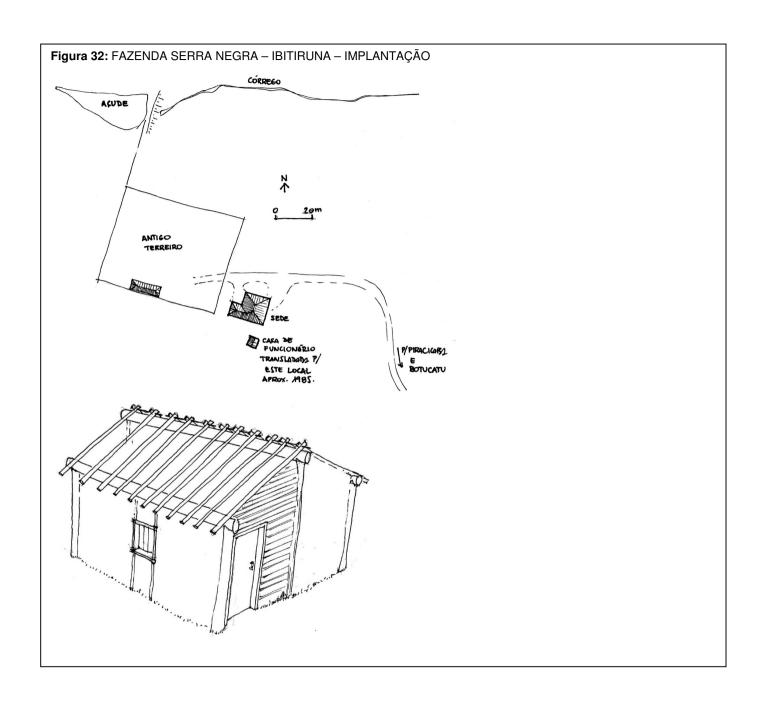
Quanto à técnica construtiva, a casa guarda similaridades com casas de Itapetininga, da mesma época, como a retranca em seção quadrada, além do peitoril contínuo entre janelas, que encontramos na fazenda Estrela (Laranjal Paulista).

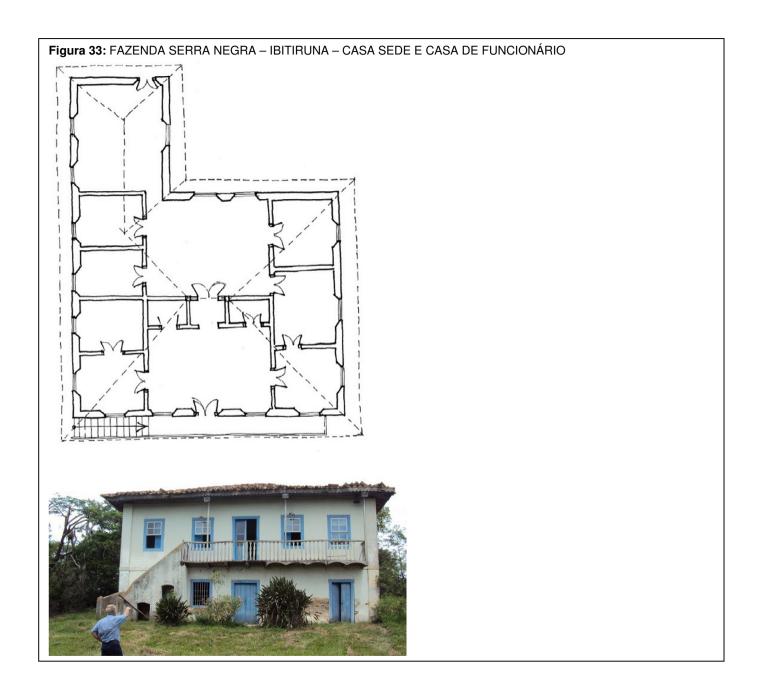
Duas particularidades, que encontramos apenas nela, são: 1) Todas as portas e janelas são pregadas com cravinhos, pregos feitos de barras de seção quadrada forjadas a martelo e bigorna. É o único local em que encontramos estes cravinhos — cravos de grande tamanho encontramos em diversas casas. Isso sugere uma maior antiguidade da casa, talvez sendo contemporânea das casas de Laranjal e Itapetininga, isto é, algo entre 1835 e 1850. Antes disto, dificilmente uma família de posses se atreveria a morar tão isolada (apesar de ter ocorrido a tentativa de Peixoto, 40 quilômetros mais a oeste, em 1805). 2) O acesso frontal da casa se faz por escada e passadiço muito

estreito, tão estreito que dispensa esteios e se apoia em vigas em balanço, e se alinha sob o beiral da casa, dispensando telhado de prolongo. Esta solução é original da casa, apesar de o vigamento ter apodrecido e ao longo do tempo ter sido necessário substituí-lo por novas peças, posicionadas paralelamente às vigas originais, que tiveram as pontas podres cortadas.

O porão da casa era utilizado como venda onde os colonos se abasteciam de gêneros, e ainda havia um cômodo lateral onde se armazenam, até hoje, as bruacas para transporte do café, utilizadas até o início do século XX para transportar a produção até a cidade de Piracicaba, 43 quilômetros distante.

A posição dos terreiros sugere que a casa já existia antes de sua execução, reforçando a hipótese de que ela pode ser anterior à aquisição por Conceição. Trata-se de uma platô a meia encosta de face sul, sendo que na propriedade haveria encostas norte, se houvesse a implantação planejada de uma fazenda de café desde o início.





A difusão do uso de pregos de seção circular, feitos por máquinas, deve ter ocorrido cedo, na região, pois a fábrica de Ipanema possuía uma máquina de fazer pregos desde antes de 1822.³

A técnica construtiva em pau a pique, em técnica plenamente mineira, nos leva a refletir sobre a cronologia. Se por um lado a técnica mineira sugere que seja mais recente que a Milhã, onde a técnica paulista do pau-a-pique (mais arcaica) comparece nos puxados de serviço, por outro lado o uso de tijolos na Milhã sugere que esta é que seria mais recente. No entanto, devemos aqui colocar em dúvida o uso de tijolos na fatura original da Milhã, ponderando que possivelmente tenha sido reformada, e os tijolos inseridos para preenchimento de vazios da taipa.

6.3 FAZENDA ROSÁRIO

SANTA MARIA DA SERRA

O anexo de serviços foi eliminado, mas seus vestígios ainda são reconhecíveis, na fazenda Rosário.

A fazenda Rosário foi aberta em meados do século XIX por Pedro Mello. Encontramos no arquivo do estado o Registro Paroquial de Terras a ela correspondente de número 404, declarada por José Rodrigues Amaral Mello: "...sendo suas divisas as seguintes: principiando no picadão divisando com Antônio Silva, pelo rumo da serra e subindo a serra por uma lagoa, e pelo espigão mais alto divisando com Manoel Rodrigues Vianna, e desce pela ponta da serra a procurar um marco de pau de (...) com uma cruz e pelo espigão abaixo até procurar um paredãozinho divisando com Manoel Lopes Gonçalves e segue à esquerda em direção ao paredãozinho e volta em quadra ao espigão mais alto com Bento Cintra, com José Martins, Miguel Domigues de Oliveira, até encontrar Antônio da Silva e com este abaixo até uma tapera que foi de Mathias Gonçalves, divide com Desidério Pires até a serra onde teve princípio.

Em 1873 pertencia a José Bento Mattos, vereador por várias legislaturas em Piracicaba. Trata-se de um momento em que a lavoura cafeeira de

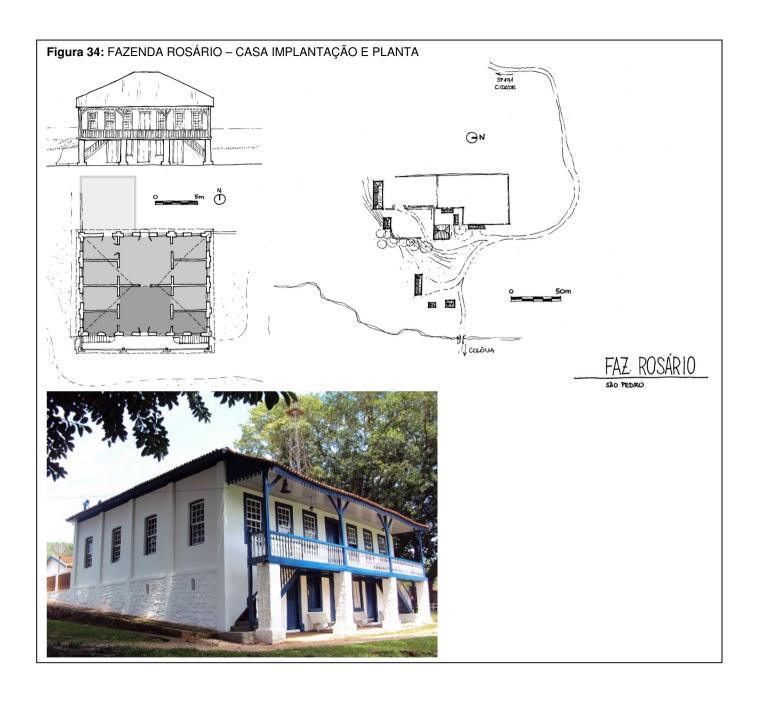
3: Landgraf, 1995

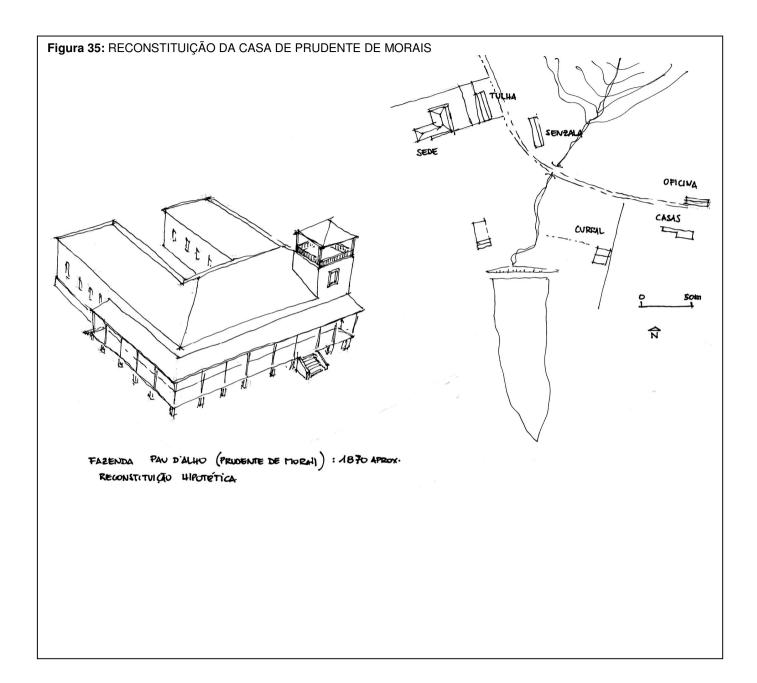
exportação ainda não foi introduzida na região, o que nos leva a supor que a atividade inicial da fazenda tenha sido a criação de gado, talvez suínos, e possivelmente tenha incluído desde o início pequenas lavouras em paralelo: cana, mantimentos, algodão, café. Posteriormente, os terreiros e a grande tulha mostram que o café foi produzido em grande escala. Hoje, a fazenda desenvolve apenas a pecuária.

A planta da casa não passa por reformas desde 1960; contudo, é possível que em algum momento anterior ela tenha sido modificada. A casa não possui alcovas, mas não é possível descartar a possibilidade de que tenha tido, no passado.

Tanto na hipótese que tenha tido alcovas, ou de que não as tenha tido, a casa da fazenda do Rosário se assemelharia, em vários aspectos, a outras casas aqui estudadas. Na hipótese de ter tido alcovas, torna-se uma casa de planta muito similar à Serra Negra, e às fazendas botucatuenses contemporâneas. Caso tenha sempre tido apenas as duas salas que hoje se

apresentam divididas unicamente por uma parede, e unidas por uma porta, a casa passa a se assemelhar a outras casas de suas proximidades (como a Pau D´alho, que pertenceu ao presidente Prudente de Morais) e outras, de Botucatu (Monte Selvagem, Monte Alegre), sendo que esta solução também se estendeu para casas menores, neste caso tendo apenas uma sala central, entalada entre dois lanços de dormitórios (fazenda Mandacaru, sítios de imigrantes como o Salandim).





A fazenda Pau d'alho pertenceu por décadas a Prudente de Morais Barros. que nela residiu na década de 1870. A casa foi construída entre 1868 e 1870, já em tijolos; a torre foi demolida em meados do século XX, e não encontramos fotos dela, baseando-nos nas descrições para supor sua forma. A existência de uma torre se explica pelo fato de a casa ficar no alto das montanhas da Serra da Fortaleza, conjunto de morros testemunho entre os rios Piracicaba e Tietê, continuação da Serra Negra (onde fica a fazenda Serra Negra). O acesso é escarpado e difícil mesmo nos dias atuais: a vista é ampla, dominando os vales do Piracicaba e do Tietê. Diz-se que sua esposa considerava menos penosa a travessia do oceano do que a travessia de Piracicaba ao Pau d'Alho.

7. O POSSEAMENTO DAS TERRAS PÚBLICAS, O DESMEMBRAMENTO DAS VELHAS SESMARIAS E A INTENSIFICAÇÃO DO POVOAMENTO DOS SERTÕES DE BOTUCATU (1835-1855)

1: Ver Ciaccia e Pupo, 2005.

2: Fraletti. 1949.

Como colocamos de maneira introdutória, no capítulo anterior, de 1822 a 1850 a propriedade da terra não possuía base legal no Brasil. Tal situação ensejou o posseamento das terras públicas, à revelia de qualquer documento. Os grandes sesmeiros possearam terras públicas vizinhas de suas sesmarias, assim como pessoas sem propriedades tiveram a oportunidade de assenhorar-se de terras públicas. Dado o primeiro passo, vinha frequentemente a disputa, frequentemente violenta. A manutenção da posse dependia da força¹.

Os posseiros não podiam, portanto, aventurar-se em terreno desconhecido. Era necessário conversar com os sesmeiros e posseiros já instalados na vizinhança para assegurar-se de

que não havia pretensões sobre aquelas terras, evitando dispender esforço em vão.

Era necessário estabelecer uma rede de relações de ajuda mútua com a vizinhança para assegurar a posse. Uma das estratégias que identificamos, foi a de fazer a posse em local amplo, e trazer amigos da terra natal para possearem — ou comprarem — as áreas vizinhas, povoando-as com aliados. Este procedimento também era adotado por sesmeiros. Os Dias Batista teriam trazido de Minas Gerais amigos e parentes para povoarem o entorno da fazenda Rio Claro (ver capítulo anterior).

O posseamento dos sertões de Botucatu tem início em 1832, quando os "braganceiros" se estabelecem no Vale das Conchas, hoje terrenos entre Pereiras e Conchas², nos fundos das velhas áreas de sesmaria de tieteenses, entre elas as terras das fazendas estudadas do ciclo do açúcar.

Estes posseiros, vindos de Bragança Paulista, chamam amigos e parentes de Bragança, Atibaia e Minas Gerais, que se espalham ao longo do caminho Tatuí-Ponte do Tietê (atual Anhembi), como podemos ver nos Registros Paroquiais de Terra de Tietê.³

Alguns anos depois, a partir de 1835, o posseamento passa a se dar no alto da serra de Botucatu, em ritmo febril. Os mais antigos posseiros que identificamos nesta área são os Barros e os Diniz, que posseiam os espigões da serra entre o Capivara, o Lavapés e o Araquá, em 1835. Eram terras situadas nos fundos da sesmaria do Sobrado, em área desprezada, pois era montanhosa e coberta por densa floresta.

O posseamento desta área foi alavancado pela abertura, entre 1835 e 1837, de um acesso da fazenda Sobrado para o alto da serra, por onde chegaria o gado vindo de Itapeva. Provavelmente este gado vinha através da Fazenda da Barra, (próxima da fazenda Aterradinho, hoje município de Angatuba) como vimos em outros relatos itapetininganos sobre a movimentação de gado naqueles anos.

Aberto o caminho, sabemos que, além dos Diniz e dos Barros, constroem morada junto do caminho João da Cruz Pereira e Joaquim Costa (por vezes referido como Joaquim Costa e Abreu), estes dois preenchendo completamente o vão existente entre a divisa da fazenda Sobrado (do piracicabano Domingos Soares de Barros) e a fazenda Monte Alegre (do itapetiningano José Gomes Pinheiro).

A partir de 1837, aproximadamente, outros mineiros da Comarca do Rio das Mortes (que compreendia todo o sul de Minas Gerais), adentram estes sertões, cruzando o rio Tietê em diversos pontos, especialmente na altura da atual cidade de Anhembi. Ao fazê-lo, estavam reproduzindo ao sul do rio Tietê o mesmo processo que já haviam realizado ao norte deste rio, nas regiões de Araraquara, Mogi Guaçu, Campinas, e mesmo no Vale do Paraíba.

Chegando como capatazes, funcionários, trabalhando nas comitivas dos tropeiros sorocabanos, estes mineiros chegam como um extrato social intermediário novo: situavam-se

3: AESP: Registros Paroquiais de Terra – Pirapora (Tietê).

4: Donato, 1984. Falamos grande doador, pois havia outra doação anterior, de cerca de 4 alqueires, feita por Joaquim Costa e Abreu verbalmente; a doação de Gomes Pinheiro foi passada em Cartório e compreendia cerca de 120 alqueires.

entre a elite local - o dono de tropas, o negociante, sesmeiro, de Itapetininga ou Sorocaba – e os funcionários de suas fazendas, largamente descritos por Saint Hilaire em 1822, quando cruzou a região pelo Caminho do Sul ou Caminho de Viamão. Se os mineiros não tinham o conhecimento da região e, portanto, não tinham as facilidades que o compadrio oferecia entre estes ilustres sorocabanos, por outro lado eram claramente mais livres, ilustrados, curiosos e cheios de iniciativa, do que os funcionários e escravos das fazendas.

O que surge de mais relevante, neste acontecimento, é que estes mineiros são os primeiros residentes na região que detêm a posse da terra, e nela investem suas energias para criar um lugar habitável, nos padrões mais avançados que seus recursos permitissem.

Os paulistas, sendo detentores da propriedade da maior parte das terras, e senhores das instituições — governo provincial, governo municipal e sistema cartorial - são os protagonistas oficiais dos acontecimentos. No dia-a-dia, porém, as mãos que lavravam os paus-

a-pique das casas eram, neste momento (1835-1855), essencialmente mineiras, ou vindas do quadrilátero do açúcar, já intensamente influenciado pelos costumes mineiros.

Seria repetitivo descrever os sucessos detalhados deste processo, mas basta dizer que os mineiros é que levaram adiante a abertura das primeiras ruas e a ereção da primeira capela de Botucatu, ainda que o grande doador do patrimônio fosse o paulista José Gomes Pinheiro, patriarca dos Pinheiro Machado (em 1843)⁴.

O desenvolvimento da capela, freguesia (em 1846) e município (em 1855) deu-se, nestes anos, sobretudo pelo afluxo destes mineiros, sendo secundária a participação de paulistas. Mesmo assim, quando a elite paulista decide fixar residência no alto da Serra de Botucatu, e lá se fixa o primeiro juiz municipal — paulista de Itu formado na Escola de Direito de São Francisco - a opinião deste juiz sobre os mineiros não é positiva.

A carta a seguir, de Felippe Pacheco, juiz municipal de Botucatu, expõe a visão de uma pessoa culta, mas sectariamente paulista, sobre os acontecimentos da época. É possível observar no discurso do juiz a indignação da elite paulista com a permissividade que o sistema de posseamento gerou, dando direito a pessoas pobres – geralmente mineiros - de sealçarem à posição de proprietários de terras. Salta aos olhos, também, a sua crença absoluta de que a competência para o cultivo da terra estava diretamente ligado à posse de escravos. O que mais nos interessa, no entanto, é a descrição da propriedade típica destes posseiros, ao menos nos primeiros anos. Ele se refere a posseiros mineiros então recentes (1855-1860), situados, sobretudo, nas regiões das atuais Bauru, Agudos, Águas de Santa Bárbara e Campos Novos, porém certamente serviria para descrever a posse do mineiro instalado na crista da Serra de Botucatu em 1835-1840.

Inicia com texto ufanista sobre as condições climáticas, a geografia elevada e "plainiça", e os solos férteis de Botucatu, e continua:

"Portanto, este solo abençoado para regurgitar riquezas somente espera mãos industriosas e laboriosas que os aproveitem, não as mãos dos

atuais possuidores, que se limitam a pequenas plantações de mantimentos, pastos e criação de porcos, possuindo imensos terrenos, dos quais pretendem enricar não por cultivá-los, mas com sua venda, que, miseráveis posseiros, eles chamam suas fazendas. Tais são improvisados fazendeiros, que se alojam em casas cobertas com bicas de jeribá e portas de pau a pique como as de chiqueiro, e com algum pequeno cultivado sobre a barra de um grande ribeirão ou mesmo pequeno rio de canoa, e contudo se chamam de senhores e possuidores de todas as suas vertentes, de modo que qualquer pobre pretende possuir extensões de duas, três e quatro léguas, como outrora não possuíam nem os mais ricos e abastados fazendeiros, graças à imprevidência das coisas e à mercê dos inventários, a não estabelecerem limites claros às posses. (...) É tamanha a cobiça de invadir o domínio público, que estes miseráveis com pequenas famílias sem um só escravo estando em lugares perigosos de bugres, assim mesmo seus vizinhos algumas vezes ficam a léguas de distância, para destarte invadirem a terra pública à vontade e enriquecerem com a sua venda. Eis a verdadeira

causa da guerra de extermínio das freguentes montarias feitas ao índio, que é enfim melhor posseiro do que esses e verdadeiro conservador do domínio público. Para concluir citarei duas posses imensas. Uma é a de José Theodoro de Souza. à barra do Rio Novo Paranapanema(...) outra é a do Felicíssimo. desde a barra do ribeirão Baurú no rio Tietê até suas cabeceiras na Serra dos Agudos. Portanto, a um e a outro agora resta a tarefa de exterminar os intrusos, que são os índios.

3/9/1861 Felipe Correa Pacheco – Juiz Municipal do Termo. ¹⁵

5:AESP: Botucatu, documentos diversos.

A violência permeava o cotidiano daquelas paragens, e os relatos das ocorrências nos permitem notar a origem mineira da maior parte da população. Em 24/12/1857 há uma acusação, por Claudino José Pereira, de que criminosos estão entre os eleitores de Botucatu: José de Camargo Bueno do Prado, assassino em Araraquara; dois filhos de Vitoriano de Souza Rocha na freguesia das Antas, Minas Gerais; Severino José Munis, em São Sebastião, Minas Gerais, aqui nesta vila e em São Simão.

Em 1858 foi preso José Alves, criminoso em São Bento e Boa Esperança, fugido das cadeias de Casa Branca e Campinas.

Em fevereiro de 1858, um escravo de Francisco Dias Baptista assassinou a "um carapina Antonio de Tal. Este escravo foi preso na fazenda de Justino Giraldes Carneiro, onde foi muito ofendido, e não se sabe o destino que lhe deram. O escravo estava à morte. O processo não fala porque ele era escravo de Francisco Dias, amigo intimo do subdelegado".

Nessa mesma carta, acusam o inspetor de Lençóis, Florêncio Dias da Silva, de ser analfabeto e assassino de José Menino, filho de um capitão da vila de Três Pontas, Minas Gerais.

Em maio de 1860 o capitão da polícia faz diligência da capital à barra do Bauru no Tiete, onde se escondem diversos criminosos. O juiz reclama que um procurado pela justiça teve coragem de calmamente preparar um cargueiro de canastras na rua da vila, à luz do dia, preparando sua fuga. Era um exemplo da desfaçatez dos bandidos. E o juiz ameaça

demitir-se se não tiver respaldo policial e da justiça.

Em 9/4/1862 a Câmara agradece o envio do chefe de policia da província, que trouxe sossego e paz a esta vila, tantos dias balançada.

Em 1862, o julgamento de um crime ocorrido em Avaré – então Rio Novo – permite que se conheça a origem de diversas testemunhas e do acusado. São de Ouro Fino (freguesia das Antas), Campanha, Camanducaia e Caldas; possuem entre 40 e 65 anos de idade, e moram na capela do Rio Novo. Além dos crimes comuns, também as eleições e a posse da terra geravam conflitos duríssimos. Braz de Assis e Francisco Thomaz. herdeiros de Francisco de Assis Nogueira, agem com violência contra as posses de Bernardo Tavares da Cunha, posseiro desde 1841, no Rio Novo, e com registro paroquial destas terras, sem questionamento de ninguém, em todos estes anos... Conclui: "Peço a vossa excelência que se digne a providenciar para que o suplicante e sua família não sofram nos braços da prepotência e da ambição.

E. Rocha.

A rogo, 22/4/1864, José Antônio de Oliveira Roza."

No relatório da Câmara de Vereadores sobre a economia do município, enviado em 9/10/1861 ao governo provincial, podemos visualizar como se estruturava a produção agrícola de Botucatu naquele momento. O produto agrícola principal era o milho: "Posto que ocupando-se os agricultores quase que em geral da criação de porcos, viram-se obrigados a fazerem plantações deste gênero na maior escala que é possível". Além do milho, mereciam destaque o arroz, feijão, fumo, café, cana, aipim, trigo, algodão, carás, batatas, araventas, amendoim. Destes, destinam-se à exportação (para outros municípios): "fumo, arroz, feijão, milho, mamonas, polvilho, uns em maior, outros em menor escala."

Sobre indústrias no município, puderam apenas citar "de 16 a 20 fábricas de açúcar, não compreendendo neste número dezenas de outras, por muito pequenas e insignificantes", e mesmo sobre estas 16 a 20, não havia muita produção a apresentar, pois: "Tendo estas

fábricas se estabelecido agora de pouco ainda não apresentaram grande desenvolvimento." Valores de produção: fumo 6#000; polvilho 1 a 4#000. Arroz pelo menos 3#000. Feijão 2#500 a exportação, e o consumo 4#000. Milho 40#000. A maior parte da população trabalhava na agricultura.

Três anos depois, a agricultura de exportação parecia dar seus primeiros passos, depositando esperanças no algodão e sua valorização decorrente da Guerra de Secessão norteamericana. A carta de 14/10/1864 da Câmara de Vereadores ao governo provincial nos conta isso: "A Câmara Municipal desta vila acusando o recebimento da circular de vossa excelência de 22 de setembro, cobrindo por cópia do aviso do ministério dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas com data de 9 do referido mês, tem a informar sobre o conteúdo do referido aviso que presentemente calcula-se a plantação de algodão herbáceo no município em 100 alqueires de terreno, são por enquanto as primeiras tentativas de experiência ignorando-se porém os resultados, e exceção de pequenas experiências em diversos pontos.

Tem se calculado pelas pequenas experiências que em cima da serra ele não oferece vantagem, parecendo mais próprios os terrenos embaixo da serra, mais úmidos pois o sol é mais ardente, preferindo-se os terrenos fracos e arenosos. Quanto à semente, é opinião quase geral que a melhor é a semente de algodão coberta, que aqui se chama de algodão riqueza (...) se espera a colheita de 20 mil arrobas de algodão bruto este ano".

Pierre Mombeig nos ajuda a completar o quadro destas propriedades rurais de mineiros na frente pioneira:

"(nos campos do alto da cuesta) era relativamente fácil a circulação, e os homens, que não conheciam mais do que uma agricultura muito limitada, sentiam-se ali à vontade. Seus cavalos, mulas e bois ficavam soltos na savana. Forneciam alguns carneiros a lã que as mulheres fiavam e teciam. O principal recurso era a criação de porcos, tradicional em Minas. Bastava semear milho nos campos desmoitados pelo fogo e neles

6: Mombeig, 1984

deixar os animais em liberdade. Quando estes engordavam suficientemente eram conduzidos em extensos rebanhos até Lencóis Paulista e Botucatu, sendo o caso até Sorocaba. Viajava lentamente a porcada, de manhãzinha e ao cair da tarde, para evitar o calor que maltratava os animais. Uma porcada reunia quatro ou cinco talhadas ou grupos de cerca de quarenta cabeças. O rebanho era escoltado por carros de boi carregados de toucinho e carne seca. destinados ao abastecimento dos camaradas e venda do excedente. Levava-se também um pouco de fumo. (...) Demandava de três a quatro semanas a viagem de Botucatu, através de caminhos mal traçados, muitas vezes confusos e nos quais os pontos de passagem dos rios eram os únicos sinais fixos de orientação. Da venda dos animais provinham recursos para a compra de dois gêneros que não se produziam na fazenda: a pólvora para as espingardas, o sal da cozinha e às vezes o sal grosso para o gado. (Para evitar o calor excessivo e as chuvas) as viagens eram realizadas de maio a setembro."

Não tendo acesso aos inventários e testamentos da comarca de Botucatu, recorremos aos registros de cartório para buscar parcas descrições das propriedades, que permitiram aproximações do cotidiano das mesmas.

O que pudemos ver na análise das trajetórias familiares dos Soares de Barros e dos Costa é o entrelaçamento de interesses entre as famílias mineiras (pobres ou ricas), e os sesmeiros paulistas, mostrando que os laços econômicos e sociais entre estes dois grupos eram muito estreitos.

Podemos imaginar então que, mesmo sendo os mais humildes mineiros os primeiros a chegar, foram contrastantes com os moradores antigos da região, e rapidamente assumiram o protagonismo do processo civilizatório. A penetração de seus hábitos pode ser medida pelas produções econômicas declaradas pela municipalidade botucatuense em seus primeiros anos. Porcos, milho, polvilho, abundam. Toda propriedade bem estruturada conta com um monjolo e "pés de espinho", cítricos.

7: Silva Telles, 1984

Entre os mineiros não há menção sobre o hábito de fazer fogo dentro de casa, e de fato suas salas de jantar são sobre assoalho; as casas erguidas em Botucatu nas décadas seguintes apresentam claramente o predomínio da técnica e do programa mineiros, inclusive com a área de serviço sem contato com o quintal, como foi possível observar na Santo Antônio do Araquá.

Carpintaria e construção na Serra de Botucatu: a transformação da década 1870-1880

O desenvolvimento do artesanato, no Brasil colonial, esteve sujeito a diversas limitações, impostas pelo próprio sistema colonial português, que inibia todo desenvolvimento industrial nas colônias. Porém, na contramão disso, era preciso edificar, e as edificações não podiam ser produzidas em Portugal e entregues prontas nas colônias – se isso fosse possível, provavelmente os ofícios ligados à arte de edificar teriam igualmente sido inibidos, nas colônias.

Sendo obrigados a edificar in loco, os portugueses gradativamente transpuseram para

o Brasil sua organização de corporações. especialmente aquelas ligadas à construção notavelmente a dos pedreiros e principalmente polos carpinteiros, e nos populacionais e econômicos da colônia: Minas Gerais, Rio de Janeiro e litoral nordestino. Nestes locais, eram frequentes as acões do governo português, através de seus engenheiros militares. Silva Telles⁷ cita, em sua História da Engenharia no Brasil, uma correspondência em que o governo português se diz necessitado de engenheiros qualificados em Portugal, pois os melhores foram enviados ao Brasil já que, estando aqui, não teriam ninguém para corrigilos, e assim, tinham mesmo que ser os melhores a receber a missão de construir em condições tão complexas e isoladas. Mas Portugal ficava sem seus melhores construtores...

Essa presença de engenheiros militares portugueses altamente qualificados foi decisiva para o desenvolvimento da cultura construtiva brasileira, mas os efeitos positivos desta presença se concentraram nas já citadas regiões, mais dinâmicas, da colônia.

São Paulo era uma capitania periférica, e seu artesanato refletia esta situação. As poucas visitas de engenheiros militares portugueses a esta capitania renderam intensas e duradouras influências sobre a prática construtiva local, introduzindo novidades pontuais sobre um repertório muito restrito, e sedimentado por séculos de variações sobre os mesmos temas. A taipa de pilão, o pau a pique fincado no chão e amarrado por viga circular no terço superior; o fogo na sala; o mobiliário quase inexistente.

Esta tradição começa a se transformar quando se intensificam as trocas culturais de São Paulo com o Rio de Janeiro e, principalmente, com Minas Gerais, em fins do século XVIII. A migração de mineiros sobre o território paulista traz, entre eles, muitos artesãos, que introduzem no Vale do Paraíba e na região de Campinas uma versão mais sofisticada e mais fiel à original carpintaria vernacular portuguesa. Esta se caracteriza pelos paus a pique embebidos nos frechais e fixados inferiormente em furos nos baldrames, ou simplesmente encunhados no assoalho. A solução do madeiramento do telhado gradativamente ganha variações, havendo inúmeras maneiras de se desenvolver beirais e asnas. A taipa de pilão avança apenas timidamente para além do Alto Tietê e do Vale do Paraíba: as áreas afazendadas após 1830 são domínio do pau-a-pique, principalmente nesta versão mais sofisticada, introduzida em São Paulo a partir de Minas Gerais, motivo pelo qual chamamos esta técnica de "mineira".

No oeste, às portas do sertão bravio, o artesanato não se estrutura tão firmemente sobre as corporações de ofícios. Os artesãos são homens que não possuem terras e vêm no artesanato caminho para ascensão social, auferindo nesta atividade os recursos necessários para a aquisição de terras. Isto pode ser observado no estudo de Slenes, em que analisa a trajetória de três gerações da família Mascarenhas. O patriarca Pedro Gurgel de Mascarenhas, chegado Pitangui Campinas vindo de aproximadamente, 1813, seu filho Lúcio Gurgel de Mascarenhas e um neto, filho de Lúcio com sua escrava Ana, chamado Isidoro Gurgel Mascarenhas.

7: Slenes, 1997

Em 1824, Pedro possuía 16 escravos. enquadrando-se no terco superior dos proprietários de escravos campineiros, segundo plantel. Os censos revelam, em 1825, que vivia dos jornais de seus escravos; em 1829, é chamado de "taipeiro"; em 1843 e 1861 seus escravos são qualificados: três como carapinas, um taipeiro e um alfaiate. Um processo judicial de 1829 revela que ele já havia vendido mais de 300 escravos na província até aquela data, desde sua chegada a Campinas. Era, portanto, um revendedor de escravos.

Em 1843, às vésperas da morte e com cerca de 70 anos, revela que tinha apenas um filho, mulato, chamado Lúcio. Outros documentos nominam sua mãe por Florência, apenas. Os censos mostram Lúcio vivendo como agregado na casa de seu pai, em 1825, aos 23 anos. Porém, Florência não vivia nesta casa.

Em 1843, Lúcio, então já com 42 anos, vivia em Araraquara, e seu pai afirma que era carapina. Recebeu sua herança em 1847, e em 1848 foi preso por embriaguez e desordens. Em seguida

mudou-se para Campinas, onde aparece no 1850 administrador. censo como provavelmente de um engenho de acúcar ou fazenda de café. No Registro Paroquial de 1856, conta que possuía um imóvel na cidade de Campinas e um sítio na zona rural. Em seu inventário, a casa da cidade consta melhor aparelhada do que a do sítio, sugerindo que era sua residência mais frequente. Ainda no inventário, consta como inventariante, e como padrinhos dos filhos de seus escravos os vizinhos de sua propriedade urbana, o que reforça a observação anterior sobre sua residência mais frequente.

Ao seu falecimento em 1861, possuía 23 escravos, o sítio, um terreno e duas casas urbanas. Seu espólio foi avaliado em 52:000\$000, ou U\$27.000 pelo câmbio da época. Era um homem próspero, embora longe de estar entre os mais ricos. (75% dos senhores de Campinas em 1872 tinham 20 ou menos cativos; 4% possuíam mais de 100). Lúcio plantava milho, arroz e feijão em 23 hectares, e a maior parte de seus escravos eram homens adultos — trabalhadores da roca,

sete deles nascidos em sua propriedade. O autor levanta então a hipótese de alguns de seus escravos terem-no acompanhado desde Araraquara, o que o situaria em posição social boa, quando vivia naquela localidade, e vem mostrar que sua prisão não pode ser considerada motivada pelo fato de ser pobre – pois não o era.

O estudo de Slenes nos leva, em síntese, a observar que a atividade de carpinteiro era uma alternativa de atividade profissional interessante para um ex-escravo, um mulato ou negro liberto, que não teria outro modo de auferir ganhos, que não com seu próprio trabalho, ao menos em um primeiro momento, e mais tarde, comandando de perto uma equipe de subordinados, escravos ou livres.

O artesanato se mantinha, assim, em posição subalterna e de pouco destaque social, sendo abandonada a atividade assim que se descortinasse a possibilidade de tornar-se proprietário rural.

A importância da mão-de-obra negra, escravos ou libertos, na carpintaria e na construção colonial, pode ser reconhecida em diversos documentos, e mesmo em célebres quadros de Debret, por exemplo.

Até 1870 predominou absoluta, a tradição construtiva colonial na serra de Botucatu — principalmente a técnica mineira. Deste período pudemos resgatar apenas alguns fragmentos sobre artesãos e técnicas construtivas na região. A mais remota notícia sobre carpinteiros em atividade, em Botucatu, data de 1852, quando é elaborada a lista de eleitores de Botucatu e nela constam 4 carpinteiros e 1 carapina, todos residentes na sede da freguesia (junto à capela). Todos eles declararam vencimentos anuais de 200\$000, o mínimo para que se qualificassem como eleitores, o que os colocava no mesmo patamar da maioria de lavradores remediados que compunham o eleitorado botucatuense.

Eram os carpinteiros:

Antônio Mariano Pereira, 37 anos, casado. Joaquim Ribeiro de Macedo, 25 anos, casado Bernardo Gonçalves de Mendonça, 34 anos, casado.

Lourenço Thomas da Silva, 26 anos, solteiro

Carapina, apenas Severino José Mendes, 27 anos, casado.

Pelos maços de população de Itapetininga de 1846 sabemos que nenhum deles residia na freguesia de Botucatu naquela data, tendo chegado, portanto, depois. Antônio Mariano Pereira era amigo de Severino - ou ao menos eram de um mesmo círculo de colaboradores pois testemunham juntamente e assinam a rogo, para amigos analfabetos, diversos contratos de compra e venda de terras - o que nos permite concluir que eram alfabetizados. Antônio era casado com Gertrudes Modesta de Sigueira. Possuíam propriedade no Bananal, sobre a estrada do Sobrado, que vendem em 14/09/1855 para Antônio Manoel de Godói. Em 21/06/1856 vendem mais um pedaço desta propriedade, compreendendo ambas as margens do ribeirão Cachoeira e divisando com Antônio Soares de Barros, para o mesmo Godói.

Em 12/09/1856 Antônio hipoteca sua fazenda Cachoeira, no atual sitio urbano de Botucatu, por dívida de 706\$000. Seus credores eram José Ribeiro de Almeida César e Mathias José Teixeira. A dívida se agrava, contudo, e em 13/04/1857 a fazenda é hipotecada novamente (seria uma parte adicional, talvez), pois o valor da pendência atingia agora 4:065\$000.

Em 07/12/1857, Antônio troca suas terras na Cachoeira por terras no Turvo Grande, junto à serra do Bom Jardim – proximidades da atual cidade de Agudos.

Como fez anteriormente negócios com João da Cruz Pereira e José Antônio Pereira, e criava porcos em sua propriedade do Bananal, aventamos a possibilidade de que tenha vindo de Minas Gerais ou de Mogi Guaçu. Depois de sua mudança para a serra do Bom Jardim, não encontramos registros a seu respeito.

Joaquim Ribeiro de Macedo, outro carpinteiro de Botucatu em 1852, aparece assinando a rogo um documento em 1851, o que nos mostra que era alfabetizado.

Bernardo Goncalves de Mendonca possuía terras proximidades da atual Avaré e das cabeceiras das Araras. Em 1852 é citado como confrontante, e em 1854 Francisco José de Mendonça – possivelmente seu parente – vende terras que declara ter posseado em 1847 e o cita novamente como confrontante, o que se repete em 03/02/1856, quando Generoso José Pereira vende terras nas cabeceiras do Ribeirão Bonito, também próximas à atual Avaré. Não consta dos registros paroquiais de terras de 1855-56, no entanto alguns anos depois, pressionado pelos Nogueira e pelos Nantes para abandonar suas terras em Avaré, afirma que as havia registrado junto ao pároco. É a última citação que encontramos a seu respeito.

Lourenço apareceu unicamente, no levantamento de eleitores já citado, em 1852. Não consta dos registros paroquiais de terras de 1855-56.

Severino José Mendes aparece assinando a rogo ou testemunhando contratos de compra e venda, entre eles um de 17/07/1852 do sítio Boa Vista de José Joaquim Alves Machado, cujo comprador

vivia em Jaguari-MG. Não consta dos registros paroquiais de terras de 1855-56.

Vasculhando outras referências nominais a carpinteiros, encontramos em 22/3/1868 os herdeiros de José Rodrigues dos Santos vendendo a João Batista Amaral Cézar, "carpinteiro nesta vila", uma parte na Capão Bonito, herdada de seu pai.

Nas correspondências da Câmara, encontramos informações interessantes sobre algumas obras. Em 20/12/1857 o vigário (Salvador) afirma que o cemitério da vila fica no meio de uma capoeira, que se enterravam as pessoas sem dar assento, pois não se via quem entrava ou saia do mato, e que deve haver 150 pessoas enterradas ali. Este relato nos dá uma ideia da dinâmica populacional local; este cemitério teria sido o mesmo em que fora enterrada "nas matas de cima da serra", anos antes, Felicidade, filha de José Antônio Pereira. Em pouco mais de uma década de funcionamento, o cemitério da freguesia tinha contabilizado 150 enterros, sendo provável que a

população mais pobre fosse enterrada em seus próprios sítios, dada a dificuldade de transporte.

Este mesmo vigário se empenhou fortemente na edificação de uma capela melhor para a paróquia. "Consta-nos que a assembléia passada ou antepassada exibira certa quantia a beneficio desta igreja de Botucatu, e como agora é ocasião em que muito se precisa desse dinheiro, visto terse comprado muitos materiais como telhas, taboados e vigamentos, a fim de ver se se ultima esta obra de mais necessidade para o lugar, e como para levantar-se este dinheiro é necessário que v. excia. Mande passar a ordem de entrega, para o que imploro a proteção de vossa excelência. O vigário Salvador de Santos Mello."

Não era só de uma capela que a povoação necessitava: em 3/5/1858 o diretor da cadeia afirma que estava difícil encontrar um oficial carapina para iniciar a obra da cadeia, e pede autorização para 400 mil réis em contratação de empreiteiros, que existem dispostos a executar a obra. Esta declaração sugere já uma clara diferenciação entre o carapina e o empreiteiro,

este um intermediário, gestor e financiador da obra, mas não necessariamente empenhado, de forma direta, nos trabalhos manuais.

Em 1858, novos pedidos de obras:

"Tendo em consideração remediar as cidades das ruínas causadas pelas muitas chuvas próximas passadas e fazer construir várias pontes na estrada que segue de Botucatu à vila de Tatuí, não é possível que eu possa de pronto acudir as necessidades de 14 léguas de distância e como vossa excelência pedisse que orçasse as despesas mais urgentes na extensão desta estrada, eu orcei três pontes englobadas em trezentos mil reis uma pela outra, sendo o meu cálculo a ponte alta cento e quarenta mil reis, e do Pião e do Geremias oitenta mil reis cada uma. E achando quem queira fazer a ponte alta por cento e trinta e seis mil reis, que diminui do orçamento quatro mil reis, acho que economizam os cofres provinciais, além de que em virtude dos mantimentos muito alterados, e jornais, e posto que estas circunstancias, e mesmo por mais breve remediar esta necessidade publica achava por bem aproveitar dar por empreitada, e assim

vossa excelência determinará o que melhor entender.

A ponte tem setenta palmos de comprimento, e deve ter vinte de largura e deve levar as madeiras seguintes: quatro esteios com 30 palmos de comprimento e palmo e meio de face; quatro ditos com doze palmos de comprimento e palmo e meio de face para as cabeça da ponte; quatro travas de vinte e cinco palmos de comprimento e palmo e meio de face: as vigas com trinta e sete palmos de comprimento com um palmo de grossura e palmo e meio de largura; dez dúzias achas de guarantã com vinte palmos de comprimento; para as estivas quatro guardas de trinta e sete palmos de comprimento e palmo e quarto de face; oito pontaletes de nove palmos de comprimento e um de faceára sustentar as guias ou quardas superiores; assim mais madeiras brancas para os andaimes.

Carretos, mão-de-obra, enfim, excelência mandará o que seu alto entendimento julgar melhor. Deus guarde a vossa excelência por muitos anos.

Botucatu, 13 de maio de 1858.

Francisco de Paula Vieira, inspetor da estrada Botucatu a Tatuí, para

Ilustríssimo excelentíssimo senhor Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres, muito digno presidente da província de São Paulo."

A contratação da obra da cadeia pública demora, mas acontece:

"Em conseqüência da recepção da respeitável portaria que vossa excelência se dignou dirigirme autorizando-me a contratar a obra da cadeia, cumprindo-me porém o dever de comunicar a vossa excelência o resultado e condições do contrato feito par a dita obra a fim de ser definitivamente aprovada.

Depois de ter pensado com alguma reflexão, e de haver consultado a pessoas entendidas sobre o melhor plano de obra em termos de facilitá-la e entrar logo e entrar logo a servir com economia dos dinheiros do cofre nacional, contratei a mesma obra com o capitão Claudino José Pereira, que o obriga a entregá-la pronta conforme o modelo incluso exceto forro do teto, obras de pedreiro e grades, sendo todo o quarto das prisões forrado de planchões reforçados, pela

quantia de um conto e sessenta mil réis, tendo já o mesmo senhor em poder sessenta mil réis que recebeu sinal digo de subvenção tendo também de minha disposição os quatrocentos mil reis que vossa excelência mandou se me entregar.

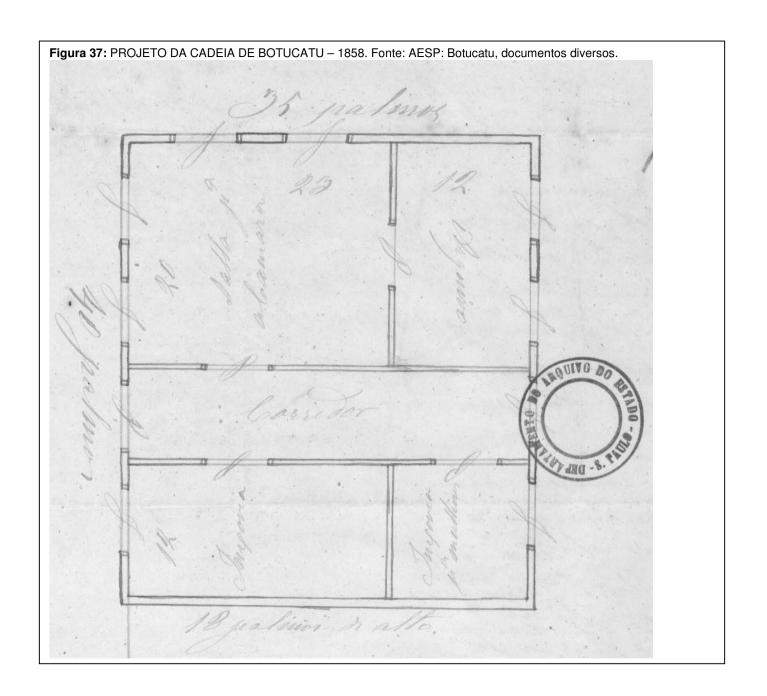
Espero pois que vossa excelência combinando o modelo incluso e as condições do contrato celebrado o aprovasse no caso que ache razoável e conveniente, tendo com atenção uma porção de madeiras já tiradas pelas dimensões do mesmo modello.

O ardente desejo que tenho de prestar-me ao meu país, e de bem desempenhar o meu ônus me sujeita a solicitar de vossa excelência alguns esclarecimentos que vossa excelência julgar necessários para o bom êxito da empresa. Deus guarde a vossa excelência por muitos anos, Botucatu, 4 de junho de 1858. Manoel Theodoro de Aguiar, Diretor "

A edificação tinha 40 x 35 palmos, ou seja, cerca de 8,80 x 7,70 metros, com quatro vãos na fachada de 40 palmos, dois para a câmara, um para corredor e um para as "inxovias", uma de

dois terços da edificação para os homens, nos fundos uma para mulheres.

O pé direito seria de 18 palmos.



Correm paralelamente as obras das novas edificações, destinadas à cadeia e à capela. Em 11/5/1859 o vigário Salvador de Campos Mello pede ao governador que faça chegar as cotas de dinheiro para a obra em andamento na matriz, pois ele liberou duas cotas e as mandou sacar junto à coletoria de Itapetininga, mas o coletor disse que não tinha ordem para entregar a quantia.

"Achando-se a cadeia ou casa de detenção desta Villa já muito adiantada, e tendo o empresário da mesma já gastou oitocentos mil réis, e recebido apenas quatrocentos mil réis, por este motivo parou a obra até que vossa excelência ordene que lhe seja entregue a quantia de seiscentos mil réis, para completar a quantia de um conto, preço que foi empreitada a obra.

Deus Guarde a vossa excelência por muitos anos.

Botucatu, 24 de junho de 1859. Manoel Theodoro de Aquiar"

Rafael da Silveira Franco, dono da imensa fazenda Campos Elíseos, vindo de Limeira, se responsabilizara pela construção da nova igreja matriz. A certa altura, pede reembolso de seus gastos até aquele momento:

"Despesas feitas por mim na obra da igreja matriz desta vila de Botucatu desde maio de 1859 até hoie:

Ao mestre carpinteiro	.243#000
A diversos oficiais	.490#000
A lavradores de madeiras	.100#940
Ao taipeiro por socar os alicerces	30#000
Carreto de madeira	.150#000
Madeira do engenho de serra	.307#000
4 milheiros de telhas a 40#	.160#000
Ferragem pregos	40#000
Jornaleiro	80#000
Santinho	.200#000
Soma	1.800
#940	
Tenho recebido de subscrições	80#000
Saldo1.	720#940
Vila de Botucatu, 30 de junho de 1860	
Rafael da Sa Franco	
Diretor da Obra"	

Figura 37: MATRIZ VELHA DE BOTUCATU. Foto Rocha. A foto provavelmente data de 1905-1910, e mostra a igreja já com a fachada em tijolos que o Padre Ferrari providenciou em 1886.



8: AESP: Botucatu, documentos diversos. Relatório 1863 da Câmara de Vereadores ao governo provincial.

O custo do carreto da madeira serrada no engenho resulta em cerca de um terço do preço total da madeira entregue na obra. Isso sugere que o engenho que forneceu a madeira para a obra se situava fora da cidade; sabemos que em 1863 já eram três os engenhos^{8,} e ao menos um deles ficava na cidade. É provável que este engenho da cidade tenha sido edificado neste intervalo, portanto – entre 1860 e 1863.

Em 23/6/1862 a obra da cadeia estava interrompida (apenas emadeirada e coberta, sem parede alguma), e veio ordem do governo provincial para que a Câmara Municipal a arrematasse e comprasse uma casa pronta, contra o que reagiu Manoel Theodoro de Aguiar, diretor de obras públicas.

Claudino José Pereira envia orçamento dos reparos e complementações necessários à cadeia em 4/7/1865.

Reboque e (...) unicamente cal em toda ella ...200#000

Retelho de algumas telhas......50#000
Calçada, pedras e mão de obra.....200#000

Grade para as enxovias, materiais e mão de
obra500#000
Forro de umas enxovias, tudo60#000
(sinda?) e duas lanternas grandes100#000
Fechadura (tunda?) para a porta10#000

Em 30/11/1863 a Câmara deu por recebida a cadeia, do empreiteiro Claudino José Pereira.

Em novembro de 1865 encontramos documentos com orçamento das obras da cadeia de Lençóis (parcial, ao que parece):

"Despesas com as obras da cadeia desta freguesia de Lençóis, em novembro de 1865 Em novembro

5 @ de vergalhams de ferro para os gradis 47#500

1300 pregos de 4 polegadas para pregar os planxãos 52#000

2tos ditos (planxãos?) galiotinha para forro 12#000

Soma 111#500 Em dezembro 7 dúzias de planxãos de 4 dedos de grossura 84#000

Carretos do engenho para aqui 16#000

Soma 211#500

Em janeiro 1866

2 dúzias de tábuas de balçimo de 21 palmos 42#400

1 dúzia de " " de 15 palmos 15#000

2 dúzias de tábuas de cedro para forro 25#000

12 vigotas para travas 12#000

3 jogos de pés direitos e cumieiras, com 130

palmos 120 15#600

Cumieiras com 34 palmos 4#080

Baldrames com 48 palmos 4#800

1 trava de 15 " 1#500

Carreto do engenho até aqui 14#000

20 barrotes para soalho e forro 30#000

12 dúzias de palmito para pauapicar

5 feixaduras grandes 12#800

3 paus fixos para as janelas 3#000

6 lemes feitos aqui para as 2 portas grandes

18#000

Cortar os vergalhões e arranjar as grades 6#000

3 dias do pedreiro para calçar o baldrame 6#000

Soma 233#780

18 dúzias de ripas 8#720

Barriamento 15#000

2 algueires de cal 8#000

Rebocar e caiar 16#000

Feitio de duas folhas de janelas para a enxovia

que estava pronta 6#000

Olio e tintas 16#000

Soma 515#000

Jornadas do mestre carpinteiro Custódio José

Vieira por empreitada 200#000

Soma 715#000

Recebi do coletor de Botucatu 600#000

Saldo em favor 115#000

Lençóis, 31 de janeiro de 1866

Joaquim de Paula Ferreira Dinis"

Custódio José Vieira, carpinteiro encarregado desta obra, era mineiro, de Serranos, distrito de Aiuruoca; depois de se fixar no sertão de Botucatu, esposou Anna Isabel Grillo, de família mineira (seus tios viviam em Campanha, Itajubá e Campestre), participante do fluxo inaugurado pelos Dias Baptista e pelos Valle, que fundaram Santa Bárbara do Rio Pardo.

Sabemos que sua esposa utilizou o sobrenome paterno até o fim da vida, o que sugere que fosse mulher de posição social importante, na região. Em 1872 João Francisco Grillo tinha escravos em São Domingos, demonstrando que a família Grillo possuía nível social razoavelmente alto para os padrões locais. Custódio também teve posição social importante: foi integrante da comissão para controle da construção da ponte sobre o Turvo, em 1884 (Correio Paulistano, 15/10/1884).

9: Chitto, 2008.

Outros dois antigos carpinteiros de Lençóis foram identificados por Chitto⁹: os mulatos irmãos Maciel. Francisco Alves Pereira nasceu em 1798 em Sorocaba, era mulato e casou-se com Maria Antunes Maciel em Porto Feliz, também mulata. Aproximadamente em 1825 desciam o Tietê com uma expedição, quando decidiram abandoná-la e embrenharam-se pelo rio Lençóis. Ficaram pouco tempo, e logo se fixaram em Araraquara, onde nasceu seu filho, Antônio Alves Maciel. A família de Francisco era de Porto Feliz com raízes em Sorocaba e Mogi das Cruzes, enquanto a família de sua esposa era de Sorocaba e Castro. Outros

filhos: Elias Antunes Maciel, José Antunes Maciel e Leandro Antunes Maciel.

Antônio Alves Maciel comprou, em 1854, terras na Água Clara, São Manuel (RPT 024 de Botucatu). Depois disso trocou-a pela Macuco, de José de Góes Maciel. Ajudou a construir a matriz da Prata, de São Benedito, e ali morreu aos 85 anos, em 16/12/1912.

Elias Antunes Maciel, seu irmão, foi carpinteiro, e vivia em São Domingos em 1861. Em 1879 vivia no Bairro da Fartura e tinha renda de 400\$000. José Antunes Maciel, outro irmão, também era carpinteiro, e antes de 1876 já residia na Vila de Lenções; em 1879 vivia ainda ali, com renda de 400\$000.

A partir de 1870, principalmente, os paulistas de Itu, Piracicaba e Limeira, que aportam em terras botucatuenses, trazem artesãos e escravos de suas regiões de origem. Um dos casos conhecidos é o da família de Joaquim Vaz de Almeida e seu filho Turíbio Vaz de Almeida, que eram negros livres de Piracicaba, e aportaram a Botucatu aproximadamente em 1870, para trabalhar em fazendas como a Sobrado.

Ao redor de 1870, uma das fontes de Botucatu foi artisticamente erguida pelo escravo do juiz de direito, chamado Tebas. Os artesãos eram majoritariamente negros. Em alguns casos, porém, isso nos parece pouco provável: Antônio Marianno Pereira e Custódio José Vieira eram mulheres utilizavam casados com que sobrenome de suas famílias paternas, o que geralmente caracterizava que dessem importância a suas famílias de origem, ou seja, sugere que eram mulheres de famílias com alguma importância na sociedade local, o que em última instância leva a crer que os carpinteiros Antônio Marianno e Cândido José fossem brancos, já que dificilmente mulheres da elite se casariam com mulatos ou negros.

Como conclusão, vale citar o texto de Emília Viotti da Costa: "Um dos efeitos mais típicos desta situação (a escravidão) foi a desmoralização do trabalho. O trabalho que se dignifica à medida em que se resume no esforço do homem para dominar a natureza na luta pela sobrevivência corrompe-se com o regime da escravidão, quando se torna resultado de opressão, de

exploração. (...) O trabalho que deveria ser o elemento de distinção e diferenciação na sociedade, embora unindo os homens na colaboração, na ação comum, torna-se no sistema escravista dissociador e aviltante. (...) Por isso, para o branco, o trabalho, principalmente o trabalho manual, era visto como obrigação de negro, de escravo. ""Trabalho é para negro!"" A idéia de trabalho trazia consigo uma idéia de degradação".

Podemos concluir, do material colhido e tratado neste tópico, que o artesanato na serra de Botucatu teve um momento inicial de desenvolvimento correspondente à subsistência inicial de posseiros, em rudimentares cabanas, e à igualmente precária e esporádica presença de artesãos na construção de estruturas sumárias para as grandes fazendas de criar. Este quadro se altera, por volta de 1846-1850, quando carpinteiros profissionais se fixam na região. A demanda devia ser bem maior que a oferta, o que sugere alto preço dos serviços – vimos como foi difícil. os gestores das para obras. providenciarem carapinas para a cadeia e a

capela, nos anos 1857-1863. Os monjolos se multiplicam pelas propriedades. No entanto, isso não foi suficiente para garantir sucesso financeiro a todos: Antonio Marianno Pereira se endividou bastante, no período. A distinção entre empreiteiros e carpinteiros/carapinas, já em 1860, bem como a existência de 3 "engenhos de serrar" em 1869, sugerem profissionalização da construção e desenvolvimento de um verdadeiro mercado deste trabalho e de seus insumos – como a tora de madeira desdobrada em vigas e tábuas.

No Almanaque Paulista de 1873, Luné-Fonseca, constam 3 carpinteiros na vila de Botucatu, sendo um deles proprietário de um dos engenhos de serrar, João Baptista do Amaral César. Em 1887 ele já está em São Carlos do Pinhal, casado com Maria Baptista do Amaral, e em 30/1 nasce sua filha Anna Baptista do Amaral César.

Os poucos dados obtidos sobre os carpinteiros e carapinas atuantes em Botucatu sugerem grande mobilidade destes profissionais, com frequentes mudanças de residência, na maioria dos casos. Sugere também que a maioria deles procurava se estabelecer como proprietário de terras, vendo na

atividade de carpinteiro apenas um estágio intermediário para atingir seu verdadeiro objetivo. As outras duas máquinas de serrar, de 1873, pertenciam a Braz Bernardo da Cunha e a Manoel José Pereira. Os outros dois carpinteiros eram João Leite de Cerqueira e João Simão da Rocha. João Leite de Cerqueira possuía homônimos em Piracicaba e Itu, sugerindo que tenha vindo desta região.

Estradas

A preocupação com a abertura de estradas também nos ajuda na compreensão do funcionamento da produção agrícola e seu escoamento.

Em 21/4/1858 a recém-instalada Câmara Municipal envia um interessante relatório ao governo provincial, com mapa anexo, em que comentam a situação das estradas, da agricultura, os conflitos com os índios. Havia estradas, ainda que precárias, com travessias a vau em quase todos os cursos d'água, ligando Botucatu a Piracicaba, Tatuí, Itapetininga,

Itapeva, São Domingos, Lençóis. De modo ainda mais precário e improvisado, fazia-se uma rota Botucatu-Tietê, atravessando diversas propriedades particulares por trilhas mal definidas; esta seria a última das estradas a serem abertas.

Encontramos diversos pedidos de melhorias nestas estradas, incluindo solicitações de recursos para melhoria de traçado, abertura, ou construção de pontes.

Em 2/1/1858 a Câmara pede ponte sobre o Turvinho, entre as terras de Justino Carneiro Giraldes e Joaquim de Oliveira Lima, na estrada para São Domingos. Valor 300\$000. Em 3/4/1858 pedem melhorias na estrada Tatuí-Botucatu, que é mais utilizada.

A 11/1/1859 o governo provincial liberou recursos para a estrada de Botucatu, a Constituição, no trecho botucatuense. Em maio a Câmara diz que contratou a Custódio José Monteiro (grande proprietário de terras nesta região) a obra.

Em 12/8/1859 a Câmara da Vila de Botucatu "tendo certeza de que existe uma quota para ser

aplicada em uma estrada desta vila em direção a vila de Itapeva e nesta direção existe muita necessidade de uma ponte no passo do rio Pardo neste município, cuia ponte enquanto o rio baixa é fácil fazer-se por facilitar fincar as (tambens) e ser seu leito todo "ladriado" de pedras cujas lagens não se pode penetrar com o rio cheio e quando enche não permite passagem por maneira nenhuma e mesmo para procurarem outras passagens precisa voltar de quatro léguas para mais e tendo transito desta vila para aquela existe para essas partes neste município um grande número de moradores que talvez aceda a duzentos e tantos fogões, e cuja direção deve ser desta ao porto do Brisola no Paranapanema, devendo passar o rio Pardo meia légua para baixo do ribeirão das Bicas. mais ou menos: Esta câmara implora. Ao governador conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel.

Francisco de Paula Vieira, João Francisco de Freitas, Antonio Manoel de Oliveira, João Pereira da Silva, Joaquim Gonçalves da Fonseca e Manoel Theodoro de Aquiar."

Figura 38: MUNICÍPIO DE BOTUCATU EM 1858. Autor desconhecido, enviado pelos vereadores para o governo provincial acompanhando seu primeiro relatório. Fonte AESP, Botucatu: Documentos diversos.

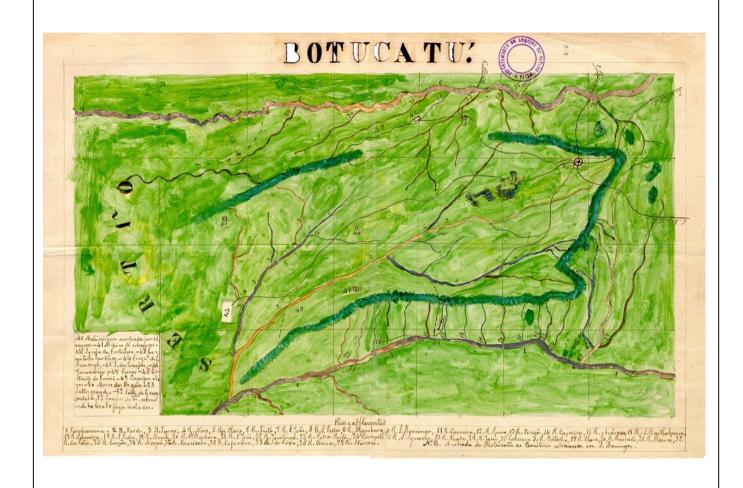
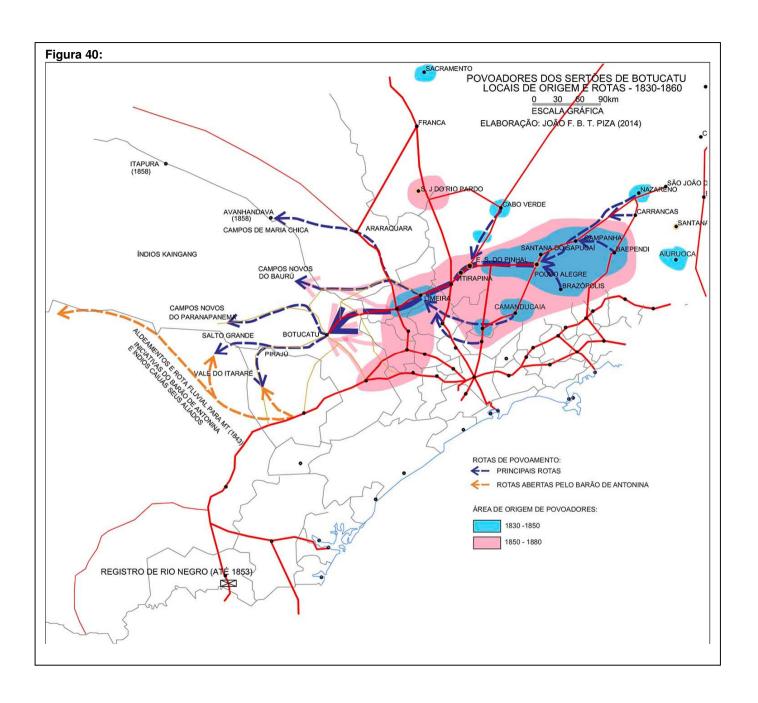
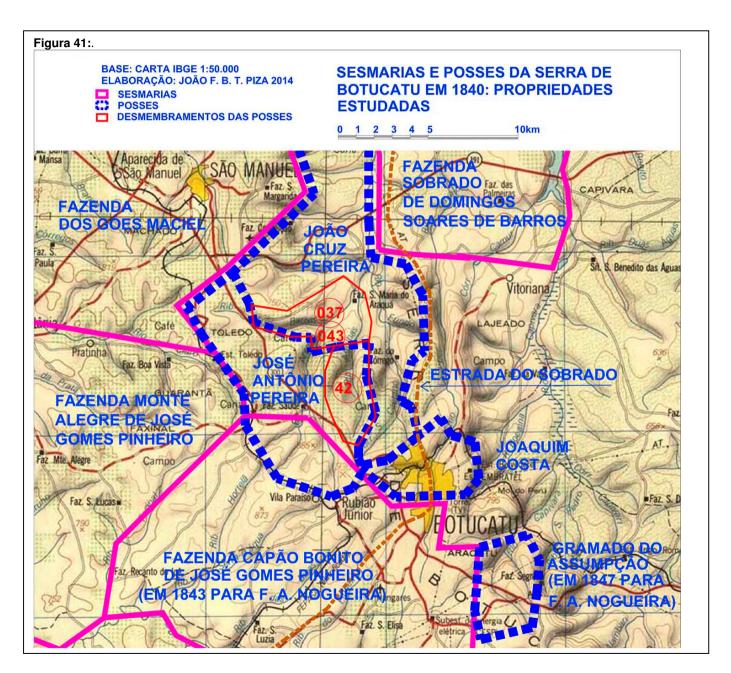


Figura 39: MUNICÍPIO EM 1858. Transposição do mapa dos vereadores para a cartografia moderna. Elaborado pelo autor. M858: MUNICÍPIO DE BOTUCATU À SUA CRIAÇÃO PIRACICABA BOTUCATU TAPETININGA 1767





Em 24/5/1860 João Francisco de Freitas diz que precisa de recursos pra a manutenção das estradas, principalmente a da Constituição, "uma das mais frequentadas deste município", e a de Tatuí.

A câmara pede, em 9/10/1861, uma ponte no rio Turvinho, na estrada geral da vila a São Domingos, divisa das terras de Justino Carneiro Giraldes e Joaquim de Oliveira Lima.

"Este rio com uma enchente pequenina toma água por tal sorte que embarga a passagem dos andantes, não existindo ali abrigo de qualidade alguma, sendo aquela muito transitada, principalmente por grande número de carros carregados com gêneros alimentícios que se dirigem aos mercados de Itapetininga, Itu e até da capital, regressando o sal e o mais de que precisam."

Em 12/4/1862 a Câmara pede apoio provincial para a abertura da estrada para Constituição (Piracicaba), pois o caminho existente apresenta muitas voltas e outros incômodos que atrapalham o comercio, e a estrada a ser aberta exigirá

desapropriações. O traçado proposto é a atual descida da serra pelo Morro do Peru, então chamado de Descalvado.

Os vereadores, a 12/11/1863, pedem verba para abrir estrada Botucatu a Pirapora para encurtar o caminho à Capital. O governo estadual questiona quais os trechos e obras a serem feitos ou melhorados, e a resposta vem assim: "há urgente necessidade de se abrir a referida estrada em quase toda sua extensão, pois quase nada há feito, existindo apenas picadas e alguns caminhos particulares com muitas voltas". A obra encurtaria em 4 léguas, passando para um total de 16 o trajeto Botucatu-Tietê.

Em 1863 o caminho de Piracicaba está aberto, mas falta um trecho de uma légua, segundo o responsável Joaquim de Abreu e Silva, que pede recursos adicionais.

No dia 27/8/1872 a Câmara de Botucatu emite comunicação ao governo provincial sobre desentendimentos com o barqueiro da Ponte do Tiete, que cobra 200 reis por animal e 80 por pessoa. A estrada para a vila dos Remédios

estava em péssimo estado, com as 6 pontes em estado precário, devendo ser refeitas, a 30/4/1873. Esta é a estrada de Piracicaba, aberta em 1862-1863.

Em 25/2/1879 a Câmara pede ao governo provincial a abertura de uma estrada até a futura estação Bacaetava (que só foi inaugurada no ano seguinte). Este pedido é estranho, pois a melhor estrada que partia de Botucatu já era a de Tatuí, que era caminho para Bacaetava. Possivelmente os vereadores imaginavam que Bacaetava seria edificada em outro lugar, talvez mais para os lados de Tietê.

Em 6/2/1879 a mesma Câmara cobra manutenção do posto da barreira fiscal, que está em ruinas e pertence ao tesouro do governo provincial.

20/3/1877 o povo de Remédios pede a urgente reparação da ponte sobre o Tietê, pois em 8 de março três lanços da ponte caíram.

Em maio de 1877, Luis da Silveira Franco e Galdino José do Prado, com auxilio da Câmara e de moradores de Rio Bonito, oferecem-se para retificar o traçado da subida da serra "pelo lado

oposto da estrada atual, onde já foi estrada antiga", que encurtaria em meia légua a distância Botucatu-Rio Bonito, além de evitar a necessidade de pontes.

Procuramos, desta forma, constituir um cenário do artesanato, das vias de comunicação e, assim, do cotidiano botucatuense nas décadas de 1850 e 1860, período em que posseiros, principalmente mineiros, vão abrir suas capuavas na mata, e gradativamente estruturar suas propriedades.

A posse da Cachoeira

Joaquim Costa era natural do Mandu – Pouso Alegre, Minas Gerais, terra onde um dos primeiros moradores foi o pai de Domingos Soares de Barros. Aliás, o próprio Domingos cresceu e viveu até os 20 anos de idade em Santa Ana do Sapucaí, atual Silvianópolis, à qual pertencia o território da atual Pouso Alegre. Os laços devem ter permanecido e foi lá que buscou Joaquim Costa, para ser capataz na Fazenda Sobrado, trazendo gado de Itapeva.

Joaquim era um homem simples, analfabeto, casado com Francisca Quitéria da Luz. Em 1837 ele decide se fixar nas proximidades do Ribeirão da Cachoeira, junto da divisa de Gomes Pinheiro, e vai a Itapetininga pedir- lhe autorização. Gomes Pinheiro faz acordo verbal, que segundo Gomes Pinheiro afirma uma década depois, em demanda iudicial de divisas, consistia em "só defender o que é meu", ou seja, dos rumos da Fazenda Monte Alegre para fora, o Costa poderia possear. Costa se instala imediatamente, e traz a família, parentes e amigos para a vizinhança. Vieram dois familiares, Francisco Costa Luz e Euzébio Costa Luz, que logo posseiam outras áreas próximas, no vale do Capivara. Francisco e Euzébio tinham respectivamente 24 e 34 anos de idade, e seriam irmãos^{10, 11} de Joaquim Costa. Resta, no entanto dúvida a respeito, pois em processo judicial Gomes Pinheiro cita Francisco Costa Luz como herdeiro de Joaquim Costa.

Joaquim tinha no mínimo cerca de 40 anos nesta ocasião (1837, quando se fixa na Cachoeira, atual sítio urbano de Botucatu), enquanto sua esposa tinha 35 anos. Seus filhos eram: Euzébio, cerca de 15 anos de idade, Joaquim, 12; Felisbina, 10;

e Quitéria, 8. Tinha ainda uma filha de 15 a 17 anos de idade, que logo se casaria com Francisco Antonio de Oliveira. Na hipótese de Francisco Costa Luz ser seu filho de um primeiro casamento, e isso talvez se estenda a Euzébio Costa Luz, estes tinham 24 e 34 anos, o que levaria a idade de Joaquim Costa para algo próximo de 52 anos ou mais.

Costa fez doação verbal de parte de seu sítio para a formação de um patrimônio próximo do ribeirão da Cachoeira, sobre o caminho da Fazenda Sobrado, e ao lado de sua morada. A invocação seria Nossa Senhora das Dores de Cima da Serra de Botucatu. Donato estima que esta doação teria sido feita ao redor de 1840. Logo após, Joaquim Costa e Abreu falece e sua propriedade, o Sitio Cachoeirinha, é dividido entre os herdeiros. O genro Francisco Oliveira fica com a parte encostada no rumo da fazenda Monte Alegre, e cria conflito com Gomes Pinheiro ao se declarar senhor de terras além do rumo. No processo judicial movido por Gomes Pinheiro, em 1846, explicita-se o conflito entre o sistema de sesmarias e a lógica do posseamento.

10: Donato, 1984

11: Ciaccia e Pupo, 2005

Considerando sua propriedade claramente demarcada por referências geográficas e rumos, visadas. Gomes Pinheiro se revolta com o "só pretexto de que as águas (do terreno disputado) vertem para as posses (de Francisco Antônio Oliveira)". Ou seja, para o posseiro mineiro, o que delimita é a aquada, que é um vale, de uma cumeada a outra, tendo no centro da propriedade o curso d'água. É claro que esta divergência não foi um inocente mal-entendido: mesmo os irmãos de Joaquim, e até alguns de seus filhos, se abstêm de testemunhar a favor do cunhado. A ação, para Gomes Pinheiro, tinha sobretudo efeito simbólico. A área disputada tinha cerca de 200 algueires. Era pouguíssimo para Gomes Pinheiro, que possuía cerca de 60.000 algueires, e era bastante para Oliveira, cuja propriedade possuía cerca de 125 alqueires. Reforçando os argumentos de Gomes Pinheiro, Oliveira revendeu a propriedade durante a demanda judicial, sem cientificar o comprador da real situação.

Não eram 200 alqueires que preocupavam Gomes Pinheiro. Era o exemplo para as dezenas de posseiros que se aglomeravam ao redor de sua imensa fazenda: não ousassem ultrapassar as divisas – mesmo estas divisas jamais tendo sido delimitadas pelo juiz de sesmarias. Gomes Pinheiro ganhou a demanda, e, prova de que não era a terra, a questão, doou terrenos que somavam cerca de 150 alqueires para formar o patrimônio de uma capela, agora sob invocação de Santana, homenagem a sua esposa Anna Florisbella Machado e Vasconcellos.

A Fazenda Boa Vista do Capão Bonito

Além dos Costa, outras famílias de mineiros se instalam no alto da serra, naqueles anos. Profundamente ligado a Costa foi José Antônio Pereira, chegado na mesma época, porém comprando alguns rincões de campo de José Gomes Pinheiro. Depois, José Antônio posseou áreas de floresta do alto da serra, até os aparados. Assim sua propriedade, contando cerca de 1.200 alqueires e chamada, a partir daí, de Boa Vista do Capão Bonito, encontrou- se com as terras de João da Cruz Pereira – que pode até ser seu parente, como vamos apresentar a seguir.

José Antônio Pereira era mineiro de Cabo Verde, nascido aproximadamente em 1794. Seus pais eram João Nunes Maciel e Maria da Conceição Morais. O sobrenome Maciel, de seu pai, sugere a possibilidade de que fosse parente dos Góes Maciel de Nazaré, fixados em Rio Claro e sesmeiros ao lado das terras onde José Antônio Pereira se fixou.

Foi casado três vezes, sendo que quando se fixou na serra de Botucatu tinha 47 anos e estava casado pela segunda vez com Ursula Joaquina (como ele cita em seu testamento) ou Ursula Maria (como consta no maço de população de 1846), de 41 anos.

José e Ursula tiveram 6 filhos homens, alguns dos quais chegaram à serra de Botucatu já adultos, e logo abriram fazenda em parte das terras havidas pelo pai, ou em outras áreas próximas do alto da serra. Tiveram ainda 3 filhas mulheres, sendo elas Anna Joaquina (casou-se com Eusébio Costa, viviam no Capivara), Maria da Luz (casou-se com José Rodrigues dos Santos, que estudaremos a seguir) e Felicidade Maria de Jesus, viúva ainda jovem e com filhos pequenos, que viria a falecer aos 40 anos de idade, deixando

órfãos impúberes. Seu falecimento é conhecido pela historiografia botucatuense, pois é um dos primeiros lançamentos da matriz de Itapetininga a referir-se a um cemitério "nas matas de cima da serra".

Os filhos de José Antonio Pereira adotavam ainda o sobrenome Teixeira Rocha, e alguns de seus netos usavam Vieira da Rocha. As terras de Felicidade Maria de Jesus foram adquiridas por um certo Feliciano Vieira da Rocha, que nos parece ser parente da família, portanto. Sobre este Feliciano, sabemos que se casou em Pouso Alegre em 1836 ¹³ e comprou terras em Botucatu a partir de 1854, Em 1873 está entre os introdutores do café na região. Suas terras correspondiam à cabeceira do Mamoneiro, formador do Araquá – antigas terras de Felicidade, depois conhecidas como Fazenda Bocaiúva.

Um dos filhos de José Antônio, chamado Manoel Pereira, recebe do pai a aguada do Córrego da Agulha, que fazia parte da Boa Vista do Capão Bonito, para abrir fazenda. No entanto, Manoel

12: Aluísio de Almeida foi o primeiro a citar o falecimento de Felicidade. Donato o cita em Achegas. Encontramos Felicidade no testamento de seu pai (que faleceu 13 anos depois), e a encontramos, já viúva, nos maços de população de 1846.

www.projetocompartilhar.org,
 consultado em 10/09/2013.

troca terras com o cunhado José Antônio Rodrigues: este possuía uma área aos pés da serra, no Capivara.

7.1. FAZENDA MOURA - BOTUCATU

O Registro Paroquial de Terras de número 428, de 29/05/1856, realizado em Botucatu (já município, mas ainda não instalado) aponta José Rodrigues dos Santos como proprietário de toda a aguada do Córrego da Agulha acima do tombo da serra, compreendendo as atuais propriedades chamadas de Barra Mansa, Moura e Boa Esperança e seus desmembramentos. A grande propriedade foi chamada neste registro de "Sertamzinho da Barra Mança". O proprietário afirma ter adquirido a mesma em 1838, de seu cunhado Manoel Pereira.

Tendo adquirido esta propriedade em 1838, é provável que já estivesse na região por esta época, e que ao redor desta data tenha esposado Maria da Luz, filha de José Antônio Pereira. Sabemos que residia nesta propriedade, pois quando é arrolado na lista de eleitores de 1852,

está no quarteirão correspondente a esta região. Possuía casa junto à capela também. Em 1856 a única propriedade que declara perante o registro paroquial é esta mesma Barra Mansa, o que reforça evidências de que vivia nestas terras. No maço de população de Itapetininga de 1846 consta sob fogo número 1.117, onde vivem:

José Rodrigues dos Santos (31 anos)

Maria de Jesus (ou da Luz) (sua esposa, filha de José Antonio Pereira) (27)

Filhos: Joaquim (9)

Lúcio (8)

Carolina (10)

Logo, José Antônio Rodrigues e Maria viviam casados desde 1835, aproximadamente, e estas três crianças já eram nascidas quando José comprou esta área do cunhado. Depois de 1846 ainda nasceu mais uma criança na família, provavelmente Manoel ou Luíza, sendo que Carolina Florisbella se casou com Francisco de Paula Assis.

Apesar de analfabeto, José deve ter tido algum sucesso nos negócios, pois em 11/11/1860 adquiriu um escravo, Marcelino, de 28 anos,

comprado a Antônio Soares de Barros. Mais adiante, as coisas parecem ter se complicado: em 2/6/1863 fazem hipoteca para empréstimo de 1.000#000 junto a Francisco da Rocha Campos Bicudo. O objeto hipotecado é parte da fazenda Barra Mansa (margem direita do Agulha, evitando assim a parte onde ficava a morada).

Em maio de 1862 é citado nas correspondências da Câmara Municipal, por ter solicitado pagamento de alguns aluguéis de sua casa na cidade, para a cadeia, no entanto o coletor afirma ao governo provincial que os aluguéis que ele cobra seriam indevidos.

Em 22/12/1863 José e sua esposa vendem ao Campos Bicudo parte de suas terras, totalizando "...112 alqueires do sítio Sertãozinho da Barra Mansa. Fica o comprador com o direito de fazer um açude da mesma água da dita diviza, sendo na parte que existe uma morada do vendedor, caso compreenda a medida estes terrenos." Valor: 3:360#000. Pelos registros posteriores, foi possível identificar que esta venda trata da atual

fazenda Barra Mansa do Spadotto, de que trataremos mais adiante.

Em 11/11/1865 faz nova venda, e Rodrigues César agora está a representar novo comprador: Rodrigo Dias Ferraz Aranha. Objeto da venda: "80 alqueires de terras de culturas que serão medidos da água da Agulha onde divide com terras do tenente Joaquim Gonçalves da Fonseca, subindo pela Água da Agulha entre esta e terras de Francisco da Rocha Campos Bicudo até a primeira barra e desta pela água da esquerda até onde completar 80 alqueires - Digo entre terras de Claudino José Pereira e Domingos Soares de Barros até a primeira barra e desta pela água da esquerda até completar os 80 alqueires, e bem assim as benfeitorias constantes de uma caza paiol coberta de telhas, rego d'água, gramado quase todo fechado, que ficam entre o córrego da Agulha e a primeira barra que sobe a direita, compreendendo estas benfeitorias os terrenos ocupados por eles, e que não fazem parte dos 80 alqueires, valendo os fechos já feitos e o que falta deve seguir as duas balizas encontradas até o córrego." Estas terras

formariam, a partir daí, a fazenda Boa Esperança, que estudaremos mais adiante.

Em 9/1/1866 José Rodrigues dos Santos vende terras situadas entre as que vendera a Campos Bicudo e a Rodrigo Ferraz.

O comprador é Francisco de Paula Arias (ou Assis), seu genro. Assinam, consentindo com a venda, os demais herdeiros: Joaquim Pereira dos Santos (ou Rodrigues) e sua mulher Joana Rodrigues de Moraes, Lúcio Antônio Rodrigues dos Santos e sua esposa Maria do Espírito Santo, Manoel Rodrigues do Prado e sua mulher Luiza Maria Alves da Rocha. Descrição da área vendida: "40 alqueires de terras que serão medidos principiando na cerca de divisa do sitio de Rodrigo Dias Ferraz Aranha, subindo pelo espigão à esquerda, subindo da água pequena que sobe da Agulha, dividindo com os vendedores, té onde completar os 40 alqueires, os quais, para serem inteirados também se medirão à direita da água, na sobra que houver das terras de Campos Bicudo."

Poucos dias depois, o comprador hipoteca a sua aquisição, tomando empréstimo de 1:000#000

junto a José Rodrigues Cézar. Acrescenta à descrição: "um sítio do Sertãozinho da Barra Mansa, com casa, cafezal e mais benfeitorias, constando o sítio de 40 alqueires". A hipoteca seria quitada em 9/3/1867, com a venda da propriedade para Ismael Morato de Carvalho.

Em 22/3/1868 José já é falecido, e seu filho Lucio Antônio Rodrigues de Assis vende a João Batista Amaral Cézar, "carpinteiro nesta vila", uma parte na Capão Bonito, herdada de seu pai. Não se trata da Sertãozinho, mas de alguma área, fora dela, que José adquiriu após 1856 – ou herdou do sogro José Antônio Pereira. A compra foi registrada "em casa de dona Maria da Luz do Nascimento". Em 9/3/1869 o genro Francisco faz o mesmo com sua parte na herança. Ao menos até 1871, Maria, viúva de José, segue vivendo em sua propriedade. Considerando que o alpendre da casa é de visível fatura posterior, por ser de prolongo quando esta prática já estava em desuso (logo não seria de se esperar uma casa concebida já de início com alpendre de prolongo, em 1860), e considerando que a partir de 1870 temos casas com alpendre concebido já

Figura 42: Casa sede da fazenda Moura: casa de uma das primeiras famílias mineiras a se fixarem em Botucatu, posteriormente reformda pelo tieteense Raphael de Moura Campos, político de grande prestígio na virada do século XIX para o XX. O Coronel Moura foi especialmente estimado pelo sábio exercício da liderança, conciliando forças antagônicas da política local.



inicialmente, cobertos pelo telhado de 4 águas da própria casa, podemos afirmar que a casa atualmente existente na Fazenda Moura já existia em 1870, e era de fatura anterior o bastante para não incluir o alpendre, em sua concepção inicial.

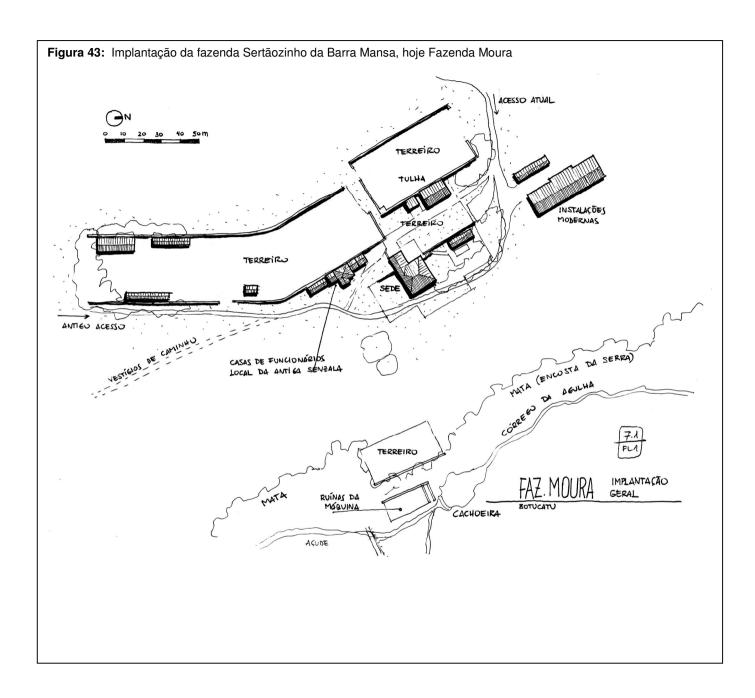
Deste modo, temos um intervalo a investigar: a casa foi construída após 1838 e antes de 1870; o contratante da obra foi José Rodrigues dos Santos, integrante por casamento da parentela dos Pereira e amigo dos Costa, mineiros de Cabo Verde e Pouso Alegre, respectivamente, e negociantes de gado. A data de 1855 a 1860 nos parece mais provável: seria o momento em que, já munido de algum documento a lhe dar segurança da posse, e enriquecido por anos de atividade, Rodrigues dos Santos teria se encorajado a construir uma boa morada para sua família.

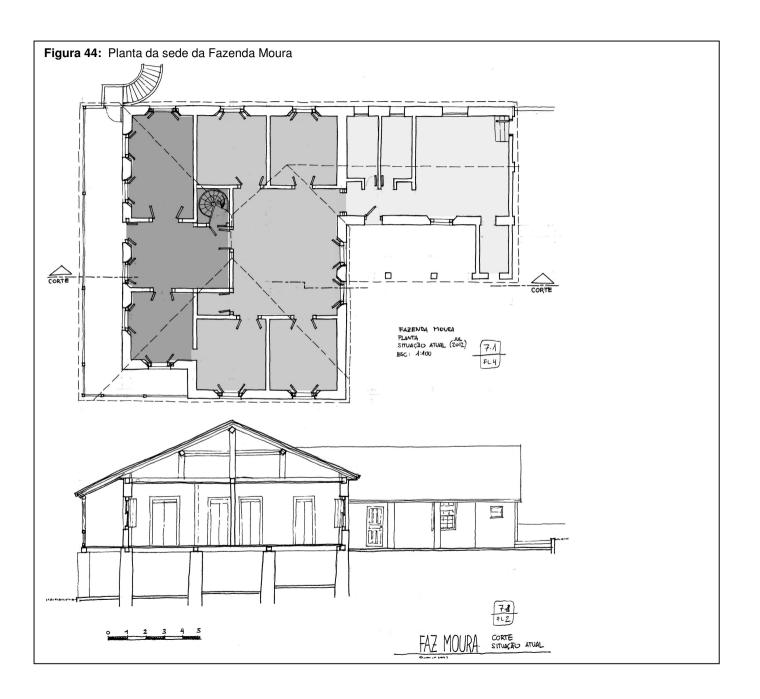
Os terreiros são posteriores. A lavoura cafeeira em Botucatu começou a tomar vulto apenas em 1865, ocasião em que provavelmente os terreiros começaram a se sofisticar, ganhando arrimos e

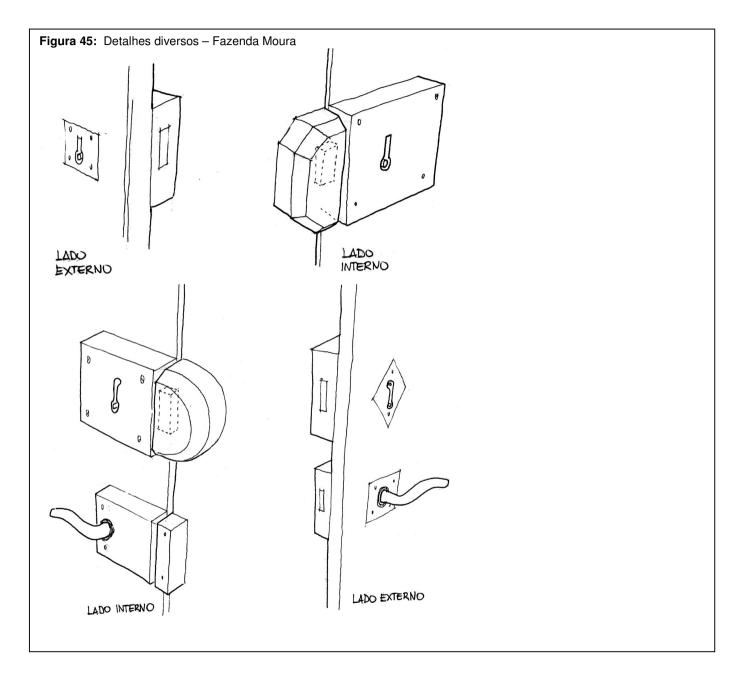
canalizações, ainda em pedra. Tijolos, apenas após 1880.

Raphael Augusto de Moura Campos, o Coronel Moura, procedente de Tietê, adquiriu-a por volta de 1880 e passou a nela residir em 1887. Entre a aguisição e a mudança, realizou ampla reforma da casa, em que parece ter procurado "atualizar" sua arquitetura ao gosto de seu tempo e sua região de origem. A casa em pau-a-pique que encontrou já havia recebido, em reforma anterior, um alpendre fronteiro em toda a fachada; Moura Campos encamisou a construção em alvenaria de tijolos, e fez uma ampliação lateral que estendeu dois dormitórios e criou um alpendre em "L". Talvez tenha ampliado o puxado de serviços, onde chegou a haver diversos cômodos destinados a abrigar seus parentes menos favorecidos. A cobertura passou pela troca das telhas e do ripamento, que deveria ser adequado às telhas francesas. Pode ter havido a troca dos caibros também, já que os caibros atualmente existentes são de secção quadrada, quando sabemos que o usual eram caibros rolicos. Os novos caibros foram implantados reproduzindo a

Implantação da Fazenda Moura, vendo-se a distribuição das estruturas produtivas cafeeiras envolvendo a casa. Parece-nos que a preocupação com o beneficiamento tardou em surgir, gerando o problema do distanciamento entre a fonte de energia mecânica (o salto) e os terreiros.







solução dos anteriores, com fixação dos beirais em mão francesa invertida sobre os frechais, e posicionados formando em planta um leque nos cantos da edificação, solução que descreveremos novamente na fazenda São Miguel.

A estrutura produtiva cafeeira da fazenda Moura começou a ser implantada antes de 1880. Considerando que está numa área de cafeicultura muito antiga do município, e que o café foi introduzido ali por volta de 1865, podemos trabalhar com 1870 como data de início da produção cafeeira significativa, na fazenda. Havia, desde a construção da casa, um terreiro ao seu lado, pois a casa se situa assentada precisamente sobre um muro de arrimo em pedras; este muro e um monjolo junto à cachoeira devem ter sido executados simultaneamente à casa, pois o monjolo se prestava também à produção de mantimentos para o dia a dia da casa.. Nos anos seguintes, a ampliação da produção exige construção de novos terreiros, e o monjolo é transformado em uma casa de máquinas movida por roda d'água, da qual há vestígios. O transporte entre o terreiro e o monjolo

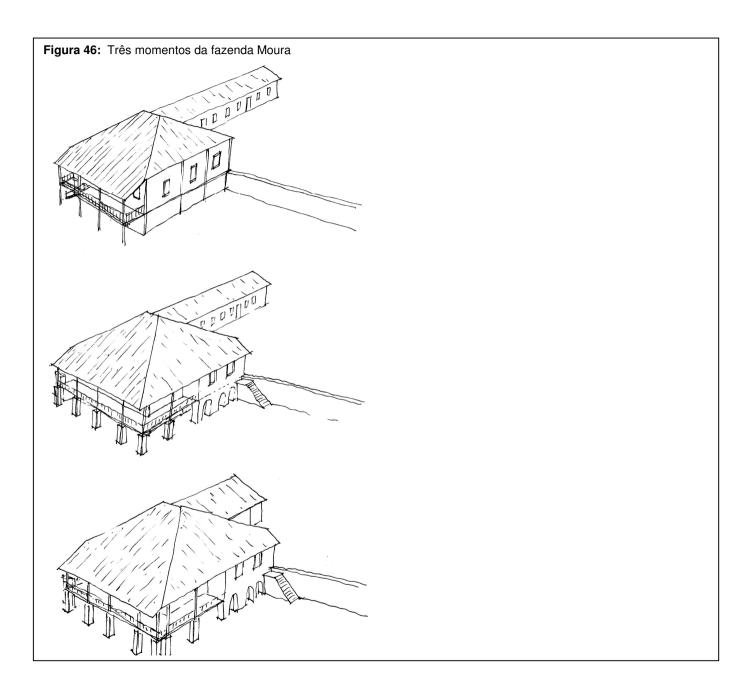
depois roda d´agua – era feito certamente em cestos, por escravos. Com o crescimento da produção, adotou-se o sistema de vagonetes em contrapeso por sistema funicular, do qual não restam mais do que tênues vestígios. Já no início do século XX, o porão da casa foi utilizado como garagem – Raphael Augusto de Moura Campos foi um dos primeiros proprietários de automóvel de Botucatu.

Na década de 50, do século XX, a casa foi objeto de nova intervenção: um dos netos do Coronel Moura veio a utilizá-la como residência novamente, adequando o puxado de serviços aos confortos da vida moderna (novos banheiros e cozinha) e prolongando o alpendre fronteiro em mais 60 centímetros. A intervenção no puxado de serviços removeu os cômodos destinados aos parentes. Por fim, em intervenção recente, as telhas foram novamente substituídas; as telhas francesas da reforma de 1880 foram utilizadas também na cobertura das casas de funcionários ao redor da casa sede, feitas aproximadamente na posição das antigas senzalas.

Três momentos da fazenda Moura, reconstituídos a partir da memória oral da família: no alto, em 1880, ainda com os proprietários anteriores; em seguida, o resultado das intervenções feitas quando da aquisição, concluídas em 1887 quando a família do novo proprietário passa a residir na casa. Por fim, as últimas intervenções, de meados do século XX, quando um dos herdeiros voltou a residir na casa, após décadas de abandono.

A intervenção de 1887 consistiu no encamisamento em alvenaria de todas as paredes externas e de todo o embasamento da casa, além da ampliação lateral que permitiu a ampliação de dois quartos (então muito pequenos) e a ampliação do alpendre, que passou a ser em "L".

A intervenção da década de 1950 consistiu na ampliação do alpendre e na renovação da parte de serviços, incluindo uma moderna instalação hidráulica, assim como na eliminação de grande parte dos puxados, anteriormente destinados aos agregados e familiares necessitados.



7.2. FAZENDA SANTO ANTÔNIO DO ARAQUÁ SÃO MANUEL

Esta fazenda foi um desmembramento da fazenda Boa Vista do Araquá, de João da Cruz Pereira, um dos mais antigos a chegar cruzando o Tietê. Não conseguimos confirmar que fosse mineiro, mas é certo que frequentava muito Limeira e Mogi Mirim. Negociava gado, tomava dinheiro emprestado em Itapetininga e tinha diálogo próximo com os fiscais do registro de Itapetininga. Negociava terras, atraindo muitos povoadores mineiros, mogianos e limeirenses, para a serra de Botucatu.

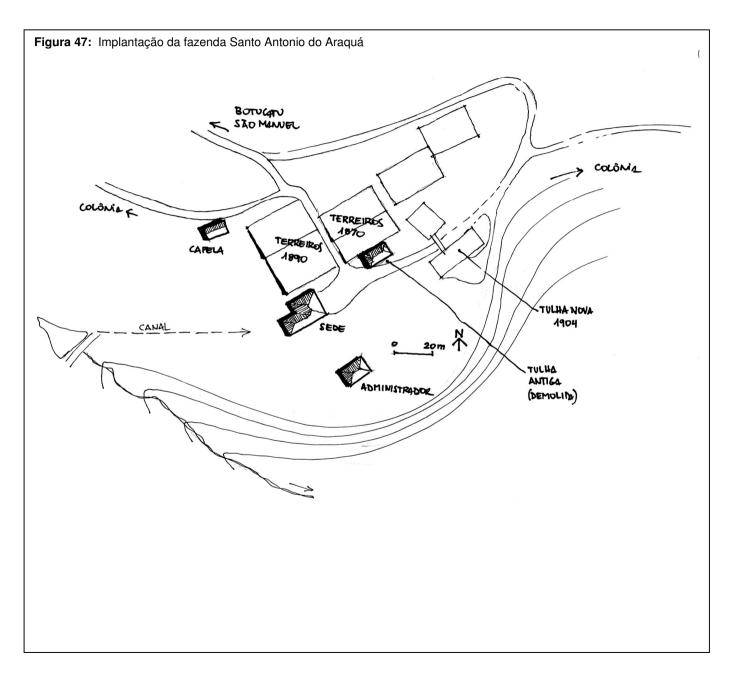
Cruz Pereira¹⁴ foi a principal liderança na construção da primeira capela de Botucatu, (junto de Felisberto Machado, seu vizinho) após a doação (1843) do Patrimônio de Santana por Gomes Pinheiro. Também foi o mentor da abertura da primeira rua, determinando o alinhamento da rua do Patrimônio, hoje rua Amando de Barros. Logo a seguir, dá início à venda de partes de suas terras, em porções menores, cada uma delas com cerca de 200

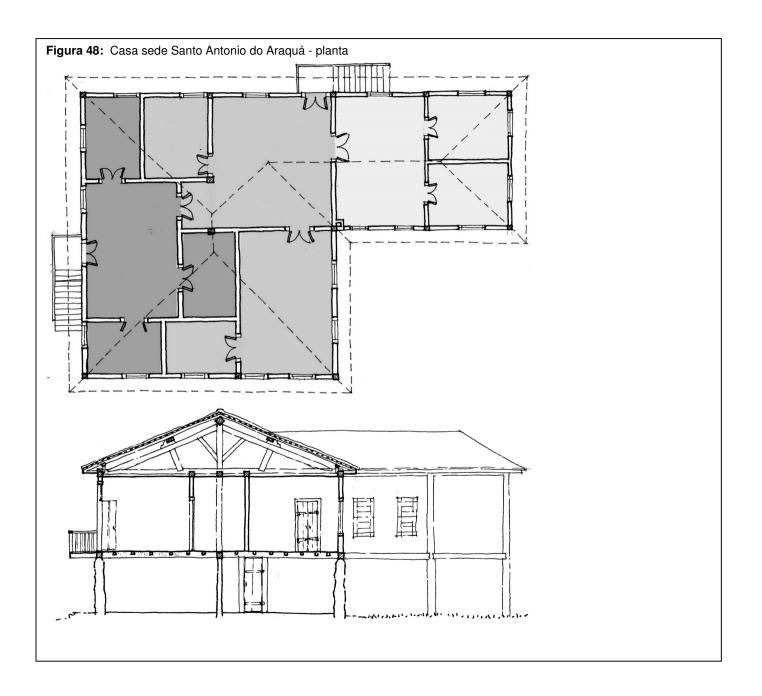
alqueires. Era dos poucos homens que sabiam ler e escrever, na freguesia.

Rita Ruffina Bezerra. Sua esposa. provavelmente a Rita Bezerra que consta na Genealogia Paulistana como pertencendo a tradicional família de Mogi Mirim. No maco de população de Itapetininga de 1846 constam do fogo 1.041, onde viviam João da Cruz Pereira (37 anos). Rita Rufina (32), seus filhos Camillo (5), Anna (8), Maria (7), Flávia (6), Carolina (4) e Felisbina (1). Moravam na sua posse do Córrego Fundo-Araquá, que abarcava todo o imenso anfiteatro do vale do Araquá, desde a serra até o rumo da fazenda Sobrado. A casa, sabemos pelas escrituras de venda, ficava na parte que posteriormente vendeu a Graciano, no local onde uma variante do caminho do Sobrado cruzava o Córrego Fundo.

Rita faleceu no sertão, em 1848 ou 1849, com 35 ou 36 anos, deixando Cruz Pereira viúvo, com filhos ainda jovens: a mais velha com 11 anos e

14: Donato, 1985





15: As acusações contra Cruz Pereira estão na correspondência entre as comissões eleitorais e o governo provincial; a partir delas voltamos a olhar com maior atenção para os contratos de compra e venda, e percebemos que vários deles eram registrados na década de 1850, mas se referindo a compras e vendas que hipoteticamente teriam acontecido antes da viuvez de Cruz Pereira...

a mais nova com 4. Gradativamente os negócios vão se complicando para Cruz Pereira, que chega a ser acusado de não possuir domicílio 15 por ter vendido a própria casa no vale do Araquá (o que o impediria de votar e ser votado nas eleicões para vereador) e de dilapidar a herança dos filhos. Aparentemente, ele se desfez das propriedades do Araguá – onde de fato residia – para alavancar outros negócios, pois sua atividade imobiliária seque intensa. Em 1850 faz duas tentativas de vender partes do sitio Boa Vista do Araguá, inválidas, pois sem acompanhamento do juiz de órfãos. Em 1852 estão vendidas partes do Araquá para Francisco Campos Cardoso, Manoel Martins da Costa, que já residem nestas terras. A descrição de divisas de Cardoso sugere ainda que Francisco Antonio Diniz também fosse adquirente de uma parte do Araguá, no entanto nos parece que não residia nestas terras, mesmo se realmente fossem suas. Em 4/5/1851 vende terras no Ribeirão da Cachoeira, provavelmente margens do Paranapanema. Em 1851 ele ainda estava capitalizado, pois, juntamente com outros sócios, arremata dívida de Domiciano José dos Reis (500\$000) e fica com bens hipotecados

(chácara ao lado da freguesia, e uma outra propriedade no Alambari). Em 12/1/1852 as coisas já não vão tão bem, pois hipoteca um escravo, 50 vacas e uma fazenda Cachoeira, por dever 655#000 a José Francisco de Freitas e 248\$302 a José Joaquim Alves Machado. Em 9/2/1852 hipoteca sua fazenda São João, no Paranapanema, por dívidas com Elias Ayres do Amaral (603\$805) e João Mascarenhas Camello (400\$000), ambos tropeiros importantes de Itapetininga. Em 25/8/1854 vende a última parte da Boa Vista do Araguá, incluindo sua morada habitual e o trecho, melhor localizado, sobre o caminho do Córrego Fundo (variante do Sobrado), para João Antônio Graciano; é certo que ainda vivia ali, mas apresenta carta de venda de 1846, anterior ao falecimento de sua esposa, em manobra que entendemos ser para livrar-se da necessidade de acompanhamento do juiz de órfãos. A mesma manobra foi utilizada para a venda das partes de Joaquim Gonçalves da Fonseca, Bento José da Cunha e Joaquim Homem Antunes, que declaram datas anteriores a 1848 no registro de terras de 1855-56. Em 30/12/1854 troca suas terras, às margens do Itararé, com João Antônio Leal, que lhe entrega outras terras na Ilha Grande do Paranapanema. Em 2/4/55 troca terras no Ribeirão Bonito. afluente do Paranapanema, por outras terras de Marcelino José Pimentel. no mesmo Paranapanema, próximas da atual Cerqueira César. Em 1856 é credor de seu antigo vizinho no Araguá, Francisco José de Souza, que lhe deve 400\$000 e por isso hipoteca o "Sítio de baixo" (ver capítulo sobre Fazenda Lageado). Em 1857 vende terras que adquiriu da família Nantes, às margens do Pardo e vizinho dos Dias Baptista (filhos de Ignácio Apiaí). Tudo indica que com as vendas feitas de 1852 a 1857 ele se reestruturou financeiramente, quitou dívidas e construiu uma nova morada em suas terras às margens do Paranapanema, provavelmente na Ilha Grande – atualmente município de Ipaussu.

Em 1856 e 1857 ele solicita dispensa de compromissos da comissão eleitoral por estar com viagem marcada, em uma ocasião para Itapetininga, e outra para Minas Gerais.

Faleceu em 22/6/1859, provavelmente na sua fazenda da Ilha Grande, proximidades da atual

cidade de Ipauçu. Era proprietário de terras no rio Itararé, no Paranapanema, no Pardo e ainda tinha valores a receber de terras vendidas no rio Araquá. Seu filho Camillo José Pereira, então impúbere, seria tutelado pelo cunhado Dultra, vivendo no vale do rio Pardo. Suas filhas se casaram em Itapetininga. Camillo mais tarde foi delegado e assinou uma petição¹⁶ em 9/11/1882 por segurança contra os índios caingangue, levantada em São José do Rio Novo (atual Campos Novos), então pertencente ao município de Santa Cruz do Rio Pardo.

Começavam a chegar mais mineiros alfabetizados, de segmentos sociais mais elevados do que os chegados antes. Tal é o caso dos Freitas, dos Teixeira, do Coronel Fonseca e de Francisco Assis Nogueira, entre outros que poderíamos elencar.

José Francisco de Freitas e seus filhos, José Francisco e João Francisco, vindos de Aiuruoca provavelmente, formaram em 1840 fazenda no vale da Bocaina, ao lado da atual cidade de Botucatu, então chamado de Grota da Folha

16: Correio Paulistano de 9/1191882 e 23/2/1883

Larga. José Francisco viveu a maturidade em Itapetininga, envolvido com os negócios das tropas. João Francisco viveu em Botucatu até seu falecimento, no final do século XIX, tendo sido vereador.

Os Teixeira parecem ter chegado após 1856, possivelmente trazidos pelo irmão, pároco (responsável pelos registros paroquiais de Botucatu) Modesto Marques Teixeira. Estes eram de Santa Anna do Sapucaí, como o patriarca dos Soares de Barros. Modesto faleceu em 1856, pouco antes da conclusão dos Registros Paroquiais de Terras. Seus irmãos foram personagens influentes, nos primeiros anos da freguesia e da vila, possuindo algumas das melhores casas da rua do Patrimônio, onde se deram algumas das primeiras reuniões da Câmara de Vereadores^{16-B} e ainda os primeiros julgamentos da Comarca. Em uma vila sem edifícios públicos, as salas de jantar faziam as vezes de câmara e fórum. No mais, os acontecimentos públicos ocorriam na Capela. Na velhice, todos os Marques Teixeira retornaram a Minas Gerais, onde encontramos notícias de

suas viúvas falecendo na virada para o século XX.¹⁷

Entre 1852 e 1857 chega o mineiro Joaquim Gonçalves da Fonseca, adquirindo de João da Cruz Pereira terras no alto Araquá, onde abriu propriedade.

Nos Registros Paroquiais de Terras de 1855 constam quatro registros de Joaquim Gonçalves da Fonseca. Em 7/12/1856 ele comparece diante do vigário Modesto Marques Teixeira e declara duas propriedades: no registro 36 "uma parte de terras lavradias na fazenda Corgo Fundo", que comprou de Francisco de Paula Vieira e Bento José da Cunha. Pela descrição das divisas, estas terras correspondem à fazenda Lourdes e Sítio Tanquinho. A seguir, no registro 37, declara "uma parte de terras lavradias no lugar chamado Boa Vista, ... que comprei de João da Cruz Pereira e Rita Rufina Bezerra em 1847."

Pela descrição das divisas, esta área corresponde às atuais fazendas Santo Antônio do Araquá, Belo Horizonte, Cantídio e Santa Maria do Araquá. Só que Fonseca volta a comparecer

16-B: Souza, 2011.

17:

http//www.projetocompartilhar.org.br, consultado em 17/10/2011

na capela em 23/12/1855, e declara, no registro 41: "uma parte de terras na fazenda Corgo Fundo....que comprei em 1854 de Maximiano José da Cunha". A descrição deste perímetro é igual à do registro 36. Acreditamos que se trate de duas partes compradas de herdeiros, de uma propriedade que se encontra pro-indiviso e. portanto, é necessário descrever o perímetro dela inteira para se falar que se possui uma parte ideal dela. Por fim, no registro 43, declara "uma parte de terras lavradias no lugar denominado Araguá,...que comprei de Antônio Franco de Menezes em 1852". O perímetro descrito é o mesmo do registro 37. A mesma hipótese que levantamos para a outra gleba vale para esta: podem se tratar de partes ideais de propriedades pro-indiviso.

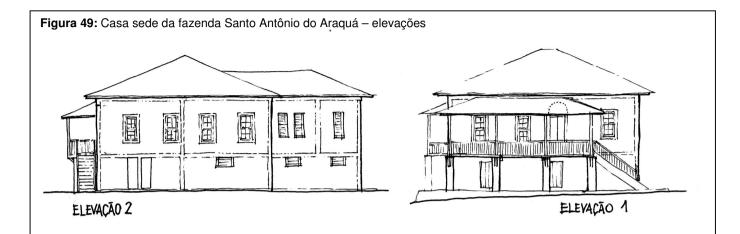
Como vimos ao tratar das sesmarias, as terras que compreendem a cidade de São Manuel, e as fazendas vizinhas que ficam no alto da serra, faziam parte da sesmaria dos Goes Maciel, residentes em Rio Claro. Também Antônio Franco de Menezes residia em Rio Claro, onde em 1/12/1870 registra o nascimento de sua filha

Cândida¹⁸. Podemos imaginar que Antônio era jovem, quando vendeu estas terras a Fonseca, e possivelmente as havia herdado. Provavelmente, as terras que João da Cruz Pereira vendeu a Fonseca também pertenciam a algum herdeiro do proprietário anterior.

Alguns meses antes, em 2/4/1855, no cartório de Botucatu, compareceram diversos proprietários das terras situadas, hoje, entre a divisa de Botucatu e São Manuel e a estação de Igualdade, para resolverem a divisa entre propriedades situadas na encosta da serra. No texto desta convenção de limites, a descrição inicia "...divisando com Feliciano José Vieira (da Rocha), Joaquim Gonçalves da Fonseca e mais herdeiros da finada Anna Franco da Silva. (...) Rafael da Silveira Franco como tutor dos filhos órfãos de Pedro Antônio Menezes..."

Deste modo, este conjunto de documentos nos mostra que Rafael Franco, que foi vereador em Limeira e foi residir já velho em Botucatu (fazenda 18:

https://familysearch.org/ark:/61903/1:1 :XNB5-Y4Z





Campos Elíseos), assim como seu irmão José (que iniciou o plantio de café na Lageado), tinha proximidade com esta Anna Franco falecida e seu herdeiro Pedro de Menezes (que era seu marido ou seu filho), e toda esta gente vivia em Rio Claro.

Todos estes elementos são úteis para tentarmos recuperar a trajetória de Fonseca. Sua esposa, Luiza Franco, era possivelmente aparentada a estes Franco, porém no atestado de óbito dela, Fonseca declarou expressamente que a esposa era mineira, enquanto todos estes Franco são paulistas já há algumas gerações. Porém, ela pode ser uma prima da região de Camanducaia ou Pouso Alegre, onde havia muitos Franco aparentados aos de Bragança e Atibaia.

Foi provavelmente na região de Limeira e Rio Claro que Fonseca soube da oportunidade de adquirir terras em Botucatu. Nascido em 1827, provavelmente na região de Campanha ou Santana do Sapucaí, ele fez estas compras entre 1847 (data que declara tê-las comprado) e 1855 (quando é certo que já possuía estas terras), ou seja, entre os 20 e os 28 anos, Fonseca

consolidou as propriedades com as quais se constituiria em pessoa de relevo na sociedade local. Com sua esposa Maria Luiza Franco Fonseca (nascida em 1828 em Minas Gerais) teve quatro filhos – Manoel Fonseca Lima, José Martiniano da Fonseca Lima, Eva Fonseca (casada com José Pereira Pinto) e outra filha, provavelmente casada com um Tavares19.

Como Fonseca não aparece na lista de eleitores de 1852, tudo indica que ele se mudou entre 1852 e 1855, sugerindo que havia algum empecilho para a mudança: talvez compromissos ainda o prendessem ao local de origem, ou talvez ele ainda não tivesse uma morada digna de sua jovem esposa, nas novas terras. Há ainda a hipótese, que nos parece bastante provável: que tenha adquirido a propriedade apenas ao redor de 1853, e a data de 1847 seja uma estratégia de Cruz Pereira para driblar o juizado de órfãos, pois Pereira tinha filhos menores, herdeiros da parte da esposa, e, a partir do falecimento de sua esposa Rita, não poderia vender propriedades sem autorização do juiz.

19: Ainda sobre as origens de Fonseca, não conseguimos assegurar a localidade mineira de onde teria vindo. O mais provável é que Fonseca pertença à família Gonçalves Fonseca que residia em Campanha em fins do século XVIII, e dali se ramificou para Baependi, Pouso Alegre e Formiga. Em 21/06/1843 faleceu em Campanha da Princeza - MG, José Goncalves da Fonseca, nascido em 1769, conforme consta da genealogia dos Villas Boas, da qual pertence. Um dos herdeiros é Joaquim Gonçalves da Fonseca, nascido em 1792. Pela idade, pode se tratar do pai ou um tio de nosso Coronel Fonseca. Esta suspeita se reforça pois outros descendentes destes Fonseca de Campanha são aparentados aos Villas Boas e os Marques Teixeira que se fixaram em Botucatu. Ver www.compartilhar.org.br

Fonseca adquiriu imóveis junto à capela de Botucatu, entre os quais uma venda com casa no fundo. Talvez fosse um local para ficar quando viesse às missas, festas ou reuniões da Câmara de Vereadores, que integrou por diversas legislaturas.

A correspondência entre a municipalidade de Botucatu e o governo provincial de 1880-1881 traz alguns elementos que ajudam a compor o personagem. Fonseca fez representação ao governo provincial, de que seria o mais votado e queria assumir a presidência da Câmara. Segundo um opositor, na verdade Fonseca seria um dos eleitos menos votados; porém, por um erro de redação da ata, anotaram seu número de votos acima do primeiro colocado, o que não mereceu atenção naquele momento; Fonseca preferiu uma nomeação para delegado, "que satisfaz melhor seu conhecido orgulho" como diz o acusador. Este acusador, porém, demitiu-o do cargo, e então Fonseca se recusa a frequentar a Câmara "ao lado de meninos" e o acusa de usurpar a respectiva presidência.

inseparável, conselheiro e mentor Manoel José Machado"; de seu grupo era também Antonio de Carvalho Barros – dono da Monte Selvagem e pai de Tonico de Barros. O acusador e presidente da Câmara é Gustavo Pinheiro de Mello, filho do Capitão Tito. Em 22/1/1881 a réplica de Fonseca afirma que não houve erro algum na apuração dos votos; ele é o mais votado.

Junto de Fonseca estava seu "companheiro

Joaquim Gonçalves da Fonseca aparece no Almanack Paulista de 1873 como cafeicultor, não constando das listas de cultivadores de cana ou criadores de gado. Podemos concluir que sua fazenda já tinha neste momento, como atividade principal, a cultura de café, ainda que a maior parte de seu território fosse coberta por pastagens, como sabemos pelos desenhos de Carlos Schmidt, de 1882.

Possuía escravos em sua fazenda. Cesar Mucio da Silva²⁰ estudou a escravidão em Botucatu e afirma que, no geral, os mecanismos de controle eram menos rígidos do que nas grandes fazendas do Vale do Paraíba. No entanto, entre os

20: Silva, 2004.

processos crime que analisa há alguns relativos a escravos de Fonseca, onde o castigo, a violência e o autoritarismo do senhor se evidenciam, havendo até uma escrava que ganha processo contra o senhor. Era já a década de 1870, e os jovens advogados formados no Largo de São Francisco, com ideias republicanas e abolicionistas, "batiam de frente" com os velhos fazendeiros, especialmente os do Partido Conservador, como Fonseca.

No ambiente político botucatuense, contudo, nada mais conservador do que um liberal, como tanto já se disse. O chefe liberal botucatuense, Capitão Tito, ficou marcado na historiografia botucatuense como um tirano, rodeado de capangas, a manipular "eleições a pau", conforme conta Sebastião Pinto²¹. Tito e seu grupo chegaram a expulsar da cidade um juiz, e um fazendeiro, seu protegido, mandou matar outro à luz do dia, na rua principal da vila, tendo, os assassinos, partido calmamente, a cavalo. Neste contexto, cabe reforçar que o embate na câmara de vereadores marca posição de Coronel Fonseca como um dos poucos homens de

coragem a levantar a voz contra os filhos do capitão Tito, o que significa que tinha como se proteger, e esta proteção não poderia ser apenas moral: era "na bala".

Por esta mesma época, o coronel Fonseca decide morar em uma chácara, nas proximidades da cidade. É novamente Sebastião Pinto²² que nos conta que esta chácara correspondia ao atual bairro da Boa Vista. Posteriormente o bairro foi loteado, mas a sede ficou na área onde hoje é o SENAC, e que antes foi um posto zootécnico. Este posto funcionou em uma antiga casa, que possivelmente foi a de Fonseca.

Ao redor de 1885, o coronel Fonseca mandou edificar um sobrado, que se encontrava em obras em 1886, na esquina das atuais ruas Coronel Fonseca e Amando de Barros, onde funciona a tradicional padaria Pessin de Botucatu, em frente ao seu outro imóvel (venda com casa no fundo), que era já alugado para a família Ferrari. Este sobrado ainda existe²³, muito reformado, e a Venda, que atravessou muitas reformas e era dos

21: Pinto, 1955

22: Pinto, artigos para o jornal Correio de Botucatu, 1960-63.

23: Ao redor de 1880 houve uma febre por sobrados urbanos de tijolos entre a elite botucatuense. Pelo que consta, foi Floriano Simões o primeiro a encomendar o seu, seguido por Veiga Russo. Foram chamados "sobrados de verdade" por Sebastião Pinto, que os considerava arremedos de sobrado as velhas casas mineiras com porão habitável, onde surgiram alguns dos primeiro comércios de Botucatu. Outros três sobrados foram construídos em 1880-1886: o de Fonseca, já citado, um outro que foi alugado para a Intendência municipal por muitos anos (onde hoje é o Banco do Brasil) e o de dona Amália Parteira. hoje pertencente à família Barbosa. Em todos eles há notícia de paredes internas apoiadas em vigas de madeira, sendo que o da Intendência tinha paredes de pau a pique internamente.

24: Esta edificação da Venda, suspeitamos que Fonseca tenha comprado de Cruz Pereira, assim como comprou suas terras. Esta pequena edificação urbana possuía comércio e morada sobre assoalho, no nível da rua. Como o terreno cai para os fundos, a cozinha ficava meio pavimento abaixo, na terra batida. Estava situada na primeira esquina da rua do patrimônio, aberta por Cruz Pereira, junto do largo da capela. Seria razoável imaginarmos que Cruz Pereira tenha desejado o primeiro e mais valorizado terreno.

A técnica construtiva era pau-a-pique no sistema mineiro, e os esteios eram fixados diretamente no solo. A edificação vizinha, que também pertenceu ao coronel Fonseca e era muito semelhante — porém, melhor executada, pelo que lhe imputamos ser mais recente — ainda está em pé e abriga pequenos bares e lanchonetes, tendo as paredes sido substituídas por alvenarias de tijolos, como aconteceu com a velha venda antes do desmoronamento de 1999.

primeiros tempos da freguesia, desmoronou em 1999.²⁴

Ao redor de 1885 seu filho Manoel esposou Paulina Fonseca, e provavelmente fixaram residência na casa da fazenda, já que o coronel havia se mudado para a chácara na cidade. Pouco tempo depois Manoel falece, deixando a jovem Paulina viúva e residindo na fazenda.

O Coronel Fonseca parece ter zelado pela jovem nora viúva, ou pelo patrimônio deixado pelo filho, fatores que devem ter se somado para que Fonseca a estimulasse a se casar com seu amigo Estevam Ferrari.

Ferrari era um comerciante italiano fixado na cidade de Botucatu ao redor de 1878. Era inquilino de Joaquim Gonçalves da Fonseca no imóvel da Venda, junto à capela, e havia se casado com Arminda, filha de seu vizinho, o Velho Cardoso, e irmã do político Cardoso de Almeida. Arminda faleceu entre 1888 e 1890, e deixou Ferrari viúvo com um menino pequeno, Alcides.

O Coronel Fonseca e seus filhos fizeram aquisições de partes das fazendas vizinhas, Corgo Grande e da outra Boa Vista do Araquá (de Manoel Martins da Costa). Estas aquisições, não corretamente documentadas, levam a longo processo de divisão destas terras, complicado pelo acúmulo de transações e de personagens envolvidos, ao longo de muitos anos.

Este processo corre no Juízo Municipal de São Manuel, entre 1890 e 1892. Estevam Ferrari, representando sua esposa Paulina, viúva de Manoel, nomeia em 1892 o próprio Coronel Fonseca seu procurador, para que resolva com seus outros filhos e demais condôminos a divisão das terras. Há diversas procurações que Estevam e o coronel Fonseca trocam durante o período de 1890 a 1892, sobre diversos assuntos, denotando uma mútua confiança.

Em 1891 Fonseca ainda é pessoa influente na cidade, coronel da Guarda Nacional, a tal ponto que neste ano consegue do governador Américo Braziliense o decreto estadual 178 de 27/05/1891 que reintegra ao município de Botucatu "as

propriedades agrícolas pertencentes ao coronel Joaquim Gonçalves da Fonseca, genros e filhos destes." Acontecera que, com a emancipação de São Manuel em 1885, suas propriedades ficaram exatamente na divisa, com a sede e a parte das terras no município de São Manuel. Ainda em 1892 há referências a ele no lançamento de impostos por metragem, de Botucatu.

Coronel Fonseca fica viúvo, com o falecimento de Maria Luiza Franco Fonseca em 13/11/1893. Aos 65 anos, ele esposa em segundas núpcias Brasilina da Silva Fonseca, professora do Grupo Escolar Cardoso de Almeida, com quem teve uma filha. Fonseca faleceu de hemorragia cerebral em 30/07/1897, aos 70 anos de idade, à rua Àurea, na casa dos Cardoso de Almeida, durante uma visita.

Em 1894 Estevam Ferrari (por vezes referido Stéfano, outras como Estevão, e ainda Estevan) aparece como proprietário dos imóveis urbanos antes pertencentes ao coronel Fonseca, junto à matriz velha (venda e sobrado em frente), assim como da Santo Antônio do Araquá. No mapa de 1903 da CGG, carta Botucatu, a fazenda Santo

Antônio do Araquá já aparece sob o nome *Estevão*. No Correio de Botucatu de 08/07/1910 a lista de impostos sobre cafeeiros aponta que a propriedade Araquá de Estevam Ferrari possuía 100.000 pés de café.

provavelmente residiu Ferrari não na propriedade, pois seu filho Alcides (que será desembargador nas décadas de 40 e 50) foi aluno regular no Grupo Escolar de Botucatu desde 1895 (foi o aluno número 01, no edifício projetado por Dubugras), o que nos faz crer na utilização da casa como segunda moradia desde então. Durante quase quatro décadas este italiano zelou pela casa que ora estudamos, bem como pela numerosa e crescente colônia, onde chegou a organizar inclusive uma banda musical. Era um imigrante de nível cultural incomum, cuja passagem pela região deixou marcas profundas.

Era irmão do Monsenhor Pascoal Ferrari, o dinâmico vigário de Botucatu na virada do século XIX para o XX. Pascoal chegou a Botucatu ao redor de 1880, e imediatamente reformou a igreja matriz, ainda em pau-a-pique, aquela construída

sob financiamento de Rafael Franco, dando-lhe uma fachada em tijolos e com platibanda, aspecto com que já aparece nas suas fotos mais antigas, que conhecemos.

A família Ferrari mantinha uma mercearia e um hotel na velha casinha da venda, já reformada e ampliada. Por seu nível cultural, tinham natural ascendência sobre a crescente população italiana que chegava na região, inclusive, muitos passando pela Santo Antônio do Araguá, que chegou a ter cerca de 30 famílias - quase todas italianas – trabalhando em seus cafezais no início do século XX. Em 1904 foi necessário erquer nova tulha, em tábuas, destacada dos terreiros, e a estes ligada por passadiço. Até então havia apenas a tulha do tempo do coronel Fonseca, que foi demolida ao redor de 1950, e ficava encostada nos arrimos do terreiro, como ainda encontramos na fazenda Moura. É uma solução mais barata, mas sempre vulnerável à umidade.

25: Depoimento da sra. Maria Apparecida, proprietária, concedido na casa da fazenda em julho de 2013.

Ferrari falece, e a propriedade é dividida pelos herdeiros. Com a crise de 1929, a fazenda submerge em dificuldades, e acaba arrematada por Gibran Makruz. Este, a José Antônio Grisi. Marianna Grisi, sua filha, esposa José Joaquim Magalhães Bastos, que em 1936 já é citado como proprietário da fazenda. A filha deste, Mariana, se casou com Joaquim Monteiro da Silva, e tiveram uma filha, a sra. Maria Apparecida Monteiro da Silva Diniz, que juntamente com seu esposo, engenheiro Raul Diniz, são os atuais proprietários.

Vale como documento da importância de Estevam Ferrari o relato de dona Maria Apparecida, atual proprietária. Seu pai, Joaquim, ia fazer compras para a fazenda em São Manuel e mandava entregar na "Fazenda Santo Antônio do Araquá". Os lojistas não sabiam de que lugar se tratava, até que, depois de muitas explicações do sr. Joaquim, exclamavam:" -Ah! É a fazenda do Estevam!" — para ira do proprietário, que depois de tantas vezes passar por isto, respondeu certa vez: - Se você disser que é a fazenda do Estevam de novo eu não compro mais aqui!"

Figura 50: Imóveis urbanos de Coronel Fonseca em Botucatu. A foto inferior é da coleção de postais da papelaria Art Nouveu de Arthur Bratke. A de cima é de uma série de postais de autoria desconhecida, pertencente ao Museu Histórico Francisco Blasi de Botucatu.



Na foto superior, de 1902, o edifício de esquina (Hotel Ferrari) aparece já com fachada em tijolos encamisando a velha venda em pau a pique. Visitamos as ruíjas desta venda quando ela desmoronou em 1999, e pudemos constatar que era completamente construída em pau-a-pique mineiro, e suas paredes eram revestidas com esterco sobreposto por diversas camadas de caiação e pintura. Esta venda datava dos primeiros momentos da capela de Botucatu, tendo sido provavelmente erguida por Cruz Pereira e depois tendo pertencido ao Coronel Fonseca até seu falecimento. Posteriormente, passou a pertencer ao até então inquilino Estevam Ferrari, prosseguimento deu aue encamisamento, como pode ser visto na foto abaixo de 1910, quando o encamisamento foi prolongado para a lateral. O sobrado do outro lado da rua, que viria a abrigar a padaria Pessin por muitos anos, foi construído por encomenda do Coronel Fonseca, entre 1886 e 1890. Assim, Fonseca era dono das duas esquinas mais cobiçadas da cidade em 1890.

Análise da edificação: Sua estrutura de madeira permanece quase completamente visível, o que permite verificar que sofreu pouquíssimas alterações. A mais substancial de todas foi a substituição das paredes externas, de pau a pique, por tijolos. Internamente, é possível que a maior parte das paredes não tenha sido substituída. O vigamento superior, indicativo da posição original das paredes, corresponde perfeitamente ao posicionamento das mesmas atualmente, e não há encaixes ociosos, o que indica que a estrutura não foi alterada.

Outra alteração importante, sofrida, foi a introdução do alpendre fronteiro. Ele já existe desde 1930, pelo menos, mas foi ampliado nos anos 1970 pelos atuais proprietários. É de visível fatura posterior, visto que seu engaste na parede externa interfere no arco da porta, o que seria impensável em uma obra feita originalmente. Não há vestígios de outra conformação de alpendre – como um prolongo, por exemplo - mas no baldrame verificamos sob os batentes da porta, pouco mais afastados entre si, dois encaixes de cruzamento de vigotas do assoalho, que sugerem

que havia um patamar de assoalho apenas diante da porta, do qual se descia por escada de madeira externa e descoberta. Em síntese, apontam que a casa não possuía alpendre, mas apenas uma escada de acesso, colada lateralmente à frente do edifício. A sala de jantar possui também porta externa que tudo indica ser original, ou muito antiga – anterior a 1890. Neste caso, não foi possível verificar a viga baldrame, pois se encontra totalmente oculta por viga nova. que apoia o assoalho do novo alpendre lateral. Este alpendre é também de visível fatura recente, por dois fatores: sua escada possui interferência com a porta dos banheiros no pavimento inferior, e seu patamar atende à porta da sala de jantar e a uma porta da cozinha, que é uma janela antiga adaptada como porta.

Os sanitários e cozinha tiveram seus assoalhos reexecutados, nos anos 1940, em concreto armado, e suas janelas substituídas por vitrôs.

Esta casa é a única situada inteiramente sobre porão, não apresentando a solução típica das casas de Tietê e Piracicaba. Os terreiros de café,

parcialmente pavimentados em pedra, e seus muros de arrimo em pedra seca, indicam uma grande antiguidade das estruturas: provavelmente datam de 1873, quando a fazenda já produzia café.

Quanto à carpintaria, a observação atenta permite reconstituir o processo de montagem da casa. Inicialmente fixam-se os esteios principais e as vigas. Trabalham-se seus encaixes, de modo a constituir uma grelha regular, pontuada por 9 esteios. Travados os cantos, fixados os nabos no solo, providencia-se o vigamento superior em duas fases. Uma primeira, que corresponderá ao encabeçamento das paredes de pau a pique; uma segunda malha, mais simples, que embasará as asnas do telhado. Deste modo, a grelha estrutural da cobertura não corresponde à do assoalho, d que resulta que as paredes ficam por vezes apoiadas diretamente sobre os assoalhos e vigotas dos mesmos. Tais elementos devem ter problemas estruturais que foram aerado solucionados com espegues adicionais no porão em pontos críticos, aumentando o número de esteios internos ao porão.

Houve um equipamento hidráulico na fazenda, junto à queda d'água, mas a mata fechada existente no local não permitiu sua visualização.

7.3 FAZENDA SÃO MIGUEL - BOTUCATU

A família Nogueira tem origens em Baependi, Minas Gerais. Posteriormente, um dos ramos da família se fixa em São José do Rio Pardo, a partir de onde tratam da aquisição de terras de Gomes Pinheiro, em 1843.

Gomes Pinheiro lhes vende justamente as terras junto da divisa disputada aos herdeiros de Joaquim Costa. Porém, alerta o vendedor, ao descrever as divisas, citando um trecho da divisa como "rumo de divisa com os herdeiros de Joaquim Costa, que ora leva uma demanda na justica".

Trata-se da Fazenda Capão Bonito, com cerca de 5.000 alqueires. Os Nogueira, em 1847, adquirem diversas áreas vizinhas aos herdeiros da fazenda Gramado, situadas no alto vale do Capivara, ampliando a aquisição para algo próximo de 5.200 alqueires. É nestas terras da Fazenda

Gramado que está a casa da Fazenda São Miguel, que analisaremos a seguir.

O atual Sítio São Miguel pertence a Milton Bosco, e foi parte do complexo centralizado pela Fazenda Capão Bonito.

Ocorre que os avós do Sr. Milton foram colonos na fazenda São Miguel, antes de se fixarem na cidade. Posteriormente, a família Montagna (que também foram colonos na fazenda) adquiriu a mesma, e, mais tarde, revendeu-a aos Bosco.

para meados do século XIX,

encontramos documentações²⁶ que mostram que esta área (correspondente às fazendas Matão, São Miguel e Segredo) compunha uma única propriedade chamada Fazenda Gramado, pertencente a Maria Vieira da Silva, casada com José Correia de Assumpção. Ele aparece nos maços de população de 1846 referentes ao município de Itapetininga, no domicílio 1.084.

Recuando

Lista dos moradores:

José Correia de Assumpção (58 anos), filhos João (16), Salvador (12) e Firmino (8), Delfina (18), Anna (14), Maria (11) e Leopoldina (10). José já é viúvo, em 1846; como o filho mais novo tem 8 anos, sabemos que Maria Vieira faleceu entre 1838 e 1846. Viviam nesta fazenda Gramado.

Na divisão da fazenda, com a morte de Maria, sabemos que os filhos (Geraldo Correia de Assumpção, Maria Jacinta, esta casada com Joaquim Lopes de Toledo, João Pedro Correia e Anna Vieira da Silva, casada com Salvador Rodrigues Nunes) vendem em 1847 suas partes a Francisco de Assis Nogueira. Pelas declarações de divisas de 1855 sabemos que nesta data nenhuma parte desta fazenda estava mais em mãos de herdeiros, e que o próprio José Correia de Assumpção havia passado a residir nos arredores do atual bairro de Piapara.

A sequência da contagem populacional de 1846 segue aproximadamente a lógica geográfica, ficando um vizinho depois do outro. Nos maços de população esclarecemos nossas dúvidas.

26: Ciaccia e Pupo, 2005.

Aparecem em seguida a José Correia os domicílios de Geraldo Correia, seu filho, que vivia sozinho (22 anos), de seu genro Joaquim Lopes de Toledo, de Custódio José Monteiro, de João Roque Teixeira, Bento Lopes e ainda do outro genro, José Caetano. Tais elementos apontam que José Correia de Assumpção viveu na fazenda Gramado, que a mesma chegou a ser subdividida e abrigar domicílios de filhos e genros, que posteriormente tudo venderam, reunificando-se a propriedade em mãos de Francisco de Assis Nogueira em 1847.

Em 1855, a fazenda aparece no Registro Paroquial de Terras de Botucatu, sob número 411.

"Terras que possui Francisco de Assis Nogueira nesta Villa de Botucatu. Eu abaixo assignado sou senhor e possuidor das terras seguintes nesta Villa de Botucatu: uma fazenda de Mattas de cultura no lugar denominado Gramadinho cujas divisas são as seguintes: principiando por um lado com as divisas da fazenda Capão Bonito do lado direito, daí segue a divisa com João Teixeira

Nepomuceno, mais adiante com quem de direito for, e seguindo o tombo da serra divisando com José Caetano de Toledo, seguindo divisando com José Cordeiro de Godói, José Joaquim Alves Machado e com herdeiros do finado Felisberto do Valle, e daí thé a fazenda do Capão Bonito onde teve princípio esta divisa. Esta fazenda, menos uma parte, é possuída por compra que fiz a José Correia de Assumpção e seus herdeiros a dez anos mais ou menos. Botucatu, vinte e oito de maio de mil oitocentos e cinqüenta e seis. Por Francisco de Assis Nogueira, seu procurador Brás de Assis Nogueira."

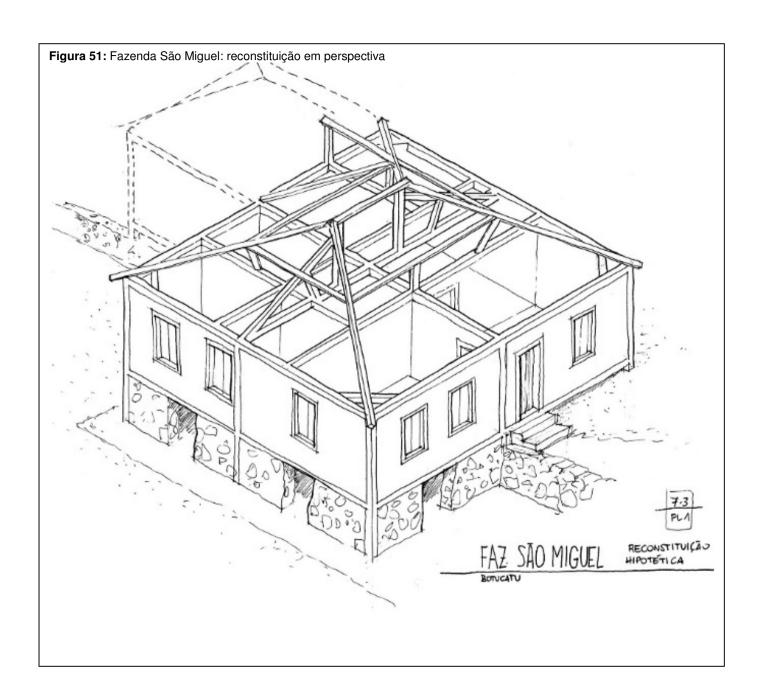
A descrição não é suficientemente clara, mas através do estudo dos confrontantes é possível delimitar aproximadamente esta fazenda Gramadinho. A fazenda Capão Bonito foi vendida em 1843, por José Gomes Pinheiro, a Francisco de Assis Nogueira, residente em São José do Rio Pardo, representado por seu procurador Brás de Assis Nogueira, seu filho. Brás se fixa nesta fazenda, de onde passa a gerir os negócios da família na região. Nesta venda, a descrição da

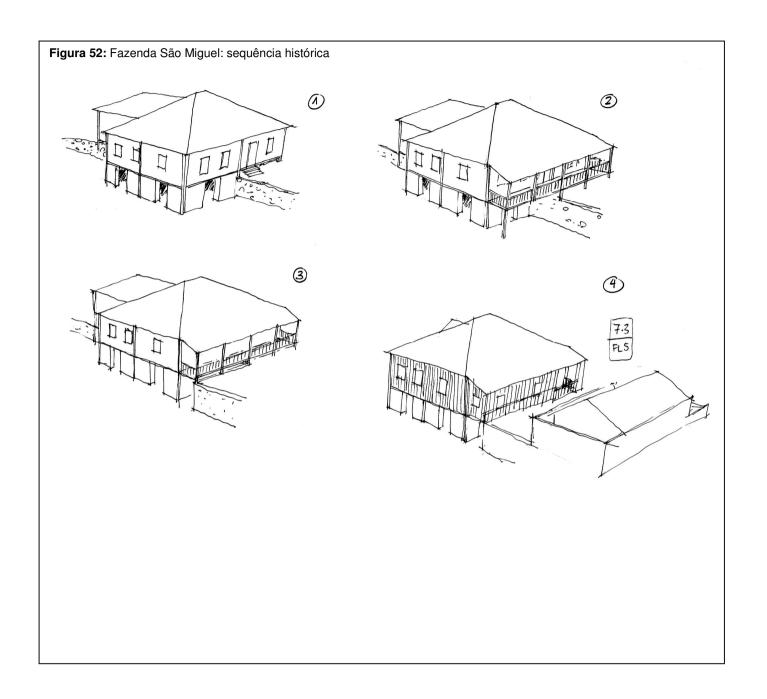
Capão Bonito aponta que a divisa com José Correia é o ribeirão do Monjolinho.

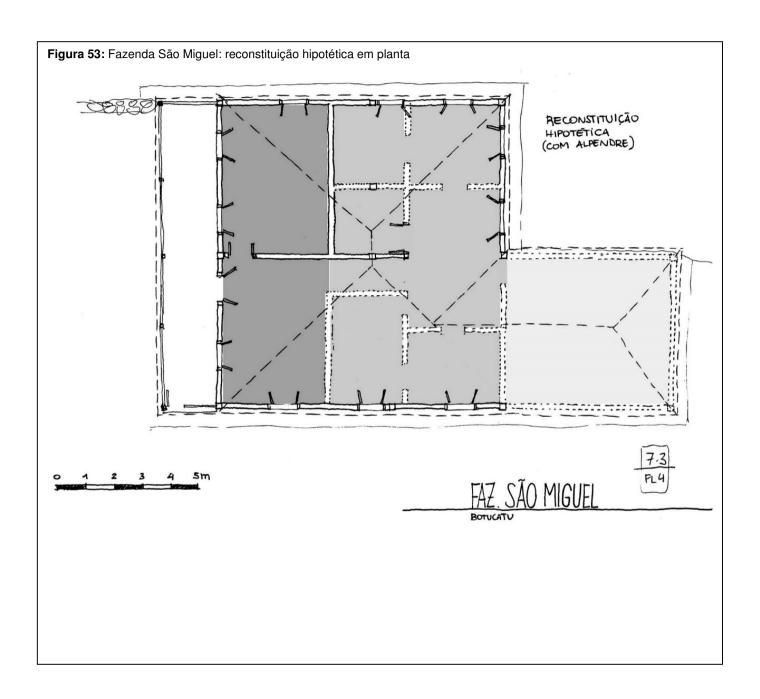
A fazenda Aracatu, de Francisco da Costa Luz, foi desmembrada posteriormente, resultando nas propriedades de José Joaquim Alves Machado e herdeiros de Felisberto do Valle. Por suas descrições, sabemos que suas divisas com a fazenda Gramadinho começavam no alto da serra "pela água que vem da fazenda Gramadinho", ou seja, o rio Capivara. As terras de José Caetano de Toledo ficavam ao pé da serra e se limitavam pelo tombo da mesma com a fazenda Gramado; as terras de João Teixeira Nepomuceno correspondiam aproximadamente às fazendas Boa Vista/Nova América atuais, limitando-se pelo divisor de águas com a Gramadinho; por fim, a fazenda de Negrão corresponde à Boa Vista do Negrão, hoje Fazenda Boa Vista dos Bruder, então limitada por toda a aguada que verte para a serra pelo seu riacho.

Esclarecida a formação da propriedade Gramadinho, passemos ao estudo de como esta fazenda se desmembrou, originando a fazenda São Miguel. Inicialmente, devemos considerar que a Gramadinho, enquanto pertenceu à família Nogueira, foi um anexo da fazenda Capão Bonito, onde residia Braz de Assis Nogueira. A Capão Bonito foi sucessivamente desmembrada, mas ainda era uma propriedade muito grande, com cerca de 2.000 alqueires, em 1873, quando Braz de Assis possui rebanhos de gado e lavoura de café na mesma e suas anexas, como a Gramadinho.

Em 1903, quando a CGG esteve mapeando a região, várias fazendas de café haviam sido desmembradas da Capão Bonito, junto às encostas da serra. Neste momento, na área da antiga Gramadinho já existiam a fazenda Matão (assinalada com o nome Camargo), a fazenda São Miguel e a fazenda Segredo (assinalada com o nome Rodrigues). Nas fazendas Matão e







1: Ver Donato, 2002.

Segredo, encontramos vestígios de uma estrutura produtiva cafeeira, sobretudo na Matão, onde a casa de máquinas tem grandes dimensões, e ainda há uma máquina Milanesi, raridade do início do século XIX. Na fazenda São Miguel, no entanto, o terreiro e a tulha existentes são de fatura recente – certamente posterior à primeira guerra mundial - e possuem dimensões muito modestas, próprias de um sítio, não de uma fazenda. Esta tímida estrutura cafeeira da São Miguel pode ser contemporânea da reforma da casa, mas certamente não o é da construção inicial da casa, que remonta a antes de 1880, posto que, desta data em diante, uma fazenda tão próxima da cidade e pertencente a família tão abastada e esclarecida jamais construiria uma casa destas dimensões, em pau-a-pique.

Tais elementos levam a uma hipótese de que a Fazenda São Miguel era originalmente uma fazenda de gado, e que o café foi implantado na Matão e na Segredo, ficando a velha sede deste setor fora da estrutura cafeeira, o que ocorreu após 1873. Tais elementos encontram respaldo

no fato que a atividade principal de Braz de Assis era a criação de gado.

Mapa da CGG de 1903, recorte da carta Botucatu. Em verde, o território da fazenda Capão Bonito em 1856, segundo o Registro Paroquial de Terras. Em amarelo, a Fazenda Gramadinho, dos mesmos proprietários, segundo o mesmo Registro Paroquial. Em vermelho, a posição da casa em estudo, da Fazenda São Miguel.

Pelos relatos da família Bosco, as fazendas Matão, Segredo e São Miguel pertenciam a um mesmo proprietário, em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. É neste período que acreditamos que tenha ocorrido a reforma que deu à casa sua configuração atual, tendo sua entrada principal virada para a lateral, seu antigo alpendre convertido em depósitos, e o puxado de serviços, eliminado. Pelos desenhos da nova fachada, acreditamos que esta intervenção se tenha dado entre 1910 e 1920, e que a casa fosse, neste momento, destinada a um colono mais graduado, ou um administrador

Figura 54: Fazenda São Miguel – casa – detalhes # JANELA. FAZ. MOURA JANELA . FAZ. SÃO MIGUEL

da fazenda. Há ainda vestígios de intervenções mais recentes, posteriores a 1970, como os pisos cerâmicos da cozinha e da saída para o quintal.

Situada em Botucatu, esta antiga sede de fazenda era originalmente em taipa de mão, posteriormente reformada ganhando paredes externas em tábuas e a nova fachada principal em tijolos. Se a substituição da taipa nas paredes externas era decorrente do seu desgaste permanente, talvez a madeira tenha sido adotada como uma substituta barata, num momento em que a velha casa já não tinha funções tão relevantes quanto em seus tempos iniciais, tendo se tornado uma simples casa de colono.

A casa da fazenda São Miguel apresenta solução estrutural similar à encontrada nas fazendas Moura e Santo Antônio do Araquá, porém a estrutura do telhado e as portas e janelas apresentam dimensões sutilmente menores. Esta leve economia de recursos sugere que esta casa seja mais recente, porém sempre anterior a 1880, quando dificilmente ainda se faria uma casa desta

importância, tão próxima da cidade (cerca de 7km), em pau a pique.

As dimensões da casa são também sutilmente menores que as das fazendas botucatuenses citadas, e a mesma não foi concebida originalmente com alpendre, o que se pode notar pela solução dos caibros em leque, que complica esta solução. Se o alpendre fosse original, nesta época já se teria adotado uma solução como a da fazenda Boa Esperança, provavelmente sua contemporânea, onde a cobertura em quatro águas abriga o alpendre. Os esteios não são lavrados com cuidado, abaixo do assoalho. Tais elementos nos levam a crer que esta casa era uma sede mais humilde que a das outras três fazendas botucatuenses.

O histórico fundiário desta área, somado a estes elementos construtivos, levam-nos a propor que esta casa foi construída entre 1860 e 1880, mais provavelmente entre 1870 e 1880. É verdade que a estrutura principal da casa pode até ser mais antiga, e apenas as portas e janelas terem sido substituídas nesta época.

8. AS PRIMEIRAS FAZENDAS PLANEJADAS (1865-1880)

A cultura cafeeira do oeste paulista assume nova velocidade de desenvolvimento com a abertura da ligação ferroviária Santos-Jundiaí. Esta ligação representava um novo patamar de facilidade de exportação da produção, o que imediatamente estimulou a expansão cafeeira para oeste.

As perspectivas de criação de novas ferrovias, irradiando pelo oeste, potencializavam este processo, que era ainda orientado por manuais agrícolas então em circulação entre os grandes empresários agrícolas, (conforme estudado por Argollo¹ e por Carrilho²), mas também por uma experiência brasileira já acumulada no Vale do Paraíba. As terras altas e os solos basálticos eram os preferidos, por serem mais adequados à cultura cafeeira.

Até 1860 o plantio de café em Botucatu ocorreu como se plantam pomares nos fundos dos quintais – tratava-se de uma pequena produção,

para consumo próprio e talvez um pequeno excedente para o comércio da própria freguesia.

O crescimento das lavouras cafeeiras pode ser avaliado pela sequência das informações estatísticas fornecidas pela municipalidade Botucatuense ao governo provincial, respondendo a questionários. No capítulo anterior vimos que o café sequer constou entre os produtos mais importantes do município em 1861.

Em 7/4/1869 a Câmara Municipal responde questionário do governo provincial:³

"As ruas que existem na vila são três: Curuzu, Riachuelo e Calvário.

As praças são duas: a da matriz e a da Cadêa.

Igrejas, duas: a matriz e a de Santa Cruz.

Edifícios públicos são dois, a cadêa e o quartel da barreira.

Fábricas de açúcar: existem 12, produzindo 10.000@ por ano mais ou menos.

Máchinas de descaroçar algodão existem 4, exportando 4.000@ de algodão beneficiado Engenhos de serrar madeira existem três.

1: Argollo, 2004

2: Carrilho, 1994

3: AESP: Botucatu, documentos diversos.

4: AESP: Botucatu, documentos diversos.

5: Luné, 1985.

Indústrias existem algumas. A do queijo, fumo e alguns tecidos de algodão e lã em ponto pequeno Systema de viação e estradas de exportação existem 3, para Itapetininga, Tatui e Constituição, todas elas em bem péssimo estado, sendo de urgente necessidade a abertura de estradas para Tietê e para a província do Paraná, as quais são de grandes vantagens não só para este município como para aqueles onde vão fazer ponta.

Produção de gado e animais cavalares 8.000 cabeças anualmente, e de porcos 10.000.

Uma freguesia, nossa sra da Piedade no Rio Bonito; capelas duas, a de N Sra das Dores no Rio Novo e a de São Roque no rio do Peixe.

Café: 1 milhão de pés, alguns já produzindo, exportando 10.000@."

Vemos, através dos relatos da Câmara Municipal de Botucatu, que o café saltou de uma posição coadjuvante, em 1861 – quando era um produto secundário e sem peso significativo na economia local – para em 1868 constar como principal produção agrícola botucatuense. Nestes 7 anos, o café se tornou o centro da economia botucatuense, dando início a um processo de

transformação muito intenso, que gradativamente pôs fim à "Botucatu boca-de-sertão", a cidade que servia como base de bugreiros, posseiros e grileiros rumo ao Paranapanema.

Em 30/9/1873 foram registrados⁴ na coletoria de Botucatu 1.436 escravos e na de Lencóis 1.139; neste mesmo ano seriam⁵ cerca de 1,200,000 pés de café plantados no município, produzindo cerca de 35.000@, e são nominados 38 produtores. cujas propriedades se situavam concentradas nos atuais municípios de Botucatu (22, sendo 5 delas chácaras suburbanas e 17 distribuídas pelos aparados da serra), São Manuel (7, todas junto à atual divisa com Botucatu, no vale do Araquá), 1 em Lençóis Paulista, 1 em Pratânia, 1 em Itatinga e 1 em Avaré. Não foi possível determinar a localização das 5 propriedades restantes. Os dados colhidos permitem identificar que o bolsão cafeeiro que se desenvolvia neste momento era a mancha de terra roxa Botucatu-São Manuel, e que apenas isoladamente se experimentava além desta zona. É possível também verificar que a média de produção por proprietário (considerando que todo o café fosse produzido por estes 38 principais produtores) seria algo próximo de 1.000@ por fazenda. Como o café produzia nos primeiros tempos algo ao redor de 150@ por 1.000 pés, temos algo próximo de 6.000 pés produzindo, por propriedade cafeeira. Considerando que o sistema então utilizado permitia aproximadamente 4.000 pés por alqueire, temos 1,5 alqueire de cafezais em produção por propriedade, além de outros 7,5 algueires ainda jovens. São dimensões muito modestas ainda, capazes apenas de encher os olhos daquela população pobre do sertão. Em geral uma família era contratada para cuidar de 5.000 pés, em média, dependendo das condições do contrato. Podemos imaginar então que cerca 200 famílias trabalhavam nestas 38 propriedades, algo próximo de 5 famílias por propriedade, em grande parte escravos.

Em 1878 outra carta da Câmara de Vereadores de Botucatu⁷ para o governo provincial oferece um panorama do crescimento das lavouras, o Relatório do estado da agricultura e indústria pastoril em 1878.

"Pés de café: 1 milhão com mais de 4 anos, produzindo 150.000@.

200 proprietários cultivam o café Pés novos. 1 a 4 anos=2 milhões

Cana: existem 7 engenhos, produzindo 7.500@ de acúcar e 600 carqueiros de aquardente

22 proprietários de fazendas de criar

Gado vacum: 10.000 cabeças, 2.000 a ano

Cavalares: 500 cabeças

Cavalares novos por ano: 200

Produção de suíno: 26.000 por ano

Produção de aves: 20.000

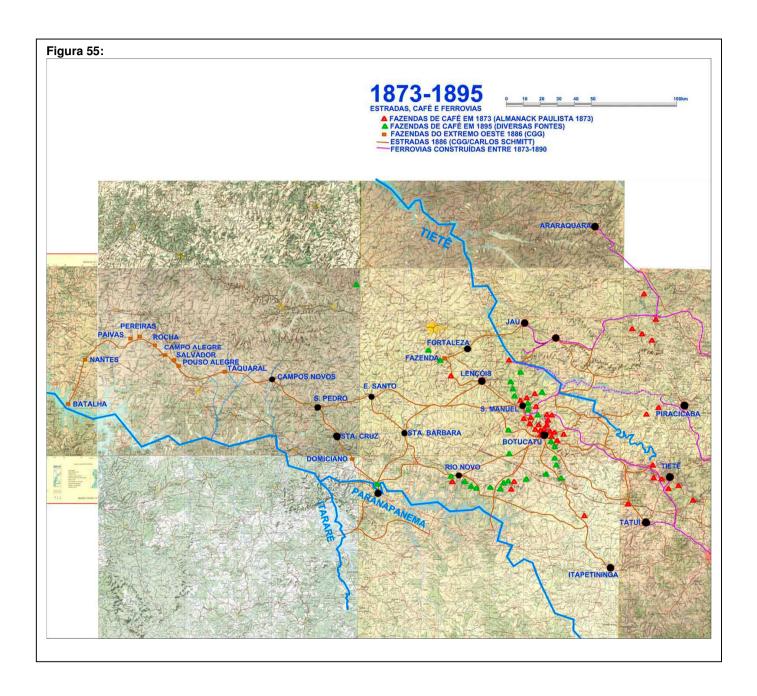
Milho 350.000 alqueires

Feijão 20.000 alq

10/6/1878 "

A febre cafeeira contagiou a todos, e animou inclusive os mineiros das primeiras levas que ainda remanesciam em suas posses do alto da serra – sobre as terras roxas. Foi o caso de José

- 6: Mombeig, 1984. A informação é coerente com outros relatos colhidos em fontes diversas.
- 7: AESP: Botucatu, documentos diversos.



Rodrigues dos Santos, que empenhou recursos adquirindo alguns escravos e plantando café, mas acabou endividado e, por estas dívidas, entregou gradativamente a maior parte de sua "Sertãozinho da Barra Mansa" a capitalistas portofelicenses⁸.

Estas experiências de pouco planejamento estavam fadadas ao fracasso. Os vultosos investimentos necessários e o dilatado prazo de retorno do capital exigiam grande organização contábil.

Os paulistas da região açucareira, ituanos, campineiros, piracicabanos e tieteenses, já estavam em contato com o universo cafeeiro pois suas fazendas eram mistas de cana e café 1830, pelo menos. Aprenderam, desde gradativamente, a organizar o fluxo de caixa do empreendimento cafeeiro; acompanharam os infortúnios sucessos dos grandes estabelecimentos do vale do Paraíba nas décadas anteriores; tinham contato com a literatura internacional a respeito da agricultura e da economia cafeeira; quando decidem implantar fazendas nas terras a oeste, levam a cabo um meticuloso planejamento.

Frequentemente, adquirem terras onde já existem alguns pés de café plantados, pelos antecessores, geralmente mineiros. Constroem senzalas mais amplas, ampliam os cafezais, e na sequência iniciam a implantação das estruturas construídas: terreiros, tulhas, e finalmente a casa sede. Este ciclo geralmente leva em torno de 7 a 8 anos, período em que a fazenda atinge produção total.

Pudemos rastrear este processo em diversas propriedades, dentre as quais pudemos distinguir grupos com características bem definidas e distintas entre si.

Um grupo é o de herdeiros da região açucareira, com recursos moderados, que adquirem pequenas posses sobre terras roxas do alto da serra, e ali implantam fazendas de café. É o caso das fazendas Boa Esperança, de Rodrigo Ferraz Aranha, Monte Selvagem de Antônio de Carvalho Barros; da fazenda Lageado de José Silveira Franco, da fazenda Lageado do Salto Alto de José Rodrigues César; da fazenda Barra Mansa

8: 1º Cartório de Notas de Botucatu: Livro 10. Mais detalhes podem ser vistos no histórico da Fazenda Moura, nesta tese. de Rafael de Moura Campos, todas entre 100 e 200 alqueires de superfície.

Outro grupo é o dos proprietários paulistas já presentes na região, que se desfazem de parte ou do todo de suas fazendas de criar, para adquirir novas terras ou implantar, nas partes remanescentes da velha fazenda, uma estrutura cafeeira. Este foi o caso dos Pinheiro Machado. que venderam grande parte de suas terras e implantaram em novas áreas adquiridas fazendas de café, bem como implantaram em pequena parte das terras remanescentes uma importante estrutura cafeeira. Também podemos citar aqui os Soares de Barros, netos do patriarca Domingos. Ao redor de 1860 se desfazem de suas fazendas de criar para adquirir, maciçamente, terras próprias para implantação de cultura do café, muito próximas de suas terras originais; mas estas terras adquiridas eram basálticas, roxas, enquanto as terras vendidas eram pastagens sobre areião.

Vale citar neste grupo a família Cardia, que possuindo sesmaria na foz do rio Lençóis, desde 1819, passa a residir nestas terras em 1858, e nos anos seguintes constrói estrutura importante

na propriedade, além de adquirir novas terras em Agudos e São Manuel, onde esta jornada se prolonga.

Por fim, há um terceiro grupo de grandes proprietários, possuidores de amplos recursos, que adquirem diversas porções de terras, imensas propriedades em parte formando cafeeiras, dentro das quais, pelo próprio tamanho, existem também outras importantes atividades, ao lado do café. Neste grupo, podemos citar principalmente família а possuindo já Conceição, que grandes propriedades em Piracicaba, adquire diversas propriedades, formando duas grandes fazendas cafeeiras: a Lageado de Silveira Franco e a Fazenda Serra Negra, ou Villa Vitória, hoje conhecida como fazenda do Conde de Serra Negra, originalmente pertencente a Antonio Soares de Barros. Outra fazenda de grande porte, estabelecida na região nesta época, de menor importância cafeeira mas de grande extensão territorial, foi a Fazenda Sobrado, subdividida entre os herdeiros Soares de Barros: adquirida pelo Senador Queiróz, que comprou quase todas as partes dos herdeiros e mais outras terras vizinhas, formando uma imensa propriedade.

Um quarto e último grupo pode ser reconhecido entre os proprietários de recursos moderados que empreenderam plantio de cafezais em regiões isoladas, de maneira arriscada, geralmente com final pouco feliz: estas fazendas nunca atingiram grande grau de desenvolvimento material, tornando-se rapidamente obsoletas – geralmente, antes mesmo da crise de 1902.

A transferência das famílias, com seus escravos, para as novas propriedades em desenvolvimento, era uma operação complexa. O pai, camaradas e escravos de maior habilidade e confiança vinham na frente, para preparar as moradas iniciais, geralmente provisórias, os primeiros plantios, as primeiras estradas de acesso. Isso tomava vários meses. Então, a maior parte deles retornava para buscar a família, os animais, o plantel de escravos, formando comitivas de tamanhos variados, a depender principalmente do número de escravos.

Jango Pires descreve⁹ a mudanca, de Itatiba para Avaré, da família de Floriano da Silveira Franco, vindos de Itatiba: "Família e escravos eram ao todo guarenta pessoas, que viajaram a cavalo e em tropas de carqueiros. Os brancos em montaria separada. Em Piracicaba foi muito apreciada uma menina de cinco anos (Escolástica) que montava um petiço e trazia uma negrinha ao colo. Os negrinhos viajavam em carqueiros previamente preparados e que se compunham de dois jacás com janelas, carregando dois de cada lado, cobertos com um *ligá* para protege-los do sol e da chuva. Esta comitiva despertou muito interesse em Piracicaba, primeira cidade por onde passou, seguindo-se Nossa Senhora da Ponte do Rio Tietê (atual Anhembi) e Botucatu, chegando a Rio Novo (Avaré) em 11/4/1870.

Os irmãos Villas Bôas possuíam terras na região do rio Paranapanema¹⁰ desde alguns anos antes, mas só em 1887 se fixam em Botucatu. Sendo 4 irmãos, então residentes em Itapira, com grande número de funcionários e escravos, sua mudança se fez por etapas, só partindo a caravana

9: Pires, 2009. 10: Pinto, 2002. 11: Dupré, 1978

seguinte quando chegava a Itapira a notícia do sucesso da chegada do irmão anterior.

A escritora Maria José Dupré, no livro "Os Caminhos", conta em detalhes a trajetória de sua família, e nos permite vislumbrar elementos do cotidiano e das relacões pessoais destes fazendeiros botucatuenses do final do século XIX. Seu pai, Antônio Lopes Monteiro, filho dos Lopes de Oliveira de Sorocaba, era tropeiro guando jovem, tendo feito várias viagens ao Rio Grande do Sul. Não teve maiores estudos, mas lia muito, e declamava de memória Guerra Junqueira. Com o dinheiro das tropas adquiriu uma olaria em Sorocaba, atividade que desenvolvia aos 32 anos, quando se casou com Rosa Barros Fleury, então com 16 anos, em 1874. A noiva era da família Aguiar de Barros, também ligada aos negócios das tropas; sua avó era prima de Rafael Tobias de Aguiar. Depois de alguns anos casados, em Sorocaba, decidiram se mudar para Botucatu, onde adquiriram fazenda, ao redor de 1880. Esta propriedade se tornou uma importante referência, como voltaremos a tratar quando analisarmos a fazenda Villa Vitória, pois pouco

depois de fixarem residência ali, a Companhia Sorocabana identificou-a como ponto estratégico para o acesso à cidade de Botucatu. Antônio Monteiro tornou-se o nome do lugar, que só depois de alguns anos se chamaria Vitória, hoje Vitoriana, distrito de Botucatu.

A família crescia, eles tinham três meninas -Anna (Nicota), Euthymia, Guiomar, e um menino, Osvaldo, todos nascidos ainda em Sorocaba antes da mudança. A fazenda possuía colônia e uma escola dirigida por professora inglesa especialmente contratada, Miss Alberta Temple. Em 1888 ou 1889 o menino Osvaldo faleceu de tétano, nos braços da mãe, já no trem buscando tratamento em Botucatu, e a família, ainda em choque, decide mudar para a cidade enquanto tratam da venda da fazenda. Antônio e Rosa tiveram mais três filhos: Zenon e os gêmeos Raul e Renato. Ao redor de 1891, eles adquirem terras na margem esquerda do Paranapanema, logo abaixo da foz do rio Itararé, para onde se mudaram em 1895 ou 1896. Hoje estas terras se situam no município de Ribeirão Claro, Paraná. Deixam as três meninas mais velhas com a avó e uma tia, e partem para a nova morada com os três meninos. Dupré reconta o que ouviu de sua mãe: "Meus pais, os três filhos pequenos, alguns camaradas fiéis desde Vitória. Mã e Eufrosina (as duas mucamas, amas de leite das crianças, filhas de ex-escravas da família e sempre prontas para todos os desafios) seguiram para o Paraná. Depois que deixaram a Estrada de Ferro e subiram para o carro de bois, (deve ter sido em Cerqueira César, onde os trilhos chegaram em 1896 e ficaram parados até 1906) ela, as crianças e as duas pretas, o martírio maior foi o medo; medo dos bugres que podiam atacar, medo dos bichos selvagens, medo de caírem nos despenhadeiros, medo dos mosquitos que picavam ferozmente as crianças, medo do desconhecido. Levaram vários dias percorrendo caminhos abertos no meio da mata, estradas lamacentas onde em cada curva podia haver perigos sem conta. Papai e os camaradas iam à frente, a cavalo. Levaram matula para a viagem. Faziam fogo, cozinhavam carne com feijão e arroz de mistura com farinha e lavavam os pratos nos riachos dos caminhos. Durante a noite minha mãe se encolhia com os filhos sob um dos carros.

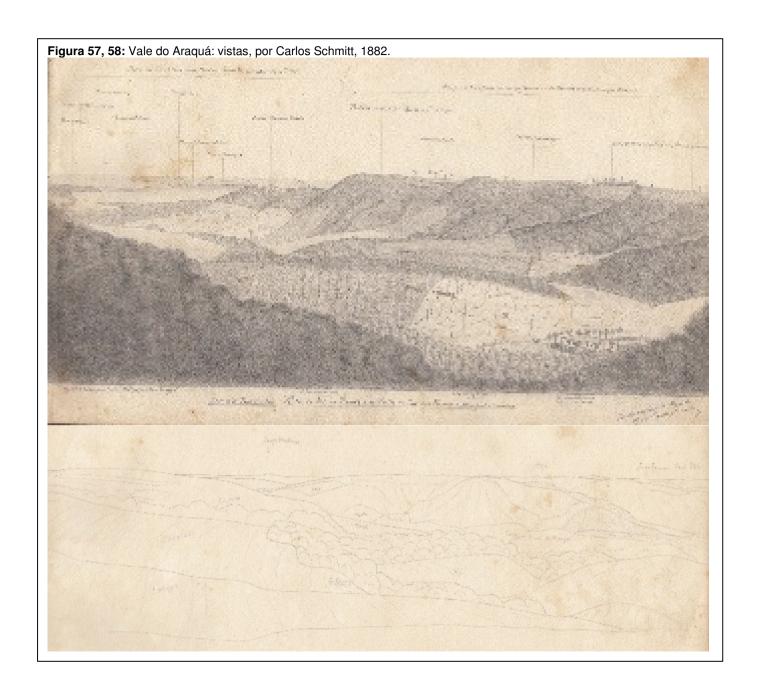
enquanto as pretas dormiam debaixo do outro, e papai e os camaradas se revezavam na guarda para evitar onças que rugiam por perto, mas nunca foram vistas."

Algum tempo depois, foi necessário enviar os filhos para o Colégio São Luís, de Itu, como alunos internos. Rosa, a esposa de Antônio, possuía um nível cultural muito superior à população simples dos arredores, entre os quais muitos criminosos refugiados da justiça, os quais, porém, respeitavam os Monteiro pela sua generosidade. Antônio era um apaziguador e aconselhador dos nervosos vizinhos. acostumados a resolver tudo na bala e na faca. Rosa era a médica, a farmacêutica, a professora de higiene, a parteira de toda a vizinhança. Situação difícil foi quando se descobriu grávida, aos quarenta anos de idade, em pleno sertão. Teve que ser a parteira de si mesma, e assim nasceu a temporã Maria José, oito anos mais nova que os gêmeos. Viveram no sertão por alguns anos, plantando cafezais, implantando algumas casas de colonos, até que ao redor de

Figura 56:

Rancho e venda do Juca Capitão, na estrada velha de Tietê para Botucatu, às margens do rio Capivara. Desenho de Carlos Schmitt de 1882. Ao fundo, podemos ver o morro do Descalvado ou do Chapéu, hoje conhecido como Morro do Peru, e atrás dele a serra. No alto da serra, está a cidade de Botucatu. Schmitt estava estudando o trajeto possível para a ferrovia atingi-la.





1903 decidem voltar para Botucatu. Descobrem então que grande parte da fazenda está sobre terras griladas, o que derruba seu preço de venda. O retorno para Botucatu ocorre em meio a dificuldades, portanto, que só foram amenizadas pelos providenciais amigos de Antônio Monteiro, muito estimado na cidade.

Estes amigos indicam Antônio Monteiro para administrar uma fazenda que fora tomada por dívidas, pelo Banco – a fazenda Bela Vista, hoje em Pardinho, por muitos anos conhecida como "Fazenda do Banco". Antônio mantinha amizade com Maneco Conceição, o Conde de Serra Negra, seu antigo vizinho na estação Vitória; tinha ainda um irmão médico, Maneco Lopes de Oliveira, dono da fazenda Santa Maria em Itatinga.

Ao descrever os hábitos de sua mãe, Dupré dá vida a alguns utensílios que encontramos citados em documentos de cartório: "Mamãe montava à moda antiga, sentada de lado num silhão de couro, presente do papai. Toda a gente admirava mamãe com saia comprida escura, botinhas de cano alto, chapéu e chicote nas mãos."

Sobre a hospedagem como prática social automática, como citado por Lemos em Casa Paulista, apoiando-se entre outros, no livro "Retirada da Laguna" de Taunay, também Dupré nos oferece seu relato, em pleno 1905-1906, no alto da serra de Botucatu:

"Mamãe sempre contava que muitas vezes, já tarde da noite, dez ou onze horas, todos já dormindo ou se preparando para dormir, ouviam tropel de cavalos - eram hóspedes que chegavam e pediam pousada. Sobre as saias compridas de montar, as mulheres usavam uma espécie de casaco de linho branco, talvez por causa da poeira; (...) todos corriam para servir e ajudar. Sempre havia muito leite, coalhada e requeijão. Em latas grandes bem fechadas, havia biscoitos, pães, doces, bolos de fubá ou de araruta. As empregadas iam para a cozinha fazer fogo nos fogões já apagados, ferver água para os banhos, assar frangos e galinhas para a canja dos hóspedes. Mamãe corria preparar a cama para as crianças com roupas que tirava das gavetas, cheirando a alfazema e alecrim. Tudo limpo e pronto para quem chegasse. Jarros e bacias de cobre ou prata eram levados aos

quartos com água quente e fria. Eu acordava com gente estranha andando nos corredores ou tomando café com leite na sala de jantar. Homens com a barba por fazer, mulheres de vários tipos. crianças reclamando que queriam mais pão doce. mocinhas olhando para todo lado e colhendo flores do jardim. O dia radioso e eu com vontade de chorar porque não gostava de encontrar rostos estranhos, corria para o colo de Mã. Muitas vezes, seguiam viagem logo de manhã para aproveitarem a fresca, em outras ficavam para o almoço e esperavam que lhes preparassem a matula para comerem mais tarde, no caminho. Ninguém estranhava, e dava hospedagem a quem pedisse. As distâncias eram grandes, os caminhos nem sempre conhecidos."

Por fim, um relato aproximadamente contemporâneo aos fatos narrados por Dupré, colhido por Maluf¹², nos dá dimensão humana ao olhar com que estas mulheres paulistas viram a chegada ao sertão.

A narradora da história é Floriza Barbosa Ferraz, esposa de Antônio Silveira Corrêa. Filhos de

fazendeiros relativamente abastados. Piracicaba. eles coube assumir responsabilidade de implantar a cafeicultura em uma propriedade que a família havia adquirido há décadas, em Pederneiras, então pertencente a Lençóis Paulista. Até então administrada à distância, podemos imaginar que a propriedade só poderia produzir naqueles longínguos sertões gado e porcos. O funcionamento da fazenda devia ser algo muito semelhante às antigas fazendas de criar de Botucatu, Itapeva, onde os funcionários e escravos vegetavam na miséria e no isolamento, e a estrutura física da propriedade se resumia a choupanas e ranchos erguidos precariamente. A própria casa sede, que não poderia ser chamada de grande (os próprios Pinheiro Machado descrevem a sua como uma "casa pequena") era precária, ainda mais devido ao abandono em que permanecia por longos períodos.

O relato de Floriza nos parece, portanto, representativo da maneira como estes jovens herdeiros do quadrilátero do açúcar ou da elite tropeira, encaravam a mudança para o oeste.

12: Maluf, 1991. Floriza conta que seu sogro adquiriu estas terras de João Antônio Damasceno e Souza. De fato, em 1856 Damasceno e Souza declarou estas terras diante do pároco Modesto Marques Teixeira, em Botucatu, sob registro 259: ..."uns terrenos no lugar denominado Os Patos, cujos houve por compra a Angelo Gonsalves Rebello, Joaquim Francisco e José Francisco. cujos terrenos se compõem de mattos. faxinaes. е campos. Suas confrontações são por um lado divide com capitão José Gonsalves, por outro com a fazenda do Bom Jardim, por outro com terras do coronel Coelho. por outro com a fazenda das Anhumas.". Pela descrição, estas terras se situavam muito próximas da atual vila de Vanglória, ao lado da Usina São José de Zilo Lorenzetti.

Corria o ano de 1896, ou seja, pouco depois de a família Monteiro mudar-se de Botucatu para o Paraná, no local onde surgiria Ribeirão Claro.

Uma interessante coincidência entre os relatos é a presença sempre lembrada do Chernovitz, um manual de saúde que tanto a mãe de Maria José Dupré como Floriza – e aí imaginamos que devia ser geral entre as fazendeiras – tinham sempre à mão para cuidar da família e dos funcionários.

Floriza e Antônio partiram de Rio Claro em fevereiro de 1896. Depois de três dias de viagem pelos rios Piracicaba e Tietê, chegaram ao Porto Eliseu (quando tratarmos desta propriedade retomaremos este trecho do relato mais detalhadamente) onde iniciaram a viagem por terra até seu destino, a Fazenda do Engenho, no atual município de Pederneiras.

Ao chegarem, já com o escuro, encontraram a casa iluminada com as lamparinas de querosene, onde os esperava "um preto velho chamado Roque, cego de um olho (...) com um jantarzinho requentado, com um franguinho quase seco". Os

proprietários acenderam velas para espantar o medo dos ratos e das baratas, abrem os colchões ali mesmo no chão e assim se acomodaram na primeira noite na Fazenda do Engenho. Só no dia seguinte é que Floriza ficaria conhecendo a nova morada, que tinha ao redor apenas um pequeno terreiro e era cercada de matarias pelos dois lados. "A casa era muito pequena e baixa; as paredes um tanto velhas e desgastadas, eram feitas de barróte com cascas de coqueiro, e somente a salinha de jantar era forrada com pano de estopa já bastante apodrecido pelas goteiras, cheio de buracos, por onde vazavam cacos de telhas e até ratos, os quais andavam de correria pelo telhado tanto de dia como de noite. E tudo muito preto de fumaça que subia da cozinha, que era na parte ainda mais baixa da casa". Não havia água encanada e esta era trazida em latas, de um rego próximo.

Esta cozinha mais baixa provavelmente era uma cozinha em chão batido, pegada a uma casa sobre assoalho. Devia ser algo semelhante à casa da Fazenda Salto Alto do Boqueirão, que analisaremos mais adiante, porém imaginamos

que mais "acachapada", pois a fazenda Salto Alto tem pé direito bastante confortável. Encontramos ruínas e restos em casas reformadas que indicam casas exatamente deste tipo em Botucatu, na cidade. Talvez até fosse algo assim a casa "meio assobradada" dos Pinheiro Machado, na fazenda Monte Alegre.

8.1.FAZENDA BOA ESPERANÇA

BOTUCATU

A fazenda Boa Esperança se situa na crista da cuesta, no vale do Córrego da Agulha, um afluente do Araquá pela margem direita deste, paralelo ao Córrego Fundo, que deságua no Araquá.

Nos Registros Paroquiais de Terras de 1855-1856 estas terras comparecem formando uma única propriedade com sua atual vizinha, Fazenda Moura. A grande propriedade original compreendia toda a "aguada" do Córrego da Agulha, ou seja, toda sua bacia de contribuição até sua grande queda na serra, como visto quando tratamos da Fazenda Moura.

O proprietário mais antigo (depois de seu desmembramento da Sertãozinho da Barra Mansa) é Rodrigo Dias Ferraz Aranha. Era filho de Manoel Dias de Quadros Aranha (que aparece em 1806 comprando escravos a prazo, em ltu -Bacellar, 2001 - pp 156-157), da antiga família Campos Bicudo de Itu (pois era filho de Manoel Dias Bicudo – depois Dias Paes – ver Genealogia Paulistana – vol IV, p.219). Rodrigo se casou ao redor de 1855 com Isabel Franco de Arruda. piracicabana, e sua parente. A irmã de Isabel, chamada Justina, se casou com José Rodrigues César, que vivia em um "Sítio chamado Lageado" (Fazenda Salto Alto, também desdobro da antiga fazenda de José Antônio Pereira, hoje conhecida como fazenda do Cintra, Fazenda Saúde ou Pavuna), em Botucatu. Rodrigo adquiriu a propriedade em 11/11/1865, por 2.400#000. José Rodrigues dos Santos e sua esposa Maria da Luz do Nascimento, mineiros, analfabetos, das primeiras levas de povoadores do alto da serra, já instalados ali há cerca de 20 anos e então residentes na casa da atual Fazenda Moura, vendem parte do "...sítio Barra Mansa do Sertãozinho, que houveram por posse e

13: 1º Cartório de Notas de Botucatu, livro 10.

14: Magalhães, 1920.

15: Sobre o caráter laico da Misericórdia Botucatuense. vale destacar que foi moldado também pelas necessidades do momento: foi um modo de unir grupos distintos que desejavam uma casa de saúde em Botucatu, e assim unir os recursos angariados para concretizar a obra. Sua realização colocou à disposição da sociedade a primeira - e por muitos anos única - casa de saúde de atendimento gratuito e universal em toda a Alta Sorocabana. Seus anúncios no Correio de Botucatu grifavam: NÃO É SANTA CASA.

ocupação primeira. 80 alqueires de terras de culturas que serão medidos da água da agulha onde divide com Joaquim Gonçalves da Fonseca, subindo pela água da Agulha¹³..." (ver descrição completa quando tratamos dos sucessivos desmembramentos da Moura). Cafezais não foram citados na compra, o que significa que não existiam — seriam um item importante na composição do preço. Não sabemos quando começaram os trabalhos, mas é certo que a estrutura inicial da fazenda — cafezais, terreiro, tulha, senzalas, casa para um administrador e possivelmente a casa sede — já estavam prontos em 1873.

Provavelmente os cafezais foram plantados de imediato, em 1867 e 1868 e na sequência, em 1868 ou 1869, tiveram início os trabalhos de construção dos terreiros e da tulha, que precisavam estar ao menos em condições de receber as primeiras colheitas em 1870. Do outro lado do vale, o velho José Rodrigues dos Santos devia olhar incrédulo o ir e vir de escravos. carapinas trabalhar pedreiros edificação Boa incessantemente da na

Esperanca. Ele que tocou sua propriedade a vida toda com a própria família ajudada por uns poucos escravos, assistia da porta de sua sala a construção de um moderno empreendimento cafeeiro. A esposa de Rodrigo Ferraz Aranha, Isabel Arruda, nasceu em 19/11/1835, e mudouse para a fazenda Boa Esperanca em 24/5/1875¹⁴. Ficou viúva pouco depois, com os filhos ainda jovens, e mostrou grande força assumindo os negócios, tornando-se a mulher mais poderosa de Botucatu no final do século XIX. Foi a principal doadora em prol da Misericórdia Botucatuense em 1893. Seu filho. João Rodrigues de Souza Aranha, foi importante neste processo. Ambos se aproximaram do grupo político republicano, e o caráter laico da Misericórdia deve muito ao pensamento deste grupo, formado em grande parte por maçons e positivistas. 15

A fazenda Boa Esperança já produzia café, em 1873. Sebastião de Almeida Pinto, em suas crônicas sobre o Velho Botucatu, conta que em 1878 Rodrigo estava buscando, em Porto Feliz, gente para formar cafezais em sua propriedade.

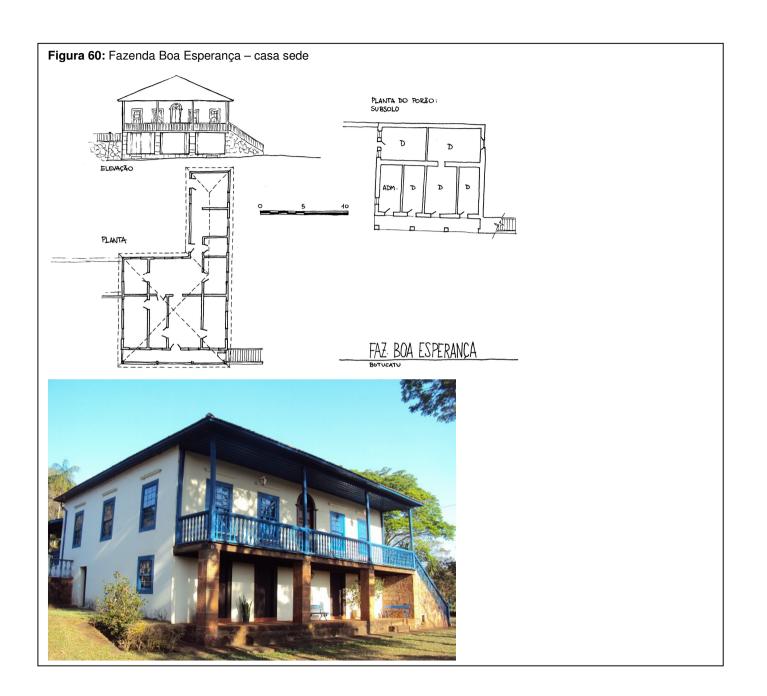
A fazenda possui uma organização do espaço mais racional que a fazenda Moura, evidenciando um planejamento prévio de toda sua estrutura. A casa sede domina visualmente os terreiros, e estes se articulam aos níveis da tulha com grande engenhosidade — o terreiro fica a meio patamar da tulha, tendo rampas para os vagonetes acessarem o piso da tulha ou o passadiço suspenso onde os carrinhos com o café seco do terreiro são basculhados.

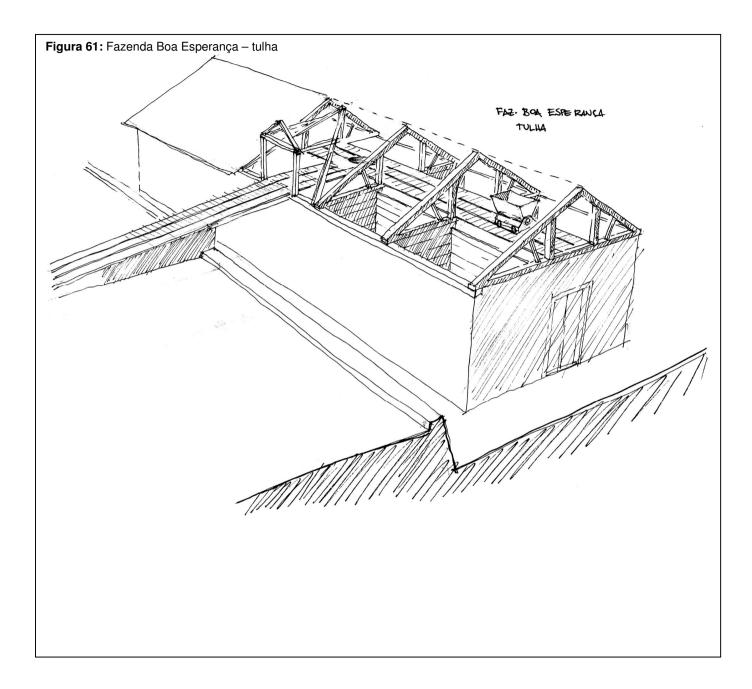
A carpintaria da tulha é engenhosa, tendo sido pensada em conjunto com o sistema de vagonetes, pois este atravessa as tesouras. Como o sistema de vagonetes não deve ter sido adotado de pronto, podemos imaginar que a tulha atualmente existente não é original, mas provavelmente é pouco anterior à primeira grande reforma da casa, da década de 1880, pois o investimento na estrutura produtiva seria prioritário sobre o investimento em conforto.

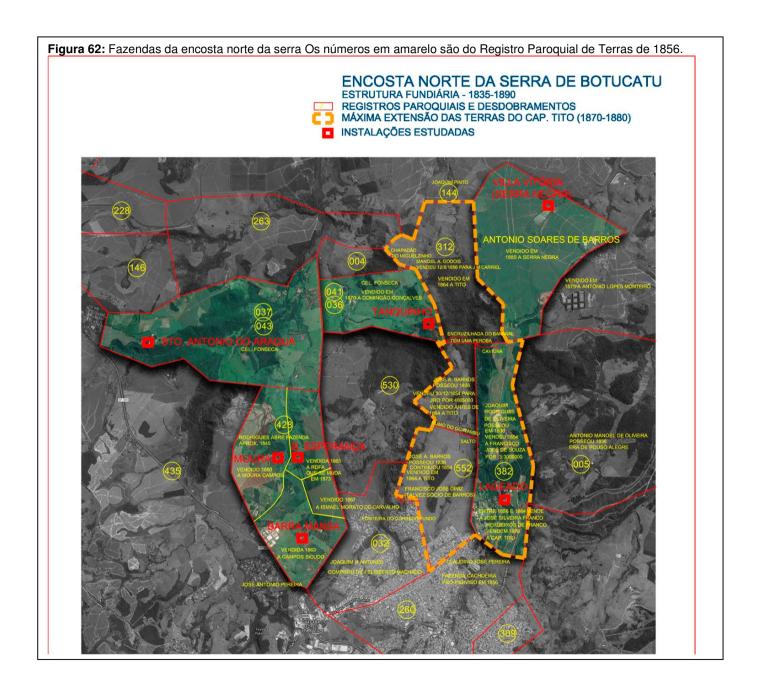
A casa sofreu duas reformas intensas, uma em 1889 e outra em 1975. Na primeira, as paredes externas em pau a pique foram encamisadas por alvenarias de tijolos. Na segunda, as paredes em pau a pique do interior da residência foram eliminadas e foi refeita a divisão interna dos ambientes.

Não tivemos acesso ao forro da residência, que deve ajudar a revelar a planta original da casa, pois a estrutura da cobertura é original e, portanto, estão preservadas as vigas que encabeçavam as velhas paredes de pau-a-pique, certamente feitas na técnica mineira. Muito provavelmente a planta da casa possuía originalmente duas alcovas entremeadas pela ligação da sala da frente com a sala de jantar. Mais duvidosos seriam os ambientes da frente, se seguiriam mais de perto o modelo da casa da fazenda Serra Negra de Piracicaba, sua possível contemporânea (com grande sala central ladeada por dois pequenos quartos), ou o esquema da fazenda Moura (pequena sala central ladeada por dois grandes quartos), herdado do comitente mineiro. Pela lógica, partindo das premissas aqui lancadas, devia se aproximar mais do modelo da Serra Negra de Piracicaba.

Figura 59: Fazenda Moura e Fazenda Boa Esperança – implantação. A posição da tulha, desencostada dos arrimos, e a organização dso terreiros, em desenho compacto e alinhado, demonstra o planejamento inicial que houve da Boa Esperança, em contraponto ao desenvolvimento orgânico da fazenda Moura, fruto de uma série de adaptações de instalações pré-existentes. IMPLANTAÇÃO FAZENTAS BOA ESPERANÇA E MOURA . # Som FAZENIA MOURA FAZENDA BOA ESPERANCA GROTA MAQUINA WEASCATA TULUAS (MÉDVINAS) REGO D'46U4 AGULLY BOTUCATU YA RIBEIRAD RE60 DAGUA BOTUCATU







Embora não possuísse grande extensão de terras para os padrões da época, foi uma das mais poderosas fazendas de café de Botucatu, o que pode ser medido pelas suas instalações de secagem e beneficiamento, ainda existentes e em pleno funcionamento. A propriedade permaneceu na família até que os bisnetos de Isabel Arruda a venderam a Amaral Amando de Barros, ao redor de 1970.

Oswaldo Amaral Amando de Barros, atual proprietário, conta que a família Aranha e antigos funcionários lhes passaram a seguinte memória sobre a casa: ela é a casa "original" da propriedade, porém, em 1889 – data que consta da porta de entrada – foi reformada e ampliada, pois era uma casa bem mais simples.

8.2 FAZENDA PORTO ELISEU

Esta propriedade surge de antiga sesmaria da família Cardia, obtida em 1819 (ver capítulo referente às sesmarias). Até 1826 não houve ocupação significativa da propriedade, mas sabemos que em 1855 o local já é muito

transitado por tropas e boiadas que ali cruzavam a vau o rio Tietê, ou com ajuda de barcaças. Em 1860, a fazenda é novamente citada pelos guardas da agência de Botucatu do Registro de Sorocaba como um dos principais pontos de travessia do gado vindo do sul brasileiro rumo a Minas Gerais, o que reforça a ideia de que o gado foi a atividade mais importante em seus primeiros tempos, possivelmente combinado à criação de porcos, como habitual na região e na época.

Apesar de a sesmaria ter sido obtida ainda por Antônio Antunes Cardia, foi seu filho Elizeu Antunes Vieira Cardia, casado com Gertrudes Vaz de Almeida (filha de Elias Vaz de Almeida, da fazenda Estrela estudada no capítulo referente aos engenhos da foz do Sorocaba) quem efetivamente implantou a fazenda.

Eliseu Cardia, tendo perdido o pai ainda jovem, pediu emancipação para poder cuidar dos negócios. Ao registrar a propriedade na paróquia de Botucatu, demonstra profundo conhecimento da legislação de terras:

Registro 047 da Paróquia de Botucatu

"Terras que Elizeu Antunes Cardia possui nesta villa de Botucatu como abaixo se declara. O abaixo assignado, morador do districto da villa de Pirapora, é senhor e possuidor de uma sismaria e posse anexa, na paragem denominada LENCÓIS, pertencente a esta villa, contendo a sesmaria de testada uma légua e de fundos duas; quanto à posse, sem extensão conhecida. A sesmaria divide pela testada com o Rio Tietê, e os fundos com terras de José Paes Moreira, herdeiros de Alexandre Góes Maciel, a quem o abaixo assignado tinha vendido parte da mesma sesmaria na extensão de meia légua de norte a sul e uma légua de leste a oeste, nos fundos da mesma sesmaria. Pelo lado de baixo divide com terras de Antônio Dias de Aguiar, com Francisco Leme de Brito, Manoel (...), Joaquim de Góes Maciel, e pelo lado de cima com posses de Manoel Ribeiro da Costa e posse do mesmo abaixo assignado, e terras de J. Farias. Assim mais uma posse supra declarada que divide na testada com terras de Manoel Ribeiro, nos fundos com terras de João Farias, no lado de cima com posse de Antônio Joaquim e Rodrigo Gomes de Oliveira, no lado de baixo com sesmaria do mesmo abaixo assignado. A sesmaria foi possuída em virtude de heranca, desistindo os mais herdeiros das partes que nela tinham. Outorgada por Dom João sexto há mais de trinta anos, acha-se demarcada e medida há dez anos mais ou menos, pelo juiz municipal de terras de Porto Feliz, sentenciada, tornando desta sorte a dita sesmaria não sujeita a revalidação, em virtude do artigo vinte e sete do regulamento de trinta de janeiro de mil oitocentos e cinquenta, cuja disposição é referente a sesmarias não medidas e demarcadas. Autos e documentos relativos à medição e demarcação da sobredita sesmaria achão-se arquivados no cartório do escrivão do juízo municipal de terras de Porto Feliz. Quanto à posse, foi comprada de João Pires Pimentel primeiro posseiro, por não poder escrever, pedi ao senhor padre Francisco da Costa Araújo e Mello que este exemplar fosse assinado somente por mim. Pirapora, dezessete de outubro de 1855. Apresentado aos 25 de dezembro de 1855. O vigário Modesto Marques Teixeira."

Em 1858 Eliseu Antunes Cardia se fixa na propriedade com a família, e poucos anos depois, falece (17/7/1864).

Sendo os Cardia de Porto Feliz e Tietê, a comunicação fluvial entre sua terra natal e a propriedade foi uma realidade constante. A partir do final da década de 1860, surge a intenção de criar uma navegação comercial conectando a região a Piracicaba.

Em 22/5/1872 a Câmara de Botucatu pede a criação de uma navegação fluvial Lençóis-Piracicaba. Argumentam que a Ytuana e a Sorocabana terão seus extremos ainda distantes por um bom tempo, e a navegação representaria um ganho de tempo. Esta linha teria parada no Porto Elizeu.

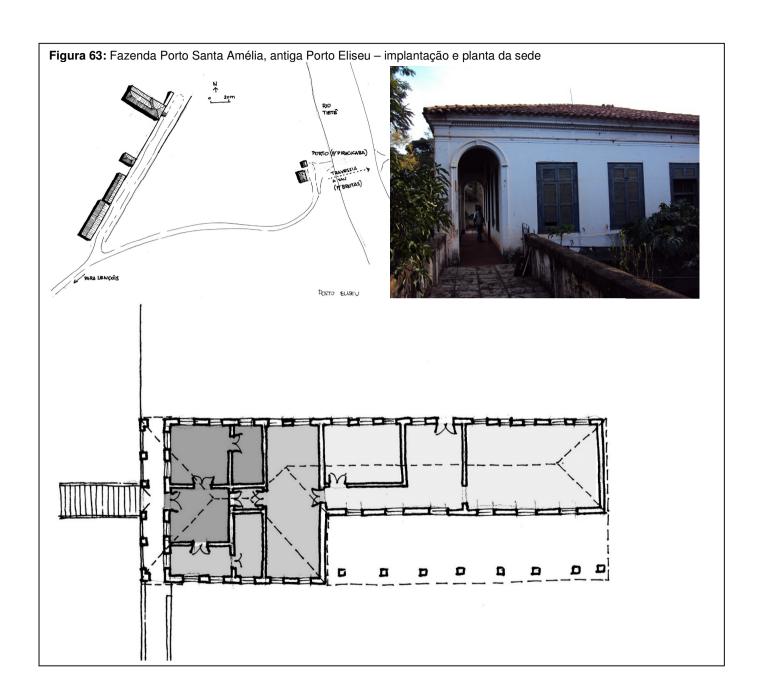
Segundo Chitto¹⁴, a navegação foi concedida pelo decreto 5200 de 24/5/1873 ao senador Barão Souza Queiroz e ao sr. João Luiz Germano Bruhns; o primeiro teste foi em 20/1/1875, e em 1877 faziam-se testes com rebocador e lancha de 7.000 arrobas. Em 1882 o chefe do porto de

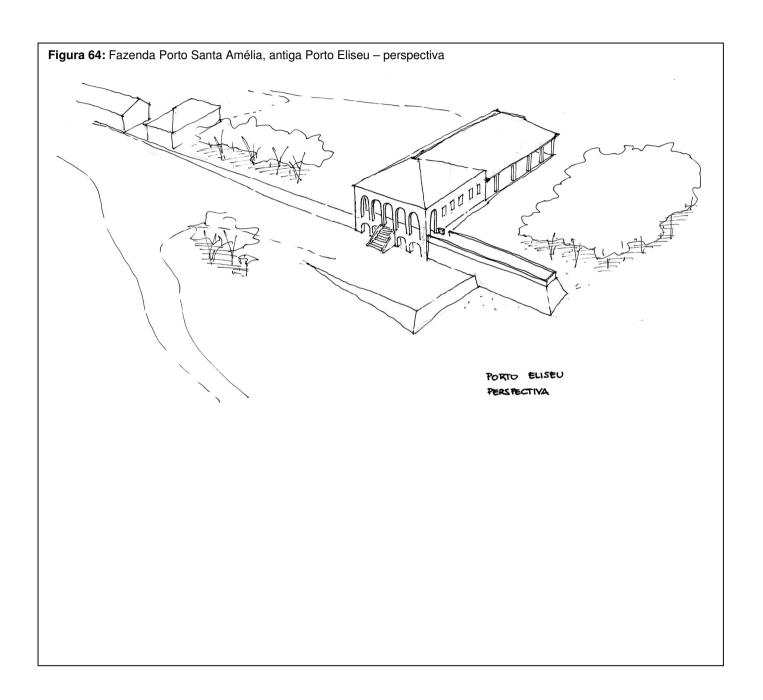
Lençóis é Eliseu Antunes de Almeida Cardia Filho, um dos netos de Eliseu Vieira Cardia.

Marina Maluf¹⁵ nos traz o relato da jovem e recémcasada fazendeira de Piracicaba, Floriza Barbosa Ferraz, rumo às suas terras em Pederneiras, para formar fazenda de café. Maluf narra que "em um trem de carga da Ituana partiram de Piracicaba para alcançar o porto de João Alfredo. Levavam consigo duas crianças, uma de dois meses e outro com pouco mais de um ano. Em João Alfredo tomaram o vapor "Souza Queiroz", que não oferecia nenhum conforto, e que a cada oito dias fazia aquele percurso, rebocando lanchas com mercadorias de Piracicaba e outras localidades. Ao final do terceiro dia de viagem chegaram ao destino, Porto Eliseu. Tomaram com pressa o troly, para prosseguir viagem."

A fazenda Porto Eliseu era, portanto, um entroncamento entre a estrada Lençóis-Brotas e a rota fluvial para Piracicaba. Certamente havia uma estrutura para pouso de viajantes nas redondezas, e agora já não eram apenas os tropeiros e arrieiros acostumados a pernoitar a

14: Chitto, 2008.15: Maluf, 1991.





céu aberto ou em rústicos ranchos. Eram famílias inteiras, por vezes de fazendeiros poderosos, a reclamar abrigo enquanto se esperava o vaporzinho para Piracicaba. Não há registros precisos de como e onde seria esta estrutura de hospedagem, este abrigo. Mais tarde, houve embarque de volumes significativos de café e outros gêneros, e um armazém deve ter-se feito necessário. Uma pequena edificação remanescente, em ruínas, junto ao rio, cumpria esta função.

Quando o porto inicia suas atividades, a fazenda está sob gestão da viúva de Eliseu, Gertrudes Vaz de Almeida, então próxima dos 50 anos de idade; nos anos seguintes, os filhos assumem a propriedade; provavelmente Gertrudes faleceu antes de 1874, quando Antônio esteve em Porto Feliz, tratando a venda de um sítio às margens do Tietê, pouco acima da cidade do mesmo nome, junto a uma cachoeira. Possivelmente se trate de um resquício de herança.

Dos 9 filhos de Gertrudes e Eliseu, apenas dois se fixam na fazenda: o mais velho, José Emygdio, nascido ao redor de 1840, e o mais novo, Eliseu Antunes Almeida Cardia, nascido ao redor de 1860.

O comitente das construções atualmente existentes foi provavelmente José Emygdio Almeida Cardia, Barão de Avanhandava. Casouse já maduro, entre 1875 e 1880, com Carolina Augusta Freire¹⁶, por vezes referida como Carolina Amaral Gurgel. A casa da fazenda muito provavelmente é anterior a este casamento, pois a memória oral passada geração por geração, na vizinhança, conta que o casamento foi na casa e marcou época.

José Emygdio não teve filhos com Carolina. Ele então decide trazer para sua casa um filho chamado José, que tivera, quando solteiro, com uma moça chamada Maria Aparecida da Silva. O filho é criado pelo pai e pela madrasta, até que sai de casa para buscar seu próprio caminho, e foi estudar no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

Através do Correio Paulistano¹⁷ obtivemos as mais constantes notícias de José Emygdio, e

16: Cardia, 1997

17: Correio Paulistano, 14/11/1886

18: Correio Paulistano, 6/4/1882. Consta autorização do bispo para casamento dos noivos em oratório particular em qualquer destas duas localidades. Provavelmente os noivos ainda não haviam decidido o local e pediram autorização para as duas hipóteses.

descobrimos que ele foi um político influente em Lençóis, e suplente de delegado. Era sócio do irmão Antônio Augusto Vieira Cardia na fazenda Banharão, do outro lado do rio Tietê, onde vivia Antônio, que era político influente e suplente de delegado em Dois Córregos.

Em 3/11/1886 o imperador Dom Pedro II esteve em Dois Córregos¹⁷ para a inauguração da estação ferroviária Mineiros do Tietê, da Companhia Paulista. Foi recebido pelos irmãos Antônio Antunes Cardia e José Emidio Antunes Cardia, o que deu origem ao "causo" de que ele teria dormido na fazenda Porto Eliseu, o que não aconteceu. Podemos afirmar isso segurança, pois um correspondente do Correio Paulistano acompanhou a comitiva e relatou passo a passo o périplo de Dom Pedro II pelo interior paulista, junto da imperatriz. O casal real desceu o rio Piracicaba, desde as proximidades de Piracicaba, em canoas, pois o rio se encontrava muito raso e a ferrovia ainda não havia chegado a Artêmis. Neste local, passaram para os vapores que os aguardavam, e neles desceram, sentados à proa, até o Porto Araguá (diante da atual Água Nova). Dali tomaram um troly até Dois Córregos, onde foram recebidos na única casa de tijolos da cidade, à rua (atual) XV de Novembro, 68. Dali, seguiram para a Fazenda Banharão, onde dormiram. No dia seguinte, inauguraram a estação de Mineiros do Tietê, e partiram de trem para Brotas.

José Emygdio recebe em setembro de 1889 o último título de barão concedido pelo imperador, tornando-se Barão de Avanhandava. Antônio recebe uma comenda.

Na fazenda Porto Eliseu a movimentação de embarque e desembarque vive seu auge, nestes anos. O serviço postal e de remessas de volumes é coordenado pelo chefe da estação, Eliseu Almeida Cardia, o irmão mais novo de José Emygdio. Eliseu Almeida se casou em 1882 na fazenda Porto Eliseu ou na paróquia Santa Cruz de Campinas, terra da noiva, com Georgina Miranda, com quem teve uma filha, Henriqueta.¹⁸

Em 3/8/1887 o Correio Paulistano noticia que inexplicavelmente Eliseu Almeida tenta o suicídio,

disparando um tiro na própria boca, em Rio Claro. A notícia causa grande consternação; ele tinha muito dinheiro consigo e aparentava muito nervosismo; seu falecimento em 1892 provavelmente se relaciona a complicações de saúde geradas por este ato impensado.

Quando José Emygdio falece, em fevereiro de 1891, o filho José vivia na capital paulista. Voltou para Lençóis, mas logo desentendimentos sobre sua parte na herança o levam a se afastar. A casa acaba vendida a Ranulfo de Campos Salles, que a possui por algumas décadas até que a transfere à família Izar, atual proprietária.

As edificações antigas remanescentes são de tijolos, sendo que nas edificações secundárias – tulhas, senzalas – encontramos estruturas independentes de madeira, inclusive com contraventamentos, preenchidas por alvenaria. Os tijolos apresentam grande semelhança com os encontrados na fazenda Milhã, tendo riscos verticais nas laterais e furos atravessando-os na vertical. No entanto, enquanto os tijolos da Milhã

apresentavam 6 furos, os de Porto Eliseu apresentam apenas três furos.

O contraventamento da estrutura principal de madeira se faz necessário principalmente quando os esteios não são fixados no chão — o que os impediria de tombar. Assim, o contraventamento vem geralmente associado à presença de uma base de apoio —quase sempre muros de pedra - sobre a qual os frechais se encontram simplesmente apoiados, e deles nascem os esteios. Este padrão estrutural existe desde os mais remotos tempos, sendo amplamente encontrado na arquitetura vernacular portuguesa e nas suas transposições para o Brasil. Contudo, no contexto da serra de Botucatu, são raríssimos estes casos.¹⁹

A arquitetura da casa é muito sofisticada e não há nada parecido na região. Toda erguida em tijolos, possui generosa altura, com janelas de grandes dimensões, sendo a porta principal almofadada – uma novidade na região – e tendo a bandeira semicircular em vidros coloridos. Seu alpendre é delimitado por uma arcada generosa, ainda que a

19: O uso de estruturas autônomas de madeira simplesmente apoiadas parece ter sido introduzido em Botucatu tardiamente. Encontramos estruturas assim ainda em carpintaria tradicional (vigas de seção quadrada) em paióis da fazenda Lageado e do Sítio Tanquinho. Casas deste tipo, só as de tábuas feitas por imigrantes, e ainda sim não todas.

20: A reconstituição do tracado exato do caminho do Iguatemi é um desafio estimulante, que merece um estudo à parte e específico, pois pode auxiliar a identificar outras edificações do tempo das grandes fazendas de criar. Conforme relata o juiz Pacheco na década de 1870, ... as antigas fazendas de criar se encontravam assentadas sobre o velho caminho do Iguatemi". Sendo uma área de itapetiningana penetração muito antiga, acreditamos que ainda podem haver remanescentes de taipa de pilão ao longo desta rota, apesar de não termos encontrado durante a presente pesquisa.

largura do mesmo seja reduzidíssima como as das casas de fazenda contemporâneas dos arredores. Lateralmente, avança ainda um mirante sobre o rio Tietê, visivelmente da mesma época da casa. Lembra as fazendas de Campinas desta época, como a Três Pedras ou a Santa Maria, ou mesmo algumas casas fluminenses derivadas da tradição neoclássica da Academia Imperial.

Este mirante poderia ser um apoio do porto, um local de sinalização, encontros e despedidas. Os tijolos ai encontrados tem desenho muito similar aos da fazenda Milhã, de Piracicaba, inclusive a furação vertical.

Parece-nos pouco provável que esta casa seja anterior a 1870; os vidros coloridos das portas não devem ter chegado em carroças, carros de boi ou mesmo em canoas. É mais provável que o tenha trazido estes materiais vaporzinho delicados. Neste caso, seria posterior à inauguração da linha de vapores. aproximadamente 1874. Sendo ela o último ponto de apoio da civilização rumo ao sertão, seria razoável imaginarmos a troca de gentilezas entre a marinha e o proprietário, com alguns técnicos auxiliando no desenvolvimento do projeto da casa, de resto, bastante atípico para a região e a época.

8.3 FAZENDA MONTE ALEGRE - BOTUCATU

Esta fazenda possui uma das histórias mais ricas e melhor documentadas da região, conforme exposto no capítulo referente às fazendas de criar. Seu núcleo, com casa sede, senzalas e paióis, currais, situava- se sobre um velho entroncamento entre o Caminho do Iguatemi, (que pelo que pudemos recuperar de seu traçado, seguia nesse trecho um rumo geral sudestenoroeste)²⁰ e uma trilha secundária interna que ligava a sede a uma tapera que existia nas proximidades do serro do Capão Bonito - esta trilha deu origem à atual estrada Rubião Júnior-Monte Alegre, que segue pelo espigão Pardo-Claro. Adquirida por José Gomes Pinheiro e Anna Florisbella Machado em 1808, a fazenda Monte Alegre foi acrescida de diversas outras aquisições vizinhas, até que ao redor de 1840 Gomes Pinheiro e Florisbella iniciam a venda de partes de suas terras. Inicialmente se desfazem de partes da Capão Bonito junto ao ribeirão Capivara (vendidas a Custódio José Monteiro), no pé da serra, e nas cabeceiras do Araguá, no alto da serra (rincão de campo vendido a José Antônio Pereira). Em 23/12/1843 doam o patrimônio para constituir a capela de Santana de Botucatu. Em 10/03/1845 vendem a fazenda Morrinhos a Antônio Moreira Nene. Em 1/12/1846 vendem a Francisco de Assis Nogueira as fazendas Capão Bonito e Pedras. Em 3/8/1848 José Gomes Pinheiro falece em sua casa de Araçoiaba da Serra, e as propriedades remanescentes (Três Pontes, Monte Alegre e Posse do Ribeirão Grande) são partilhadas entre os herdeiros. 21

Não é possível determinar como foi a partilha da Monte Alegre, mas sabemos que no inventário de Gomes Pinheiro esta fazenda foi avaliada em 26:000\$000 (26 contos), dos quais cerca de 15:200\$000 ficaram para a viúva inventariante, Ana Florisbella, e o restante foi repartido entre os filhos Antônio, Jorge, Joaquim, Manoel, Leopoldina, Joaquina e Maria Delfina. Antônio

logo se mudou para Cruz Alta, depois para Santo Ângelo, onde se radicou definitivamente. Com ele levou o genro e o cunhado Venâncio Ayres, e lá nasceu seu filho José Gomes Pinheiro Machado, que viria a ser senador da república. Outro herdeiro, Joaquim, viveu entre o Rio Grande do Sul e Lençóis Paulista, tropeando. Ambos venderam suas partes na Monte Alegre.

Sabemos que em 1852 nenhum dos filhos homens de Gomes Pinheiro havia se fixado em Botucatu; no entanto, a filha Leopoldina já estava vivendo na freguesia, pois seu marido Hygino José da Cunha Caldeira era eleitor ali. Possivelmente viviam nas terras de Hygino, situadas entre as atuais Lençóis Paulista e Agudos. Em 1856 os herdeiros declaram conjuntamente a propriedade da Monte Alegre no registro paroquial, e é ao redor de 1857 ou 1858 que Matheus, Jorge e Manuel se fixam em Botucatu, pois começam a aparecer nas comissões eleitorais do município recém criado. Em 1862 a mãe, Ana Florisbella, falece em 30/10 na cidade de São Paulo, onde havia se fixado

após a morte de seu marido. É nesta ocasião que acontece a partilha definitiva da propriedade.

Jorge se casou com Francisca Brandina, filha do coronel Joaquim Gabriel de Oliveira Lima, cuja casa da fazenda Faxinal, em Lençóis, citamos quando descrevemos as grandes fazendas de criar. Possivelmente, Jorge viveu naquela casa, pois todos os seus filhos nasceram em Lençóis, e vários lá passaram toda a vida, sendo que sua esposa lá faleceu. De fato, a atuação de Jorge na política botucatuense acontece apenas antes da criação do município de Lençóis, em 1865.

Em 1873, constam na lista de fazendeiros de Botucatu ²² os herdeiros João Batista da Cunha Caldeira (provavelmente pela parte de sua esposa Maria Delfina); Leopoldina, Jorge, Manoel e Matheus, todos listados como proprietários de fazendas de criar. Jorge e Leopoldina aparecem nesta lista por serem sócios ou proprietários de partes da Monte Alegre, apesar de residirem em Lençóis.

Seu filho, Jorge Gomes Pinheiro Machado Filho, nasce em Lençóis em 1866, provavelmente na fazenda Faxinal. Em 1883, Jorge (pai) falece, e em 1890 aproximadamente Jorge Filho se casa com sua prima Maria Manoela Pinheiro Machado – filha do seu tio Manoel, herdeiro de outra parte da Monte Alegre. É então que Jorge Filho aparece na política botucatuense.

Como em 1873 a fazenda é exclusivamente citada como "de criar", podemos deduzir que as estruturas construídas que restam na fazenda, todas relacionadas ao cultivo do café, são posteriores a 1880, portanto, da época em que a geração dos filhos de Gomes Pinheiro passavam a propriedade para a geração dos netos. Podem ter sido construídas por Manoel, que provavelmente ali residia, ou pelo seu sobrinho e genro Jorge Filho, que ali se fixou quando casou, ao redor de 1890. Os anos mais prósperos da fazenda seriam de 1890 a 1914, período em que foi administrada por Jorge Filho e sua esposa e prima Maria Manoela.

22: Luné, 1985

No ano de 1910, a fazenda aparece pela primeira vez entre as maiores produtoras de café do município de Botucatu: contava com cerca de 300.000 pés de café produzindo. Considerando que os pés ainda eram relativamente jovens, a produção média devia ficar próxima das 100@ por 1.000 pés, o que nos dá cerca de 30.000@ de produção total às vésperas da I Guerra.²³

Em 1914, Jorge e Francisca vendem a propriedade a Zerrener & Von Bullow.²⁴ A fazenda se torna então um empreendimento, entre tantos outros, de um grupo de investidores que constitui a Companhia Cafeeira Paulista, encabeçada por Zerrener e Von Bulow. A casa dos Pinheiro Machado se transformou em escritório da fazenda e, possivelmente, casa do administrador. Todas as demais casas passaram por reformas reconstrução completa durante ou administração da Companhia, além das tulhas que foram completamente reconstruídas com altíssima qualidade – poucas tulhas têm carpintaria tão bem acabada quanto a da Monte Alegre. Adquirida pela cooperativa dos imigrantes belgas na década de 1960, converteu-se em administração da colônia e escola da comunidade, o que lhe tirou muito da configuração original.

A Companhia Cafeeira Paulista, (CCP) ordenou a construção de duas tulhas sofisticadíssimas, com carpintaria interna de acabamento excelente. Na estrutura dos terreiros, quase não interferiu nos paredões e pisos de pedra seca deixados pelos Pinheiro Machado; quanto à casa, certamente foi objeto de reforma, porém outras se sucederam e hoje não é possível estabelecer com precisão como cada reforma interferiu na configuração da edificação. Para tanto, seria necessária uma investigação mais profunda damesma.

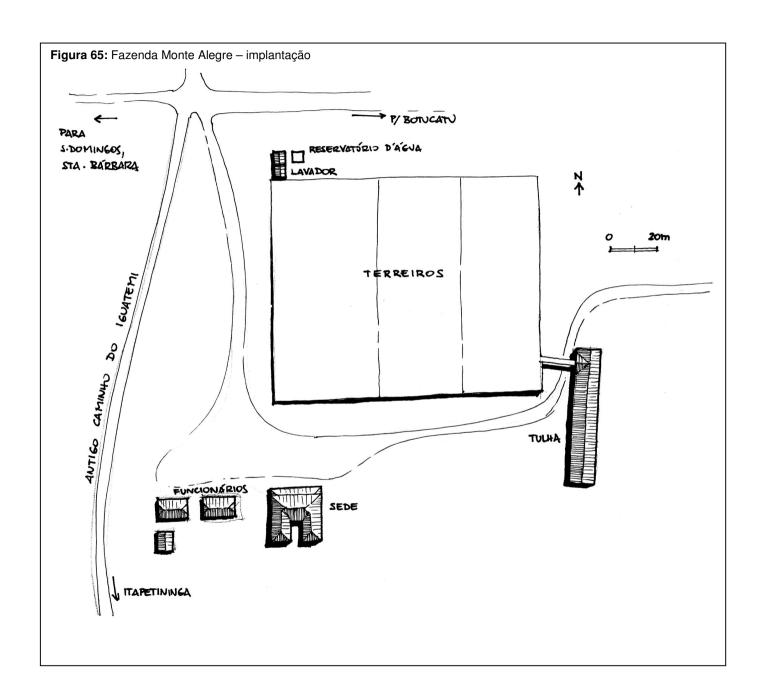
A crise de 1929 surpreende os cafezais de Botucatu já cansados, e na Monte Alegre, isso é agravado pela fragilidade dos solos, arenosos. Atendendo à política nacional de erradicação de cafezais pouco produtivos, a fazenda encolhe para 120.000 pés em produção, em 1941, ainda assim com baixa produtividade, resultando em 6.300@ de produção total na safra de 1940-41.²⁴

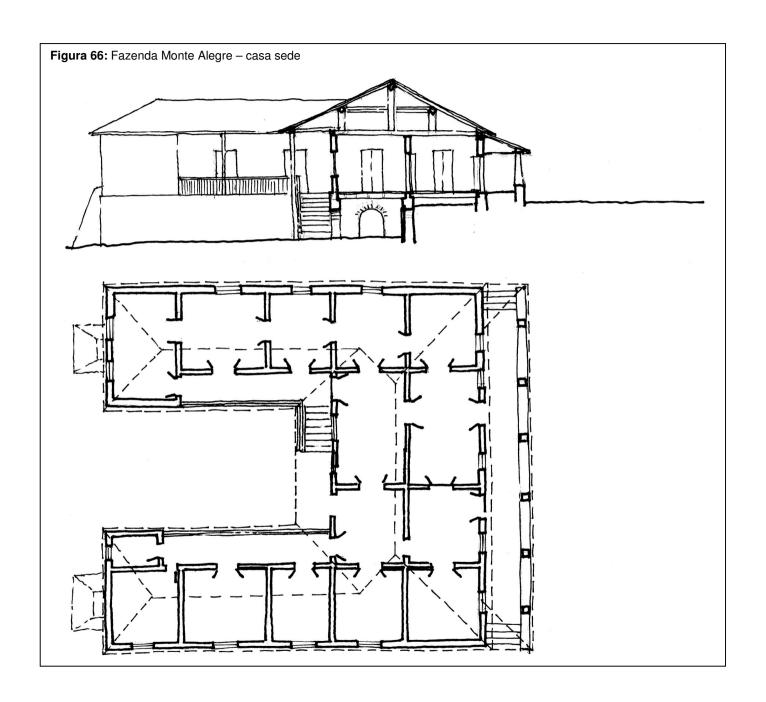
23: Pupo, 2002.

24: Adam Von Bulow era dinamarquês, estabelecido em São Paulo e Santos com casa importadora e exportadora desde 1873, junto de João Carlos Zerrener, alemão. São hoje mais conhecidos como fundadores da Companhia Antártica Paulista, no inicialmente entanto O empreendimento principal era a exportação de café, para o que constituíram a Companhia Cafeeira Paulista, proprietária da Fazenda Monte Alegre de 1925 a 1956.

24: Departamento Nacional do Café, 1942.

Em 1961 a Companhia vendeu a fazenda a José Augusto Rodrigues e sua esposa, Delminda Nogueira Rodrigues. O casal já possuía diversas outras propriedades no município, tendo se estabelecido em Botucatu ao redor de 1940. vindo de São Joaquim da Barra, para cuja fundação haviam colaborado. Ficam proprietários da Monte Alegre por curto período, revendendo-a em 1964 para o governo da Bélgica, que ali implanta um assentamento rural para as famílias belgas retiradas às pressas do Congo, devido ao colapso da estrutura colonial na África. A casa foi novamente reformada e então se tornou escola. posto médico e centro administrativo do núcleo colonial. Os belgas construíram, próximo às tulhas e aos terreiros, casas de tábua e um barração para a cervejaria. Reservando para as estruturas comunitárias a área ao redor da sede. os belgas repartiram o restante da fazenda em lotes. Com a migração da maior parte destes colonos para a cidade, nas décadas de 1970 e 1980, a casa sede gradativamente perdeu utilidade, até ficar completamente fechada no início da década de 1990. Em 2005 a Prefeitura Municipal de Botucatu a adquiriu para ali constituir um núcleo de apoio à população rural dos arredores, mas ainda não foram tomadas iniciativas concretas e a casa está fechada, protegida por um zelador que reside ao lado.





8.4 FAZENDA MONTE SELVAGEM

BOTUCATU

O Vale do Aracatu, em sua parte acima da serra. foi posseado, ao redor de 1837, por Francisco da Costa Luz, herdeiro²⁵ de Joaquim Costa e Abreu. que se fixou no vale do Lavapés, vizinho. Eram de Pouso Alegre. Ao norte, o vale da Bocaina foi posseado por Ignácio Francisco de Freitas, pai do Tenente João Francisco, que tinham origens em Aiuruoca. Era uma vizinhanca mineira, como em geral ocorreu na franja da serra, áreas que eram de mata fechada e que até então tinham sido desprezadas, mas foram aproveitadas pelos mineiros recém-chegados. Assim como vimos que aconteceu na fazenda Moura, a maioria destas famílias de mineiros, sendo gente muito simples, não conseguiu integrar-se ao ciclo cafeeiro. Aqueles que o conseguiram foram os mineiros que chegaram já com muitos recursos, como os Nogueira, os Fonseca, os Villas Boas.

Francisco Costa Luz aparece na ação da Porteira da Contenda, em 1843. Segundo Gomes Pinheiro, ele era herdeiro de Joaquim Costa, mas não estava envolvido nem no primeiro conflito – a

destruição da porteira da fazenda Capão Bonito. ao redor de 1839 - nem na tentativa de apossamento da restinga pelo genro de Joaquim. Francisco Antônio de Oliveira. Após a morte de Joaquim, o sítio Cachoeirinha teria sido dividido em cinco partes; no maço populacional de 1846 a viúva de Joaquim Costa e Abreu, Francisca Quitéria da Luz, ainda vive na Cachoeirinha. sendo sua casa atrás da capela (atual centro da cidade de Botucatu). Tinha 43 anos e com ela vivem os filhos Joaquim de 20 anos, Felisbina de 13 e Quitéria de 12. Enquanto isso, Francisco tinha 32 anos, e vivia no Aracatu com sua esposa Maria Joaquina de 29, e os filhos José de 7 anos, Feliciano de 5, Virginia de 2 e Maria de 1. Seu irmão mais velho, Eusébio, tinha 42 anos. Eusébio e Joaquim – este então menor de idade - estavam diretamente envolvidos na destruição da porteira em 1839. Talvez Eusébio e Francisco fossem filhos de casamento anterior de Joaquim Costa e Abreu, pois Francisca Quitéria não teria idade para ser mãe de ambos. A coincidência do sobrenome Luz da possível madrasta com os enteados pode ser explicada pela recorrente solução dos viúvos desta época, em ir buscar

25: Francisco é citado desta forma por Gomes Pinheiro. Sendo herdeiro, presumimos que fosse filho, porém provavelmente de um casamento anterior de Joaquim, pois Francisca Quitéria não teria idade para ser sua mãe.

uma irmã mais nova da falecida esposa para um novo casamento.

Ao redor de março de 1850, Francisco Costa Luz vende a Felisberto Rodrigues do Valle o sítio do Aracatu. Francisco ainda viveu mais alguns anos em Botucatu, mas antes de 1856 ele já se mudou para Itapeva, onde o encontramos com posses declaradas entre Piraju e Itaporanga, aliás região para onde muitos dos mineiros de Botucatu se dirigiram quando venderam suas terras na serra, para os cafeicultores que chegavam de Tietê, Piracicaba e Limeira.

Felisberto, novo proprietário, falece pouco depois, em 24/12/1851. A viúva, Silvéria Maria Fonseca, dita testamento em 9/1/1852. Tinha 50 anos mais ou menos, era de Nazareth (atual Nazareno, MG), filha de Domingos Vieira da Fonseca e Josefa. Tinha 8 filhos, todos maiores de idade. Possuiam a fazenda Aracatu, onde moravam, e uma fazenda no sertão do Paranapanema; 10 escravos, 2 cavalos.

Com o falecimento de Silvéria, os herdeiros recebem partes da Aracatu e das terras no Paranapanema, assim como os escravos, neste caso compondo parcela importante do patrimônio familiar; aqueles que receberam partes no Aracatu as revendem logo, para adquirir maiores extensões no Paranapanema. Nos registros paroquiais de terras, encontramos seus filhos com terras nas proximidades das atuais Avaré, Cerqueira César e Óleo.

É assim que em 1857 José Joaquim Alves Machado, administrador do aldeamento de Pirajú, genro de Francisco de Assis Nogueira, negociante de terras na região dos rios Paranapanema e Itararé, adquire a fazenda Aracatu, comprando-a em parte a José Cordeiro de Godói e em parte a Generoso José Pereira, ambas as aquisições no ano de 1857.

Em 1859, apenas dois anos depois, José Joaquim já revende estas terras a Joaquim Rodrigues dos Santos, outro mineiro chegado com as primeiras levas, e desde então instalado nas proximidades, no rio Capivara. As terras

permanecem com Santos até 16/9/1865, quando Antônio de Carvalho Barros as adquire, juntamente com uma área vizinha pertencente a Antônio Rodrigues de Barros. Juntas, custaram 850:000. Posteriormente, Antônio de Carvalho Barros faria ainda outras aquisições, ampliando a propriedade.

O plantio de café parece ter sido iniciado pelo próprio Barros imediatamente, pois ele já aparece em 1873 como um dos principais cafeicultores de Botucatu. Nas décadas seguintes, despontam diversas outras grandes fazendas, e a Monte Selvagem terá um crescimento lento, atingindo os 200.000 pés de café apenas em 1910. Era o suficiente para que fosse novamente uma das mais importantes fazendas do município de Botucatu; em âmbito regional, no entanto, as São fazendas de Manuel cresciam exponencialmente, e várias delas já eram maiores que a Monte Selvagem em 1910. Quando chega a I Guerra, a fazenda tem 250.000 pés, seu ponto máximo. A crise de 1929 praticamente acabou com a perspectiva econômica do café em suas terras. Em 1940 seus cafezais estavam em franca erradicação, contando menos de 50.000 pés.

As estruturas construídas que conhecemos hoje foram erguidas por Antônio de Carvalho Barros, pois são todas anteriores à venda feita, durante a I Guerra, para Teóphilo Moraes Martins. Antônio foi pessoa de grande influência na política botucatuense; foi um dos líderes na campanha pelo bispado, em 1907-1908, contribuindo para a formação do patrimônio da diocese. Um de seus filhos (Tonico de Barros, nascido na Monte Selvagem) foi prefeito de Botucatu.

Das edificações remanescentes, a que guarda maior interesse é a casa de morada. Sua planta é muito similar à Monte Alegre, porém a técnica construtiva, o telhado e o porão são completamente distintos: a Monte Selvagem possui porão inferior muito alto, e telhado em apenas duas águas.

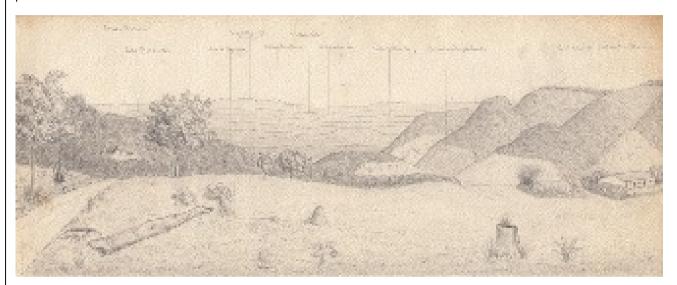
Sua estrutura é ainda mais arcaica que a da fazenda Monte Alegre, pois as paredes estão apoiadas sobre gigantescas vigas de madeira, enquanto na Monte Alegre as paredes são apoiadas sobre paredes e arcos de pedra ou tijolos, sugerindo que a lógica construtiva com que raciocinava o construtor da Monte Selvagem era ainda a do pau-a-pique. O fato de possuir vigas com encaixes para pau-a-pique no setor de serviços sugere que a casa teve paredes em pau-a-pique, originalmente. É possível que fossem as paredes internas, ou ainda que fosse uma casa inteira em pau-a-pique, que foi envolvida gradualmente por uma casa em tijolos, como ocorreu em tantas outras sedes e mesmo na cidade. As paredes atuais, porém, são todas em tijolos.

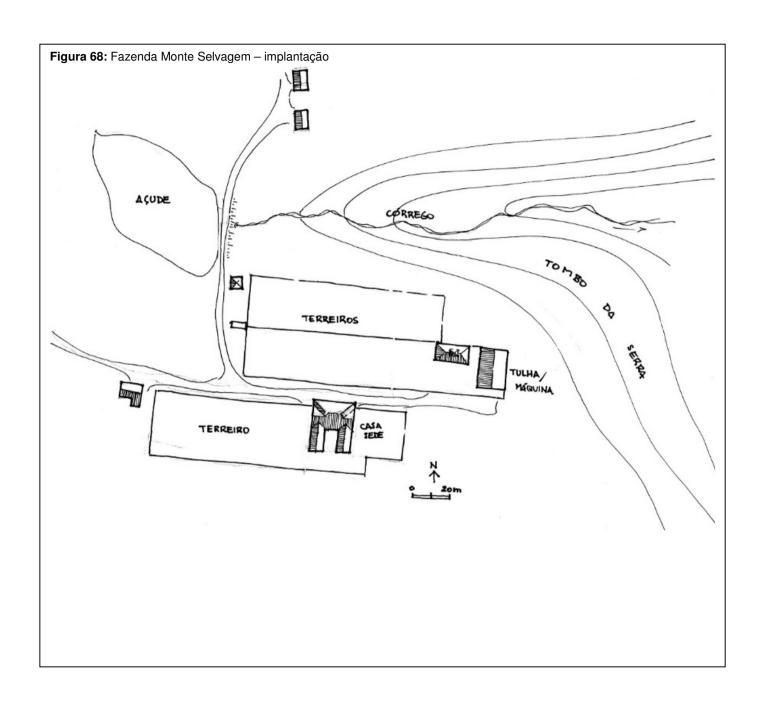
A planta é em "U", estando um dos dois puxados sobre porão baixo, e outro – que abriga cozinha, lavanderia e quartos de empregados – sobre o solo. A circulação desta ala se faz por corredor envidraçado voltado para o pátio interno, em configuração muito sofisticada que sugere reforma posterior, possivelmente ao redor de 1910.

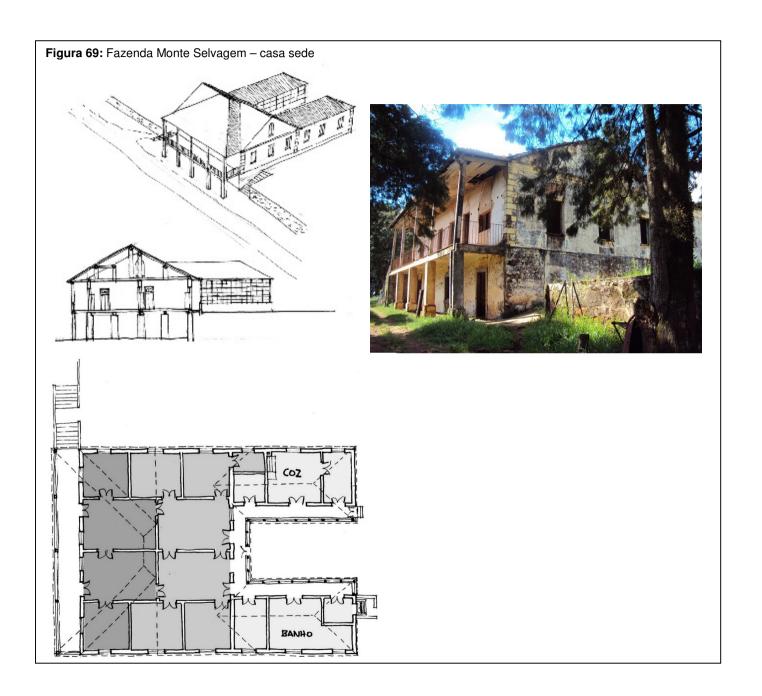
A generosidade dos espaços, o alinhamento de portas e janelas, permitindo visuais livres alinhadas, torna-a muito contrastante com as casas pouco anteriores, como a Boa Esperança, e mesmo com a Monte Alegre que lhe é provavelmente posterior: enquanto a Monte Selvagem deve datar dos primeiros momentos do uso de tijolos em Botucatu — 1880 — a Monte Alegre já possui carpintaria moderna, e deve ser de 1890 aproximadamente.

A cobertura da Monte Selvagem merece análise à parte. As três águas sugerem que o alpendre tenha sido introduzido posteriormente, e que tenha sido evitada a solução em prolongo; porém, se o projetista partiu da intenção de fazer os frontões laterais, a solução em três águas para o alpendre pode ter sido já original, da construção da casa. Por fim, os frontões e a sutil modinatura classicizante lembram fazendas como a Paredão de Ibaté, mas também os dois imóveis urbanos de Botucatu em estilo chalé, a casa dos Cardoso de Almeida e a casa original dos Blasi.

Figura 67: Cafezais de Antonio de Barros – Desenho de Carlos Schmitt, 1882. Nesta vista, Schmitt subiu a serra pela estrada velha de Tietê, e observa em direção a leste, pelo Vale da Bocaina ou Grota da Folha Larga, a região que percorrera até ali. À direita, podemos ver as encostas da serra pertencentes à fazenda Monte Selvagem, já com cafezais plantados. Schmitt assinala: "Cafezais de Antônio de Barros".







8.5 FAZENDA MORRO ALEGRE – GUAREÍ

Esta fazenda se implantou sobre um morro testemunho, o Morro Alegre. Relativamente plano no topo, rodeado de encostas íngremes, o Morro Alegre está a 850 metros de altitude, enquanto as vizinhanças estão a 700 metros de altitude.

É um típico caso de fazenda implantada em condições adversas de isolamento, que lhe encurtaram a vida economicamente ativa. A casa de pedra e pau-a-pique e os terreiros de pedra testemunham um importante esforço inicial da família Andrade para estabelecer-se em Guareí. No entanto, ficando fora do traçado das ferrovias e sobre mancha muito pequena de solos férteis, o café nunca foi de grande projeção ali.

Seu proprietário inicial, comitente da obra, foi Manuel Joaquim de Andrade, casado com Maria Inácia da Conceição²⁶. A notícia mais antiga que conseguimos dele é seu apadrinhamento em um batismo em Tatuí, em 1840. Na década de 1850 constam documentos que vinculam Andrade ao comércio de gado com a região das missões. Em

1869 ele ainda não vivia no Morro Alegre, mas sim em um sítio "na estrada para Tatuí". Em 1893 ele falece na casa sede da Morro Alegre. Esta foi erguida, portanto, neste intervalo de tempo (1869-1893). Ele ficou viúvo ao redor de 1880, e ao falecer deixou netos e bisnetos, o que sugere que os investimentos na Morro Alegre não devem ter sido no final da vida. O mais provável é que tenha sido construída antes da viuvez, na década de 1870, e dentro de um planejamento para constituir-se em propriedade produtora de café.

A fazenda era composta de dois núcleos: na parte alta, a casa sede, em pedra e pau-a-pique e assoalhada, e o terreiro principal; na parte baixa, uma casa secundária em pedra e pau-a-pique, coberta de sapé, e um terreiro secundário.

A estrutura agrícola sempre foi modesta: constam nos inventários subsequentes de áreas desmembradas da fazenda apenas casas de sapé, moinhos movidos a animais, e um total de 15.000 pés de café.

No início do século XX se procedeu a partilha dos bens de Manuel Joaquim, e a propriedade se

26: Andrade, 2004.

subdividiu em vários sítios. Gradativamente, dois antigos colonos italianos, os Irmãos Nicola, adquiriram partes da propriedade, inclusive as duas partes que dividem a casa sede, passando a residir com suas famílias na referida casa, que desde o início do século XX funciona como duas casas separadas, mas nunca teve a porta que as separa substituída por parede. É apenas uma porta trancada, há mais de um século, e a divisa das propriedades atravessa a casa.

A casa e o terreiro secundários permaneceram em mãos de descendentes até que Jocundino de Andrade o vendeu a um antigo funcionário, na década de 1930, cujo filho ainda é o proprietário.

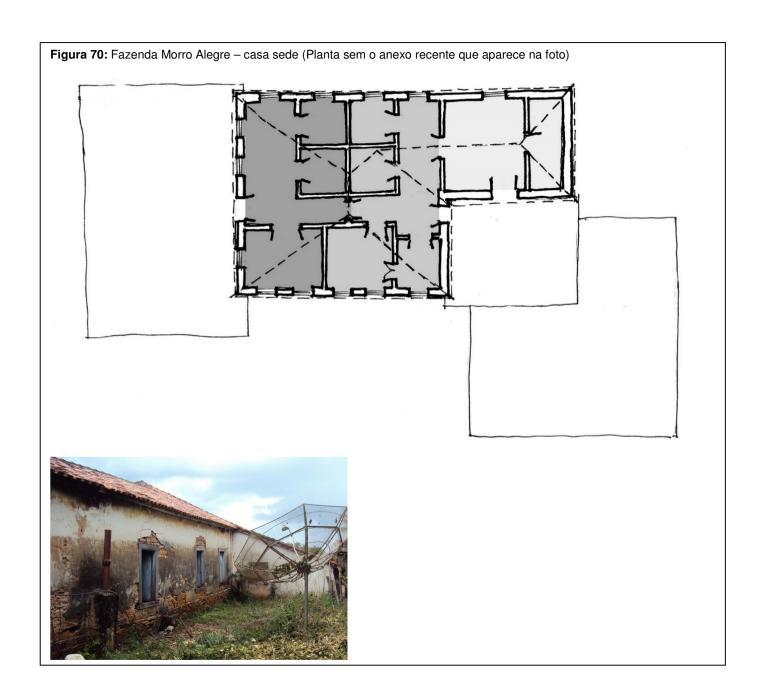
A casa sede apresenta planta muito similar à de outras casas do tempo das tropas, com alcovas voltadas para a sala da frente e outras para a sala de jantar, ligadas às salas por um corredor.

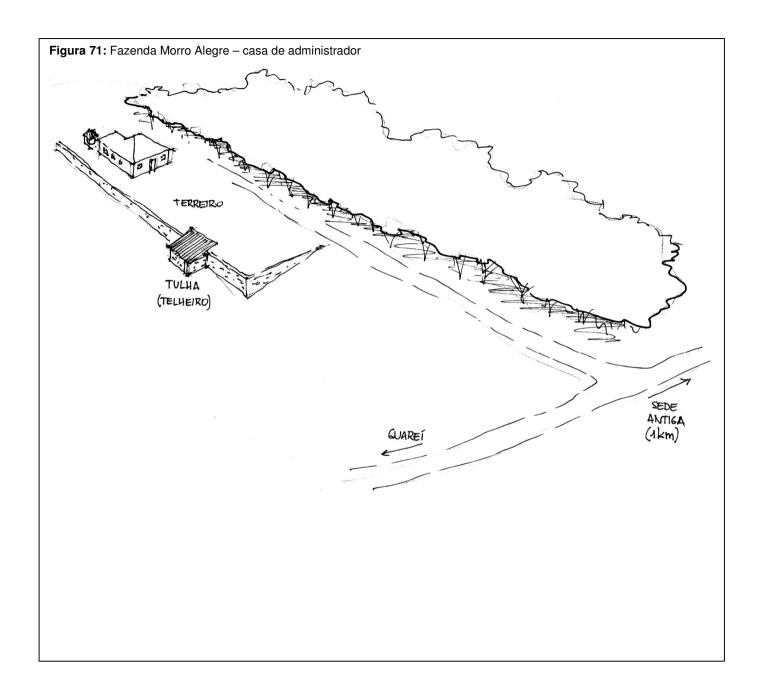
A pedra utilizada é similar ao varvito de Itu, e é encontrada no próprio topo do Morro Alegre, nas vizinhanças da casa. Esta pedra já é naturalmente rachada em lâminas de

aproximadamente 8 centímetros de altura, de superfície muito lisa; cabe ao pedreiro quebrar essas lâminas subdividindo-as em peças menores de tamanho semelhante a um tijolo. Resulta que nos pontos em que a parede perdeu revestimento tem-se inicialmente a impressão de se tratar de alvenaria de tijolos; apenas o olhar mais atento permite notar que se trata de pedra.

As paredes internas são em pau-a-pique, na técnica mineira; o forro saia e camisa, deixando apenas a cozinha e a sala de jantar sem forro.

O atual proprietário, que havia recém adquirido a casa (parte posterior dela) quando a visitamos, mostrou-nos uma escritura de compra e venda da propriedade, tendo a data ilegível, mas ainda um documento "de mão", muito similar aos registros paroquiais de terras, porém aparentando ser mais recente. A cozinha tem piso empedrado, e o restante da casa tem assoalho apoiado em barrotes diretamente repousados sobre o solo.





8.6 FAZENDA AVARÉ - ITATINGA

A invernada do Avaré já era assim citada nas descrições da fazenda do Colégio de São Paulo, quando era uma das invernadas da fazenda, que ficava ao lado do morro do Avaré.

proclamada a república, apesar de as terras de Eduardo (assim como as de Bárbara) já não pertencerem mais a Rio Novo, a Câmara Municipal deste município rende-lhe homenagem renomeando o município como Avaré, nome da fazenda de Eduardo.

27: Andrade, 2000.

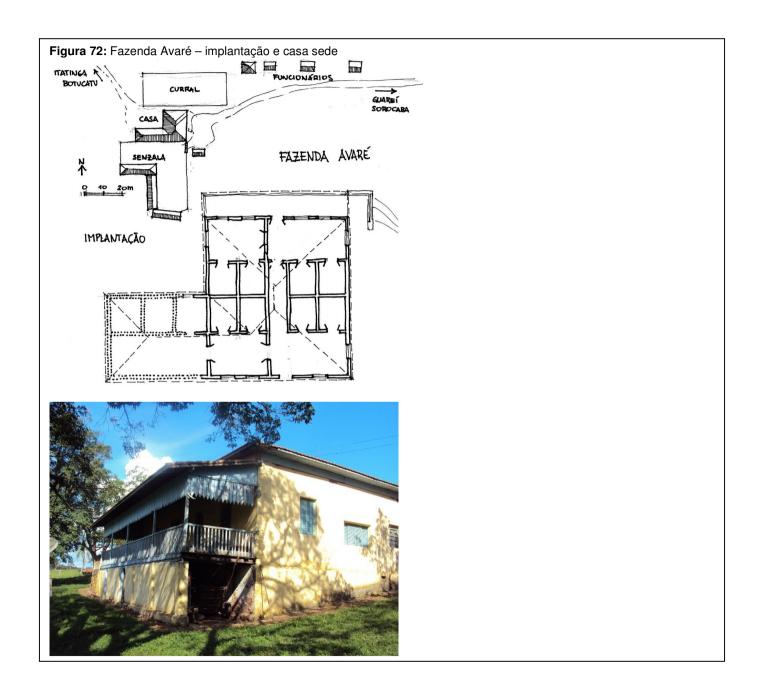
28: Pires, 2009.

29: Entrevista de Cristiano Rocha realizada em setembro de 2014.

Quando as terras da velha Fazenda Santo Inácio caíram em mãos de credores de Américo Amaral Ayres, em 1850, entre eles estavam os Lopes de Oliveira²⁷, aos quais coube receber a invernada do Avaré como pagamento. Eduardo Lopes de Oliveira, filho deste credor, viria a fixar residência nestas terras ao redor de 1875, data em que a casa foi construída.

Eduardo foi uma liderança política importante, dos arredores, alavancando a criação do município de Avaré e mais tarde o de Itatinga²⁸. Republicano, travava batalha política constante com Barbara Fé do Nascimento, principal liderança monarquista da região; eram vizinhos, e suas propriedades se limitavam pelo rio dos Veados. A disputa entre ambos marcou a tal ponto a política de Rio Novo que quando é

Em 1924 a fazenda foi vendida à família Rocha, descendentes de Vitoriano Souza Rocha (fundador de Avaré), que são os atuais proprietários. A casa passou por diversas reformas, e teve sua ala de serviços demolida, mas depoimentos de familiares, aliados a vestígios encontrados no local, permitiram a reconstituição da planta²⁹.



8.7 SÍTIO TANQUINHO - BOTUCATU

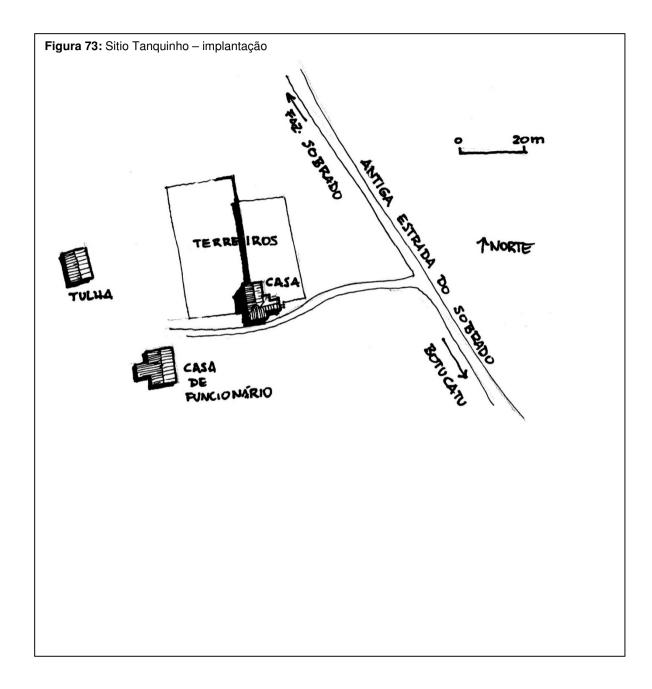
Trata-se da mais antiga casa de tábuas que encontramos. Pertenceu a Domingos Goncalves de Lima, conhecido como Domingão Gonçalves, mineiro de Diamantina, que se fixou na cidade de Botucatu ao redor de 1870. Chegou já maduro, e quem o chamou foi Joaquim Gonçalves da Fonseca, com quem tinha laços de parentesco, aparentemente. Domingão ficou viúvo, e resolveu se mudar para Botucatu, onde casou em segundas núpcias com Gertrudes Olímpia da Silveira. Ela era viúva de Antônio Joaquim de Barros, ligado aos Soares de Barros, e possuíam terras na região do Piapara. Gertrudes pertencia à família Silveira Franco, de Limeira. Era neta de José Silveira Franco, que foi proprietário da fazenda Lageado, ao redor de 1860.

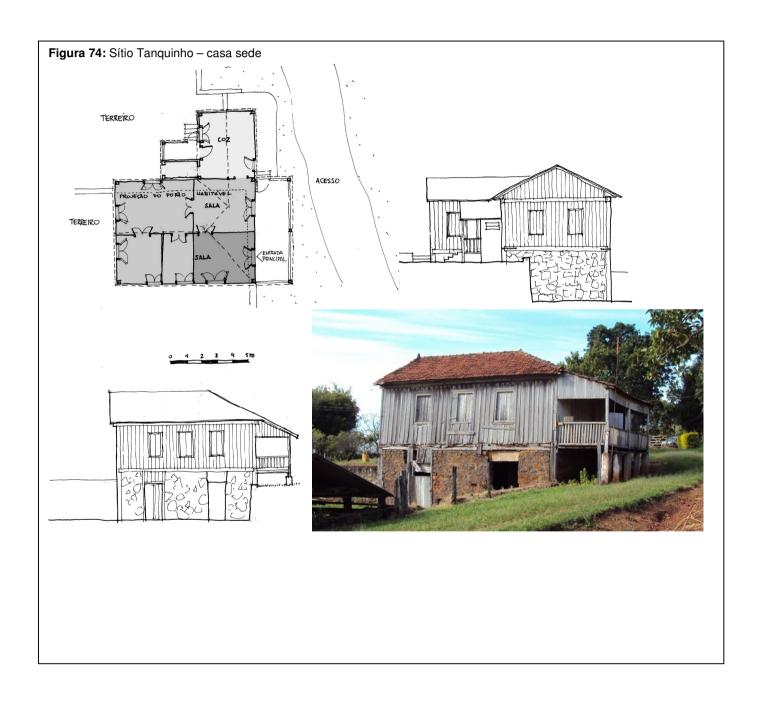
Gertrudes tinha vários filhos e filhas, assim como Domingão; na medida em que os jovens se tornaram adultos, houve diversos casamentos entre os filhos de Domingão e Gertrudes. Domingão faleceu já viúvo pela segunda vez em 1916. O sítio Tanquinho ficou para seu filho

Joaquim Leandro de Oliveira. Posteriormente, Joaquim Leadro vendeu-o (ao redor de 1930) para Joaquim Gonçalves de Barros, o "Quim", seu cunhado e filho de Gertrudes. Na década de 1950, Quim vendeu o sítio para um sobrinho, José Martins de Barros, o "Bem de Barros". A casa foi habitada desde a década de 1940 pelo irmão de "Bem", Laudelino Martins de Barros, que ali faleceu, na década de 1970, sem deixar filhos. Desde então, a casa voltou a ser uma moradia secundária, sendo utilizada apenas aos fins de semana pelo proprietário atual.

A propriedade se formou quando Fonseca vendeu a Domingão uma de suas fazendas, do Córrego Fundo até a Estrada do Sobrado. Na parte de baixo da serra, Domingão criava gado, e no alto, plantou café. Em 1886 Carlos Schmidt nos mostra em seus desenhos que Domingão já estava com os cafezais plantados. A propriedade é pequena, mas Domingão teve por ela muito apreço.

Esta casa era uma moradia secundária e muito eventual, já que a casa do proprietário ficava na cidade, a apenas 7 quilômetros. Posteriormente, parentes seus residiram nesta casa, por muitos anos, até a venda para os proprietários atuais na década de 1970, quando os cafezais foram arrancados. A casa data provavelmente de 1880, pois já possui assoalho com vigotas em seção retangular, porém vigamento principal em seção quadrada e rudimentarmente cortada





8.9 OUTRAS DAS PRIMEIRAS FAZENDAS EM TIJOLOS, NA REGIÃO

BARRA MANSA, LOURDES, MANDACARU, SANTA JÚLIA.

A fazenda Mandacaru está na estrada de Piracicaba a Anhembi, entre a fazenda Pau d'alho de Prudente de Moraes e a Fazenda Serra Negra. Acha-se incluída nesta discussão pela técnica construtiva que a caracterizou. A casa foi construída em tijolos, mas possui dois esteios que partem do solo e apoiam sua cumeeira, ficando as paredes internas totalmente livres de cargas. A estrutura é exatamente a de uma casa de paua-pique, porém a casa é de tijolos; suas fundações são em pedra. A estrutura da cobertura e os esteios da casa são bem aparelhadas, no entanto há janelas com folhas claramente lavradas a enxó, deixando dúvidas sobre o processo de execução da casa. Sua datação não é certa, mas em 1873 a fazenda já comparece no Almanack Paulista Luné-Fonseca.

A fazenda Santa Júlia, também na zona de influência Piracicabana, mereceu nossa atenção aqui por possuir a Venda embaixo da casa sede,

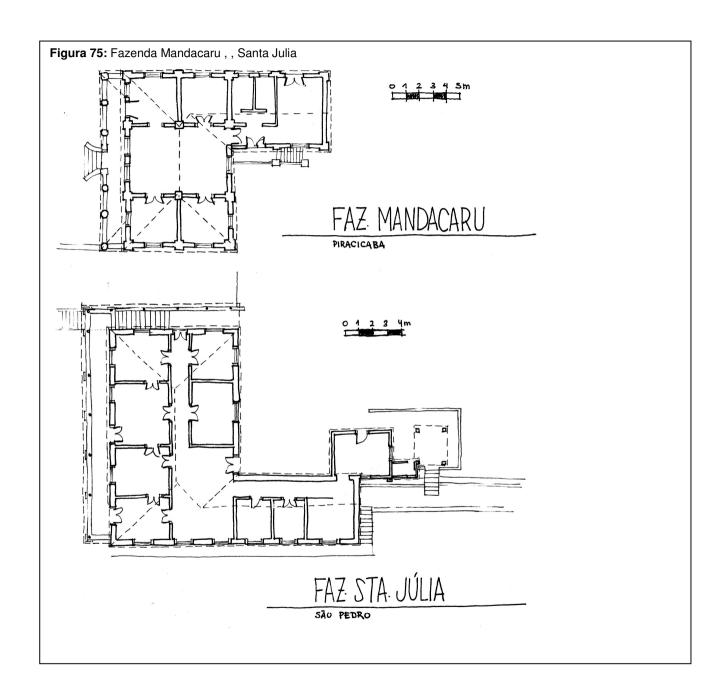
como visto na Serra Negra (ao menos depois da reforma feita por Sabino no início do século XX).

A casa apresenta ainda planta organizada com corredor central, sugerindo que seja obra da virada do século XIX para o XX. Também é notável que a imensa altura de seus terreiros causou um problema na relação dos mesmos com as estruturas de beneficiamento na tulha.

Na fazenda Barra Mansa, desmembrada da Fazenda Moura, notamos a chegada gradativa da influência do alpendre em "L", vindo do norte do Tietê; notamos também como a simplicidade da casa de pau-a-pique foi ainda mantida nas primeiras casas em tijolos. A fazenda foi aberta provavelmente pelo próprio Campos Bicudo, que a adquiriu de José Rodrigues dos Santos, mas se consolidou sob Joaquim Gonçalves da Silva, que possuía ainda outra fazenda e trazia toda a produção para beneficiar na Barra Mansa, atingindo um total de 300.000 cafeeiros produzindo, entre 1910 e 1920.

Figura 75: Observar na fazenda Mandacaru os dois grossos esteios centrais, que sustentam a cumeeira.

Na fazenda Santa Júlia, observar a implantação em ponto elevado, e a venda sob a casa.



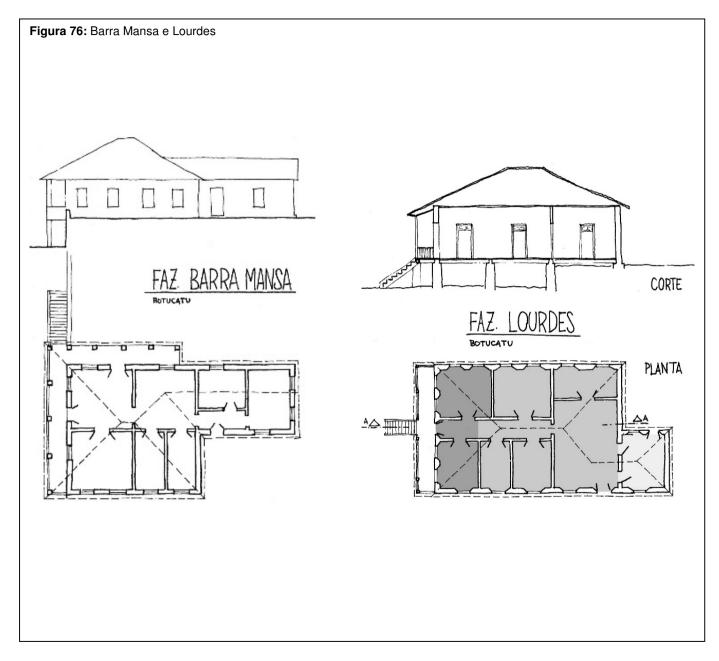


Figura 76: Observar na fazenda Barra Mansa a presença do alpendre em "L" e a organização da planta, já similar à que vai se consagrar nas casas urbanas médias e pequenas de Botucatu; na fazenda Lourdes, erguida por um filho ou genro de Coronel Fonseca em um desmembramento de podemos ver a terras, persistência do alpendre fronteiro, mas a casa já organizada por um corredor central, conforme modelo predominante das casas maiores de fazenda e da cidade de Botucatu nas décadas finais do século XIX e iniciais do XX.

9. AS GRANDES ESTRUTURAS CAFEEIRAS (1880-1918)

A implantação das estruturas cafeeiras na região de Botucatu assume novos contornos a partir de 1880. A ferrovia neste momento já estava em Bacaetava, e os engenheiros da Sorocabana e da Ituana vasculhavam as dobras da serra de Botucatu procurando cafezais e trajetos viáveis para suas locomotivas. A Ituana conseguira concessão de Piracicaba a São Manuel, e teria que enfrentar o problema da transposição de uma grande região de solo arenoso, ou seja, pastagens. Além disso, havia a transposição do rio Tietê, uma obra caríssima.¹

A Sorocabana obtém a concessão de Tietê a Botucatu. Em 1882 o engenheiro Carlos Schmidt visita Botucatu, e conclui que a maneira menos custosa de subir a serra seria pela garganta do rio Lavapés, ou seja, pela fazenda Lageado, recémadquirida por João Conceição. O problema é que a embocadura desta garganta se situava a poucos quilômetros da linha projetada da Ferrovia Ituana rumo a São Manuel. Era evidente que eles

disputariam a demanda do bolsão cafeeiro que então se consolidava entre Botucatu e São Manuel. As possibilidades de sobrevivência das duas companhias passavam a se decidir no vale do Araquá, vizinho à embocadura do Lavapés. Transportar este café daria fôlego para as futuras arrancadas para oeste, como a Mogiana e a Paulista já levavam a efeito naquele momento.

A Sorocabana tinha também suas dificuldades, a enfrentar: tinha que atravessar diversos afluentes de médio calado do rio Tietê: o Sorocaba era o maior de todos, seguido pelo rio das Conchas, pelo Peixe e pelo Alambary. Eram áreas brejosas onde a malária era endêmica. Os habitantes desta região criavam gado extensivamente, e cultivavam mantimentos que mal davam para a subsistência, não formando uma clientela muito atrativa. A Sorocabana teria que contar unicamente com a receita do transporte do café e algum açúcar (pois a maior parte deste açúcar era vendida no Paraná e a ferrovia não seria útil para seu transporte) do município de Tietê (em terras hoje de Laranjal Paulista, Pereiras e Conchas), e, depois disto, só quando chegasse à embocadura

1: Donato, 1985. Pg.279.

da garganta do Lavapés teria, garantida, a clientela dos cafezais de Botucatu.

As obras da Sorocabana saíram na frente. Em 1886 já haviam cruzado o rio Sorocaba e se aproximavam do rio das Conchas. Os cafezais botucatuenses já escoavam sua produção até a ponta dos trilhos da Sorocabana desde 1870, aproximadamente, inicialmente via Bofete, Porangaba, até Bacaetava; depois, para Tietê, via Pirambóia, Conchas, Laranjal. E, a partir de 1886, a cada ano os trilhos estavam mais próximos. O engenheiro chefe da Sorocabana e seus ajudantes imediatos já estavam residindo em Botucatu para dirigir a última etapa das obras, a partir de 1886.

Em 1887 a vitória da Sorocabana já parecia iminente, quando a Ituana se lança no esforço desesperado de reverter a situação. Desde 1872 (decreto 5.920 de 24/5/1872) o senador Queiroz, juntamente a Germano Bruhns, possuía uma concessão de navegação dos rios Piracicaba e Tietê até a colônia do Avanhandava com linhas de vapores, que garantiam basicamente a comunicação de Piracicaba com as propriedades

agrícolas ribeirinhas, entre elas as importantíssimas fazendas Porto Eliseu e Banharão, da família Cardia, e a Fazenda Sobrado do próprio Queiróz.² Dom Pedro II chegou a viajar nestes vapores quando foi a Mineiros do Tietê para inaugurar a estação da Companhia Paulista, em fevereiro de 1887.

Estas linhas de vapores são colocadas a serviço da Ituana, que constrói, a partir de Porto Martins, na fazenda Sobrado, às margens do Tietê, uma linha ferroviária para chegar à cidade de São Manuel.

O trajeto de cerca de 25km foi construído em tempo recorde – cerca de seis meses – de modo que em julho de 1888 o trem apitava em São Manuel, e a Ituana momentaneamente respirava aliviada. Seus técnicos, porém, sabiam que a situação era frágil: uma viagem de São Manuel a São Paulo pela companhia Ituana envolveria dois transbordos (ferrovia-navegação, fluvial-ferrovia novamente), além da baldeação em Jundiaí, para a SPR. Quase valeria a pena a viagem de carroça até Botucatu, para pegar o trem da Sorocabana, e ir diretamente a São Paulo.

2: Chitto, 2008.

Os técnicos da Sorocabana apostam nisso. A chegada dos trilhos a Antônio Monteiro foi comemorada efusivamente: a estação passou a se chamar Vitória. Eram fins do ano de 1888 e os cafezais de Botucatu estavam servidos pela ferrovia. Em abril de 1889 a Sorocabana concluía a subida da serra e começava a sufocar a Ituana, o que terminaria com a fusão das duas companhias, poucos anos depois. Com isso, estas duas linhas foram interligadas na Estação Vitória, e, mais tarde (1897), foi feita uma outra ligação pelo alto da serra, diretamente de Botucatu a São Manuel.

O número de cafeeiros crescia rapidamente: de cerca de 800.000 pés de café produzindo, em 1873, em Botucatu, em 1895 só no município de Botucatu (haviam se destacado Avaré e São Manuel, neste período) já eram 4 milhões de pés produzindo. Em São Manuel, provavelmente este número era parecido; em Avaré, as produções ainda estavam começando e provavelmente ficavam entre um e dois milhões de pés, concentrados nas fraldas da serra entre Avaré e Itatinga. Após 1900 os investimentos em novos

cafezais se aceleram, na região de Arandu e Cerqueira César.

Além de a aproximação da ferrovia estimular os investimentos nas estruturas cafeeiras em uma nova escala, as obras trouxeram aos sertões de Botucatu quadros técnicos altamente qualificados, capazes de dotar as fazendas de infraestruturas sofisticadas, como muros de aquedutos. arrimo, terreiros. até então inexistentes na região, apesar de já serem corriqueiros em Campinas, por exemplo. A partir de 1886, Carlos Schmitt, engenheiro chefe das obras da Sorocabana, formado pela Escola Politécnica de Stuttgart, fixa residência em Botucatu, onde permanece até 1890. Possuía relacionamento muito próximo com os principais fazendeiros da região, especialmente com João Conceição, residente em Piracicaba, proprietário da Lageado, cujas terras a ferrovia rasgou longitudinalmente, tomando, porém, o cuidado de contornar o núcleo de instalações para não gerar perturbações na fazenda. É possível que Schmitt tenha auxiliado de alguma maneira no planejamento das estruturas da Lageado e de

outras fazendas, então em construção. Residindo em Botucatu, integrou-se rapidamente ao pequeno, mas festivo, grupo de alemães, que frequentemente organizavam saraus na cervejaria de Guilherme Von Giessel. As filhas de Guilherme, segundo Hernani Donato³, eram lindíssimas. Uma delas se casou com jovem imigrante alemão recém-chegado, Arthur Bratke, que se fixou em Botucatu por uma década. Deste casal nasceria o arquiteto Oswaldo Bratke⁴.

Carlos Schmidt ainda legou os primeiros desenhos da paisagem da serra de Botucatu, em 1882 e 1886.

Outro profissional que anuncia insistentemente seus serviços em Botucatu é Germano Weiss, "engenheiro que projetou a fábrica Santa Rosália em Sorocaba", com escritório à rua das Flôres, em Sorocaba. É provável que tenha realizado algum trabalho em Botucatu, pois não teria anunciado por tantos anos (toda a década de 1890) se não tivesse algum retorno. Pelo nome, provavelmente era alemão, como Schmidt.

As fazendas que analisaremos neste capítulo são contemporâneas à consolidação das anteriores. Entre elas, e entre seus proprietários, surge, porém, um abismo cultural durante o ciclo cafeeiro. O fazendeiro pequeno ou médio, cuja fazenda ficava ao redor 100 a 200 alqueires, e cuja plantação ficava abaixo de 200.000 pés de café, viveu na sua fazenda – geralmente, só possuía uma, raramente duas – e só no entreguerras (1918-1939) foi morar em uma cidade maior, próxima de sua propriedade.

O grande cafeicultor, aquele com propriedades maiores que 500 alqueires e mais de 400.000 pés de café, muitas vezes possuindo três, quatro ou cinco fazendas, este já na época da Primeira Grande Guerra (1914-1918), fixa residência em São Paulo, e, por vezes, mantendo residência secundária na França ou na Suíça, e filhos estudando na França, Suíça ou Alemanha.

Esta vida cosmopolita cria barreiras sociais inimagináveis entre parentes próximos – mesmo entre irmãos. Ao redor de 1919, Joaquim de Toledo Piza e Almeida, um dos maiores

- 3: Donato, 1985. Pg.153.
- 4: Entrevista a Carlos Bratke, realizada em 22 de julho de 2013.

5: Acontecimento relatado por Jayme de Toledo Piza e Almeida Neto, filho e neto dos protagonistas da crônica.

6: Dupré, 1978.

cafeicultores do estado, ex-secretário de estado da agricultura e político influente, recebe visita de um irmão quase 20 anos mais novo, modesto fazendeiro de café em Lins, em terras que o próprio Joaquim lhe vendera em condições favoráveis⁵. O irmão, Jayme, ia acompanhado do filho mais velho, então com 12 anos, e preveniu este filho que na casa do tio o almoço era feito com muitos talheres e louças, que o próprio pai não sabia usar. Então, combinou que o filho prestasse atenção no tio, e fizesse tudo igual, para não cometer nenhuma gafe. Chegaram à casa do tio, foram recebidos, sentaram-se à mesa, e começou a refeição. Logo, o tio nota que o menino o está imitando, e começa a fazer tudo muito rápido para o menino se atrapalhar. Tudo termina em risada, e o tio manda o menino comer como guisesse. Rompeu-se, momentaneamente o abismo, mas foi a única vez que este tio recebeu este sobrinho. Os contatos sociais não faziam mais sentido, eram universos inconciliáveis.

Também Maria José Dupré nos conta⁶ que ao se mudar para a casa da irmã, em São Paulo, ao redor de 1914, viveu este impacto. A irmã era casada com um irmão do deputado Cardoso de

Almeida. No começo, o casal vivia em Botucatu, em casa contígua à loja do velho Cardoso, pai do deputado. Depois, mudaram-se para São Paulo, e daí para a Suíça, onde viveram uma temporada. Voltaram para morar na Paulista, em uma casa com interfone, chef e governanta suíça, todos a falar francês durante as refeições. Constrangedor para Maria José, a irmã normalista que não tinha dinheiro para comprar sapatos.

A casa de fazenda, neste período, gradativamente muda de função, tornando-se uma moradia secundária, apenas para as visitas do proprietário à fazenda, e por vezes tendo mesmo mais função como escritório do que como casa.

Em contrapartida, os grandes conjuntos produtivos que representam tornam de primeira relevância suas estruturas de processamento e armazenamento do café.

O ciclo do café na serra de Botucatu teve seu momento de maior otimismo de 1880 a 1905. O ano de 1905 foi catastrófico: seca, geada, granizo e gafanhotos. A produção de café se reduz drasticamente, recuperando-se lentamente; os investimentos são retomados, porém nunca

voltariam aos níveis pré-1905. Outros fatores a inibir o crescimento dos cafezais foram a Primeira Grande Guerra (1914-1919), a grande geada e a gripe espanhola (1918), e por fim, a crise de 1929, após a qual os investimentos em cafezais cessaram definitivamente.

Nesta mesma época, Theodoro Sampaio esteve nos sertões a oeste de Botucatu, a serviço da Comissão Geográfica e Geológica, na expedição de mapeamento do rio Paranapanema⁷. Em 11/4/1886 partiram pela Sorocabana até Bacaetava. A 13/4 chegam a Itapetininga. Um mês de preparativos: Theodoro encomenda a construção de dois batelões de 9,50 x 1,30, canoas, provisões, e gente habilitada para a

navegação: um cozinheiro, um carpinteiro, dois pilotos, um servente e sete canoeiros. Em 22/5 partem de Itapetininga, da fazenda do Porto (Estância Lucinda).

No dia 26/5 entram no rio Paranapanema. Ficam dois dias acampados na barra do Itapetininga para definir a posição geográfica com precisão.

Em 28/5 seguem até a cachoeira de Itapucu e em 12/6 atingem Jurumirim: início de navegabilidade dificílima. Finalmente a 17/6/1886 acontece a chegada a Piraju (São Sebastião do Tijuco Preto). Duas semanas de permanência, contratação de 7 homens, entre eles três índios do aldeamento de Piraju. Apenas a 1/7 acontece a retomada da navegação, ainda muito difícil. A 15/7, chegada à foz do Itararé. Tinham pressa, havia tripulantes doentes, e logo chegam a Salto Grande. Em 30/07 atingem a barra do Tibagi, e a 6/8 o rio Paraná. Iniciam a volta, e a 22/8 já estão novamente na barra do Tibagi – onde fazem desembarque e início da viagem de volta, por terra.

Em 22/9/1886 chegam a Botucatu. Nesta ocasião, a última estação da Sorocabana oficialmente entregue era Laranjal Paulista, e os trabalhos se encontravam bastante adiantados até Pirambóia, onde a cartografia de Teodoro mostra que passaram chegando pela estrada de terra. Portanto, é possível que tenham embarcado em Pirambóia, ainda em obras, ou em algum outro ponto entre esta e Laranjal – no caso, Conchas seria outra hipótese.

7: Santos, 2010.

9.1 FAZENDA IGUALDADE - SÃO MANUEL

A fazenda foi aberta por Vicente Soares de Barros, nascido em 5/4/1861 na fazenda de seu pai. Antonio Soares de Barros, no local da atual Vitoriana. Ele narrava sua trajetória como "tendo tido uma infância pobre"8. No entanto, com o falecimento do pai, na década de 1870, recebe como herança parte da propriedade, que logo vende à família Conceição, de Piracicaba. Com estes recursos, adquire área maior no vale do Araquá, próxima de seus primos. Ali erque a Fazenda Igualdade, enquanto os trilhos da Ituana e da Sorocabana se aproximam. Em 1888, a ferrovia Ituana cruza sua propriedade rumo a São Manuel, Em 1892 a Ferrovia União Sorocabana e Ituana faz mudancas de tracado, consolidando a ligação direta Botucatu-São Manuel pelo alto da serra, e mantém estação nas vizinhanças da fazenda.

Em 1904 eram 120.000 pés de café em produção, na fazenda. Os investimentos foram contínuos, além da aquisição de outras propriedades próximas, que traziam sua produção para beneficiar e ensacar na Igualdade.

A fazenda possuía em 19278 680 algueires, com 426.000 pés de café, dos quais 300.000 em produção plena, além de outros 200.000 pés de café em propriedades anexas próximas. A colheita foi de 46.000 arrobas, ultrapassando as 100 arrobas/1.000 pés. Com 70 famílias de colonos. 80 alqueires de matas. 6 alqueires de eucalipto e um dos melhores aparatos mecânicos da região, a fazenda Igualdade possuía ainda. como apoio, uma área de invernadas de 343 alqueires. Seus negócios eram diversificados, e seus filhos dirigiam a empresa mecânica e importadora Martins, Barros & Cia em São Paulo. na rua Florêncio de Abreu. Benincasa 10 encontrou em fazendas da região de Jaú diversos projetos da empresa Martins Barros para máquinas, lavadores e tulhas.

8: Oliveira, 1904. 9: Caldeira, 1928

10: Benincasa, 2007.

Figura 77 - Fazenda Igualdade – implantação geral – foto de 1925 aproximadamente, e ampliação da casa, com alpendre em balanço. A casa foi erguida ao redor de 1881-1882.

9.2 FAZENDA LAGEADO - BOTUCATU

11: Registros paroquiais de terra.

Até 1836, suas terras eram cobertas por densa vegetação, e formavam uma barreira entre os campos da fazenda Monte Alegre e os campos do Sobrado. Ao redor de 1835 o capataz da fazenda Sobrado abre uma ligação entre esta fazenda e os campos da Monte Alegre. Na sequência, diversos posseiros se instalam na vizinhança, entre eles Antônio Mariano Pereira, Claudino José Pereira (estes dois na Fazendinha), João da Cruz Pereira (na estrada do Córrego Fundo, com posse sobre todo o vale do Araquá entre o tombo da serra e o rumo do Sobrado), José Antônio de Barros (na atual Lageado), Joaquim Antônio Rodrigues (na atual Morro Vermelho), Francisco José Diniz (na atual Santana), e o próprio capataz da Sobrado posseia o vale do Lavapés, das divisas da Monte Alegre até as posses de Francisco José Diniz e José Antônio de Barros. Todos eles relatam datas de posseamento entre 1836 e 1837, indicando que o processo foi guase simultâneo, e possivelmente orquestrado.¹¹

Nos maços de população de 1846, encontramos Francisco José Diniz, José Antônio de Barros,

Joaquim Antônio Rodrigues, João da Cruz Pereira e os herdeiros de Joaquim Costa residindo em suas posses. Em 1855-56, no Registro Paroquial de Terras, já havia algumas pequenas alterações no quadro fundiário: Barros e Rodrigues haviam trocado suas terras. Pesquisando a documentação do cartório de notas de Botucatu, não encontramos documentos de compra e venda destas terras, mas aparece já diretamente, em fins da década de 1860, que a antiga propriedade de Rodrigues, depois habitada por Barros, estava, em 1869, em propriedade do tenente José Silveira Franco. José era irmão de Rafael Silveira Franco, grande proprietário de terras em Pardinho e Avaré desde 1840, e dedicado à criação de gado. José, porém, claramente tinha planos de tornar a Lageado uma produtora de café.

José da Silveira Franco aparece por vezes referido como José da Silva Franco, pois frequentemente abreviava Silveira se 0 escrevendo Silva. O mais antigo documento que o vincula a Botucatu é uma escritura de compra e venda de terras no vale do Jacutinga,

proximidades da atual Avaré, em que é citado como confrontante. Muita gente de Limeira naquelas adquiriu terras paragens. principalmente do vendedor João da Cruz Pereira, que posseou imenso território entre Avaré e o rio Paranapanema. Provavelmente, José adquiriu estas terras de Pereira, que vendeu a quase todos os demais limeirenses como ele. Na verdade, os Silveira Franco eram de Atibaia, mas viveram em Limeira por muitos anos, onde ocuparam cargos importantes, inclusive a Câmara de Vereadores. Rafael, irmão de José, parece ter se mudado antes para Botucatu, ao redor de 1850. José veio certamente depois de 1852 – não consta da lista de eleitores deste ano - mas antes de 1859, quando passa a aparecer nos documentos do cotidiano na cidade, registrando compra e venda de escravos no cartório (em agosto de 1859, livro 4 do 1º cartório de Botucatu, ele compra a escrava Francisca e a doa a sua filha Maria da Silveira Franco). Possuía uma casa na cidade, na rua do Calvário (Djalma Dutra), próxima da esquina com a "rua da casa de João Vieira Paraíso" 12. Faleceu antes de abril de 1865, quando já consta no cartório o registro de liberdade de: "...Miguel e João Velho, escravos do finado José da Silveira Franco". Em agosto de 1867 consta uma carta de "...Gilberto João, exescravo do falecido e sempre chorado seu senhor José da Silveira Franco, sendo casado com a escrava Joanna, esta sendo já velha e doentia, sendo um grande pesar para o suplicante em ver sua esposa jazendo na escravidão quando ele se acha restituído à liberdade, pede aos herdeiros que a libertem..."

Os bens de José seguem indivisos por vários anos. Em 22/3/1868 Jacintho da Silveira Franco vende a Luiz da Silveira Franco "partes no sítio ou fazenda do Lageado, com parte na mesma fazenda, gramados e mais benfeitorias, no engenho e pertences, na plantação de 150 pés de café, na de 800 e na de 210 pés, na plantação nova daqueles no sítio que foi de João de Barros e no cafezal novo plantado por Salvador de Godoi, no canteiro de mudas de café, e parte no sítio do Lageado que tudo houve por herança de seu pai, achando-se pró-indiviso."

12: livro 8 do 1º Cartório de Botucatu, maio de 1863

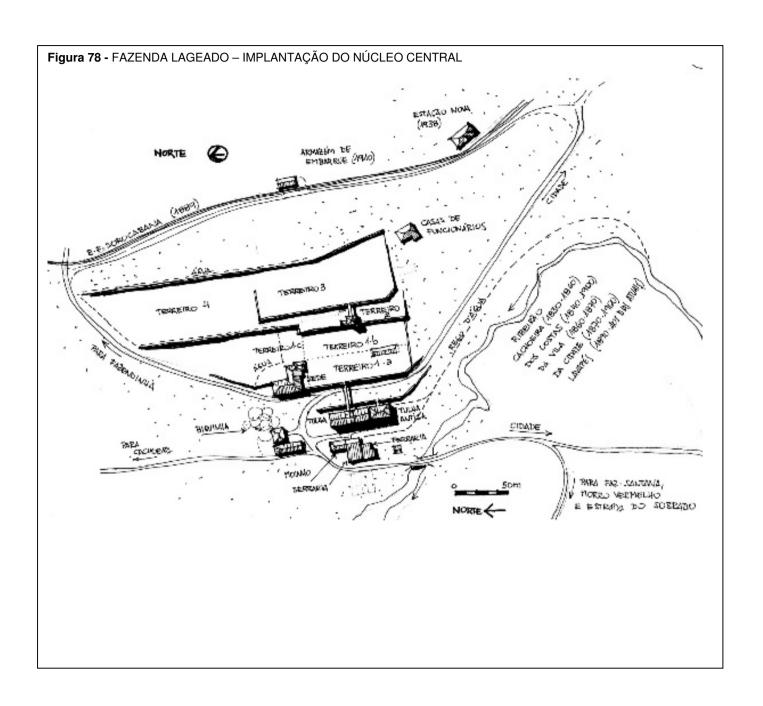
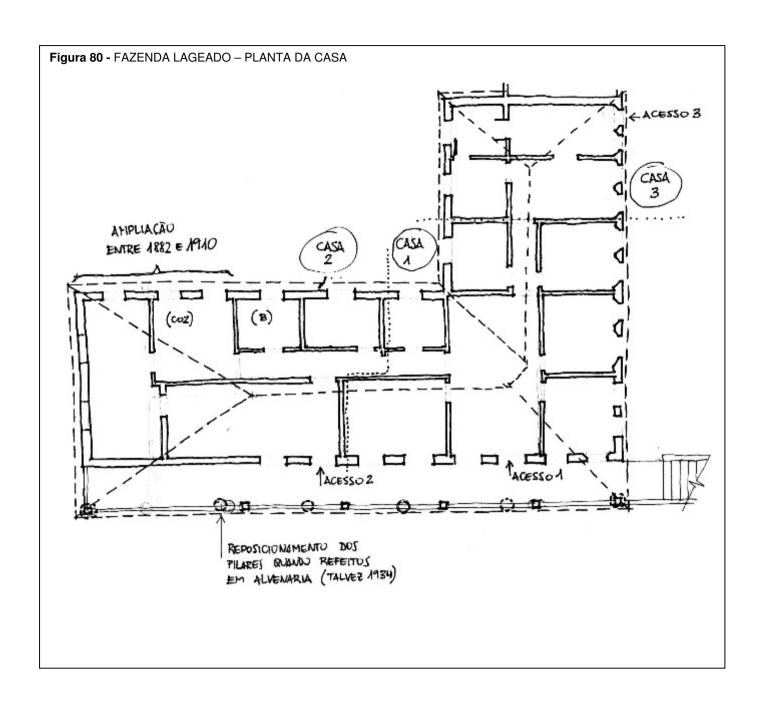


Figura 79 - FAZENDA LAGEADO - Perspectiva e foto de 1910 da coleção de postais da papelaria Art Nouveau, de Arthur Bratke. Postal reproduzido da publicação "Lembranças de São Paulo – a coleção de postais do Museu Francisco Blasi não possui esta vista. —Fazenda Lageado— Botucatu — Fazenda de Café Nene, Americo e as meninos, anviam la miulissemas sandades, hem como ao Parelino e aos meninos.



Em abril de 1859, consta a venda de uma sorte de terras no rio Pardo, de José da Silveira Franco para Rafael da Silveira Franco; como não há maiores comentários, parece-nos razoável pensar que seria o filho do finado alferes José, ou um registro antigo levado tardiamente por seu irmão ao cartório, mais de 4 anos após sua morte. Em 19/1/1870 sua viúva, Eleonor da Silva Bueno, dita testamento. Era natural de Piracicaba.

Declara que não teve filhos com José (portanto, os filhos Maria, Jacintho e Luiz eram de um casamento anterior) e não tendo herdeiros forçados, deixa a maior parte para a sobrinha Idalina Cristina de Moraes, casada com Francisco Marques de Souza, sendo sua herança composta de duas moradas de casa, unidas na rua do Calvário, e 6:000#000 em dinheiro, dos quais 5:000#000 a receber do capitão Tito pela venda da fazenda Lageado, "cuja escritura ainda está por passar".

Deixa ainda dinheiro para missas, para Nossa Senhora das Dores (deve se referir à capela de Avaré, onde tiveram terras), para Santana e para a irmandade do Rosário. Deixa ainda 1 conto para cada um de seus três afilhados, um dos quais foi criado por ela (Miguel Franco).

Em 9/2/1870 registra-se a venda da fazenda. "Em casas de dona Eleonor da Silva Bueno. (...) como vendedora a mesma dona Eleonor da Silva Bueno, Luiz da Silveira Franco e sua mulher Ana da Silva Bueno, estes através de seu procurador alferes Antônio Castanho de Almeida, (...) e de outra parte como comprador Tito Correa de Mello, todos moradores deste termo e por mim conhecidos (...) foi dito pela outorgante que era senhora da meação da Fazenda do Lageado próxima desta villa, e tão bem das benfeitorias existentes que compreende casa de morada, engenho de cilindro e seus pertences, alambique, moinho, monjolo e gramado, metade das roças de milho, canaviais, cafezais e porcada de crias que lhe coube em partilhas de seu casal pela morte de seu consorte o alferes José da Silveira Franco. e tão bem diversas partes compradas a herdeiros, e pelos segundos outorgantes Luiz da Silveira Franco e sua mulher foi dito que eram senhores não só do que lhes coube em partilhas do finado alferes José da Silveira Franco, mas tão bem de partes compradas aos herdeiros Jacintho da

13: Antonini, 1981. A autora transcreve a descrição da propriedade em 1882: "cafezais de cinco a dez annos, um cafezal novo de pouco mais de dous annos, e outro cafezal de Chacrinha quaso todo formado". Além disso, já existiam: "caza de morada, parte forrada e assoalhada que conta com cem palmos de frente com oitenta de fundos: coberta de telhas (..) e rebocada de cal...; caza de despejo; caza para deposito de café; cazas de moinho, estrebarias. maquinas: monjollo, doze quartos que servem de aposentos dos escravos".

Silveira Franco, Anna da Silveira Franco, Carlos João Shimit, Lino de Tal e sua mulher, partes estas que compreendem em proporção as benfeitorias referidas pela primeira outorgante (...)". Na continuação, descrevem como seria a partilha do recebimento entre os vendedores e afirmam, ainda, que o comprador se encontra em posse da fazenda desde 1/6/1869.

A compra da Lageado, para Tito, era o coroamento de uma sequência de aquisições das melhores terras de Botucatu, sobre os dois espigões que ladeiam a garganta do Lavapés. Em 1863 ele adquiriu o antigo sítio Bananal, e continuou adquirindo o espigão da velha estrada do Sobrado até adquirir a Fazenda Santana, e, em 1869, a Lageado, que compreendia a maior parte do espigão paralelo.

Em 1882 a fazenda é adquirida por João da Rocha Conceição¹³, filho do Barão de Serra Negra, e irmão do Conde de Serra Negra, Dr. Manoel Ernesto, que nestes mesmos anos adquiria terras vizinhas para formar a Fazenda Villa Vitória. Posteriormente, João Conceição ampliaria a propriedade com a aquisição de mais

terras aos pés da serra e na garganta do Lavapés, quase dobrando a área inicial de cerca de 700 alqueires.

Os documentos de venda da fazenda pela viúva a Tito, e da aquisição pela família Conceição, são fundamentais para o esclarecimento da evolução da atividade econômica na Lageado durante suas primeiras décadas. No entanto, os investimentos que a família Conceição levou a cabo, nas décadas seguintes, ofuscaram quase totalmente os traços das antigas estruturas produtivas, que agora só podem ser deduzidas em linhas muito gerais.

As principais estruturas construídas – terreiros, arrimos, tulhas, casas de máquinas, passadiços, a própria casa sede e a tulha antiga – são posteriores à aquisição pela família Conceição, e foram erguidas entre 1882 e 1910, quando a fazenda aparece em um cartão postal já ostentando as estruturas atuais (tulha, serraria, casa de máquinas, terreiros, casa).

Não é certo quem teria concebido esta imensa estrutura, mas, como discorremos anteriormente, uma hipótese é de que tenha sido Carlos Schmidt, engenheiro da Sorocabana que

naqueles mesmos anos estava justamente atravessando a fazenda Lageado com 5 quilômetros da ferrovia, incluindo reservatórios de água, plataformas de embarque, bueiros e outras estruturas. Seria uma gentileza bastante provável, auxiliar os Conceição com um plano para a fazenda.^{XX}

Na obra da ferrovia trabalhavam muitos imigrantes. Entre eles, um português, Alvaro de Guimarães, que gradativamente se destacou, e passou da soca (assentamento de dormentes) para trabalhos mais sofisticados, em alvenaria de tijolos e pedras. Bueiros, pequenas pontes, muros de arrimo.

Da ferrovia, Guimarães passa a trabalhar nas obras da fazenda Lageado. Auxiliou na execução das obras em tijolos. Ao redor de 1890, quando concluiu estes trabalhos, já contava com a ajuda de seu filho — então criança — Manoel Álvaro de Guimarães. Trabalharam também nos terreiros das fazendas Morro Vermelho e Monte Selvagem, além de outros cujos nomes a família não guardou. .

Nos anos seguintes, foi requisitado pela municipalidade para trabalhar na execução do muro de arrimo da Praça do Bosque e, na sequência, do assentamento de quias, sarietas, redes de drenagem, águas pluviais e esgotos, tornando-se funcionário do serviço de águas da intendência (prefeitura) municipal. Seu filho, Manoel Álvaro de Guimarães, despontaria nas décadas seguintes como pessoa de confiança da nascente classe média urbana botucatuense, e como arquiteto licenciado projetou e dirigiu a construção de inúmeras edificações em Botucatu e região, desde 1920, quando se iniciam os registros de sua firma, até 1950, quando seus filhos assumem a empresa, e lhe dão continuidade, daí por diante, como empreiteiros, respeitados como construtores de grande qualidade. Sua empresa se encerrou em 1987, e a documentação contábil, biblioteca técnica e arquivo de desenhos remanescente foram armazenados por familiares e pelo autor destas linhas.

Com isto, a fazenda Lageado possui de maneira mais evidente do que as demais, laços que XX: Este Carlos Schmidt nada tem a ver com os vários Carlos Shimit ou Carlos Chimit que aparecem na família Franco e na família Barros; estes últimos são todos batizados em homenagem a um avô comum, trazido pelo governo imperial para trabalhar na fábrica de Ipanema e então casado na família Franco; uma de suas filhas se casou na família Soares de Barros, e então também nesta família aparecem netos homônimos.

demonstram seu papel como escola dos construtores que, na sequência, vão para a cidade.

As obras de carpintaria da Lageado são caracteristicamente de transição: estruturas já racionais, porém ainda de seção quadrada. As mesmas se assemelham muito à estrutura da tulha da Boa Esperança, porém esta última é bem menor.

Os investimentos na fazenda Lageado esfriam, após 1910: a fazenda não teria alterações significativas até sua liquidação e aquisição pelo Instituto Brasileiro do Café, em 1934, que deu início a um novo ciclo de sua história, como um grande laboratório agrícola governamental.

9.3 FAZENDA SANTA MARIA DO PARAÍSO

BOTUCATU

A abertura da fazenda Santa Maria do Paraíso se deu pouco antes de 1880, por Cantídio Martins de Almeida.

Seu proprietário, no final da década de 1920, já era José Emygdio de Barros - mais tarde associado aos Irmãos Dória - que cresceu na

fazenda Redenção, aberta por seu pai homônimo (1825-1888), às margens do rio Araquá. A casa sede é de tijolos, o que situa a data de sua construção após 1880; suas portas e janelas, bem como sua planta, são características da arquitetura tradicional de antes do café, com paredes apoiadas sobre grossas vigas de seção quadrada, e portas e janelas com peitoris e batentes de seção quadrada e faceando as alvenarias pelo lado externo.

Tais elementos seriam impensáveis, no final da década de 1890, para uma propriedade tão sofisticada, de modo que a datação de suas estruturas iniciais fica limitada entre 1880 e 1890. Em 1898 a propriedade foi atravessada pela ferrovia Sorocabana, ganhando uma plataforma de embarque, a Chave Cantídio. Os investimentos seguiram constantes, nas décadas seguintes, pois as casas de colonos apresentam técnicas distintas: as mais próximas da sede, visivelmente mais antigas e com técnicas similares a esta. As casas de colono, situadas do outro lado da ferrovia, claramente são mais novas, possivelmente até posteriores à primeira

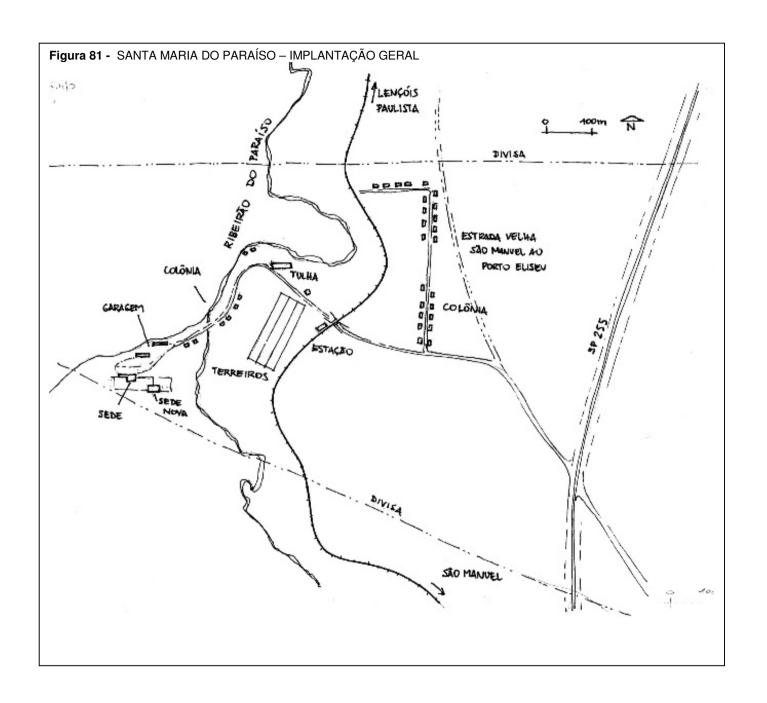
guerra. Ocorre que os cafezais de São Manuel viveram continuidade de investimentos até a crise de 1929.

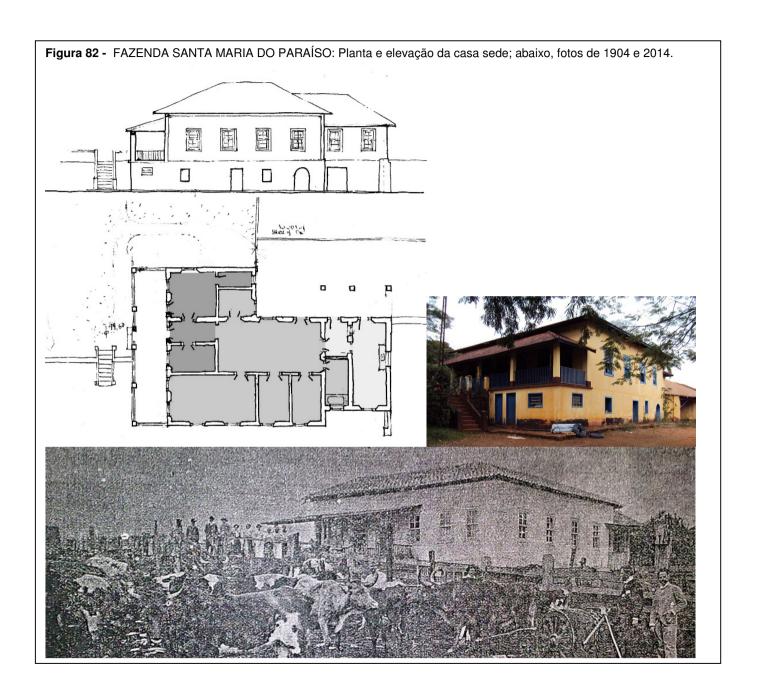
Em 1904¹⁴ a fazenda possuía 60.000 pés de café em plena produção e 70.000 em formação, prestes a iniciar produção. Em 1927 a fazenda atinge seu auge – simultaneamente à maioria das fazendas de São Manuel – com 655.000 pés de café a plena produção, mantendo uma produtividade média acima das 100@ por 1.000 pés. Comparada às fazendas de Botucatu, era um gigante; no entanto, comparada às demais fazendas de São Manuel, não era tão grande assim. A descrição feita em 1927 nos ajuda a compreender o funcionamento da propriedade:

"O snr José Emygdio de Barros, bem compreendendo as necessidades dos humildes auxiliares de sua grande fazenda, permite de bom grado que os mesmos cultivem cereais para o consumo interno e tenham criação de animais domésticos, como porcos, galinhas, etc.. Está a Fazenda Santa Maria a seis quilômetros da cidade de São Manoel, sendo os embarques realizados na Chave Cantídio, situada dentro da

propriedade, empregando-se no transporte oito carroças tiradas por quarenta muares e um possante caminhão. Para passageiros há dois semi-trolys. O benefício do café tem lugar em superior machina, fabricação Mac-Hardy, capaz de beneficiar oitocentas arrobas por dia de servico. Os terreiros são amplos e modernos. dispondo de ladrilhos, lavadores aperfeiçoados e iluminação elétrica. Em face à enorme produção da fazenda. (...) foram construídas três tulhas de primeira ordem, duas de tijolos e uma de tábuas. Os pastos atingem 5 alqueires com capim catingueiro, além de 45 alqueires de invernadas superiores. Estão abrigadas nesta parte da propriedade para mais de 150 cabeças de gado Caracú, (...), vários cavalos e muares. Há criação de porcos, com equipamentos adequados como chiqueirões, etc.. Existindo belíssima queda natural do ribeirão Paraíso dentro da propriedade, foi instalado um dínamo, que produz força para os maguinismos e luz elétrica superior. Dispondo de muitos animais na propriedade, foi necessário organizar canaviais. No que concerne

- 14: Oliveira, 1904.
- 15: Caldeira, 1928, pg. 292.





à colonização, (...) (contratou-se) setenta famílias de auxiliares, (...) domiciliados em duas colônias, com o total de setenta e cinco casas bem sólidas, além de outras dez para camaradas. (...).

Há água encanada na sede e em parte da colônia.

Para a fabricação de fubá foi instalado aperfeiçoado moinho. Compreendem 80 alqueires as matas da propriedade, onde abundam madeiras de lei das mais procuradas e preciosas.

A casa de residência é um palacete luxuoso, novo e grande, com porão habitável. O interior dispõe do maior conforto, satisfazendo as exigências modernas e as disposições higiênicas. Todos os cômodos dispõem de janela, que facilitam sobremodo a ventilação. Pouco abaixo fica o prédio da administração..."15

Após a crise de 1929, a fazenda acusa um recuo nas plantações: são apenas 380.000 pés em 1941.

9.4 FAZENDA REDENÇÃO - SÃO MANUEL

Aberta na década de 1860 por José Emygdio de Barros (1825-1888) e sua esposa Sebastiana Schmidt (da família Silveira Franco de Limeira, portanto aparentada a José e Rafael Silveira Franco), a fazenda possuía cerca de 1.000 alqueires, e logo se destacou como propriedade produtora de café, embora fosse principalmente uma fazenda de criar, até 1880.

José Emygdio obteve recursos para sua compra e equipamentos a partir da venda de partes da Fazenda Sobrado ao Senador Queiroz.

Em 1904¹⁶ a fazenda já possuía mais de 500.000 pés em produção. Aparentemente não houve grande crescimento posterior, mas este dado pode estar distorcido por desmembramentos.

Em 1928¹⁷, a fazenda estava com 643.943 pés em plena produção, e apenas 4.440 pés novos, sinalizando já um ritmo de manutenção, não de expansão. A colheita atingiu 62.540 arrobas, ou quase 100 arrobas/1.000 pés. Possuía 73 casas de famílias de colonos, mais 31 casas de

15: Caldeira, 1928, pg. 292.

16: Oliveira, 1904.

17: Caldeira, 1928.

camaradas. Na década de 1920 foram introduzidos colonos japoneses, que passaram a produzir arroz nas partes pantanosas, às margens do rio Araquá. 220 alqueires eram ocupados pelas pastagens e invernadas, com 320 cabeças de gado caracu. Outros 200 alqueires eram cobertos de matas.

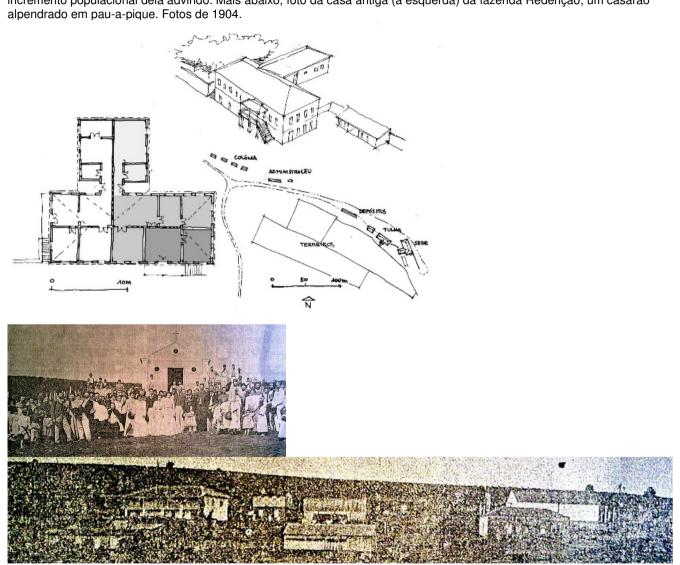
A casa existente foi concluída em 1918, substituindo a original em pau a pique. O embasamento em pedra, da velha casa, foi aproveitado para instalação das máquinas de café.

A edificação da sede é incomum, para os padrões regionais, e a trazemos aqui exatamente como exemplo de ruptura dos modelos anteriores. A casa vem geminada a uma casa de administrador; cozinhas e sanitários parecem ter sido executados em momento posterior, à parte e diretamente apoiados sobre o solo (enquanto os demais ambientes se encontram sobre porão habitável).

Segundo familiares de André Margoni¹⁸, ele trabalhou bastante para a família Barros, naqueles anos. Margoni era de Trento, portanto àquela época cidadão austríaco – porém falava italiano. Era "arquiteto licenciado", e se associou a Dácio Aguiar de Moraes quando este vivia em São Manuel. É possível que Margoni tenha trabalhado no projeto da casa da sede da Redenção, e antes disto, nos terreiros. Quanto a Dácio de Moraes, é pouco provável que tenha participação no projeto da casa, que é muito simplório, se comparado às outras obras de Moraes, na região.

18: Entrevista a Ângela Margoni, realizada em 22/07/2011.

Figura 83 - FAZENDA REDENÇÃO –IMPLANTAÇÃO E PLANTA DA CASA SEDE. Levantamento original do Condephaat. Redesenho do autor. Abaixo, foto da capela da fazenda em dia de casamento, com presença maciça da colônia e dos arredores. As capelas só passaram a parecer nas descrições de fazendas da região após a introdução da cafeicultura e o incremento populacional dela advindo. Mais abaixo, foto da casa antiga (à esquerda) da fazenda Redenção, um casarão alpendrado em pau-a-pique. Fotos de 1904.



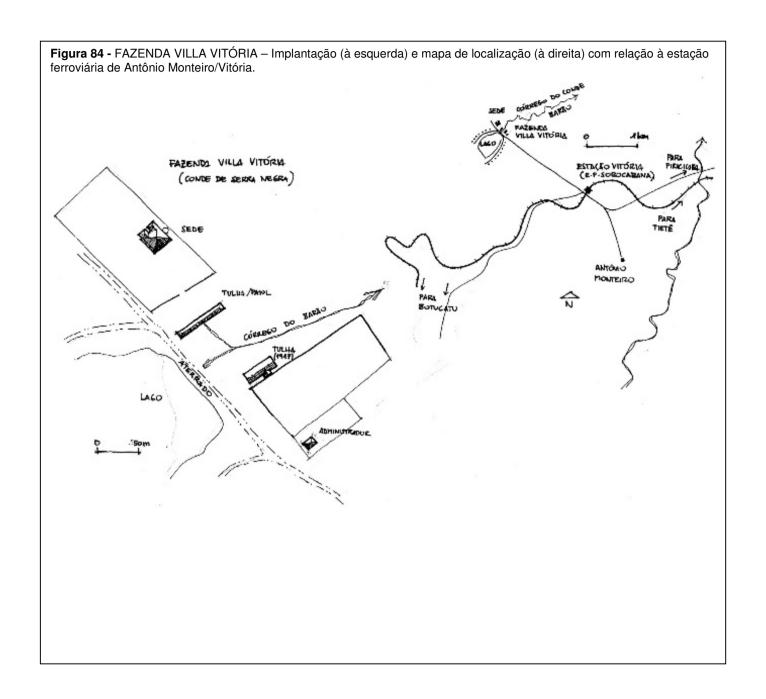
9.5 FAZENDA VILA VICTÓRIA – BOTUCATU

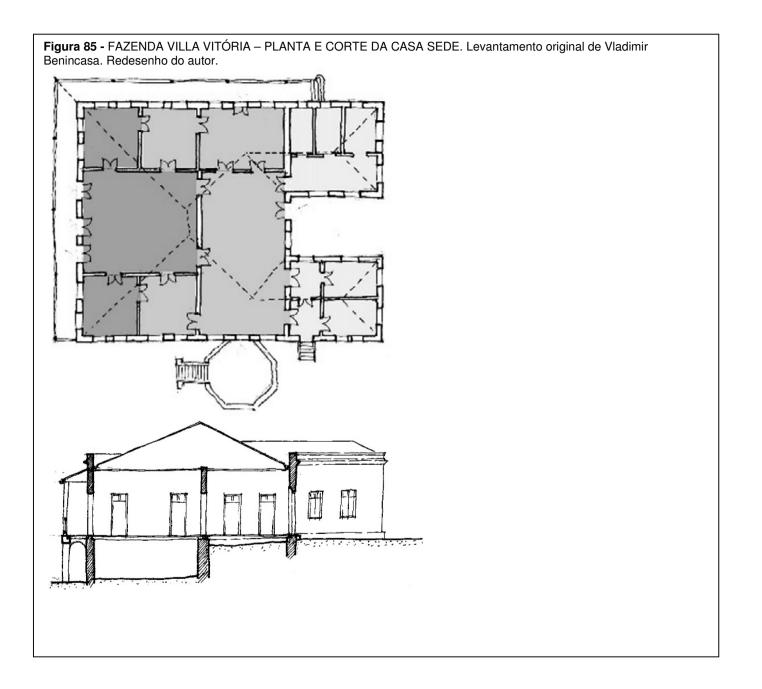
Em princípios da década de 1880 a família Conceição adquiriu esta área dos herdeiros de Antônio Soares de Barros. Neste momento, iá eram palpáveis as perspectivas de chegada da ferrovia. Carlos Schmidt esteve no local em 1882. quando se convenceu que este local era passagem obrigatória para Botucatu. A família Conceição adquiriu diversas propriedades nesta região, a ponto de os desenhos do engenheiro Schmidt descreverem o espigão como "espigão do Dr. Conceição", "ponta do espigão do Barão", pois realmente, os irmãos João, Manoel Ernesto (Maneco) Júlio dominaram auase completamente a faixa de terras entre os rios Lavapés e Capivara, desde a cidade de Botucatu até sua confluência.

Quando a Sorocabana chega (1888), posiciona sua estação em terras de Antônio Monteiro, próximo da divisa com Manoel Ernesto Conceição, que batiza sua fazenda em implantação como Fazenda Villa Vitória. A fazenda de Antônio Monteiro estava mais consolidada, pois este havia se estabelecido ali

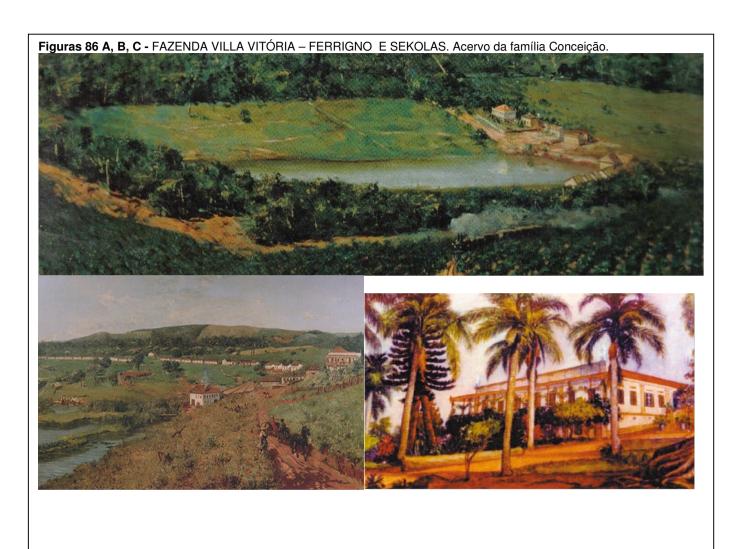
em 1875, aproximadamente (Dupré, 1978). Manoel Ernesto estava edificando sua estrutura, e para coordenar estes trabalhos de construção designou Guido Zanotto, imigrante italiano oriundo de Pádova. Quando a fazenda se consolida, ao redor de 1890, Zanotto assume funções administrativas e a Venda da fazenda, até que se muda para a cidade e se torna negociante, construindo imóveis de aluguel, entre outros empreendimentos.

A estrutura construída da Fazenda Villa Vitória foi registrada por dois artistas de destaque, da época, a pedido do Conde de Serra Negra. As imagens foram realizadas para promover o café brasileiro em Paris, mostrando o ambiente produtivo em tons bucólicos. Um dos quadros de Ferrigno chega a mostrar as negras indo ao monjolo, em uma cena certamente posada artificialmente, pois o café já era processado em uma casa de máquinas com roda d´água e máquina a vapor, como algumas panorâmicas do mesmo pintor permitem ver. A casa de máquinas atual é de 1917. Após a guerra (1914-1919),

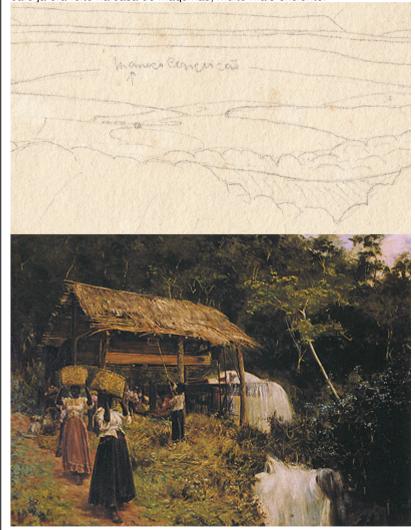




Figuras 86 a, b e c. Três vistas da fazenda Villa Vitória. Acima, recorte de panorâmica da fazenda feita por Ferrigno em 1898. É possível identificar a casa sede, uma casa anexa possivelmente de caseiro, dentro do quintal da casa, e logo abaixo terreiros, tulhas e casa de máquinas. Do outro lado do lago, mais à direita, casas de colonos e o trem cortando os cafezais. O quadro anaixo à esquerda mostra a casa e a casa de máguinas, e ao fundo uma seguência de casas que Ferrigno omitiu no quadro de cima (estaria às margens do lago na parte superior do quadro, onde há uma pastagem vazia). Neste quadro de baixo vemos que a casa de máquinas está soltando fumaça, sugerindo a possibilidade de ali já haver uma máquina a vapor ou uma caldeira funcionando. Estas e outras pequenas distorções da realidade nos quadros de Ferrigno evidenciam a função publicitária de suas imagens. Abaixo à esquerda, quadro de Maximiliano Sekolas da década de 1930, mostrando a casa ainda com o alpendre antigo e a platibanda original.



Figuras 87 A - FAZENDA VILLA VITÓRIA –CARLOS SCHMITT 1882. Schmitt nos mostra o lago e as instalações da fazenda vistas do alto da serra, aproximadamente local atual do restaurante "Na Tuia". Maneco Conceição era como o Conde de Serra Negra era conhecido. **Figuras 87 B -**Abaixo, o monjolo da fazenda retratado por Ferrigno em 1898. O monjolo devia ser remanescente dos tempos de Antônio Soares de Barros, e a cena das negras levando o café provavelmente foi posada para conferir um aspecto pitoresco à exposição das imagens em Paris, pois o beneficiamento do café já era feito na casa de máquinas, muito mais eficiente.



Manoel Ernesto não investiu significativamente na fazenda, passando, a partir de 1929, à desmobilização gradativa das estruturas.

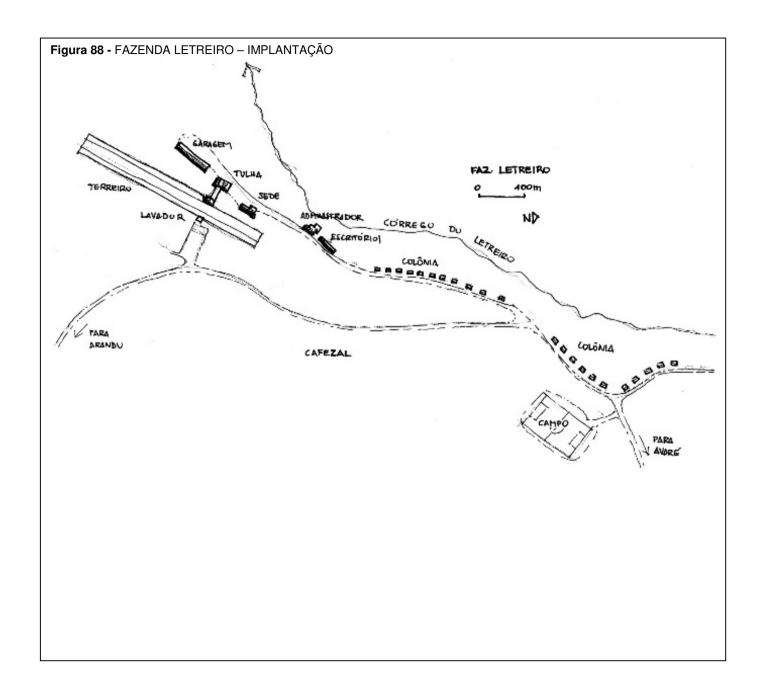
9.6 FAZENDA LETREIRO - ARANDU

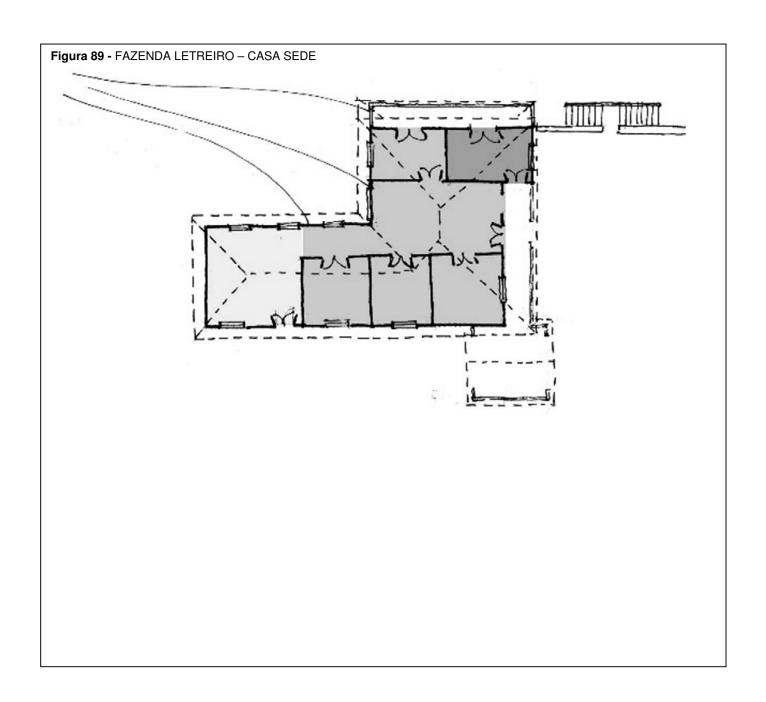
Aberta em 1905, em Avaré, hoje pertence ao município de Arandu. O proprietário original, comerciante na região de Amparo, foi o português Antônio Soares, que posteriormente fixou residência na Letreiro. A casa sede e os escritórios são de 1906, aproximadamente, feitos em tábuas, numa carpintaria moderna e muito sofisticada. lembrando as obras de Paranapiacaba pela solução de dupla pele de tábuas. A tulha atualmente existente é posterior, sendo seu maquinário da década de 1920. Provavelmente substituiu uma tulha mais antiga, de tábuas.

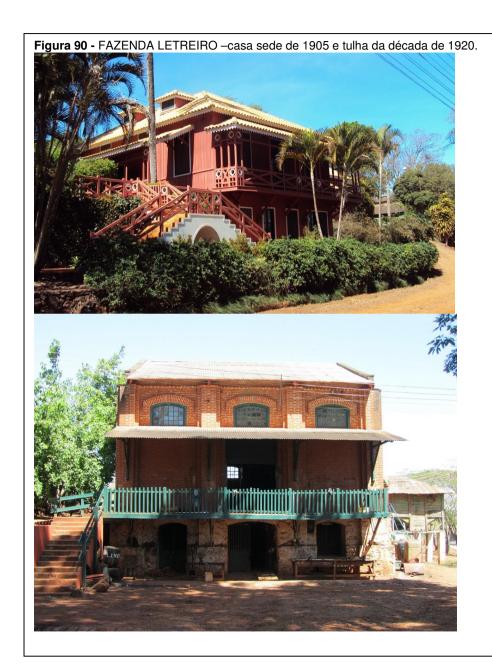
A fazenda Letreiro se situa em região cafeeira de desenvolvimento posterior às fazendas estudadas anteriormente, e comparece neste estudo como exemplo da tendência que assumem estes empreendimentos, baseados na

facilidade locomoção pela ferrovia. de promovidos por uma classe social totalmente urbanizada. A Fazenda Letreiro nunca foi moradia principal de seus proprietários, mas sim ponto de visitas prolongadas apoio para acompanhamento dos momentos cruciais de sua atividade produtiva. As instalações da fazenda rescendem a praticidade, rapidez, e foco na atividade produtiva.

Já é um conjunto notavelmente distinto das fazendas de Botucatu e das mais antigas de São Manuel. A casa sede é uma edificação eminentemente eclética, um bangalô de tábuas com ornamentação em lambrequins e madeiras curvadas. Os escritórios possuem edificação própria, da mesma datação da casa sede. As tulhas foram erguidas mais tarde, na década de 1920, para receberem o maquinário Blasi, de Botucatu. É um empreendimento que rompe completamente com a ideia de fazenda de café, que vem do século XIX, onde suas estruturas edificadas ainda guardavam resquícios da antiga fazenda autossuficiente.







10.0 SÍTIO DO IMIGRANTE (1890-1930)

1: Faleiros, 2010, pp 210-211

A introdução do imigrante no regime de colonato nas fazendas cafeeiras da serra de Botucatu se iniciou ao redor de 1880. Até esta data, as dimensões modestas das plantações de café tinham permitido seu desenvolvimento com uma diminuta mão de obra, formada majoritariamente por escravos e, em pequena parte, por famílias de brancos e negros livres, em regime de parceria similar ao colonato, chamados de "contrato de locação de serviços", dos quais encontramos vários, no cartório de Botucatu, sendo o mais antigo datado de 1863 e referente à contratação de plantio de café.

Quando a economia cafeeira se dinamiza, na serra de Botucatu, a escravidão é uma instituição já em vias de extinção, tanto pelo aspecto moral — já era, neste momento, motivo de constrangimento entre os proprietários mais esclarecidos — quanto econômico: a iminência da abolição tornava o investimento cada vez mais arriscado; os filhos de escravos eram nascidos livres desde 1871; o tráfico, proibido desde 1850;

os plantéis estavam se extinguindo e seu preço havia quadruplicado em 30 anos.

De outro lado, a mão de obra qualificada para assumir os cuidados dos cafezais era muito pequena para o volume que se pretendia plantar. Paralelamente ao imigrante vindo com a passagem subsidiada, chegam os imigrantes avulsos, pagantes de suas próprias passagens, geralmente com o objetivo de se estabelecerem no meio urbano, como comerciantes ou artesãos. Este tipo de imigrante compreendia desde artesãos e pequenos comerciantes, até profissionais qualificados. Encontramos primeiros registros deste tipo de profissional, na região de Botucatu, nos documentos seguintes. Em 1880 o agrimensor José Fanelli chega por anúncio feito pela municipalidade de Botucatu em jornais na cidade de São Paulo. É o primeiro italiano, que conseguimos rastrear, trabalhando com agrimensura em Botucatu. Provavelmente esteve incumbido de abertura de ruas, estradas e construção de pontes. No ano seguinte, aparecem notícias de outro italiano que residia em Botucatu: em 2/9/1881 o juízo de ausentes de Botucatu dá conta do falecimento de Honorato Delpozzo, italiano, "de idade avançada, era artista de architettura, vivia de seu trabalho e não poderia portanto auferir grandes quantias. Foram amealhados alguns objetos de pequeno valor, absolvidos (sic) no pagamento de suas dívidas na botica, custas de funeral, etc.".²

A chegada do imigrante vem suprir a enorme demanda gerada pelos investimentos em novas plantações e na construção das estruturas produtivas das fazendas. Como o ciclo dos grandes investimentos na serra de Botucatu se concentra entre 1880 e 1905, seguindo daí por diante em ritmo de crescimento lento até 1929. temos que os maiores investimentos coincidem com os anos de maior entrada de italianos no Brasil. Estes serão, portanto, maioria, e em muitas fazendas, a totalidade dos colonos. Há também um grande volume, de difícil mensuração, que se dirigiu diretamente para os núcleos urbanos da região, dos quais trataremos no capítulo referente aos impactos da economia cafeeira no meio urbano.

No meio rural fixou-se o italiano, vindo pelo sistema oficial de imigração. Tendo sua

passagem subsidiada, ficava à disposição dos cafeicultores na Hospedaria dos Imigrantes, no Brás. Escolhido, assumia o compromisso de, por 4 anos, prestar-lhe servicos no regime de colonato. Neste formato de contrato, muito similar aos velhos "contratos de locação de serviços", era obrigado a cuidar, juntamente com sua família, de uma determinada parte do cafezal, que geralmente compreendia 2.000 a 6.000 pés, pelo período de 4 anos. Havia ainda a liberdade para o cultivo de hortas próprias, para consumo, e até para comercialização, em alguns casos. A produção dos cafezais já existentes seria meada, e o plantio de novos pés era remunerado à parte. Ao final de 4 anos, se não houvessem percalços (geada, gafanhotos, granizo, doença na família) os colonos podiam auferir economias suficientes para empreender. Comprar uma área, plantar café, e tornar-se um pequeno produtor, foi um dos caminhos mais frequentes. Ir para a cidade, montar um negócio, era também considerado. Partir para oeste, onde se poderiam comprar áreas maiores e tornar-se um grande proprietário no futuro, também era possível.

2: AESP: Botucatu, documentos diversos.

3: Costa, 1998. 4: Faleiros, 2010

Trataremos a seguir das moradas de imigrantes que tomaram a primeira escolha: compraram na própria serra de Botucatu uma pequena área geralmente. 20 algueires aproximadamente - e nela construíram uma miniatura da fazenda onde trabalharam anteriormente. Terreiro, a casa alpendrada, a tulha. A arquitetura da propriedade do imigrante na serra de Botucatu é produto da modernidade. A referência que toma de maneira mais forte é a fazenda onde foi colono; a Itália já está muito distante na memória, e nem seguer é propriamente desejada, já que este imigrante italiano deixou para trás uma Itália dificuldades, e foi introduzido na parte mais dinâmica da economia brasileira dos 1900: a fazenda de café do oeste paulista. Ferrovias em terreiros, arrimos, construção. aquedutos. máquinas, reuniam naquele espaço capacidades e qualificações, conhecimentos, artesanatos, como em poucas partes do país naquele momento. O imigrante tem diante de si a oportunidade de se aproximar do mundo moderno e apropriar-se do mesmo. A obra do italiano na serra de Botucatu tem seus laços com a cultura vernacular italiana, ofuscados - ou talvez

apagados – pelo desejo de modernidade, e pela maior proximidade de referências culturais ligadas à atividade cafeeira – como a grande fazenda em que trabalhou.

Buscando independência econômica, estes proprietários imigrantes empreendem de modo muito distinto dos grandes fazendeiros para quem trabalharam: evitam ao máximo a contratação de mão de obra. Fazem tudo o que podem com as próprias mãos, e não têm vergonha de realizar eles próprios os serviços mais simples e braçais, guando necessário. Tendo chegado há pouco, talvez não estivessem "contaminados" pelo aviltamento do trabalho que a escravidão promoveu³. Isso fez deles mais capazes de enfrentar as turbulências da economia, por terem mais margem de manobra. A cada crise, seus sítios ficavam economicamente pequenos maiores, e as grandes fazendas com seus enormes custos, ficavam menores⁴. Quando chegamos a 1927, já temos sítios de imigrantes com produção parecida à de antigas fazenda, e até imigrantes enricados na cidade compram fazendas como investimento paralelo, como é o caso dos Lunardi, dos Dinnucci, dos Peduti.

Figura 91: CONCENTRAÇÕES DE SÍTIOS DE IMIGRANTES

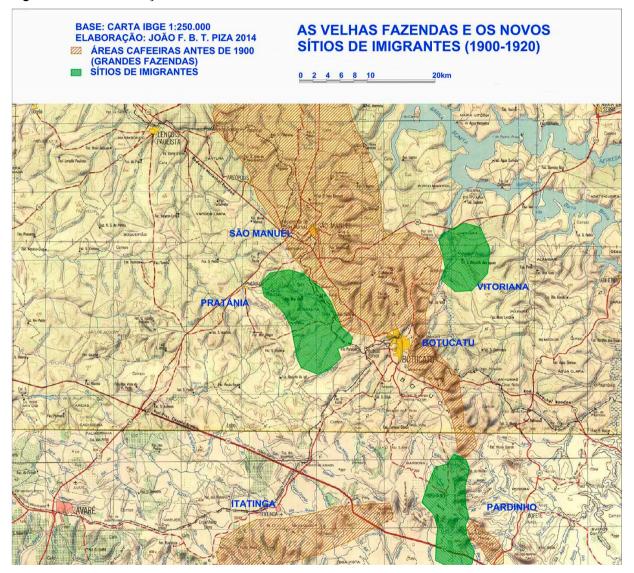


Figura 92: SÍTIO BASSETTO, NO FAXINAL. Construído aproximadamente em 1915.



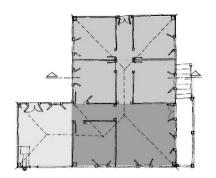
10.1 OS SÍTIOS DOS BASSETTO

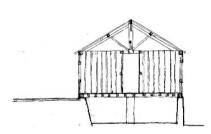
A família Bassetto possui vários troncos, descendentes de irmãos chegados da Itália em fins do século XIX a Botucatu e São Manuel. Depois de pouparem, por alguns anos, como colonos, um deles se fixou na atual Pratinha, enquanto outro se fixou no Faxinal, ambos em lotes gerados pelo parcelamento de velhas grandes fazendas. As casas da família Bassetto nos mostram que há diversidade de implantação, buscando soluções práticas e econômicas.

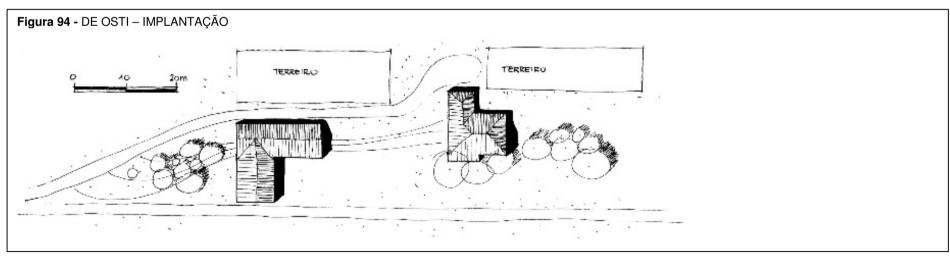
10.2 DE OSTI

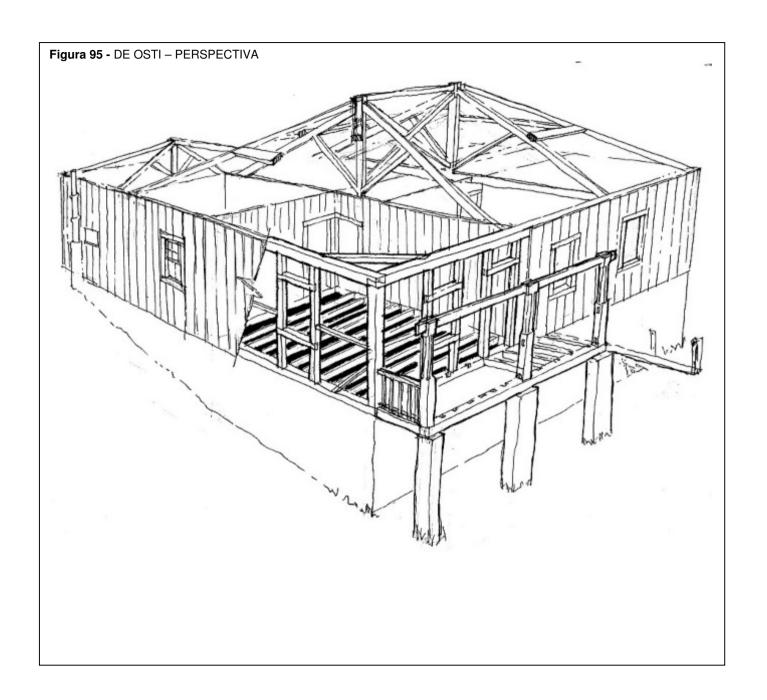
Propriedade da família De Osti na Pratinha, no mesmo parcelamento em que se acha o sítio dos Bassetto naquele bairro (posteriormente vendido aos Lorenzetti), é uma das que guarda maior relação de proximidade com a solução espacial das grandes fazendas de café.

Figura 93: SÍTIO DE OSTI, NA PRATINHA: CASA SEDE, PLANTA E CORTE









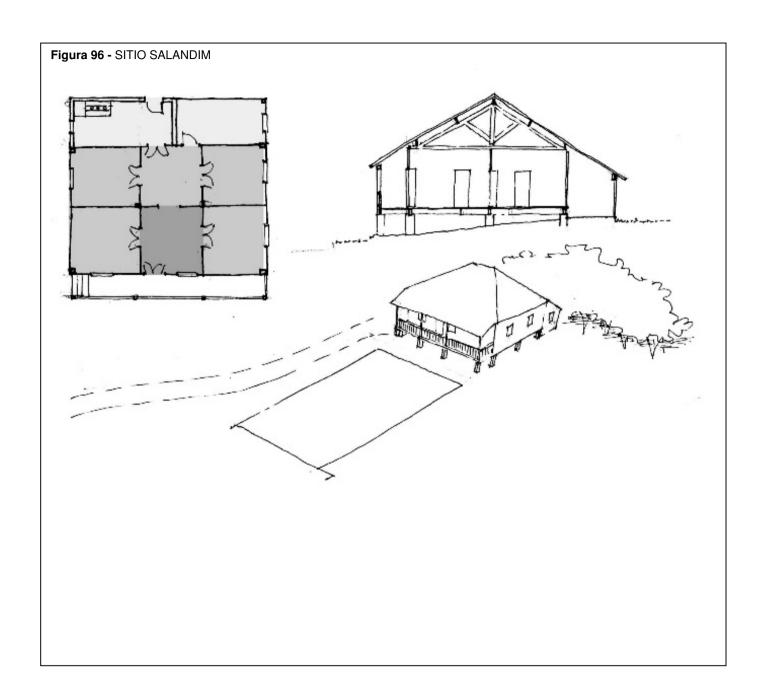
9.7 SALANDIM

O sítio dos Salandim se situa em um flanco da serra, próximo da fazenda Bella Vista, onde cresceu Maria José Dupré. A casa foi demolida logo após nossa visita – a demolição já estava agendada e o material de demolição vendido, o que levou à urgência do registro.

A casa tem organização que lembra as casas tradicionais brasileiras mais sintéticas, com duas salas centrais recebendo lateralmente os quartos, como se apenas tivessem sido eliminadas as alcovas. Encontramos esta solução em diversas residências da tradição brasileira, onde a alcova havia sumido pela exiguidade de espaço da casa, restando apenas uma parede a dividir as duas salas. A carpintaria é moderna, com tesouras já bem definidas e todo o vigamento em seção retangular. A cozinha, sobre chão atijolado, situase um pouco abaixo do nível da casa, assoalhada sobre porão baixo.

O ponto do telhado, alto, é incomum, e não deve ser tomado como uma tipicidade da casa imigrante nesta região. As tábuas e o vigamento apresentavam marcas de corte a traçador

(mudanças de direção das rebarbas do corte). endossando as declarações da família de que os ancestrais a tinham construído com as próprias mãos, porém a casa data de aproximadamente 1910, quando já havia muitas serrarias na região. Provavelmente as difíceis condições de transporte da madeira de serraria, os poucos disponíveis recursos para comprá-la. a necessidade de remover a madeira que cobria o sítio para iniciar lavouras e a disponibilidade de mão de obra qualificada na própria família, levaram à escolha de fazê-lo com as próprias mãos.



9.8 PAMPADO

Figura 97 - SITIO PAMPADO

O sítio da família Pampado, cuja moradia foi erguida em 1924, pertence atualmente à família Bassetto. A casa de morada é idêntica a uma típica casa urbana de Botucatu ou São Manuel do mesmo período, mostrando a superação das velhas referências arquitetônicas rurais, agora recebendo a influência fortíssima do meio urbano.



11.0 IMPACTO DA ECONOMIA CAFEEIRA NO MEIO URBANO: BOTUCATU E SÃO MANUEL

Entre 1918 e 1929, gradativamente cessam os investimentos em cafezais, na região da serra de Botucatu. No município de Botucatu, cessam, quase completamente, já em 1918, prosseguindo ainda até 1929 em São Manuel, Avaré e Itatinga, regiões que ainda dispunham de consideráveis áreas de terra roxa.

No entanto, a oeste novos cafezais surgiam constantemente. Em 1890, já estão sendo estruturadas as principais fazendas de Agudos; em 1900, consolidam-se as fazendas em Pirajuí, Garça, prenunciando o avanço da Noroeste, enquanto nas pontas dos trilhos da Sorocabana estão os novos cafezais de Ipauçu, Ourinhos.

A partir de 1918, explodem os cafezais da Noroeste, ao mesmo tempo em que o café, algodão e gado se mesclam na paisagem da Sorocabana até a divisa com o Mato Grosso. As fazendas de café alimentaram os núcleos urbanos próximos, ao criar um importante mercado consumidor e, simultaneamente, atrair serviços e equipamentos com crescente sofisticação técnica que introduziram, neste meio, novas culturas materiais.

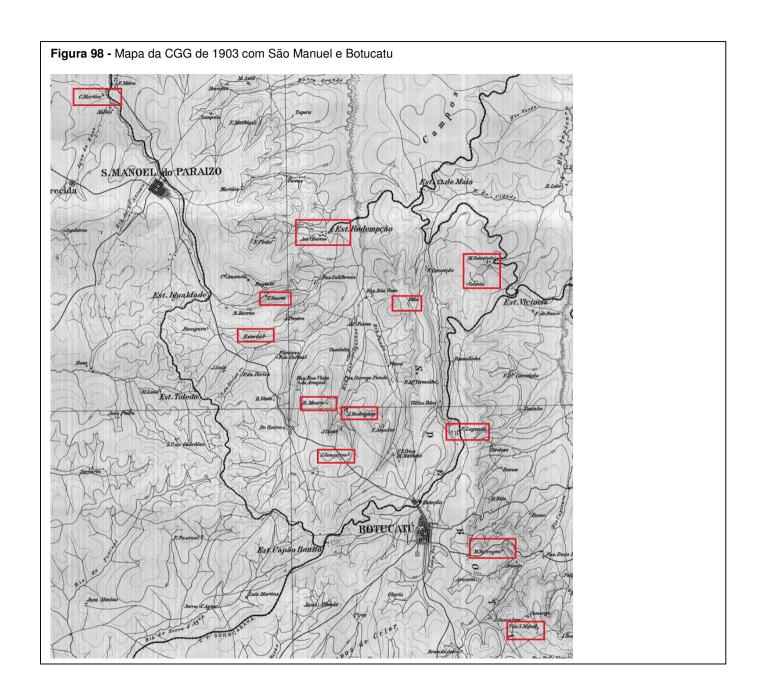
As cidades, vilas e povoados se estruturavam como locais de prestação de serviços e fornecimento de gêneros para a grande massa populacional da zona rural circundante. Enquanto dura o ciclo cafeeiro, os investimentos na cidade se dão em direta ligação com a riqueza do campo, que alimenta seu funcionamento. Quando esmaece o vigor da economia cafeeira nos campos imediatamente próximos, torna-se necessário que o núcleo urbano seja capaz de fornecer serviços e gêneros a regiões cada vez mais distantes.

O desenvolvimento das cidades assim se descola do desenvolvimento agrícola do entorno imediato, e passa a se apoiar em regiões cada vez mais distantes. Isso atrai para o meio urbano investimentos e moradores da zona rural, promovendo o desenvolvimento das cidades em uma nova escala, onde o comércio, os serviços e, principalmente, a nascente indústria, passam a se configurar como novos geradores de riqueza regional.

A riqueza do café dotou São Manuel, Avaré e. sobretudo. Botucatu. de importantes (Misericórdia equipamentos sociais Botucatuense, 1893), públicos (Grupo Escolar Cardoso de Almeida¹, 1895, Escola Normal, 1916); trouxe o bispado e com ele as escolas católicas (Seminário e Colégio Diocesano 1908, Colégio Santa Marcelina, 1912); além de instituições culturais (Gabinete Recreativo, 1880, Teatro Santa Cruz 1885) e a escola italiana Dante Alighieri (1900); e, ainda, um novo Fórum e cadeia anexa (1922). A enorme população imigrante, em sua maioria italiana, e seus descendentes, fixados nas colônias das fazendas e depois em suas pequenas propriedades, demandava a cidade para adquirir macarrão, vinho, farinha, que logo passam a ser fabricados por outros italianos fixados na cidade. As fazendas demandavam serviços de manutenção

em suas máquinas, e assim os ferreiros italianos logo aprendem como se faz uma máquina de café. O setor de serviços se desenvolve, formando uma série de pequenas indústrias, algumas das quais chegam a ter tamanho considerável. Em 1930, as 4 principais indústrias de Botucatu (todas de italianos) somavam aproximadamente 300 funcionários. Era um número significativo em uma cidade com 9.000 habitantes na zona urbana; se considerarmos que eram, quase todos, pais de família, e que a família média tinha cinco pessoas, temos algo próximo de 1.500 pessoas vivendo da indústria na Botucatu de 1930.

A ferrovia, porém, se constituía no verdadeiro cerne da economia urbana botucatuense. Desde 1886, quando Carlos Schmidt fixou residência em Botucatu, os trabalhadores da ferrovia passaram a constituir a parcela mais importante de trabalhadores assalariados da cidade. Gradativamente, na medida em que as obras da ferrovia avançaram para oeste, os trabalhadores ligados à abertura da linha se mudaram para

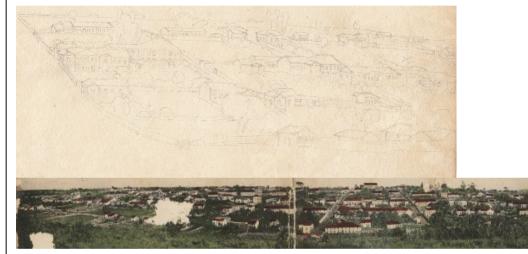


Avaré e Agudos, porém foram substituídos por um crescente número de funcionários, para operação do pátio de Botucatu, além de outros oito pátios ferroviários localizados na zona rural do município. De poucas dezenas de funcionários, na virada dos 1900, estima-se que a ferrovia passa a cerca de 500 funcionários em 1928, com a inauguração das oficinas de Botucatu.^{XX}

Estas estruturas atraem para a cidade a população rural. Colonos que reuniram economias e decidiram empreender na cidade, pequenos sitiantes que querem dar aos filhos uma boa educação nas escolas da cidade. De outra parte, fomenta o desenvolvimento de um mercado imobiliário novo: casas de aluguel, casas construídas para vender, loteamentos particulares (o primeiro, Vila Maria, é lançado em 1924; até então a expansão urbana se dava por doações ao Patrimônio). Após 1929, este processo se intensifica, com a retração das áreas cafeeiras, e a aceleração do êxodo rural.

Figura 99 - Crescimento urbano de Botucatu no período cafeeiro: 1872, 1886 e 1910





100 e 101: As chácaras suburbanas se tornaram a nova forma de moradia dos fazendeiros botucatuenses ao redor de 1880. Eram moradias de cerca de 200m², térreas - o porão habitável utilizado geralmente era como depósitos cocheiras ou frequentemente com planta em "U". Como comparação, vale citar aqui o clássico estudo de Maria Cecília Naclério Homem sobre o Palacete Paulistano (Homem, 1996). Nesta obra, podemos ver que os palacetes da cidade de São Paulo geralmente tinham mais de 1.000m², nunca menos que 500m², com grande sofisticação de materiais.

Figura 100 A– Chácara Barros, em foto da década de 1940, já adaptada como grupo escolar. **Figura 100 B**– Chácara onde viveu Antônio Monteiro durante as décadas de 1910 e 1920 (e sua filha, Maria José Dupré).





Figura 101 A– Chácara do Capitão Tito. Nesta foto, da década de 1950, já adaptada como sede de piscina pública, a primeira da cidade. **Figura 101 B**– Chácara do Tenente João Francisco, junto da chegada da estrada nova de Tietê à cidade. Foto da década de 1940. Ambas as fotos da Foto Rocha. **Figura 101 C-** Chácara do Coronel Fonseca, em foto de 1920 já adaptada como posto zootécnico.







Figura 102 - Comissão pró-bispado: Dom Duarte, bispo de São Paulo, ladeado pela comissão botucatuense, da esquerda para a direita: José Vitoriano Villas Bôas (Fazenda Santana), Antonio Cardoso do Amaral, Padre Paschoal Ferrari (irmão de Estevam, da fazenda Sto. Antônio do Araquá), Domingão Alves de Lima (Sítio Tanquinho), João Rodrigues de Souza Aranha (Fazenda Boa Esperança), Raphael de Moura Campos (Fazenda Moura), Antônio de Carvalho Barros (Fazenda Monte Selvagem) e Amando de Barros. Com exceção de Cardoso e Barros, comerciantes e líderes políticos, todos os demais são cafeicultores. Foto de 1907 aproximadamente.





Figura 104 –Blasi, a primeira fundição da Alta Sorocabana. Fabricavam máquinas de beneficiamento de café.

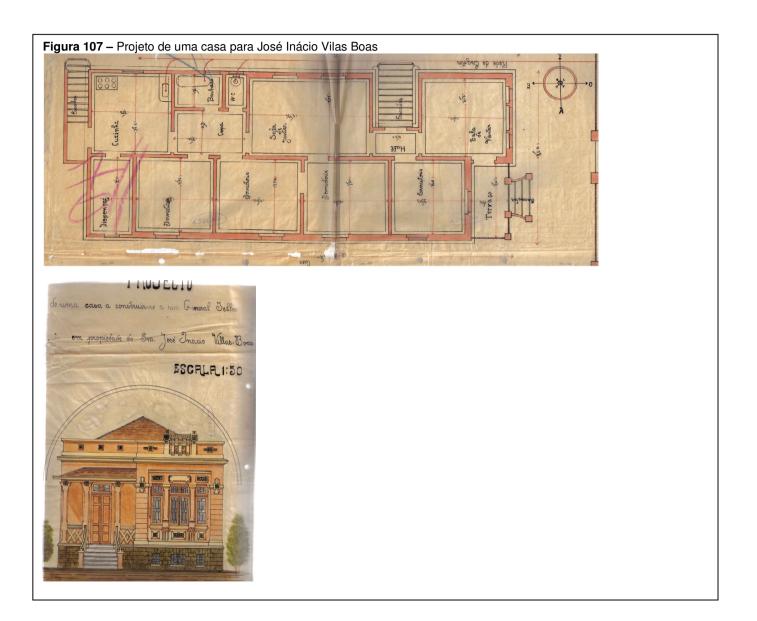
Figura 105 – Nova caldeira dos Milanesi concluída, aproximadamente 1915. Os Milanesi fabricavam principalmente bombas d'água.



106: O Teatro Santa Cruz foi erguido pelos esforços dos cafeicultores como gerador de rendas para sustentar a Misericórdia Botucatuense. No início do século XX, porém, o teatro foi vendido para levantar recursos para expansão do hospital, e quem o comprou foi o Circolo Italiano. Daí para diante, tornou-se o Cine Teatro Esperia, onde aconteciam também bailes e nas horas vagas, uma pista de patinação. A foto ao lado mostra a comunidade italiana recebendo o então embaixador italiano no Brasil, General Badoglio, em 1926. A foto é duplamente histórica, pois mostra a elite urbana italiana reunida à mesa, e a passagem de Badoglio por Botucatu. Mais tarde o general foi uma das figuras chave da II Guerra Mundial, articulando a deposição de Mussolini e a retirada da Itália da Guerra, em julho de 1943. Nesta mesma ocasião, Badoglio também esteve em São Manuel e Lençóis.



107: O projeto, da casa para José Inácio Villas Boas foi elaborado em 1924 pelo prático licenciado Manoel Álvaro de Guimarães, que já citamos quando tratamos da fazenda Lageado. Até a década de 1940 a maior parte dos projetos aprovados na prefeitura municipal era elaborada por estes profissionais, dentre os quais Guimarães, português, se destacou. É possível aproximar a compreensão do contexto profissional através de Pareto Júnior, 2013.



12. À MARGEM DO CAFÉ: PERSISTÊNCIAS CULTURAIS

Paulistas e mineiros avançavam constantemente para oeste, expandindo as áreas de pastagem. Até 1850, foram as grandes invernadas sobre o caminho de Iguatemi, de Botucatu até Espírito Santo do Turvo; depois, até 1880, avançaram até o rio dos Veados, proximidades da atual Assis; Em 1892, a empresa Tibiriçá e Diederichsen rasga a estrada boiadeira para Mato Grosso, e em 1904 implantam a balsa sobre o rio Paraná, o que abre uma nova era para a criação de gado no vale do Paranapanema¹.

Até 1892, o fornecimento de gado desta região (fora aquele que era criado nela própria) se dava unicamente a partir do sul, motivo pelo qual muitos descendentes de mineiros antes fixados em Botucatu se internaram no Paraná, em busca de novas rotas e novos campos entre Guarapuava e Botucatu.

O caso mais notório que conseguimos resgatar foi o dos descendentes de João da Cruz Pereira, pioneiro em Botucatu, Avaré, Ipauçu e Timburi. Faleceu provavelmente em sua fazenda, em Ipauçu, em 1859. Seus filhos e filhas permanecem criando gado nesta região, mas permanentemente fazendo negócios na região de Guarapuava, até que seus netos decidem se mudar para Pitanga-PR. De Pitanga, são eles os redescobridores do campo Mourão, esquecidos por um século. Fixam-se na região e figuram entre os principais fundadores da atual Campo Mourão.

Porém, as grandes pastagens disponíveis no Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) e a crescente melhoria das ligações terrestres com o Paraná, São Paulo e Minas Gerais, levam a um rápido crescimento da criação de gado nesta região, em fins do século XIX, substituindo gradativamente o papel antes desempenhado pelo Rio Grande do Sul como fornecedor de gado.

Esta mudança é absorvida rapidamente pelos velhos tropeiros da região de Botucatu. Antigas famílias tropeiras sorocabanas passam a utilizar

1: Mombeig, 1984.

suas antigas invernadas na região como ponto de recebimento do gado trazido no casco (andando) ou, mais tarde, de trem, engordando-os nos campos entre Botucatu e Tietê para serem afinal transportados, em trem, até a Lapa, em São Paulo. Assim nos contou Lauro Branco, que foi tropeiro, trazendo gado do Pantanal até o Piapara (município de Botucatu) no casco, até a década de 1950, dando continuidade a uma tradição secular – os Branco foram tropeiros desde o início do século XIX, e se ligaram a famílias tropeiras ainda mais antigas.

Famílias inteiras de mineiros se deslocaram para Mato Grosso, estabelecendo grandes fazendas de criar. Um caso muito conhecido é o da família Nantes, que ainda antes da abertura da estrada boiadeira se transferiu para Mato Grosso por via fluvial, fixando-se em Nioaque. Poucos anos depois, a estrada é aberta e eles, gradativamente, passam a enviar gado para São Paulo pelo vale do Paranapanema.

As casas erguidas ao longo desta nova rota boiadeira, apesar de contemporâneas das estruturas cafeeiras da serra de Botucatu, são, no entanto, uma continuidade das técnicas tradicionais da Botucatu de antes do café. Naquelas condições de isolamento, de precariedade e, ao mesmo tempo, de fartura de recursos naturais, o pau-a-pique se apresenta mais uma vez como solução. A fazenda Figueira, de Iepê, infelizmente já demolida, e a Casa de Taipa de Assis, preservada, são documentos deste processo.

Também a casa (não mais existente) em que nasceu Maria José Dupré, em 1898, no atual município de Ribeirão Claro, era em pau a pique: "Em meio à sinfonia verde havia a casa pobre de pau-a-pique, mal plantada no terreiro barrento e escuro, com ripas entrelaçadas e o telhado coberto de sapé: a casa onde nasci. Nasci neste sertão misterioso e agreste, onde os animais selvagens eram reis, onde a justiça era lenda e autores de muitas mortes viviam como homens de bem. À volta da casa mais semelhante a uma tapera, a terra era vermelha e pegajosa; quando chovia havia enxurradas que pareciam sangue misturado com a terra e corriam juntos em riachos

improvisados." Mais adiante, descreve o interior desta casa: "A casa tinha uma salinha com uma mesa tosca e bancos de lado a lado. Dois quartinhos, o quarto das empregadas perto da cozinha, a cozinha com enorme fogão a lenha e fora, no quintal, o forno de barro para assar pão e biscoitos. Nada mais. Os banhos eram tomados em bacias de cobre muito areadas, o chão de terra batida, as janelas tinham tábuas que se fechavam com tramelas de madeira."

De outro lado, áreas muito próximas dos bolsões margem cafeeiros ficaram à de desenvolvimento, especialmente as áreas de solos pobres ou de difícil acesso. Mantiveram-se como áreas de pecuária extensiva ou sítios "de mantimentos", isto é, produzindo arroz, feijão, milho, porcos e algum gado em pequena quantidade. O contraste entre o dinamismo econômico das áreas de terra roxa e a persistência caipira nas áreas de areião foi imortalizado na canção "Chitãozinho e Xororó", do célebre compositor botucatuense Serrinha: "Eu não troco meu ranchinho amarradinho de cipó Por uma casa na cidade nem que seja bangaló

Eu moro lá no deserto sem vizinho vivo só
Só me alegra quando pia lá naqueles cafundó
É o iambu Chitão e o Xororó
Não me dou com a terra roxa com a seca larga pó
Mais feliz sou eu lá na baixada do areião"

12.1 FAZENDA FIGUEIRA - IEPÊ

A foto da fazenda Figueira permite ver ainda a floresta recém-derrubada, o telhado de tabuinhas, e a casa ao rés-do-chão à moda paulista. O beiral esconde o frechal, acusando a inexistência de cachorros, bracinhos ou retrancas: os caibros estão diretamente apoiados nos frechais. Isso mostra uma perda de sofisticação na construção de pau-a-pique, que, neste novo contexto, era apenas uma arquitetura improvisada, inicial. Quando chegarem os recursos para uma casa confortável e elegante, esta será feita em tijolos.



12.2 CASA DE TAIPA - ASSIS

Primeira casa da cidade de Assis, esta edificação de 1914, de porão baixo e pau-a-pique, mostranos como a técnica mineira dominou completamente o oeste. Pertencia ao Capitão José de Freitas Garcez, que a partir de 1917 se tornou o primeiro escrivão do distrito de Assis, funcionando o cartório nesta mesma casa.

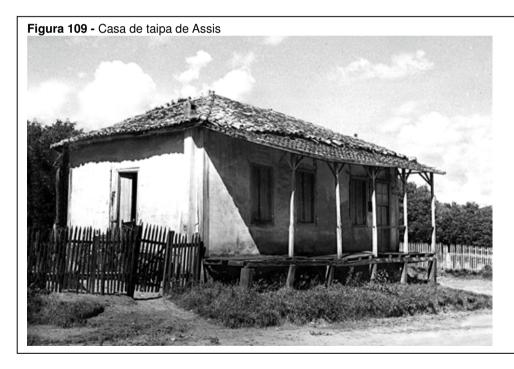
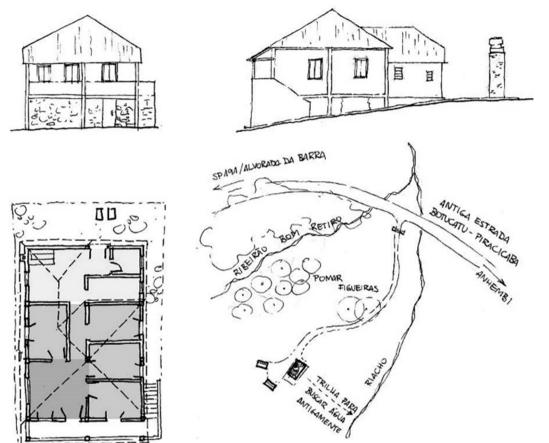


Figura 110 - Sítio de João Carreiro



12.3 SÍTIO DE JOÃO CARREIRO

ANHEMBI

Casa da família de Adriano Pires Domingues, cuja filha Saturnina se casou com João (Carreiro) Proença. Anhembi, bairro do Bom Retiro ou Lageado. O "fabricante" foi José Riandor.

Casa em pau a pique, assoalho, feita em 1919, segundo a memória oral. As peças de madeira apresentam intenso desgaste, e pretendemos investigar se esta não seria uma data de reforma da casa, ou se a mesma foi feita reaproveitando peças de uma mais antiga. Era sede de uma propriedade de 100 alqueires, com gado e lavoura mista de mantimentos, café e algodão.

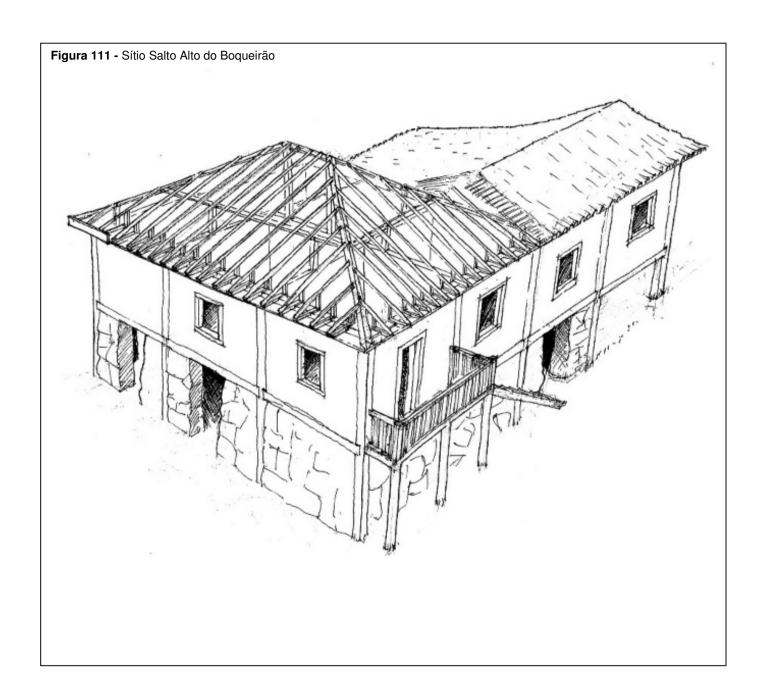
Esteios em Cabreúva; vigotas em guarantã, vigas em Ipê, talvez partes em Gurupira.

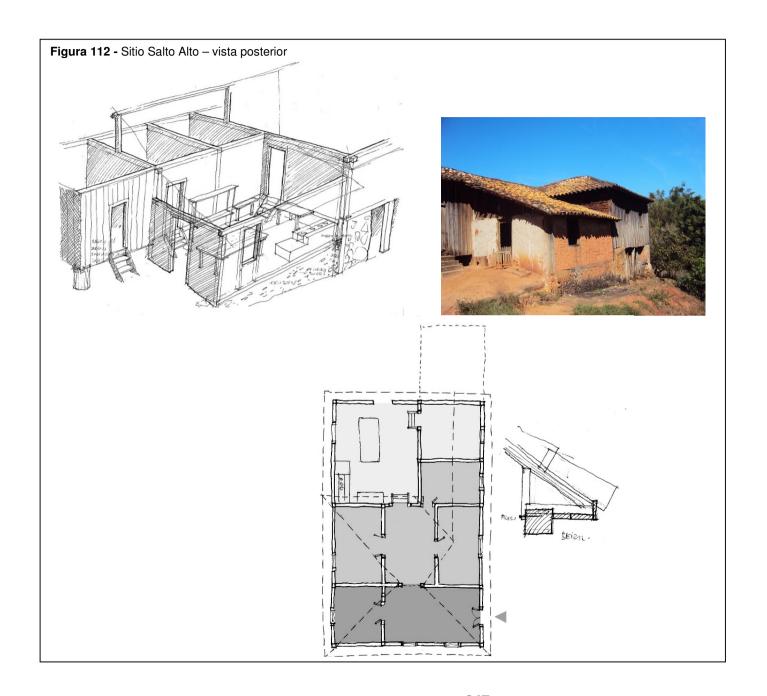
12.4 FAZENDA SALTO DO BOQUEIRÃO - FARTURA

Esta propriedade se formou antes de 1897, data que a família Amaral afirma que passava pelo local guiando porcadas, e a casa já era uma referência. Provavelmente, a casa foi erguida por mineiros ou filhos de mineiros vindos de Botucatu, que compunham a imensa maioria da população desta região no final do século XIX.

O que chama a atenção nesta casa de pau a pique tardia é a semelhança da volumetria com as fazendas antigas de Botucatu, porém é perceptível que alguns detalhes da técnica construtiva já se haviam alterado: o uso mais abundante de pregos, por exemplo, nos bracinhos de apoio dos caibros; a madeira melhor aparelhada, mesmo estando no extremo sertão; e, na disposição interna, a ausência da alcova. Tais fatores a aproximam bastante da casa de Tião Carreiro, em Anhembi, e da planta das casas de tábua de Guareí.

Ainda sobre a técnica construtiva, o pau-a-pique não é a solução paulista tradicional, como também não é a solução tradicional mineira (paus a pique embebidos nos frechais). Seria necessária a investigação das paredes de pau a pique remanescentes, mas aparentemente alguns paus a pique são fixados nos frechais e nos esteios que delimitam o pano de barroteamento através de peças acessórias, como ripas e pregos.





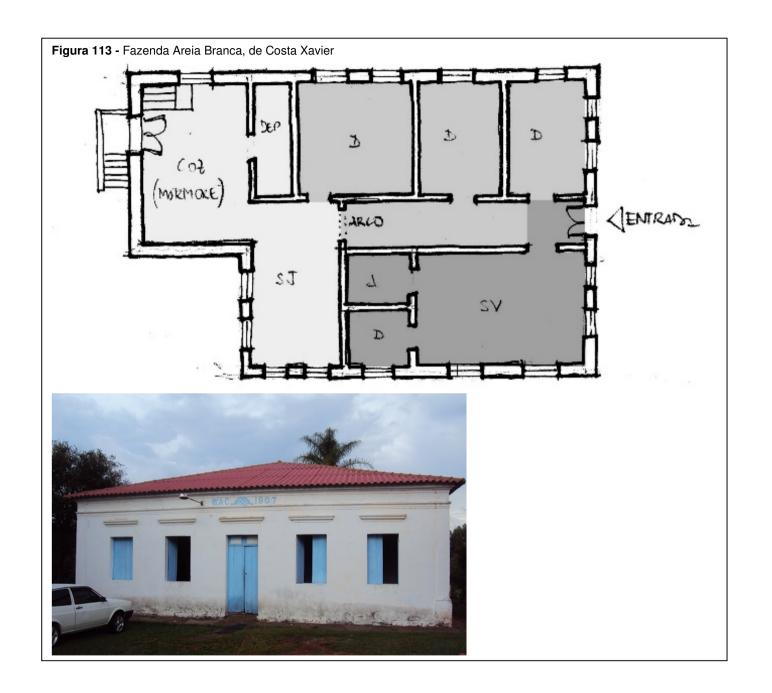
12.5 FAZENDA AREIA BRANCA, DOS COSTA XAVIER – GUAREÍ

Primeira casa de tijolos de Guareí, segundo Aloísio de Almeida. Os Costa Xavier eram gente ligada aos negócios com tropas, e faziam negócios até no Uruguai. A casa é de 1909, mas ainda possui alcovas – uma persistência curiosa, já que nas áreas cafeeiras o uso de alcovas se encerrou ao redor de 1880.

A mais interessante de suas persistências culturais, no entanto, está no modo de uso da casa. Chamado um construtor italiano que andava trabalhando na igreja matriz de Guareí, este propôs um projeto de acordo com a moda da época: nos fundos da casa, sala de jantar e uma cozinha com piso de mármore branco e preto em xadrez.

Feita a casa, o proprietário nela instalou seus costumes, entre eles, a tradicional reunião dos correligionários políticos (a compadraiada) na cozinha da casa ao redor... de um fogo de chão. A prática foi levada a cabo até aproximadamente 1940. E o piso de mármore ficou completamente destruído.

Enquanto a casa era erguida, o mesmo construtor providenciara, diante dela, uma casa provisória de tábuas, muito parecida com as que se faziam nas vizinhanças, mas que deveria ser desmanchada assim que a casa de tijolos ficasse pronta. Acabou que esta casa nunca foi desmanchada, e está lá até hoje.



12.6 SÍTIO SANTO ANTÔNIO DA AREIA BRANCA - GUAREÍ

Esta casa, datada aproximadamente de 1916, é documento da persistência da carpintaria tradicional, colonial, mesmo após a virada do século XX. Muitas casas semelhantes são encontráveis na vizinhança, caracterizando realmente um padrão comportamental que persistiu até a década de 1970.

Trata-se de uma região onde houve presença de alemães desde 1828, sem que, no entanto, se verifique qualquer perturbação das tradições brasileiras por elementos alemães. O pequeno número de alemães, e o isolamento profundo, levaram à gradual absorção dos mesmos. Ficou apenas a memória oral: todos os descendentes de alemães são chamados de Alemão, mesmo quando ostentam outros sobrenomes, e, em todos os casos, não há qualquer traço físico que os distinga do restante da população.

As casas de tábua se multiplicaram nesta região a partir de fins do século XIX, mantendo, contudo, a distribuição e a carpintaria de sua estrutura, muito fiéis à velha casinha de pau-a-pique. Assim como as casas de fazenda, nesta região os pequenos sítios não têm porão alto, sendo todas elas ao rés do chão ou com porão baixo.

12.7 SITIO ALAMBARI – BOTUCATU

Trata-se de uma pequena casa em ruínas, próxima à Chácara Colenci, às margens do ribeirão Alambari, bairro de Anhumas, Botucatu. O local alaga frequentemente, motivo pelo qual esta casa teve alta rotatividade de proprietários ao longo do século XX. A edificação sofreu diversas intervenções, mas é notável pelo uso do pau-a-pique à maneira tradicional paulista, mostrando resquícios desta técnica no seu formato "consagrado" na tradição paulista, com a viga roliça encaixada parcialmente nas peças verticais.

Deste modo, esta casa, independentemente de sua datação, mostra uma persistência cultural paulista antiquíssima, imersa em um contexto totalmente transformado pela influência mineira e pela modernidade que se seguiu.



13. SÍNTESE CONCLUSIVA

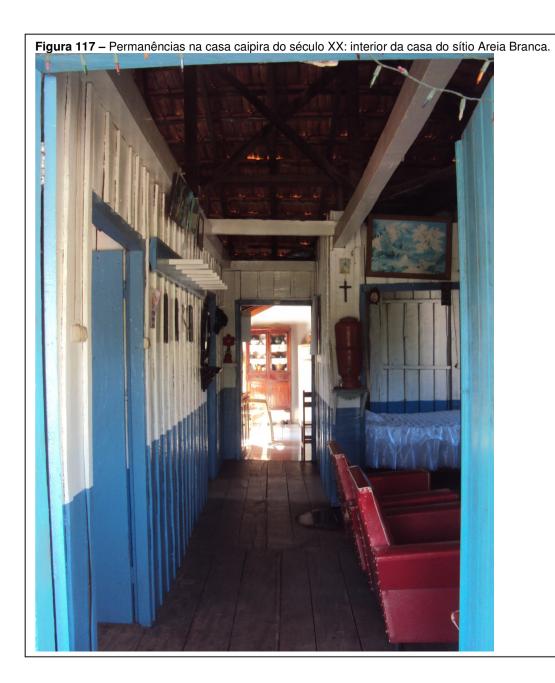
O presente estudo permitiu identificar e mapear a evolução fundiária regional, assim como a formação de padrões construtivos na região de estudo. Os documentos e relatos encontrados permitem afirmar que a maioria – talvez a totalidade - das velhas fazendas de criar. assentadas em imensas sesmarias, apesar de seu imenso território não possuíam estruturas construídas significativas, mas apenas casebres precários e improvisados, mesmo em se tratando da propriedade mais sofisticada do alto da serra, a Fazenda Monte Alegre, pertencente ao patriarca dos Pinheiro Machado, que ali residiu por mais de um ano e, ainda assim, tinha ali apenas "uma casa pequena meio assobradada, coberta de telhas", além de paiol e senzalas cobertos de capim.

A partir de 1835 o posseamento das terras públicas atrai predominantemente mineiros, principalmente dos arredores de Pouso Alegre e Santana do Sapucaí (atual SIlvianópolis). Estes mineiros formaram a maior parte dos primeiros proprietários a se fixarem e residirem na área, trazendo consigo programas, técnicas

construtivas e hábitos de sua região de origem, neste momento ainda contrastantes com a tradição paulista reinante no caminho das tropas. A partir de 1850 os proprietários paulistas — em muitos casos herdeiros das velhas sesmarias de criar — passam a residir em suas terras e gradualmente trazem seus carpinteiros, seus hábitos, seus programas; neste momento, porém, os paulistas já estão influenciados pelos mineiros, e a cultura "paulista" na verdade é permeada de fragmentos "mineiros", como a casa sobre porão alto, o pau-a-pique embebido nos frechais, o abandono do fogo de chão na sala.

De 1860 para diante é possível notar a entrada de um novo tipo de paulista, geralmente vindo de Porto Feliz ou Piracicaba, membro de família dona de engenhos em sua terra natal, que recebe sua parte da herança e a investe organizando fazendas de café planejadas na Serra de Botucatu. Estas fazendas são a antítese das velhas sesmarias. Possuem território muito menor, porém suas estruturas construídas são muito mais sofisticadas. O número de escravos e funcionários é mais elevado, e a renda do café logo permite que se construam casas

Figura 116 – Beirais, elementos característicos das diferentes condições tecnológicas citadas nas conclusões. As soluções construtiva para os cantos da edificação configuram tradições técnicas que podem auxiliar o rastreamento de tradições artesanais e a datação de exemplares.



sofisticadas, similares àquelas das regiões cafeeiras e açucareiras antigas, dos arredores de Porto Feliz e Campinas, mas em ponto menor.

Vimos que os laços de parentesco uniam estreitamente estes fazendeiros de Botucatu àqueles da região de Campinas, o que pode explicar a grande semelhanca de suas residências, no que tange à organização interna. A volumetria externa e a técnica construtiva por vezes se mostram semelhantes, mas tais semelhanças são menos constantes, e as diferenças parecem ser consequência tanto da condição botucatuense de frente pioneira, onde os recursos materiais e humanos ainda são escassos, como a muito intensa presença de mineiros natos no povoamento precedente, cujas moradias foram frequentemente adaptadas pelos paulistas cafeicultores, buscando torná-las mais semelhantes às arquiteturas de seus parentes nas regiões a leste.

O crescimento das lavouras de café permite a introdução de avanços tecnológicos, como a introdução dos tijolos, a chegada das ferrovias e

a sofisticação dos processos de beneficiamento do café. A abolição da escravatura e a introdução dos imigrantes em larga escala mudam inclusive o papel do artesão na sociedade, sanando em parte a distorção trazida pela escravidão, ao aviltar o trabalho manual. A técnica construtiva passa por período de acomodação, na transição pau-a-pique - tijolos: a técnica antiga de carpintaria persiste nos madeiramentos, na forma portuguesa de assentar as janelas (faceando por fora), nas folhas de "escuro", nos assoalhos de tábuas largas. Introduzida a alvenaria de tijolos ainda ao redor de 1880, a aparência das casas feitas com o novo material segue muito similar às velhas casas de pau-a-pique, atravessando lenta transição que só se completa ao redor de 1919. Neste momento é que passam a predominar, absolutas, nas regiões cafeeiras mais dinâmicas, as práticas construtivas da modernidade: uso de vigas de madeira com seção retangular, estruturas do telhado em tesoura, fachadas com modinatura, platibandas, elementos decorativos variados, vidros coloridos, enfim, os materiais da regidos modernidade por estética uma

historicista. configurando aguilo aue se convencionou chamar de ecletismo historicista. As grandes fazendas de café, de Botucatu. reduzem seus investimentos já a partir de 1905 (as de São Manuel seguiriam investindo até 1929), ano trágico para a cafeicultura local, abrindo espaco para pequenos investidores abrirem seus próprios cafezais. Entre estes, destacaram-se os imigrantes, sobretudo italianos, organizaram pequenas propriedades cafeeiras com grande eficiência produtiva e baixo custo de implantação. A casa de tábuas junto ao pequeno terreiro, geralmente ladeado não por custosos arrimos, mas por taludes, e a tulha modesta, quase sempre de tábuas, permitiram a estes sítios alcançar grandes produções, com até 100.000 pés de café - muito próximo das velhas grandes fazendas, que possuíam a partir de 200.000, até 1.000.000 de pés. As sucessivas crises - 1918, com geada e gripe espanhola, e 1929 com o crack da bolsa norte-americana estancaram o desenvolvimento da maior parte das grandes fazendas de café, mas não o desenvolvimento destes pequenos sítios, cujos cafezais ainda estavam no ponto alto da

produtividade, e ainda podiam contar com o esforço próprio da família para eliminar custos com a contratação de mão-de-obra. Deste modo. estas pequenas propriedades sobrevivem aos infortúnios e dão continuidade à sua produção com maior desenvoltura que as grandes fazendas, confirmando o que Argollo e Faleiros identificaram ao analisarem a economia cafeeira. A arquitetura destas propriedades reflete, sobretudo, o desejo de modernidade, de integração a uma economia dinâmica, em última instância, ao desejo de fazer a América – e deste modo, ao fazerem suas casas, estes italianos buscam referências construtivas. plásticas, programáticas, na arquitetura das grandes fazendas de café em que trabalharam para reunir suas economias. Fazem uma triagem racional, com enfoque absolutamente prático, dos elementos que devem ser incorporados para conferir conforto e produtividade à sua nova propriedade, dando forma a uma arquitetura onde subjetivos aspectos são herdados automaticamente da velha casa senhorial. tornando as casas dos italianos tributárias - em

parte – da arquitetura rural tradicional e, em parte, dos anseios e possibilidades da modernidade.

Fora destas áreas dinâmicas, nas antigas áreas de invernadas, remanescidas marginais durante o ciclo cafeeiro, a introdução de padrões construtivos modernos demorou bastante, e ainda assim se deu com maior permanência de elementos da tradição colonial, especialmente na carpintaria. A introdução da alvenaria de tijolos em Guareí, por exemplo, data de 1907, cerca de 27 anos depois que esta técnica já havia se tornado corriqueira na cidade de Botucatu e nas fazendas de café do alto da serra. Em Anhembi, apesar de esta cidadezinha - então freguesia ser passagem entre Piracicaba e Botucatu, e ter sido, portanto, porta de entrada para tantas caravanas de cafeicultores a caminho de suas novas moradas no alto da serra, isso tudo não impactou significativamente seus arredores, que permaneceram como pequenos sítios de mantimentos ou grandes invernadas de pecuária extensiva, o que, em ambos os casos, não levou a grandes avanços tecnológicos. Ainda em 1918, à margem da velha estrada Anhembi-Botucatu, erguia-se o sítio Retiro, em pau-a-pique,

exemplar perfeito da arquitetura rural do sul de Minas Gerais. Apenas 15 quilômetros para oeste, a fazenda do Conde de Serra Negra ostentava casa sede em tijolos, com papel de parede, gerador de eletricidade, casa de máquinas para beneficiamento do café.

Pudemos ainda identificar conexões estreitas entre o desenvolvimento das fazendas de café e a posterior consolidação das estruturas urbanas mais próximas, sendo notável o caso de Botucatu e São Manuel, onde os profissionais empenhados na construção das cidades se originaram da extraordinária experiência construtiva das fazendas de café, onde se qualificaram sob orientação de profissionais renomados, como os engenheiros da ferrovia e outros contratados especialmente para implantar as fazendas de café.

Por fim, espera-se que o presente estudo tenha contribuído para uma comprensão mais aprofundada da arquitetura rural nos antigos sertões de Botucatu, no que tange à sua evolução, desde os primórdios da ocupação lusobrasileira deste espaço até 1930.

BIBLIOGRAFIA

ANTONINI, Inês Gontijo. Fazenda Lageado: um esboço de sua história. Série de artigos publicados no Jornal de Botucatu nos dias 23/09, 26/09, 03/10, 10/10, 17/10, 24/10, 31/10, 7/11/1981.

ANTUNES, Beatriz. Estância Hidromineral de Águas de Santa Bárbara. Revista do Mercado, n.9, Santa Bárbara, s/d.

ARAÚJO, Roberto Antônio Dantas de. "O status social dos mestres pedreiros e carpinteiros do Recife no século XVIII" in: Lira, José; Lopes, João Marcos: Memória, Trabalho e Arquitetura. São Paulo: EDUSP, 2013.

ARGOLLO, André Ferrão. Arquitetura do café. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba séculos XVIII-XIX). Tese de Doutorado. FFLCH, USP, 1994.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra. Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste 1790-1855.* Campinas: Centro de memória da UNICAMP, 1997.

BARDI, P. M. Mestres, artífices e aprendizes no Brasil. São Paulo, Sudameris, 1981.

BELOTTO, Maria Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Matheus em São Paulo – (1765-1775).* São Paulo: S.E.C./Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BENINCASA, Vladimir. "As casas de fazendas paulistas." in ComCiência vol.122, pg. 759. Campinas, Unicamp, 2010.

"Casas rurais mineiras e do nordeste paulista", in Resgate Revista interdisciplinar de cultura, vol. 18, pg. 02-36, 2010.

______Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930. São Carlos, EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

Arquitetura rural paulista no ciclo cafeeiro: 1800-1940. Tese de Doutorado. EESC USP. 2008.

CALDEIRA, João Netto. *As Nossas Riquezas – Município de São Manuel.* Edição Fac-símile da original de 1928. São Manuel, Prefeitura Municipal, 1995.

CANNABRAVA FILHO, Paulo. Adhemar de Barros: trajetória e realizações. São Paulo: Terceiro Nome, 2004.

CARDIA, Rubens. *O Banharão estudos genealógicos das famílias Cardia, Caldeira, Campos e Vaz.* Assis: Conosco, 1997.

CARDOSO, Joaquim. "Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio". Revista do SPHAN, vol. 7, Rio de Janeiro, 1943.

CARRILHO, Marcos J.. As fazendas de café do caminho novo da Piedade. Dissertação de mestrado, FAUUSP 1994.

CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil. São Paulo, EDUSP/Itaiaia. 1989.

CHAVES, Eunice Almeida Pinto. "A Cidade de Botucatu: Origens". Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia.1955.

COSTA, Emília V.. Da Senzala à Colônia. São Paulo, UNESP, 1998.

CHITTO, Alexandre. História de nossa gente. Lençóis, Prefeitura Municipal, 2008.

CHMYZ, Igor. "Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real del Guairá". *Cadernos de arqueologia*, *n*.1. Paranaguá: Museu de arqueologia e artes populares, 1976.

CRUZ, Cícero Ferraz. Fazendas do Sul de Minas Gerais - séculos XVIII e XIX. Brasília: IPHAN, 2011.

D´ALAMBERT, Clara Correia. "Tijolo em São Paulo: modos de fabrico e aplicação nas construções" in: Lira, José; Lopes, João Marcos: Memória, Trabalho e Arquitetura. São Paulo: EDUSP, 2013.

DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Relatório da safra 1940-1941 do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 1942.

DERBY, Orville. Relatório da exploração do rio Paranapanema pelo engenheiro Teodoro Sampaio. Rio de Janeiro: CGGSP/Imprensa Nacional, 1889.

DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *A propriedade da terra no vale do Paranapanema. A Fazenda Taquaral (1850-1910).* Tese de doutorado. FFLCH USP, 1987.

DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *Terras e índios no vale do Paranapanema*. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

DONATO, Hernâni. *Achegas para a história de Botucatu*. Botucatu: Prefeitura municipal de Botucatu, 1984. DUPRÉ, Maria José. *Os Caminhos*. São Paulo, Ática, 1978.

FALEIROS, Rogério Naques. Fronteiras do Café. Bauru: EDUSC, 2010.

FERNANDES, Edson. A Escravidão na fronteira. Um estudo da escravidão negra numa "boca de sertão" paulista. Lençóis, 1860-1887. RBoletim de história demográfica, v. 28, pp 1-11, 2003.

FLORENCE, Hercules. Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas. São Paulo: MASP, 1977.

FRALETTI, Paulo. História dos Pereiras. Conchas, Folha de Conchas, 1949.

FREITAS, Daici Ceribelli Antunes de. *Arquitetura rural do nordeste paulista: influências mineiras 1800-1874*. Dissertação de mestrado, Escola Superior de Sociologia e Política de São Paulo, 1986.

GHIRARDELLO, Nilson. À beira da linha. Formações urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: Editora UNESP. 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira 1867-1918.* São Paulo: Martins Fontes, 1996.

JAGUARIBE, João Nogueira. Botucatu, homens e cousas. Botucatu: Copygráfica, 2008.

LANDGRAF, Fernando José G.; TSHIPSHIN, André P.; GOLDENSTEIN, Hélio: *Notas para a história da metalurgia no Brasil*.in Vargas, Milton: História da técnica e da tecnologia no Brasil. UNESP, 1995.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia Paulistana. São Paulo, 1905.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Casa Paulista. História das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café.* São Paulo: EDUSP, 1999.

_____Cozinhas etc.. Um estudo sobre as zonas de serviço das casas paulistas. São Paulo, Perspectiva, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas, Papirus, 1989.

LUNÉ, Antônio José Baptista de. Almanack da Província de São Paulo para 1873. São Paulo, edição facsimilar, IESP, 1985.

MAGALHÃES, Manoel. Almanack de Botucatu. Botucatu, 1920.

MALUF, Marina Zancaner Brito. "Mulher de elite: trabalho invisível". *Anais do XVI simpósio da ANPUH.* Rio de Janeiro, 1991.

MANIZER, Guenrikh Guenrikhovitch. A expedição do acadêmico G. I. Langsdorff ao Brasil, 1821-1828. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1967.

MARQUES, Silvia Corrêa; MANZATO, Fabiana. *Fazenda Pilão D'água da Velha Faxina: proposta de gestão do patrimônio arqueológico*. Itapeva: Anais do V Simpósio de Ciências Sociais Aplicadas da FAIT, 2008.

MARCONDES MARTINS, Neide. *O partido arquitetônico rural no século XIX: Porto Feliz, Tietê, Laranjal Paulista.* São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

MARCONDES, Neide. *Na trilha do passado paulista. Século IX, fazendas engenhos e usinas.* Piracicaba: Degaspari, 2008.

MEBIUS, Dagoberto. O Professor Francisco de Paula Xavier de Toledo e o Colégio Lageado de Campo Largo de Sorocaba. Sorocaba: UNISO, 2004.

MELO, José Evandro Vieira de. Açucar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910). Tese de doutorado, FFLCH USP, 2009.

MOMBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec/Pólis, 1984.

MOTA, Lúcio Tadeu . As populações indígenas Kaiowá, Kaingang e as populações brasileiras na bacia dos rios Paranapanema/Tibagi no século XIX: conquista e relações interculturais.. Fronteiras (Campo Grande), v. 9, p. 47-72, 2007.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. O Visconde de Guaratinguetá. Um fazendeiro de café no vale do Paraíba. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

MULLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1978.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando. *Arquitectura tradicional portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, Antônio Marques de. Almanack ilustrado de São Manoel do Paraizo. São Manuel, Typographia a vapor O Município, 1904.

PARDIM, Sônia Leni Chamon. Imagens de um rio: um olhar sobre a iconografia do rio Tietê. Dissertação de mestrado, UNICAMP, 2005.

PARETO JÚNIOR, Lindener. "O Cotidiano em Construção: a trajetória profissional dos práticos licenciados em São Paulo (1893-1933)" in: Lira, José; Lopes, João Marcos: Memória, Trabalho e Arquitetura. São Paulo: EDUSP, 2013.

PINTO, Sebastião de Almeida. No velho Botucatu. Botucatu: Livraria São Francisco, 1955.

PIRES, Cornélio. Conversas ao pé-do-fogo. Itu: Ottoni, 2002.

PIRES, João Batista do Amaral. *Um pouco da história do Avaré, outrora Rio Novo.* 3ª.edição fac-similar da primeira de 1952. Taquarituba: Gril Gráfica Editora, 2009.

PRESTES, Lucinda Ferreira. *A vila tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba.* Dissertação de mestrado, FAUUSP, 1997.

______. Sorocaba, tempo e espaço. Tese de doutorado, FAUUSP, 2002.

PUPO, Trajano *Carlos* de Figueiredo; CIACCIA, Paulo Pinheiro Machado. *As primeiras fazendas da região de Botucatu*. Botucatu: Prefeitura Municipal de Botucatu, 2005.

PUPO, Trajano Carlos de Figueiredo. Botucatu Antigamente. Itu: Ottoni, 2002.

RODRIGUES, Mariana Pereira Horta. *Patrimônio Histórico de Casa Branca: 1830-1900.* Dissertação de mestrado, FAUUSP, 2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de São Paulo. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SANTOS, A. P. *Theodoro Sampaio – nos sertões e nas cidades*. Rio de Janeiro, Versal, 2010.

SANTOS, Nilton Pereira dos. *A fábrica de ferro de São João do Ipanema: economia e política nas últimas décadas do segundo reinado (1860-1889)*. Tese de doutorado, FFLCH USP 2009.

SILVA, César Mucio. Processos-crime: escravidão e violência em Botucatu. São Paulo: Alameda, 2004.

SILVA, Danúzio Gil Bernardino da. Os diários de Langsdorff. Vol. 2. Rio de Janeiro; FIOCRUZ, 1997.

SILVA TELLES, Pedro Carlos. História da Engenharia no Brasil séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro, 1984

SLENES, Robert W.. Senhores e subalternos no sudoeste paulista. In: História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Cia das Letras. 1997.

SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Editora 34, 2001.

SOUZA, I. D.. *Atas da Câmara de Botucatu (1858-1859): edição e estudo*. Dissertação de mestrado, FFLCH USP 2011.

STRAFORINI, Rafael. No caminho das tropas. Sorocaba: TCM, 2001.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Tropas em marcha. O mercado de animais de carga no centro-sul do Brasil Imperial.* São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

; Marcondes, Renato Leite. "Movimentação de tropas no centro-sul da colônia: aspectos estruturais do comércio de animais na segunda metade do século XVIII". *Estudos Históricos n.40*, Rio de Janeiro, julho-dezembro 2007.

TRINDADE, Jaelson Bitran. *Tropeiros*. São Paulo: Editoração Publicações e Comunicações,1992.

VITRUVIUS, Marcus. Os dez livros da arquitetura. Tradução de Justino Maciel. Lisboa: IST Press, 2006.

ZACHARIAS, Anna Creuza Zorzella. Projeto Flor de Lis. Memorial do Grupo Escolar Cardoso de Almeida. Botucatu: SABEP, 2009.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Maloqueiros e seus palácios de barro. O cotidiano doméstico na casa bandeirista.* Tese de doutorado, MAE USP 2005.

FONTES MANUSCRITAS E DOCUMENTAIS CONSULTADAS:

Arquivo do Estado:

Registros paroquiais de Itapeva, Itapetininga, Botucatu, Pirapora (Tietê), Piracicaba.

Maços de população de Porto Feliz, Pirapora, Itapetininga.

Botucatu: Documentos diversos. 1847 a 1891. (Consultados através do Centro Cultural de Botucatu, que disponibilizou arquivos digitais destes documentos).

Museu Republicano de Itu:

Solicitação de demarcação da Sesmaria do Congonhal de Domingos Soares de Barros em 1817.

Projeto Resgate (Arquivo Ultra-Marino de Portugal):

Solicitação de demarcação das propriedades. AHU-ACL-N-São Paulo n. 654- Projeto Resgate Mapa de terras entre o Paranapanema e a Serra de Botucatu. (Acervo Iconográfico).

1º. Cartório de Notas de Botucatu:

Livros 3 a 15 (1847 a 1872).

Acervo pessoal de Maria Beatriz Camargo Aranha:

Cadernos de notas de Carlos Schmitt.

Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias

Livros de batizados de Itu, 1778, 1816.

Livro de casamentos de Itu, 1806.

JORNAIS:

Correio Paulistano: diversos números, de 1862 a 1890, disponibilizados pelo site da Biblioteca Nacional: http://hemerotecadigital.bn.br/correio-paulistano-supplemento-litterario/090972

Correio de Botucatu. 8/7/1910, diversos números de 1960 a 1963

(consultados no Centro Cultural de Botucatu)

Jornal de Botucatu: Exemplares de 23/09, 26/09, 03/10, 10/10, 17/10, 24/10, 31/10, 7/11/1981. Consultados em <a href="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina="http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=37&pagina=ar

INTERNET:

http://www.fca.unesp.br/#!/noticia/433/arqueologos-encontram-ceramica-caingangue-em-botucatu/consultado em 21/09/2014

http://porangabasuahistoria.com/wp-content/themes/Porangaba/upload/downloads/historia.pdf consultado em 23/09/2013

holtzgen

http://buratto.org/paulistana/ (ver LEME na bibliografia) (Consultado 10/11/2013)
http://www.projetocompartilhar.org/ (cONSULTADO

http://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/gente-nossa/o-barao-de-serra-negra/Consultado em agosto de 2013.

http://www.ccdb.gea.nom.br/historia familia dias baptista.html consultado em 20/06/2013

http://celsoprado-razias.blogspot.com.br/2009/12/razias-santa-barbara-do-rio-pardo.html

ENTREVISTAS:

Dácio Aguiar de Moraes Neto (realizada em 10/6/2011)

Ângela Margoni (realizada 22/7/2011)

Oscar Guimarães (realizada em 20/11/1999)

Lauro Branco (realizada em 03/10/1999)

Jayme de Toledo Piza e Almeida Neto (realizada em 10/11/2013)

Cristiano Rocha (realizada em 22/9/2013)

ANEXO I - LISTA DE FIGURAS

ANEXO II – LISTA DE TABELAS INSERIDAS NO CORPO DE TEXTO DA TESE

ANEXO III – TABELA DE PRODUÇÃO POR MUNICÍPIO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO 1835

ANEXO I – LISTA DE FIGURAS

1-Pau a pique paulista e pau a pique mineiro	14
2-Mapa das regiões estudadas por outros autores	34
3-Fazendas paulistas e mineiras – 1800-1850	35
4-Formação Geológica da Cuesta de Botucatu (Piza, 2007)	37
5-Mapa das missões do Guairá	43
6-Fazenda Botucatu e Caminho do Sul	47
7-Mapa Jesuíta – (jesuíta desconhecido, entre 1732 e 1765)	50
8-Mapa da Fazenda Botucatu (Aguirre, 1799)	53
9 A, B -Barra do Piracicaba (Florence, 1826)	61
10-Pouso da Represa Grande (Florence, 1826)	61
11-1610-1822 Sesmarias concedidas na serra de Botucatu	64
12-Produção agrícola de 1835 por município	65
13- Detalhe de desenho de uma fazendeira mato-grossense no bangué bangué	71
14-Fazenda (Carlos Schmitt, 1882)	76
15-Fazenda Estrela – Implantação	78
16-Fazenda Estrela – perspectivas e detalhes	79
17-Fazenda Estrela – planta da casa grande e corte	80
18-Engenhos da foz do Sorocaba-divisas em 1845	90
19-Santo Antônio do Natico – Implantação	91
20- a b c1 c2 Santo Antônio do Natico – planta, corte e detalhe da casa grande	92

21-Fazenda do Pereira (Carlos Schmitt, 1882)	95
22-Santo Antônio – rio da Onça – implantação	96
23- Santo Antônio - rio da Onça - planta da casa grande	97
24- Mapa: As grandes fazendas de criar - 1830-1840	123
25- Fábrica de Ipanema	127
26-Posições dos registros de animais do caminho do sul	131
27-Tte Carrito	139
28 a e b-Estância Lucinda – planta e corte	141
29 -Santana do Capão Alto - planta, detalhes	144
30-Santana do Capão Alto - foto	145
31-Fazenda Milhã – detalhes do edifício do engenho	153
32-Fazenda Serra Negra – Ibitiruna – implantação	156
33-Fazenda Serra Negra – Ibitiruna – planta	157
34-Fazenda Rosário – implantação	160
35-Prudente de Morais – reconstituição de sua casa	161
36-Projeto da cadeia de Botucatu (autor desc., 1858)	179
37-Igreja Matriz de Santana (1858-1862), após reforma de 1882	181
38-Mapa do novo município de Botucatu (autor desc., 1858)	188
39-Mapa dos sertões de Botucatu em 1858	189
40- Rotas de povoamento dos sertões de Botucatu	190
41- Posses nos vales do Araquá e Lavapés	191
42-Fazenda Moura – casa sede (foto)	200
43- Fazenda Moura – implantação	202

44- Fazenda Moura –casa grande	203
45- Fazenda Moura – detalhes gerais	204
46- Fazenda Moura – sequência histórica	206
47- Santo Antônio do Araquá – implantação	208
48- Santo Antônio do Araquá – planta da casa grande	209
49- Santo Antônio do Araquá – elevações da casa grande	214
50- Imóveis urbanos do cel Fonseca	221
51- São Miguel – reconstituição hipotética em perspectiva	227
52- São Miguel – provável sequência histórica	228
53- São Miguel – reconstituição hipotética em planta	230
54- São Miguel e Moura – detalhes	231
55- 1873-1895 estradas, café e ferrovia	236
56-Rotas dos povoadores	242
57, 58-Vistas do vale do Araquá a partir da fazenda Santa Cruz (Carlos Schmitt, 1886	3)243
59 - Boa esperança x Moura- implantação	250
60- Boa Esperança – planta da casa grande	251
61- Boa Esperança – detalhes da tulha	252
62- FAZENDAS DA ENCOSTA NORTE – ARAQUA	253
63- Porto Eliseu – implantação	257
64- Porto Eliseu – planta da casa grande e perspectiva	258
65- Monte Alegre – implantação	267
66- Monte Alegre – planta e corte da casa	268
67- Cafezal de Antônio de Barros (Carlos Schmitt, 1882)	273

68- a b Monte Selvagem – implantação e planta	274
69- Monte Selvagem corte e perspectiva	275
70- Morro Alegre – planta da casa grande	278
71- Morro Alegre – perspectiva da casa do administrador	279
72- Fazenda Avaré – implantação e planta da casa grande	281
73- Sítio Tanquinho – implantação	283
74- a b c Sítio Tanquinho – casa sede e elevações	284
75 a- Mandacaru – planta, 75 b- Santa Júlia- planta da casa grande	286
76 a-Barra Mansa, 76-b Lourdes	287
77- Igualdade – foto da fazenda em 1920,	295
78- a, b Lageado – implantação	298
79- a, bLageado – perspectiva de conjunto e foto	299
80- Lageado – planta da casa grande	300
81- Santa Maria do Paraíso – implantação	306
82- a, b, c: Santa Maria do Paraíso – foto de 1904, planta da casa sede, elevação latera	al307
83- Fazenda Redenção- implantação e planta da casa sede	310
84- Vila Vitória – implantação	312
85- a b Vila Vitória – planta da casa grande e corte	314
86- a, b, c, d, e - Vila Vitória (Ferrigno, 1898) 3 IMAGENS	315
87- Vila Vitória – Schmitt, 1886	316
88- Letreiro – implantação	317
89- Letreiro – planta da sede	318
90- Letreiro – Tulha,– fotos	319

91- Localização das concentrações de sítios de imigrantes	323
92- Sítios dos Bassetto no Faxinal e na Pratinha	324
93- Sítio De Osti, na Pratinha – planta e corte da casa	325
94- Sítio De Osti, na Pratinha – implantação	325
95- Sítio De Osti, na Pratinha – detalhes	326
96- Salandin – planta	328
97- Pampado	329
98- Mapa da CGG de 1903, Botucatu e São Manuel	332
99aCidade de Botucatu - foto(autor desc., aprox. 1872)	333
99b- Cidade de Botucatu (Carlos Schmitt, 1882)	333
99c- Cidade de Botucatu (Postais Bratke, 1905)	333
100- Chácara suburbana do Capitão Tito	. 334
101- Chácara suburbana de Coronel Fonseca na Boa Vista	. 334
102- Comissão Pró-bispado (autor desc., 1905)	335
103- a, b - Misericórdia Botucatuense (Francisco Soler, 1893, aquarela e nanquim) e foto	335
104- Fundição Blasi 1906	336
105- Nova caldeira dos Milanesi, 1920	336
106- Recepção ao General Badoglio, 1926.	337
107- Casa para José Inácio Villas Bôas (Manoel A. Guimarães, aquarela e nanquim, 1924)	338
108- Fazenda Figueira, em lepê	342
109- a, b - Casa de Taipa, em Assis	343
110- Casa de João Carreiro	344
111- Salto Alto do Boqueirão – planta	346

112- a, b - Salto Alto do Boqueirão – perspectiva	347
113- Costa Xavier – planta	349
114- Sítio Santo Antônio da Areia Branca	351
115- Sítio Anhumas	351
116- Síntese conclusiva – aspectos programáticos	353
117- Síntese conclusiva – aspectos técnico-construtivos	354
ANEXO II: LISTA DE TABELAS INSERIDAS NO CORPO DE TEXTO:	
Tabela 1 – Taxação do gado no Caminho das Tropas	132
Tabela 2 – Rebanhos de animais de algumas propriedades da serra de Botucatu	132

ANEXO III – TABELA DE PRODUÇÃO POR MUNICÍPIO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO 1835

UNIDADE	REIS	REIS	KEIS	KEIS	KEIS	REIS	REIS	REIS	KEIS
PRODUTOS	AÇUCAR E AGUARDENTE	CAFÉ	GADO MUAR, CAVALAR E VACUM	P ORCOS	MILHO E ARINHA DE MILHO	Z E FEIJĀO	ERVA MATTE	OUTROS	TOTAL
LOCAL	AGU		GAD V	•	5 4 -	ARROZ	ERV	0 8	
BANANAL	1.020.000	155.572.800	2.085.000	26.150.000	29.353.900	58.627.440	0	816.400	273.625.540
AREAS	202.160	246.712.800	12.240.000	13.900.000	46.658.200	71.562.880	0	13.808.000	405.084.040
LORENA	2.000.000	80.757.600	4.380.000	30.820.000	51.227.800	33.210.000	0	5.501.600	207.897.000
GUARATINGUETÁ	2.599.336	53.860.800	1.125.000	2.340.000	31.393.900	54.201.920	0	2.780.600	148.301.556
CUNHA	0	120.000	2.860.000	0	74.789.800	17.397.920	0	31.961.960	127.129.680
TAUBATÉ	2.318.934	56.656.800	3.330.000	5.120.000	5.641.450	5.109.600	0	1.394.000	79.570.784
PINDAMONHANGABA	253.998	150.307.200	28.845.000	28.900.000	29.348.800	23.489.360	0	19.479.133	280.623.491
SÃO LUIZ DO PARAITINGA	11.438	38.880.000	960.000	2.860.000	14.821.450	2.614.400	0	750.000	60.897.288
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	316.407	21.636.000	3.175.000	370.000	2.156.450	2.216.800	0	1.565.000	31.435.657
JACAREÍ	0	129.609.600	0	0	145.690.000	203.712.160	0	3.120.000	482.131.760
PARAIBUNA	0	55.972.800	600.000	750.000	3.091.450	1.863.680	0	904.200	63.182.130
MOGI DAS CRUZES	134.862	26.968.800	1.905.000	5.010.000	0	64.905.200	0	1.979.000	100.902.862
SANTA IZABEL	18.620	5.997.600	0	0	10.467.750	6.592.000	0	630.400	23.706.370
SÃO PAULO	292.201	2.109.600	67.140.000	1.910.000	38.745.550	15.374.080	0	15.552.320	141.123.751
SANTO AMARO	0	93.600	0	0	11.740.200	6.375.760	0	8.411.322	26.620.882
PARNAÏBA	1.414.929	132.000.000	6.910.000	0	15.420.700	7.847.360	0	1.860.601	165.453.590
BRAGANÇA	85.120	5.760.000	15.000.000	67.480.000	172.176.000	28.492.000	0	326.400	289.319.520
ATIBAIA	123.291	1.248.000	16.870.000	38.240.000	108.085.930	30.593.520	0	441.600	195.602.341
JUNDIAI	23.884.088	3.062.400	19.240.000	33.360.000	65.534.150	17.257.200	0	399.200	162.737.038
SÃO CARLOS	32.678.067	19.394.400	17.280.000	31.370.000	82.268.100	61.142.400	0	3.090.400	247.223.367
MOGI MIRIM	81.347.496	1.464.000	97.895.000	145.060.000	301.500.950	49.484.480	0	10.639.616	687.391.542
FRANCA	588.821	506.400	37.730.000	56.130.000	117.837.200	4.222.000	0	7.091.200	224.105.621
ITU	184.604.443	2.524.800	1.125.000	5.730.000	42.302.800	32.204.720	0	1.340.600	269.832.363
CAPIVARI	104.451.170	744.000	3.010.000	1.450.000	44.364.050	12.694.800	0	1.588.080	168.302.100
PORTO FELIZ	146.300.480	2.376.000	0	180.000	17.153.000	3.565.120	0	1.034.000	170.608.600
CONSTITUIÇÃO	231.361.374	11.277.600	42.260.000	104.380.000	281.773.300	46.584.800	0	3.843.400	721.480.474
ARARAQUARA	889.310	0	47.380.000	58.830.000	51.961.350	12.824.240	0	1.390.000	173.274.900
SÃO ROQUE	19.950	72.000	0	1.170.000	83.185.250	8.547.440	0	10.000	93.004.640
SOROCABA	6.066.948	1.848.000	2.355.000	5.560.000	145.326.200	20.930.400	0	3.279.400	185.365.948
ITAPETININGA	11.000.000	72.000	18.500.000	0	340.000	4.236.800	0	8.192.000	42.340.800
ITAPEVA	1.061.180	0	50.960.000	460.000	195.857.000	23.827.200	0	1.851.200	274.016.580
APIAHY	5.320	0	0	20.030.000	0	2.018.000	0	0	22.053.320
CASTRO	6.650	0	298.955.000	830.000	154.386.350	19.288.960	1.519.320	5.957.835	480.944.115
CURITIBA	0	0	116.585.000	3.160.000	372.676.550	48.773.120	210.662.320	11.354.091	763.211.081
PRINCIPE	0	0	30.345.000	0	20.908.300	10.588.160	1.606.000	202.600	63.650.060
GUARATUBA	14.364	0	300.000	0	0	0	0	2.161.000	2.475.364
PARANAGUA	51.471	921.600	0	0	1.677.050	21.358.240	0	39.370.320	63.378.681
ANTONINA	663.138	0	0	0	0	750.000	0	30.800	1.443.938
IGUAPE	0	0	0	0	0	236.592.000	0	0	236.592.000
CANANÉA	1.663	0 000	0	0	0	16.102.400	0	4.202.560	20.306.623
CONCEIÇÃO SÃO VICENTE	466 47.880	9.600 460.800	0	0	0	900.000	0	5.780.513	6.690.579
					0	4.820.000		1.174.052	6.502.732
SANTOS SÃO SEBASTIÃO	136.724	360.000	0	0	42.500	0 327.680	0	130.000 4.112.000	626.724
	136.724 10.094.338	102.828.000 24.693.600	0	0	42.300	0	0	2.250.000	107.446.904 37.037.938
VILA BELA	1.1094.338	74.400.000	0	0	175.100	3.278.960	0	7.053.000	
UBATUBA DPODLICÃO TOTAL	847.312.486		951.345.000	691.550.000	2.770.078.530	1.296.505.200	213.787.640	238.810.403	86.016.186 8.420.668.459
PRODUÇÃO TOTAL		1.411.279.200							
	10,06%	16,76%	11,30%	8,21%	32,90%	15,40%	2,54%	2,84%	100%